

HISTÓRIA DO DEPARTAMENTO DE PSICANÁLISE

INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE



HISTÓRIA DO DEPARTAMENTO DE PSICANÁLISE
DO
INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE



— HISTÓRIA DO —
Departamento de Psicanálise
DO
INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE



Realização



narrativa-um

SÃO PAULO, MAIO DE 2006



INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE

DIRETORIA – GESTÃO 2004/2006

Arlete Salgueiro Scodelário
Carlos Lichtsztejn
Geórgia Vassimon (suplente)
Ivone Gebara
Laura Fraga de Almeida Sampaio
Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes
Maria Aparecida Kfoury Aidar
Maria de Fátima Vicente – diretora-adjunta da clínica do Instituto

CONSELHO DE DIREÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PSICANÁLISE – GESTÃO 2004/2006

Daisy Maria Ramos Lino
Cristina A. J. P. Franch
Heidi Tabacof
Helena Maria Freire M. Albuquerque
Mara Lurdes Dias Caffè Alves
Renata de Azevedo Caiaffa
Rubia Mara do Nascimento Zecchin (até 2005) – representante da Comissão de Admissão
Cláudia Paula Santos (a partir de 2006) – representante da Comissão de Admissão
Osvaldo De Vitto – representante do Departamento no Núcleo de Departamentos
Sandra Navarro
Verônica Mendes de Melo

COMISSÃO ORGANIZADORA PARA O LIVRO

Daisy Maria Ramos Lino
Heidi Tabacof
Verônica Mendes de Melo

DEPARTAMENTO DE PSICANÁLISE

Instituto Sedes Sapientiae
Rua Ministro Godoy, 1484
Perdizes – São Paulo SP
departamentos@sedes.org.br

Sumário

Apresentação	9
Introdução.....	11
I Psicologia, psicanálise e o pioneirismo do Instituto Sedes Sapientiae.....	15
2 A psicanálise na Sociedade e outras psicanálises.....	37
3 “A libertação como fim”: o Sedes no centro da resistência política.....	63
4 A força da solidariedade: a inserção dos psicanalistas argentinos.....	77
5 Os psicólogos em busca da psicanálise e os movimentos de saúde mental dos anos 1970.....	93
6 Dois projetos distintos levam à cisão em 1979	107
7 Anteprojeto do Departamento de Psicanálise.....	129
8 O ato de fundação do Departamento e a homenagem a Regina em 1984.....	145
9 Estruturando os setores do Departamento.....	167
10 Convênios e projetos externos	187
11 O sentido e a organização do coletivo.....	213
12 Um departamento frente aos desafios contemporâneos.....	233
Fontes de pesquisa e bibliografia.....	267
Lista de membros do Departamento de Psicanálise.....	279
Ficha técnica do Departamento de Psicanálise.....	283

Apresentação

REALIZAÇÃO

Narrativa Um – Projetos e Pesquisas de História

PESQUISA HISTÓRICA, REDAÇÃO E EDIÇÃO

Monica Musatti Cytrynowicz

Roney Cytrynowicz

DESIGN E PRODUÇÃO EDITORIAL

Negrilo Produção Editorial

Ricardo Assis

Ana Paula Fujita

Eduardo Sokei

REVISÃO DE TEXTO

Mariangela Paganini



narrativa-um

Editora Narrativa Um

www.narrativaum.com.br

editora@narrativaum.com.br

Rua Pedro Américo, 32 – 14º – conj. 14B

São Paulo SP – 01045-010

Em meados de 2004 iniciamos, no âmbito do Conselho de Direção do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, o que já eram cogitações e anseios anteriores: escrever um livro sobre a história do Departamento. Assim, é com a alegria de termos realizado um sonho coletivo que apresentamos esta publicação.

Para além das implicações e dificuldades que este empreendimento sabidamente acarretaria, a força motivadora de registrarmos nossa história foi um grande alento. Partindo da escolha criteriosa de um parceiro – Editora Narrativa Um – buscamos aliar à paixão pelas origens própria dos herdeiros de Freud a metodologia de pesquisa do historiador.

Sendo assim, este livro reúne depoimentos orais e escritos, fontes documentais e material iconográfico, que revelam momentos de lutas e conquistas, solidariedades e rupturas, cisões e re-uniões. Acima de tudo, revelam a trajetória das idéias que fundamentaram nossa constituição como lugar de formação de analistas e produção de psicanálise. Fazer circular o saber produzido sobre as características singulares do nosso projeto, fruto da contribuição única e compartilhada de cada um dos que compõem este coletivo, é uma forma de favorecer o processo de apropriação da nossa história, imprescindível na criação do nosso devir institucional.

Nesses tempos em que, mais uma vez, somos convocados a tomar posição nas discussões que se travam em todo o mundo sobre a função social da psicanálise e suas condições de exercício e transmissão, queremos reafirmar nosso compromisso radical com a liberdade, de acordo com a ética psicanalítica e as condições políticas e científicas que marcaram nossa fundação.

Comemorando 21 anos de existência e intensa atividade, desejamos que este livro seja também uma contribuição do nosso Departamento ao movimento psicanalítico, no contínuo processo de construção de sua história.

Para nós, da comissão organizadora, compartilhar com os colegas do conselho, com o conjunto do Departamento e com a direção do Instituto Sedes Sapientiae os momentos de conflitos e decisões, foi um constante exercício. Como nos ensina Freud, os laços libidinais, que se estabelecem em situações de cooperação entre os indivíduos, são laços que se prolongam e se fixam para além da tarefa estabelecida.

A todos agradecemos calorosamente,

DAISY M. R. LINO
HEIDI TABACOF
VERÔNICA MENDES DE MELO

Introdução

A pesquisa histórica realizada neste projeto nos levou a escrever as origens históricas do Departamento de Psicanálise em capítulos que registram cada uma das suas vertentes formadoras. Entendemos por vertentes formadoras aquelas que concorreram para a fundação do curso em 1976 e aquelas que definiram o seu perfil no período 1976-1979, quando ocorreu uma cisão no curso e quando começam a se definir os contornos de um projeto do Departamento de Psicanálise, em 1980.

São as seguintes as vertentes formadoras que estão desenvolvidas nos cinco capítulos iniciais:

1. A história do Instituto Sedes Sapientiae, com sua trajetória na formação de profissionais desde os anos 1940 e 1950. A criação do curso de psicanálise em 1976 se deu em uma instituição que já conhecia e incluía a psicanálise na formação de psicólogos e de educadores desde os anos 1950. O curso de psicanálise foi criado por iniciativa de Madre Cristina, psicóloga e diretora do Sedes, e que tinha uma concepção definida sobre a importância dos cursos de psicologia e sobre o ensino da psicanálise. O curso – então chamado de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica – foi criado em 1976 junto com outros cursos nas áreas de psicologia, educação e filosofia.

2. A segunda vertente histórica formadora é um grupo da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, reconhecida pela International Psychoanalytical Association (IPA), em especial o psicanalista Roberto Azevedo. Madre Cristina o convidou para organizar um curso no Sedes, primeiro em 1975, depois consolidado em 1976, no contexto de um projeto do Sedes de implantar vários centros de formação. A maioria dos professores que fundou o curso de psicanálise era constituída de psicanalistas da Sociedade.
3. Uma terceira vertente é constituída de uma psicanálise independente da Sociedade e da IPA, representada por Regina Chnaiderman, não institucionalizada e com influência da filosofia e de uma intensa abertura cultural e política. Foi Azevedo quem convidou Regina a integrar o curso no Sedes; ela mantinha um grupo de estudos em São Paulo e já constituía uma referência importante e diversa da Sociedade para os que buscavam a psicanálise.
4. Uma quarta vertente fundadora é a trajetória política do Instituto Sedes Sapientiae na década de 1970 como um centro da resistência política civil à ditadura, lugar onde se organizaram movimentos tais como as primeiras reuniões em defesa da Anistia. Este foi provavelmente o fator que definiu a acolhida que os psicanalistas exilados da Argentina receberam no Sedes – na figura de Madre Cristina –, e no curso de psicanálise – por parte de Regina Chnaiderman. Igualmente, foi a instituição Sedes a referência para muitos dos que procuraram o curso de psicanálise e que demandavam uma instituição que não apenas dava uma boa formação, mas o fazia dentro de um enquadre político definido. Da mesma forma, na década de 1970 o Sedes era um dos centros de uma série de movimentos, encontros e discussões sobre saúde mental e propostas de reforma psiquiátrica e outras no campo da saúde.
5. Uma quinta vertente de fundação são os psicanalistas da Argentina, exilados da ditadura militar que tomou o poder naquele país em 1976. Estes psicanalistas trouxeram a experiência de uma formação e de uma psicanálise fora do âmbito da Sociedade reconhecida pela IPA e uma densa trajetória de trabalhos sociais e coletivos, politicamente engajados, em várias instituições na Argentina. Ao se refugiarem da ditadura em São Paulo, foram abrigados por uma instituição com contornos e objetivos políticos muito definidos e que os acolheu duplamente, como militantes de esquerda e como psicanalistas.

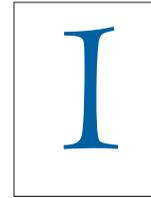
6. A sexta vertente identificada é constituída por uma geração de psicólogos formados em São Paulo a partir da regulamentação da profissão em 1962. Estes psicólogos trabalhavam em uma série de marcos institucionais e projetos sociais e procuravam um “lugar” onde pudessem estudar e compartilhar suas experiências, e que encontraram na psicanálise comprometida do curso e do Sedes um referencial de trabalho e uma instituição que oferecesse um enquadre político de esquerda nos anos 1970. Esta geração de psicólogos encontrou-se no Sedes e contribuiu para definir o seu perfil, participando ativamente da fundação do Departamento.

A fundação do curso em 1976 – e a definição de seu perfil nos anos 1976 a 1979 – é, portanto, o encontro destas diferentes vertentes que confluíram, entraram em conflito, se complementaram e se excluíram. Ao recuperar estas vertentes, entendemos que o período entre 1976 e 1979 é extraordinariamente denso e multifacetado, com uma história que precisa ser pesquisada ano a ano – o que a memória da instituição em parte condensou, ficando os anos anteriores como uma espécie de “pré-história” que passou rapidamente até chegar à cisão em 1979. Porque, como ficou claro na pesquisa, entre 1976 e 1980 cada ano apresenta especificidades muito particulares. Por isso impôs-se recuperar uma cronologia minuciosa que evitasse grandes apanhados que deixassem no esquecimento vertentes históricas fundamentais, como o próprio grupo da Sociedade de Psicanálise e a figura fundadora de Roberto Azevedo.

Uma cisão no interior do grupo fundador e dos que se agregaram nos primeiros anos (1976-1979) levou à criação de dois cursos diferentes em 1979 e à criação de um primeiro projeto de Departamento de Psicanálise em 16 de outubro de 1980, com a aprovação em Assembléia Geral do “Anteprojeto do Departamento de Psicanálise”. O anteprojeto do departamento explicita claramente a inserção do departamento dentro dos princípios do Sedes e se assume como um “Departamento de Psicanálise”, cujo ato simbólico formal de fundação se dará em 1985. Naquele momento, em 1980, professores, alunos e ex-alunos optaram por um projeto que envolvia um modo de funcionamento interno e definições sobre formação permanente, interlocução, pertinência, trabalho e comprometimento com uma visão definida de psicanálise.

Os anos entre 1980 e 1984 foram de discussões e propostas, comissões e reuniões sobre como implementar de fato princípios e valores que haviam sido enunciados. A última assembléia ocorrida no ano de 1984, convocada por alunos e professores do curso de psicanálise, teve um caráter de *ato de fundação* – efetivado também como uma homenagem a Regina Chnaiderman, cuja perda se deu logo em seguida. A discussão continuou nos anos seguintes com a elaboração de um regimento interno e a implantação formal do departamento.

Esta história está contada nos capítulos 6 a 8, após os capítulos com as vertentes fundadoras. Os capítulos 9 a 11 dão seqüência à trajetória do Departamento, seguindo uma estruturação de pesquisa e de texto que mescla a cronologia com a organização dos diferentes setores, para que a narrativa fique fluente e compreensível, chegando até os dias atuais. O capítulo 12 retrata o departamento na atualidade.



Psicologia, psicanálise e o pioneirismo do Instituto Sedes Sapientiae



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE de FILOSOFIA
DO INSTITUTO "SEDES SAPIENTIAE"

ANUARIO
DE 1946-47



SÃO PAULO
RUA MARQUÊS DE PARANAGUÁ, 111

PÁGINA ANTERIOR

Vista geral da
Faculdade de Filosofia
do Instituto Sedes
Sapientiae, 1948.

DIREITA

Anuário da Faculdade
de Filosofia, Ciências e
Letras do Instituto Sedes
Sapientiae, que tornou-
se instituição agregada
da PUC-SP em 1946.

A criação do curso de “Psicoterapia de Orientação Psicanalítica”, em 1976, se deu em uma instituição fundada em 1933 e que, após uma série de transformações, vivia um período muito particular na década de 1970, sob a liderança de Madre Cristina. Esta trajetória é fundamental para entender a fundação do curso de psicanálise e a criação do Departamento de Psicanálise.

A relação entre o atual Instituto Sedes Sapientiae e o ensino de psicologia e de psicanálise teve início nas décadas de 1940 e 1950. Após a criação da faculdade de filosofia do Sedes Sapientiae em 1933 foi criado um curso de especialização em psicologia e uma clínica psicológica em 1948. A partir de 1954, o ensino de psicanálise tornou-se parte do currículo do curso de especialização em psicologia.

Com sua atuação no campo da psicologia, essa faculdade tornou-se uma das pioneiras na criação das condições para que a graduação em psicologia fosse reconhecida no final da década de 1950 e para que a profissão de psicólogo fosse regulamentada em 1962. Nesse mesmo ano, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Sedes Sapientiae abriu um curso de graduação em psicologia que, juntamente com o da Universidade de São Paulo e o da Faculdade São Bento, foram os primeiros de São Paulo. Foi por meio dos cursos de graduação e de pós-graduação em psicologia da faculdade do Sedes que muitos profissio-

nais da área tiveram seu primeiro contato com a psicanálise, seja na especialização seja na graduação.

Para se compreender o perfil institucional do Sedes, incluindo a constituição do curso de psicanálise em 1976, é preciso voltar algumas décadas e entender o percurso desta instituição católica de ensino e as diferentes formas de organização pelas quais passou ao longo das décadas, já que o curso de psicanálise e a fundação do Departamento de Psicanálise ocorreram em uma instituição que já estava estabelecida no ensino deste campo.

A primeira faculdade de filosofia do Brasil

A faculdade de filosofia Sedes Sapientiae foi a primeira faculdade de filosofia no país aprovada pelo governo federal. Fundada em 22 de dezembro de 1932 pelas Cônegas Regulares de Santo Agostinho, a faculdade era filiada à Associação Instrutora da Juventude Feminina (estabelecida em 1907).¹ Obtida a licença de funcionamento, o curso iniciou-se em 1933 nas dependências do colégio das Cônegas de Santo Agostinho e era dirigido a moças.² A faculdade compreendia as seções de filosofia, ciências, letras e pedagogia, além do Curso Especial de Didática.³

Até 1942 a faculdade funcionou no prédio do tradicional “Des Oiseaux”, colégio que atendia à elite paulistana, na Rua Caio Prado. Ao lado funcionava a escola gratuita Santa Mônica, também dirigida pelas cónegas. Em 1942, o endereço da faculdade passou a ser a Rua Marquês de Paranaguá n° 111, com a inauguração de um novo prédio projetado pelo arquiteto Rino Levi.

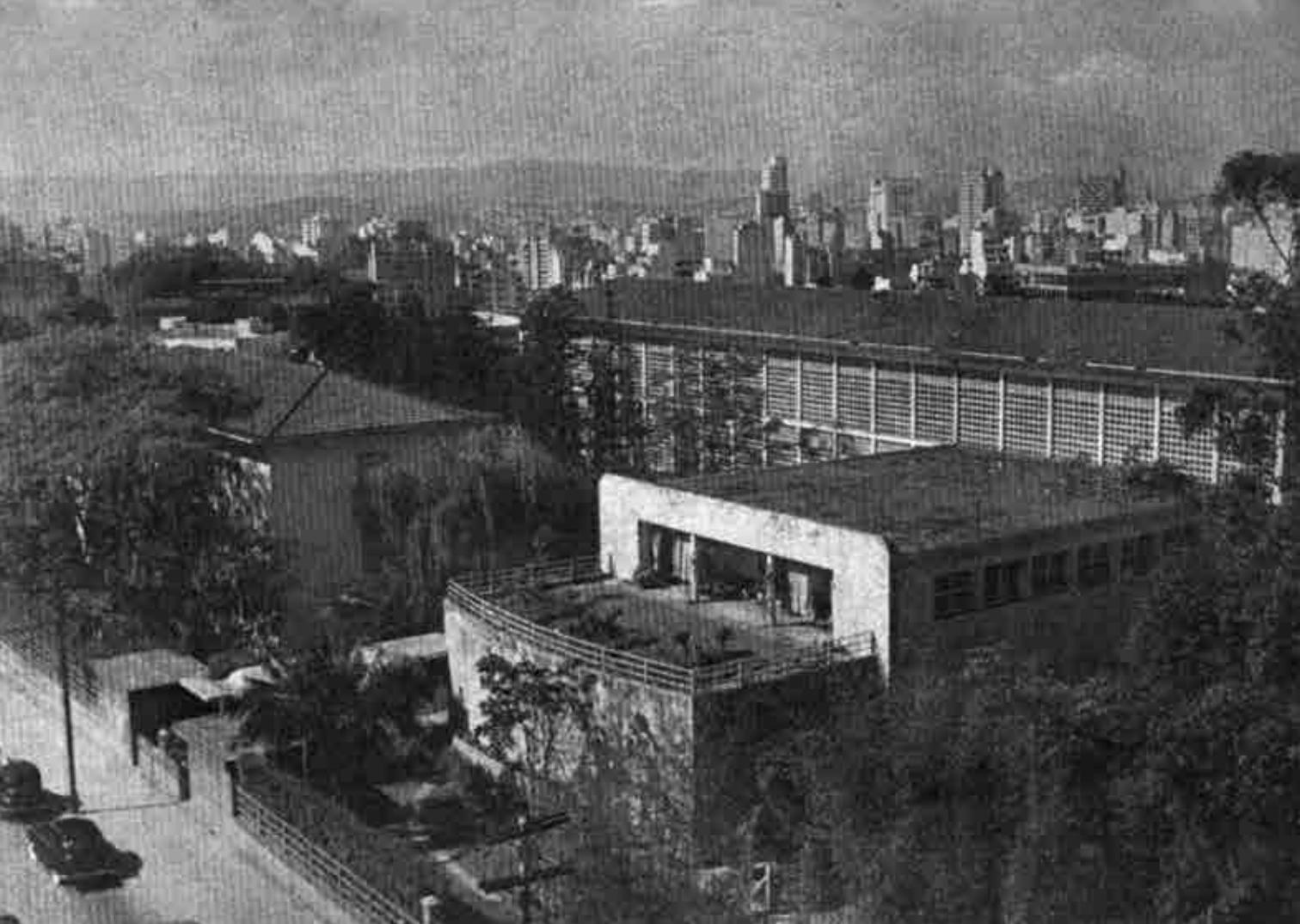
“Sua proposta inicial era a ‘profissionalização da mulher’”, lembraria em depoimento Madre Cristina 40 anos depois: “Logicamente se incluíam aí apenas as camadas média e alta da sociedade, uma vez que a mulher pobre sempre trabalhou. Mesmo assim, a proposta tinha aspectos revolucionários enquanto abria caminhos para maior autonomia da mulher que, ganhando dinheiro, adquiria importante instrumental para fugir da submissão ao homem”.⁴

A Igreja Católica tinha objetivos próprios no campo educacional e não eram poucos os conflitos com o Estado. Após uma série de projetos que visavam uma presença oficial católica no ensino público, e que não foram bem sucedidos, a Igreja partiu para iniciativas próprias com a fundação das univer-



ACIMA
Professores da faculdade de filosofia do Sedes Sapientiae, com Madre Cristina sentada à direita, na comemoração do 20º aniversário da faculdade, 1953.

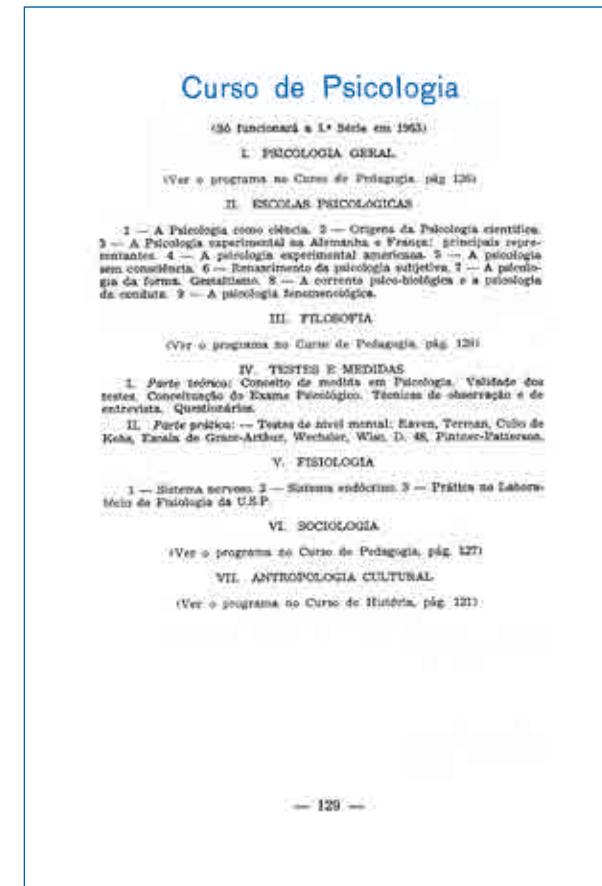
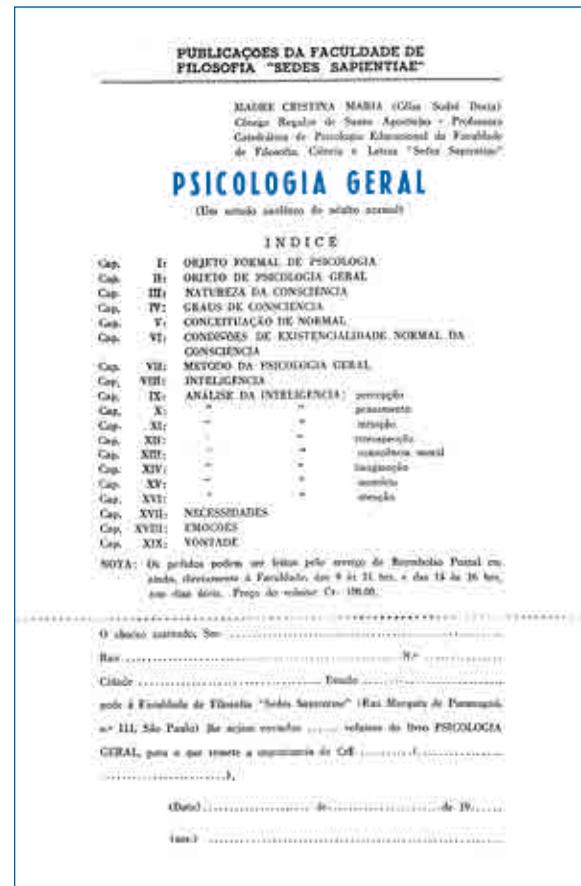
ESQUERDA
Com projeto de Rino Levi, a “casa da estudante” era residência de alunas e das cónegas que lecionavam na faculdade, 1948.



Vista geral da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Sedes Sapientiae na Rua Marques de Paranaguá, década de 1950.

sidades católicas na década de 1940⁵, com um projeto que valorizava o ensino das camadas altas. Em 1946 foram criadas a PUC do Rio de Janeiro e a PUC de São Paulo. Entre 1946 e 1964 foram fundadas 11 universidades católicas.⁶

Em 2 de setembro de 1946 foi inaugurada a Universidade Pontifícia de São Paulo⁷, com a incorporação da Faculdade Paulista de Direito e da FFCL São Bento e agregando algumas faculdades isoladas – como foi o caso da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Sedes Sapientiae. As instituições agregadas, embora com uma unidade administrativa e regimental, continuavam sob a responsabilidade financeira de suas respectivas entidades mantenedoras e funcionavam em suas próprias sedes. Em São Paulo, as instituições que foram incorporadas funcionavam na sede da PUC, na Rua Monte Alegre, e eram mantidas pela Fundação São Paulo.⁸



Cursos de psicologia da FFCL Sedes Sapientiae

Quando da sua agregação à PUC, em 1946, a faculdade de filosofia do Sedes aprovou um novo regimento e passou a chamar Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto “Sedes Sapientiae” da Universidade Católica de São Paulo.⁹

Na década de 1940, as disciplinas de psicologia eram dadas tanto na seção de filosofia e de pedagogia como no Curso de Didática. Na filosofia, entre as dez disciplinas que compunham o currículo, havia “Psicologia Filosófica” e “Psicologia Científica” – que entre os tópicos ensinados incluía “o consciente e o inconsciente” e “psicologias do inconsciente”. Na pedagogia, além destas duas disciplinas, havia também “Psicologia Educacional” e “Testes (Medidas de

ACIMA À ESQUERDA

Impresso para divulgação do livro Psicologia Geral, de Madre Cristina, com parte destacável para compra por reembolso postal, década de 1950.

ACIMA À DIREITA

Programa do curso de Psicologia da FFCL do Sedes Sapientiae da PUC, que teve início em 1963.

A Clínica Psicológica do Sedes na Rua Caio Prado se tornou um importante centro de atendimento e formação. À direita: salas de ludoterapia e de psicodiagnóstico e de psicoterapia, 1957.



Inteligência, Estudos de Personalidade e Conduta e Orientação Profissional)”. Em 1947, foi incluída a disciplina “Clínicas Psicológicas (diagnóstico e trabalho corretivo para vários tipos de desajustamentos)” no curso de Pedagogia.¹⁰

A Cônega Regular Célia Sodré Dória – cujo nome religioso passou a ser Cristina Maria e que ficaria conhecida como Madre Cristina – era professora de “Psicologia Educacional” e também a responsável por “Didática Geral e Especial”. Em 1945, o conteúdo do curso de psicologia educacional no Curso de Didática era o seguinte: “Psicologia Anormal. Ponto de vista estático e dinâmico. Noção de ajustamento. Origem do desajustamento na infância. Inconsciente. Principais escolas. Conflitos. Principais distúrbios psíquicos. Psicoterapia. Psicanálise. Hipnotismo. A conduta anormal à luz das principais escolas. Desajustamento social: psicologia, diagnóstico e tratamento do menor delinqüente. Programa de Higiene Mental”.¹¹

Curso de especialização em psicologia e pós-graduação em psicologia clínica

Em 1947 teve início na faculdade Sedes Sapientiae o curso de especialização em psicologia – em uma época em que não havia graduação na área – e em 1953 foi transformado em curso de pós-graduação em psicologia clínica. Este abrangia as seguintes cadeiras a serem ministradas em dois anos: “Psicopatologia, Psicoterapia, Psicologia da Personalidade, Psiquiatria Infantil, Questões Especiais de Psicologia, Técnicas Projetivas e Antropologia”.¹² O curso de psicoterapia visava, conforme o anuário da faculdade de 1957, “essencialmente formar as

alunas e não apenas informá-las. As aulas serão organizadas e dirigidas, na maior parte, por um espírito de psicoterapia de grupo. Questões teóricas e doutrinárias serão apresentadas e desenvolvidas pelo professor em conexão e na dependência do material concreto apresentado pelas alunas”.¹³

“Meu interesse maior era pela Psicologia Educacional”, lembra Madre Cristina em depoimento de 1990, acrescentando: “Por mim, teria desenvolvido mais Psicologia Educacional, que é profilática, porque eu acho que educando bem, dando uma boa base, inúmeros problemas são eliminados. Mas o interesse dos alunos era pela Psicologia Clínica. (...) Os alunos faziam quatro anos de Pedagogia ou Filosofia – os que vinham da USP – e depois faziam mais três anos de Psicologia Clínica, curso teórico e prático”.¹⁴

Em 1956, a faculdade aprovou um regulamento especial para o curso de psicologia clínica, que fora criado para “atender à urgente necessidade de formar especialistas para o trabalho de reajustamento psicopedagógico de crianças e adolescentes”.¹⁵

Em 1954 foi incluído no curso de especialização em psicologia uma disciplina de psicanálise, que abrangia o seguinte conteúdo: “Considerações Gerais sobre a Psicanálise; Dinâmica da Personalidade; Evolução Sexual; Desajuste da Personalidade como Causa da Neurose; Reações Somáticas como Linguagem do Id e do Superego; Histeria de Angústia; Histeria de Conversão; Obsessão; Neurose Compulsiva; Neurose Hipocondríaca; Perversões, Desordem de Caráter; Regressões Psicóticas; Sublimações – Valores Estéticos, Morais – Ciência – Artes – Religião”.¹⁶

Clínica psicológica

Junto com o curso de especialização em psicologia clínica foi criada, em 1948, uma clínica psicológica.¹⁷ Conforme documento da época: “Aparelhada para o estudo científico do desajustamento escolar, ela vem orientando diferentes casos-problemas, como atrasos pedagógicos, defeitos de linguagem, distúrbios emocionais. Atualmente vários casos estão recebendo sua terapêutica específica no sentido de um possível reajustamento. A clínica oferece às alunas do curso de especialização em psicopatologia um campo de observação e prática do diagnóstico e tratamento dos diferentes problemas da personalidade”.¹⁸

Embora o funcionamento como clínica-escola fosse depois avaliado criticamente por Madre Cristina, a procura pelo atendimento na clínica era muito grande: “Hoje a clínica do Sedes tem outra função, não é mais para a prática dos alunos. A clínica existe por uma questão de justiça social. É para que os pobres também possam ter um bom equilíbrio emocional. Não é uma clínica para aprender com os pobres e depois aplicar com os ricos. A clínica do Sedes, na Rua Caio Prado, aquela que começamos, não era para pobres, era para quem quisesse servir de cobaia”.¹⁹

Em 1953, Madre Cristina assumiu a vice-direção da faculdade de filosofia Sedes Sapientiae da PUC-SP, fazendo parte do Conselho Técnico Administrativo. Ela ocupou esses cargos até 1961. Como vice-diretora da faculdade, Madre Cristina participou ativamente do movimento pelo reconhecimento da profissão de psicólogo.

“Em 1959 inicia-se uma campanha para arrecadar fundos para a clínica psicológica, anexa à faculdade, que vinha registrando movimento crescente e muita procura por parte da população carente. Realiza-se então um convênio da clínica com o Fundo de Assistência ao Menor, em que a clínica se compromete a dar cursos de formação e orientação ao pessoal do Serviço Social de Menores, bem como atender um determinado número de pacientes. O novo edifício da Clínica é inaugurado em julho de 1962”²⁰, afirma em 1997 Irmã Laura Sampaio, integrante da diretoria do Instituto Sedes Sapientiae. Também projetado por Rino Levi, o novo prédio passou a abrigar a clínica psicológica, salas de aula e laboratório.

Referindo-se a esta clínica, Antonio Carlos Cesarino – psiquiatra, que foi aluno e posteriormente professor do Sedes – lembrava em 1997 que Madre Cristina não havia criado apenas um lugar de formação: “Mais do que isso, criou uma forma nova, aberta, possível de trabalhar com psicoterapia. Não havia ainda faculdade de Psicologia – eram pessoas formadas em Pedagogia, às vezes em Filosofia, que se encaminhavam para este mister. E existiam os médicos psiquiatras, que também não recebiam aprendizado de psicodinâmica nas escolas médicas. (...) Com a mesma limpidez em que razão e coração se juntavam a cada instante, mas sem se confundirem, abraçou suas opções sociais. No melhor sentido cristão da palavra, politizou a atmosfera da Faculdade.”²¹



Em 1980, a diretoria do Instituto afirmava sobre as décadas de 1950 e 1960: “Continuando com seus cursos abertos nos setores de Filosofia, Ciências e Letras, ao final dos anos 1950 começa a se modificar a proposta ideológica reclamando, para a profissionalização da mulher, uma formação também política. Era um núcleo do Sedes assumindo a Juventude Universitária Católica (JUC) com sua nova orientação, núcleo que naturalmente entrava em conflito com a orientação de núcleos bastante conservadores”.²²

Estudantes, acompanhadas da Madre Superiora e de Madre Cristina, professora de Psicologia Educacional da faculdade do Sedes Sapientiae, em visita à União Pan-Americana de Washington, 1957.

A criação do curso de psicologia em 1963

Em 27 de agosto de 1962 foi regularizada a profissão de psicólogo, com a criação dos cursos de graduação na USP, na Faculdade Sedes Sapientiae e na Faculdade São Bento. O curso de graduação em psicologia na FFCL Sedes Sapientiae da PUC-SP começou a funcionar em 1963.²³ Segundo Madre Cristina: “O nosso curso de Pedagogia já era um curso de Psicologia. Tanto que em 1962 disseram:



Logotipo do Instituto Sedes Sapientiae, década de 1940.

‘Nasceu um curso de Psicologia’, e eu disse: ‘No Sedes nasceu um curso de Pedagogia’, porque ele pôde existir com as características da Pedagogia’.²⁴

O corpo docente era formado pelas religiosas Madre Anna Cecília Sampaio Bueno e Madre Cristina; pelos médicos José Elias de Moraes, Bachir Haidar Jorge, Haim Grunspun e João Batista França; pelo pedagogo com pós-graduação em psicologia pela USP Joel Martins; pela filósofa Maria Fernanda Beirão; pelo psicotécnico Fernando Villemor Amaral, e pelas pedagogas com pós-graduação em psicologia clínica pela faculdade Sedes Sapientiae Yolanda Cintrão Forghieri, Consuelo Soares Netto, Maria Lucia Pereira Ferraz, Mafalda M. C. Rossetti, Neyde Aparecida Sollito e Tereza Bordas.²⁵ Regina Schenkman Chnaiderman foi assistente da Cadeira de Psicologia em 1964, constando que ela possuía diploma de orientação educacional e psicologia pela USP.²⁶

Em 1968, quando o curso já tinha formado a primeira turma de psicólogos, o corpo docente era mais numeroso. Nas matérias relacionadas à psicologia clínica lecionavam: Bernardo Blay Neto (psicoterapia de grupo), Consuelo Soares Netto (psicologia e psiquiatria infantil), Edmundo Leal de Freitas (teorias e técnicas psicoterápicas), Haim Grunspun (psiquiatria infantil, ludoterapia e psicologia do excepcional), Íris Soares Azevedo (psicodrama), Josef Kijner (psicoterapia do adolescente), Oswaldo de Barros Santos (aconselhamento), Wilhem Kenzler (psicossomática) e Sócrates Nasser (psicanálise).²⁷ Alguns professores, como Sócrates Nasser e Blay Neto, participavam dos cursos de pós-graduação. É interessante notar que, diferentemente da Faculdade São Bento, que encerrou os cursos de pós-graduação em psicologia depois que a graduação começou, a Faculdade Sedes Sapientiae manteve o funcionamento de seu curso de pós-graduação em psicologia clínica.²⁸

Memórias da psicanálise dos anos 1960

Roberto Azevedo, psicanalista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, relembra o início da década de 1960: “Conheci a Madre Cristina ainda no Sedes da Rua Caio Prado, no qual eu participei ministrando um curso de psicanálise. Ela se tornou uma grande amiga. Eu convidei para dar aulas, junto comigo, Sócrates Nasser – que era colega meu na Escola Paulista de Medi-

cina –, Astrogésio e Blay Neto. Era um curso de psicanálise, mais de informação do que de formação.”

“A minha ligação com o Sedes é mais antiga do que o curso de psicanálise fundado em 1976”, conta Fabio Herrmann: “Quando eu entrei na Faculdade de Medicina da USP, em 1964, a minha idéia era ser psicanalista. E desde os primeiros anos fui tentando me orientar para a psicanálise e um dos ramos desta orientação foi o Sedes Sapientiae, um curso de extensão dirigido pela Madre Cristina ainda na Rua Caio Prado. Foi lá que eu comecei a atender pela primeira vez. Estava no segundo ano da faculdade de medicina quando Madre Cristina me chamou e pediu que na próxima aula eu viesse de roupa branca. Como eu não tinha, fui com o jaleco que usava na aula de anatomia. Ela explicou que precisava de um médico para um atendimento – a maioria das pessoas que atendia na clínica eram alunas do curso de psicologia. No final daquela aula, ela me levou até uma sala onde havia uma moça sentada e me apresentou: ‘este é o doutor que vai atender você’. Fiquei tão surpreso que olhei para trás procurando onde estava ‘o doutor’. Até aquela data nunca ninguém tinha me chamado de doutor. Foi assim que comecei a atender a minha primeira paciente. Este é um lado importante da minha relação com o Sedes Sapientiae, porque foi assim que fiquei ligado à Madre Cristina”.

O curso de pós-graduação em psicologia clínica era aberto também a médicos e envolvia atendimento na clínica psicológica. Madre Cristina era a diretora da clínica e imprimia sua marca nas atividades. O médico Michael Schwarzschild (1931-1998), que juntamente com Osvaldo Di Loreto fundou e dirigiu a Comunidade Terapêutica Enfance em 1969, relatou que após ser demitido do emprego público pelo Ato Institucional nº 1 foi procurar o curso de pós-graduação do Sedes Sapientiae, onde conheceu Madre Cristina: “Encontrei guarida no Sedes e em 1965 comecei a fazer este curso e foi via este curso que eu conheci pessoas como o Carlos Eva e fui trabalhar no Instituto Paulista de Psiquiatria, no Jabaquara, e depois fui para o Hospital do Servidor (...) o Sedes dava guarida a muitas pessoas de esquerda e muita gente que foi para o Servidor tinha passado por cursos no Sedes – e a formação lá tinha uma conotação política. E eu era uma pessoa política na época, não era psiquiatra, era funcionário público e militava na política, era comunista, do Partido”.²⁹

Reforma universitária e incorporação pela PUC

No início da década de 1970, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Sedes Sapientiae – que já era “agregada” – foi formalmente incorporada pela PUC. Este processo foi resultado da reforma universitária promovida pelo governo militar em 1968. Embora aprovada durante a ditadura militar e muito criticada por docentes e pelo movimento estudantil, a reforma foi também resultado de um processo de modernização da universidade, que já vinha ocorrendo antes de 1964.³⁰

Dois dos princípios que nortearam a reforma foram a não-duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes e a indissociabilidade do ensino e da pesquisa.³¹ A PUC de São Paulo apresentava duplicidade não só nos ramos básicos, mas também no profissionalizante, como era o caso de vários cursos das faculdades São Bento e Sedes Sapientiae. Logo após a aprovação da reforma universitária, a PUC iniciou uma série de modificações em sua estrutura de funcionamento e integrou todas as unidades do ponto de vista administrativo, curricular, financeiro e didático-científico. Dessa forma, em 1969 se iniciou um processo de incorporação da faculdade do Sedes pela PUC, que foi concluído em 1971.

Em 9 de março de 1971 foi efetuada a escritura pública de doação à Fundação São Paulo (mantenedora da PUC-SP) da parte do patrimônio da Associação Instrutora da Juventude Feminina (AIJF) que se referia à faculdade Sedes Sapientiae. Essa doação excluiu a clínica psicológica Sedes Sapientiae e o prédio da residência das Irmãs da Congregação de Nossa Senhora, que permaneceram de propriedade da AIJF.³²

Em uma publicação de 1980, a diretoria do Instituto Sedes Sapientiae explica o processo de incorporação, e a posterior ruptura, interpretando politicamente os acontecimentos: “A crise de 1968 e a grande dimensão das lutas estudantis, em âmbito internacional, trouxe uma supervalorização do papel da universidade, não havendo campo para uma faculdade isolada. Como primeiro projeto, o Sedes transformar-se-ia em Universidade Municipal, onde o ensino gratuito se vincularia melhor aos interesses populares. Naturalmente esse projeto malogrou, desinteressado que estava o governo militar em investir na educação do povo. Restava-lhe a integração na PUC”.³³

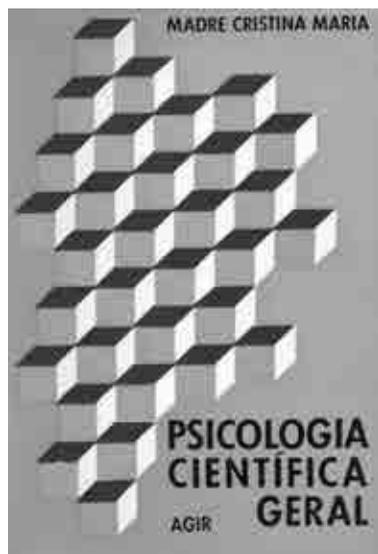


Clínica Psicológica do Sedes não foi apenas um centro de atendimento, foi um “centro político”, conforme Madre Cristina, e acolheu e escondeu muitos militantes políticos na época da ditadura militar nos anos 1960 e 1970.

Em 1972, os cursos da antiga Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae foram transferidos para o campus da Rua Monte Alegre. Em 1973, os alunos dos cursos de psicologia que coexistiram nesse período de transição – os da São Bento, do Sedes Sapientiae e os da nova estrutura – e que funcionavam em três locais (Ruas Monte Alegre, Bartira e Marquês de Paranaguá) foram reunidos em um só local.³⁴ O atendimento clínico também foi unificado em uma nova clínica. A faculdade de filosofia Sedes Sapientiae foi considerada formalmente extinta em 1974.³⁵

A clínica psicológica e o “novo” Instituto Sedes Sapientiae

A clínica psicológica da faculdade do Sedes continuou a funcionar no antigo endereço e não foi incorporada à PUC. Tanto que a atual clínica da PUC-SP, “Clínica Psicológica Ana Maria Poppovic”, é considerada sucessora – em sua memória institucional – apenas da clínica iniciada por Enzo Azzi em 1959, e não inclui a clínica ou o curso de graduação do Sedes.³⁶



Capa da 7ª edição de Psicologia Científica Geral (publicada pela primeira vez em 1960), 1972.

Conforme o depoimento da Irmã Laura Sampaio, “quando houve a incorporação, Madre Cristina não quis se integrar ao curso de psicologia da PUC, diferentemente do que aconteceu com a filosofia, em que houve uma integração total das duas faculdades. Madre Cristina, em acordo com a Congregação, abriu a possibilidade de abrir cursos na área de psicologia – alguns professores foram para a PUC e outros ficaram e colaboraram com ela na organização do projeto do Instituto Sedes Sapientiae. A Madre tinha, junto com o trabalho político, um trabalho na área de psicologia, com uma visão própria, livros publicados. Madre Cristina tinha um trabalho muito ativo com os estudantes, muitos participavam de programas de educação popular. Por isso, quando a Madre pensou no novo instituto, pensou na psicologia, no Centro de Educação Popular e na filosofia e convidou muitos profissionais. Madre Cristina defini

o Sedes como um projeto aberto. O organograma foi logo ultrapassado e a estrutura foi se adaptando conforme as coisas foram se modificando”.

Na clínica psicológica, a origem do “novo” Sedes

A clínica psicológica (de 1948), foi, portanto, o embrião do novo instituto, após a faculdade ter sido incorporada pela PUC. Este dado explica porque o nome jurídico do Sedes permanece, em 2005, “Instituto Sedes Sapientiae – Clínica Psicológica”.³⁷ Conforme depoimento de Madre Cristina em 1990, a clínica do Sedes foi a origem do Instituto Sedes Sapientiae: “Porque aquela clínica da Rua Caio Prado não foi só clínica, só atendimento psicológico. Foi um centro político. (...) O andar térreo de lá era de quartos e banheiros, principalmente no tempo da repressão, para a gente guardar e esconder refugiados. As reuniões políticas se davam na clínica. Este aspecto político nunca foi relegado. Aliás, nas minhas aulas – eu fui professora por 35 anos – eu nunca dissociar a psicologia da política”.³⁸ Em outro depoimento, Madre Cristina afirma: “Política e psicologia sempre estiveram juntas. Esta era a visão da clínica, mas não era a visão da faculdade na Rua Marques de Paranaguá. A faculdade era eclética no sentido mais absoluto do termo. Eu lecionava lá, ao lado do presidente da TFP, Plínio Correia de Oliveira. Imagine as distâncias...”³⁹

Sobre o período de incorporação pela PUC, entre 1970-1974, a diretoria afirmaria: “O período Sedes-PUC foi marcado pelo Governo Médici quando o Brasil vivia a fase mais tenebrosa de sua história recente, o que significava uma universidade amordaçada. Frustrados nos anseios os mais profundos, por que continuar universidade? Seria dentro de estruturas oficiais o caminho mais adequado para uma tentativa de modificar as estruturas vigentes? Não teria chegado o momento de dizer basta?”⁴⁰ Esta foi a posição de um grupo de professores que, liderados pela Madre, assumiu a criação de um “novo” Instituto Sedes Sapientiae.

Conforme artigo da Irmã Laura Sampaio: “Desligada da PUC-SP, a clínica psicológica mantém suas atividades e, por iniciativa de sua diretora, Madre Cristina Sodré Dória, vários cursos das áreas de psicologia e da educação passam a funcionar naquele estabelecimento. Em 1974 é autorizada em Assembleia Extraordinária da AIJF a proposta de ampliação da clínica psicológica e a criação do Instituto Sedes Sapientiae, bem como a aquisição de um terreno para as novas instalações. Efetuada a compra do terreno de 3 mil metros quadrados sito à Rua Ministro Godoy, no bairro de Perdizes, inicia-se a construção do futuro Instituto Sedes Sapientiae e Clínica Psicológica, que é incluído nos Estatutos da AIJF a 24 de fevereiro de 1977 entre os estabelecimentos mantidos por essa Associação”.⁴¹

Em 1997, a equipe da clínica do Sedes elaborou um texto no qual recorda: “Os professores, supervisores, técnicos não se integram na fusão da FFCLSS [Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Sedes Sapientiae] com a FFCLSB [Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Bento] e continuam no atendimento clínico. Nesta época, são muitas as vítimas da repressão: militantes políticos torturados, familiares de perseguidos que são acolhidos no atendimento para nomear o sofrimento, tentar apreender a lógica da maldade, continuar a pensar, construir alguma liberdade possível. É a partir dessa clínica psicológica que os cursos de especialização vão se configurar”.⁴²



MADRE CRISTINA: PSICOLOGIA E JUSTIÇA SOCIAL

Nascida em 1916 em Jaboticabal, interior do Estado de São Paulo, Célia Sodré Dória formou-se professora e passou a morar na cidade de São Paulo para cursar filosofia e pedagogia na Faculdade Sedes Sapientiae no período 1937-1940. Entrou para a vida religiosa da Congregação de Nossa Senhora – Cônegas de Santo Agostinho e começou a lecionar na faculdade mantida pela congregação.

Em 1952 participou da fundação da Sociedade Pestalozzi de São Paulo, destinada a crianças “excepcionais”, sendo sua primeira vice-presidente.¹ Em março de 1952, Madre Cristina Maria prestou concurso para a cátedra de psicologia educacional, na qual defendeu a tese *Psicodinamismo do Ajustamento da Personalidade*. A banca examinadora, composta por professores da faculdade e por Lourenço Filho, Nilton Campos, Nair Abu-Meyer (todos da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil), considerou a tese “uma contribuição valiosa para o domínio da sua especialização”.²

Em 11 de maio de 1953, Madre Cristina tomou posse da Cadeira, em solenidade na qual foram ressaltadas suas qualidades “que há mais de um decênio vem exercendo tão benéfica influência sobre as alunas”.³ Em 1954 doutorou-se em psicologia pela Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo (PUC-SP). Estudou as obras de Freud de forma autodidata e mais tarde foi para o exterior complementar os estudos em psicologia.

Madre Cristina foi uma das defensoras do reconhecimento oficial da profissão de psicólogo, atuando em várias frentes. Quando ainda não se discutia uma graduação em psicologia, ela argumentava que a formação deveria ser em curso de pós-graduação para formados em filosofia e pedagogia, em cursos oferecidos por faculdades de filosofia – oficiais ou reconhecidas por lei, exatamente como ocorria na FFCL Sedes Sapientiae, da qual era vice-diretora.

Durante o 1º Congresso Brasileiro de Psicologia, em 1953, preocupada com a profissionalização, ela afirmou: “Que as faculdades de filosofia criem cursos de pós-graduação com o intuito predominante de formar psicólogos profissionais em todas as categorias; que o diploma de bacharel seja defendido como imperativo, fatal e obrigatório, na base da especialização; que a legislação assegure os direitos do psicólogo especializado e responsabilize os contraventores da lei, são os votos que queremos consignar nos anais deste Congresso”.⁴

Foi no campo político e na direção do Sedes que ela se tornaria conhecida muito além do seu trabalho educacional. Manteve o instituto aberto aos movimentos sociais e populares, abrigou e escondeu perseguidos políticos e desafiou o regime militar abertamente em várias ocasiões.

Entre vários marcos, o Sedes tornou-se o centro do movimento pela anistia aos presos políticos e a sede nacional do MST. Ela definia o Sedes como “um espaço aberto aos que quiserem estudar e praticar um projeto para a transformação da sociedade, visando atingir um mundo onde a justiça social seja a grande lei”.

Frei Betto, escrevendo sobre a posição da Igreja em relação ao movimento estudantil nos conflitos entre os estudantes do Mackenzie e da Filosofia da USP, registrou: “A Igreja de São Paulo estava muito dividida. Institucionalmente, através do arcebispo a posição era favorável à burguesia paulista, portanto ao Mackenzie e conivente com a repressão. (...) Nisto tudo é preciso destacar a presença importantíssima de madre Cristina, do Sedes Sapientiae, que era uma espécie de ponta de lança do apoio de outra parte da Igreja ao movimento estudantil e à Faculdade de Filosofia. Neste aspecto deve-se destacar também os dominicanos, cujo convento funcionou como retaguarda dos diretórios estudantis, da UNE e UEE”.⁵

Em 1981 o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo decidiu dar à Madre Cristina o título de “Psicólogo do Ano”. Madre Cristina recusou: “Este não é o momento para parar e louvar pessoas, mas o de parar para se reunir e refletir qual o nosso papel nesta crise”.⁶

Madre Cristina faleceu em 26 de novembro de 1997.⁷ Entre livros e artigos, deixou publicados *Psicopatologia* (São Paulo, Faculdade Sedes Sapientiae, 1958); *Psicologia científica geral: um estudo analítico do adulto normal* (Rio de Janeiro, Agir, 1960); *Psicologia educacional* (Rio Grande do Sul, Faculdade Ijuí, 1961); *Educando nossos filhos* (São Paulo, Faculdade Sedes Sapientiae, 1968); *Psicologia do ajustamento neurótico* (Petrópolis, Vozes, 1975).⁸

1. “Organização do Instituto de Psicologia”, *Revista da Universidade Católica de São Paulo*, vol.1, n° 4, outubro de 1952, p. 154.

2. Anuário da Faculdade de Filosofia do Instituto “Sedes Sapientiae”, 1951-52, pp. 9-10.

3. Anuário da Faculdade de Filosofia do Instituto “Sedes Sapientiae”, 1952-53, p. 6.

4. CRISTINA, Madre (Célia Sodré Dória). “Profissão do Psicólogo”, *Boletim de Psicologia*, Ano 5-6, n° 18-20, Dez 1953-jun 1954, p. 63.

5. SANTOS, M.Cecília Loschiavo dos (org.) *Maria Antonia: uma rua na contramão*, São Paulo, Nobel, 1988, pp. 142-143.

6. CRISTINA, Madre (Célia Sodré Dória). “Não é hora para festividades”, entrevista, *Jornal do CRP*, São Paulo, mai/ago 1981, p. 3.

7. Site do Instituto Sedes Sapientiae, 2005.

8. Site do Instituto Sedes Sapientiae, 2005.

Uma marca pessoal e institucional

A história do Instituto Sedes Sapientiae, desde 1933, aliada à trajetória profissional de Madre Cristina e de suas concepções como psicóloga foram, em parte, determinantes do lugar que o curso de psicanálise ocuparia em 1976, dentro do Centro de Psicoterapia. O Sedes era uma instituição que já tinha tradição de ensino de psicologia (e de psicanálise entendida como uma linha teórica), embora seu objetivo não fosse, até então, formar psicanalistas – o que se deu apenas com a implantação do curso de psicanálise.

Para Madre Cristina, a psicanálise era entendida como uma das opções dentro do campo das psicoterapias. Este entendimento foi determinante na definição do nome do curso criado em 1976: “Psicoterapia de Orientação Psicanalítica”. Da mesma forma, a posição pessoal de Madre Cristina influenciou na definição do perfil profissional dos alunos aceitos nos cursos, os oficialmente habilitados para o exercício das psicoterapias: médicos e psicólogos. Este era um entendimento pessoal de Madre Cristina, já que os cursos do Sedes eram “cursos livres” e não estavam sujeitos a nenhuma regulamentação oficial (não podiam dar certificados reconhecidos pelo MEC de especialização ou aperfeiçoamento); portanto, não precisariam se limitar a uma categoria profissional específica.

Notas

1. A Ordem das Cônegas Regulares de Santo Agostinho foi fundada pela Madre Alix Le Clerc, no século XVII, na França. A Congregação teve seu primeiro mosteiro estabelecido em Lorena em novembro de 1617, logo após ter sua aprovação confirmada pelo Papa Urbano VIII. A Ordem se dedicou a promover a educação cristã das jovens, seguindo as palavras de Madre Alix Le Clerc: “Minha vocação é o zelo da instrução”. “Com efeito, a educação gratuita das crianças e a prece litúrgica em horas determinadas, eis a finalidade a que se propusera criando a Instituição. Nesta empresa brilhou com um tal esplendor de virtudes que pareceu atingir o cume da santidade”, explicava o decreto da Beatificação e Canonização de Madre Alix em 1943. (*Anuário da Faculdade de Filosofia do Instituto “Sedes Sapientiae”, 1945*, pp. 16-24).
2. Mesmo faculdades mais antigas, como a Faculdade de Filosofia de São Bento, de 1907, só foram reconhecidas depois do Sedes (*Anuário da Faculdade de Filosofia do Instituto “Sedes Sapientiae”, 1953*, p. 32.) Os cursos iniciaram-se em 15 de março de 1933. Os primeiros cursos oficialmente aprovados foram em 22 de novembro de 1934. Algumas alunas residiam na própria faculdade, na “casa da estudante”, anexa ao prédio das salas de aula. *Anuário da Faculdade de Filosofia do Instituto “Sedes Sapientiae”, 1953*, p. 20.
3. A Faculdade de Filosofia formava bacharéis e licenciadas em: Filosofia, Matemática, Física, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neo-latinas, Letras Anglo-germânicas e Pedagogia.
4. “O Sedes e um Pouco de sua História”, Catálogo dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento, 1980.

5. Neste período foram também criadas várias universidades estaduais e federalizadas instituições isoladas de ensino superior. A partir de 1945, a legislação permitiu a criação de uma universidade a partir de uma faculdade de filosofia, uma de direito e uma terceira de economia ou serviço social, sem as custosas faculdades de medicina ou engenharia.
6. A Universidade Católica de São Paulo começou a se formar em 1945, incorporando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento. Em janeiro de 1946 foi autorizado o funcionamento da Faculdade Paulista de Direito, da Fundação São Paulo. Além das faculdades incorporadas (Paulista de Direito e FFCL São Bento), outras faculdades isoladas se agregaram à Universidade: Faculdade Industrial, FFCL de Campinas e Faculdade de Ciências Econômicas de Campinas. “Breve Histórico da Universidade”, *Anuário da Universidade Católica de São Paulo, 1964-65*, p. 169.
7. Começou a funcionar, com a aprovação dos estatutos e confirmação do reitor, em 11 de fevereiro de 1947. Decreto-Lei nº 9.632.
8. Posteriormente se agregaram à Universidade os seguintes institutos: Escola de Serviço Social de São Paulo (1947), Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais “Coração de Jesus” (agregada em 1948 e incorporada em 1964), Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção (em 1949), Escola de Enfermagem Coração de Maria - Sorocaba (em 1955) e Escola de Jornalismo “Casper Líbero” (em 1958). A Faculdade de Medicina de Sorocaba, que em 1949 havia sido organizada sob os auspícios da Universidade, passou à categoria de instituição agregada em 1955. Em 1956, com a criação da Universidade Católica de Campinas, as faculdades de Filosofia e de Economia de Campinas se desvincularam da PUC de São Paulo, conforme o “Breve Histórico da Universidade”, *Anuário da Universidade Católica de São Paulo, 1964-65*, pp. 170-171.
9. A faculdade tinha como objetivos promover a investigação científica, preparar para o exercício do magistério secundário, contribuir para o desenvolvimento de uma cultura intelectual informada pelos princípios cristãos e pelas diretrizes pontifícias. (Regimento Interno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto “Sedes Sapientiae” da Universidade Católica de São Paulo, aprovado pelo Conselho Universitário em sessão de 8 de abril de 1947.)
10. *Anuário da Faculdade de Filosofia do Instituto “Sedes Sapientiae”, 1946-47*, p. 147.
11. *Anuário da Faculdade de Filosofia do Instituto “Sedes Sapientiae”, 1945*, p. 125.
12. *Anuário da Faculdade de Filosofia do Instituto “Sedes Sapientiae”, 1953*, p. 22.
13. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Sedes Sapientiae”, 1956-57*, p. 161.
14. SCHMIDT, Maria Luisa S. “Madre Cristina: Um instrumento de transformação”, *Percurso*, ano 2, nº 4, 1º sem.1990, p. 55.
15. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Sedes Sapientiae”, 1956-57*, p. 204.
16. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Sedes Sapientiae”, 1956-57*, p. 162.
17. Em entrevista à revista *Percurso*, Madre Cristina se refere a uma primeira clínica, anterior, com apenas duas salas: “Eu me formei em 1940, comecei a ser professora da faculdade e nesse mesmo ano criamos a primeira clínica psicológica, numa casinha no meio do jardim. (...) Começamos a desenvolver a clínica com os alunos. Fazíamos toda a parte de psicopedagogia, diagnóstico, orientação vocacional, orientação de pais – que não queriam nos deixar, queriam fazer psicoterapia” (SCHMIDT, Maria Luisa S. “Madre Cristina: Um instrumento de transformação”, *Percurso*, ano 2, nº 4, 1º sem.1990, p. 55).
18. *Anuário da Faculdade de Filosofia do Instituto “Sedes Sapientiae”, 1948-49*, p. 6.
19. SCHMIDT, Maria Luisa S. “Madre Cristina: Um instrumento de transformação”, *Percurso*, ano 2, nº 4, 1º sem.1990, p. 57.
20. SAMPAIO, Irmã Laura F. A. “Instituto Sedes Sapientiae: 20 anos de História”, *Histórias e Memórias do Instituto Sedes Sapientiae*, São Paulo, Sedes Sapientiae, 1997, p. 8.
21. CESARINO, Antonio Carlos. “A lição de Madre Cristina”, Comissão Justiça e Paz, *Pastorais*, 10 de dezembro de 1997.
22. “O Sedes e um Pouco de sua História”, Catálogo dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento, 1980.
23. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Sedes Sapientiae”, 1962-63*, p. 129. A lei de criação da profissão é a Lei nº 4.119.
24. SCHMIDT, Maria Luisa S. “Madre Cristina: Um instrumento de transformação”, *Percurso*, ano 2, nº 4, 1º sem.1990, p. 56.
25. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Sedes Sapientiae”, 1962-63*, pp. 7-24.
26. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Sedes Sapientiae”, 1963-1964*, p. 21.
27. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Sedes Sapientiae”, 1967-68*, pp. 7-29.
28. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Sedes Sapientiae”, 1967-68*, pp. 236-240.
29. CYTRYNOWICZ, Monica M. *Criança – Enfance: Uma trajetória de Psiquiatria Infantil*, São Paulo, Narrativa Um, 2002, p. 28.

30. A Lei nº 5.540, de 11 de novembro de 1968, foi assim sintetizada por Helena Sampaio: “a) aboliu a cátedra; b) instituiu o departamento como unidade mínima de ensino e pesquisa; c) criou o sistema de institutos básicos; d) estabeleceu a organização do currículo em duas etapas – o básico e o de formação profissionalizante; e) alterou o vestibular, decretando o sistema de crédito e semestralidade; f) estabeleceu o duplo sistema de democratização – um vertical, passando por departamentos, unidades e reitoria; outro horizontal, com a criação de colegiados de curso, que deveriam reunir os docentes dos diferentes departamentos e unidades responsáveis por um currículo; g) integrou escolas e institutos na estrutura universitária; h) institucionalizou a pesquisa; i) centralizou a tomada de decisão em níveis dos órgãos de administração federal”. SAMPAIO, Helena. *Ensino Superior no Brasil: O setor privado*, São Paulo, Hucitec, Fapesp, 2000, pp. 58-59.
31. SANTOS, Roberto Figueira. “A Reforma Universitária – Condição atual de sua implantação”, *Revista da Universidade Católica de São Paulo*, vol. 43, nº 85-86, jan/dez 1973, p. 5.
32. SAMPAIO, Irmã Laura F. A. “Instituto Sedes Sapientiae: 20 anos de História”, *Histórias e Memórias do Instituto Sedes Sapientiae*, São Paulo, Sedes Sapientiae, 1997, p. 8.
33. “O Sedes e um Pouco de sua História”, Catálogo dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento, 1980.
34. “Relatório da Reitoria – 1972/1976”, *Revista da Universidade Católica de São Paulo*, vol. 46, nº 91-92, jan/dez 1976.
35. “Ato de designação nº 26/75”, *Revista da Universidade Católica de São Paulo*, vol. 45, nº 89-90, jan/dez 1975.
36. Site www.pucsp.br/clinica, em 28/01/2005.
37. Carimbo com CNPJ do Instituto Sedes Sapientiae, 2005.
38. SCHMIDT, Maria Luisa S. “Madre Cristina: Um instrumento de transformação”, *Percurso*, ano 2, nº 4, 1º sem.1990, p. 58.
39. SCHMIDT, Maria Luisa S. “Madre Cristina: Um instrumento de transformação”, *Percurso*, ano 2, nº 4, 1º sem.1990, p. 57.
40. “O Sedes e um Pouco de sua História”, Catálogo dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento, 1980.
41. SAMPAIO, Irmã Laura F. A. “Instituto Sedes Sapientiae: 20 anos de História”, *Histórias e Memórias do Instituto Sedes Sapientiae*, São Paulo, Sedes Sapientiae, 1997, pp. 8-9.
42. “Clínica”, *Histórias e Memórias do Instituto Sedes Sapientiae*, São Paulo, Sedes Sapientiae, 1997.

2

A psicanálise na Sociedade e outras psicanálises



INSTITUTO
SEDES SAPIENTIAE

CURSOS DE
ESPECIALIZAÇÃO
PARA
PSICÓLOGOS
E MÉDICOS

PSICOTERAPIA INFANTIL

Duração: 5 semestres
Horário: 4 manhãs
Nº de Vagas: 20

PSICOTERAPIA DE ADOLESCENTE

Duração: 5 semestres
Horário: 4 manhãs
Nº de Vagas: 20

PSICOTERAPIA COMPORTAMENTAL

Duração: 4 semestres
Horário: 3 manhãs
Nº de Vagas: 20

PSICOMOTRICIDADE

Duração: 4 semestres
Horário: 4 manhãs
Nº de vagas: 20

PSICODRAMA

Duração: 6 semestres
Horário: 3ª 19 h às 22 h
6ª 14 h às 22 h
Nº de Vagas: 30

PSICOTERAPIA DE ADULTO: ORIENTAÇÃO PSICANALÍTICA

Duração: 6 semestres
Horário: 18 às 22 h (4 vezes/semana)
Nº de vagas: 30

PSICOTERAPIA DE ADULTO: ORIENTAÇÃO GESTALT-REICH (palavra - corpo - movimento)

Duração: 5 semestres
Horário: 2 manhãs
(1 vez por mês: fim de semana)
Nº de vagas: 20

PSICOTERAPIA DE ADULTO: ORIENTAÇÃO DINAMICA

Duração: 5 semestres
Horário:
Nº de vagas: 20

PSICOTERAPIA FAMILIAR

Duração: 4 semestres
Horário: 18 h às 22 h
(4 vezes por semana)
Nº de vagas: 10, para psicólogos e
médicos já com 2 anos
de prática em psicoterapia

PSICOLOGIA DO TRABALHO

Duração: 2 semestres
Horário: 19 h às 21 h
(4 vezes por semana)
Nº de vagas: 30, para alunos de
5º ano ou psicólogo

PÁGINA ANTERIOR

Prédio da Clínica
Psicológica do Sedes,
onde começaram os
primeiros cursos de
especialização, 1976.

DIREITA

Folheto de divulgação
dos cursos de
especialização
oferecidos pelo Sedes,
1976.

Outra vertente fundamental presente na origem do curso e do Departamento de Psicanálise foi a dos psicanalistas pertencentes, na década de 1970, à Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP), ligada à International Psychoanalytical Association (IPA). A maioria dos professores que idealizou e organizou o curso de “Psicoterapia de Orientação Psicanalítica”, em 1976, era de membros da Sociedade de Psicanálise.

Mas o modo de funcionamento da Sociedade tornou-se também, para um grupo que não pertencia a ela – entre eles Regina Chnaiderman –, um modelo criticado segundo os ideais e as concepções que definiram a fundação, já a partir de 1979/1980, de um projeto de departamento. Assim, seja diretamente por meio dos psicanalistas que iniciaram o curso, seja negativamente, como modelo a rejeitar, a Sociedade esteve presente na origem do curso no Sedes.

Para entender como estava organizada e funcionava a SBPSP, quais as questões que estavam sendo discutidas na época de fundação do curso de psicanálise no Sedes, por que vários psicanalistas da Sociedade participaram, por que a Sociedade era um modelo criticado para os que definiram o perfil da psicanálise no Sedes e as duras cisões ocorridas na época é necessário retomar aspectos da história da Sociedade até os anos 1970, quando esta viveu um período muito particular de sua trajetória – o que contribuiu para a cristalização de um modelo ao qual o grupo do Sedes se contrapôs.

A Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo foi a primeira instituição reconhecida pela IPA no Brasil, em 1951. Até pelo menos 1975 era o único marco institucional que reunia e formava psicanalistas em São Paulo. A história da psicanálise em São Paulo remonta à década de 1920, com o precursor Franco da Rocha, e especialmente aos anos 1930, quando um grupo liderado por Durval Marcondes se organizou e iniciou sua formação com Adelheid Koch, a primeira analista didata a chegar ao Brasil.

Como a IPA permitia a elaboração de estatutos locais, cada Sociedade pôde determinar os critérios para aceitar seus candidatos. No caso do Brasil, as Sociedades do Rio de Janeiro¹ e de Porto Alegre estabeleceram, desde o início, a formação médica como pré-requisito para admissão, enquanto a de São Paulo começou com profissionais médicos, mas também “leigos”. Com o tempo, no entanto, especialmente após o reconhecimento da profissão de psicólogo, em 1962, vários médicos da SBPSP passaram a defender a formação médica como requisito. Mas uma posição mais aberta continuou sendo defendida pela primeira geração, que tinha entre eles vários não-médicos, como Virginia Bicudo.²

Esta abertura a várias profissões definiu um perfil distinto ao desenvolvimento da psicanálise em São Paulo. Os psicanalistas da Sociedade foram professores nos primeiros cursos de graduação de psicologia. Durval Marcondes lecionou psicanálise na Escola de Sociologia e Política, a partir de 1940, e assumiu o curso de psicologia e a clínica psicológica da USP. A intenção inicial de Durval era a formação de uma faculdade de psicanálise, de preferência ligada a USP, e não de uma Sociedade de Psicanálise, como acabou acontecendo. Durval também defendia que a psicanálise fosse exercida independentemente de formação médica anterior.³

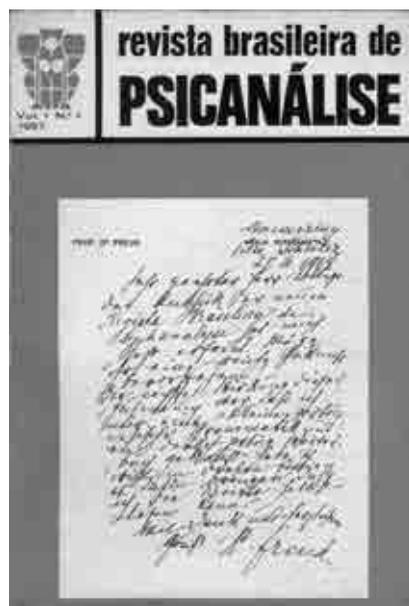
Durval Marcondes, Lygia Alcântara do Amaral e Judith Andreucci trabalharam na Universidade de São Paulo desde 1958, quando foi criado o curso de especialização em psicologia clínica. Virginia Bicudo, Armando Ferrari e Laerte Ferrão, entre outros, atuaram no curso de graduação em psicologia e no estágio de clínica. Eles apoiaram efetivamente a graduação e deram seu aval a esta formação.⁴ Em 1969, a maioria dos psicanalistas da Sociedade deixou o curso da USP. Mas foi significativa a presença da psicanálise e dos psicanalistas na formação das primeiras turmas de psicólogos.⁵

O fechamento dos anos 1960 e 1970

Durante as décadas de 1960 e 1970, a Sociedade de Psicanálise de São Paulo passou por um processo que levou a uma centralização do poder e a um fechamento ideológico e técnico. Havia pouquíssimos analistas didatas, limitação agravada pelo aumento do número de candidatos. Os analistas didatas permanecem os mesmos sete até o início dos anos 1970 – grupo formado pelos primeiros analisandos da dra. Koch, exceto Durval Marcondes, que nunca se tornou analista didata.⁶ Nos anos 1960 foi criado na Sociedade o Instituto de Psicanálise, que tornou o ensino mais sistematizado, com cursos definidos e currículos a cumprir, e foi criada a Comissão de Ensino, que se tornou uma instância poderosa dentro da estrutura da SBPSP.

Segundo o antropólogo Roberto Sagawa, “nos anos 1960 acentuaram-se as diferenças hierárquicas já existentes de tal maneira que se formou uma pirâmide onde os escalões superiores são ocupados por um pequeno número de ‘membros’ e, os inferiores, por um número maior – sempre crescente – de ‘membros’. Enquanto os mais baixos não conseguem ascender na escala hierárquica (...) os altos escalões ocupam todas as posições de poder nos diferentes órgãos da Sociedade. Os mesmos sete ‘analistas didatas’ existentes e mais Durval Marcondes são sempre os mesmos elementos a ocuparem a presidência da Sociedade, a diretoria do Instituto e a Comissão de Ensino, que se revezavam nos mandatos sucessivos através das ‘eleições’ nesse período”⁷

Em artigo publicado em 1996, Fabio Herrmann descreve aquele período: “Por muitos anos, os didatas em São Paulo foram poucos. Quando entrei no Instituto, em 1971, não era possível sequer completar o número estatutário da Comissão de Ensino, razão pela qual nunca se votava essa função. O rápido crescimento da Sociedade converteu essa escassez num problema sério, pois os analistas didatas passaram a ter sua clínica quase que só composta de candidatos. Com isso, não lhes era possível apresentar trabalhos clínicos. Mas a acusação mais séria que se lhes dirigia então dizia respeito ao poder absoluto que os didatas concentravam, à formação de clãs transferenciais e ao monopólio econômico da formação. (...) Na segunda metade dos anos setenta e no começo da década seguinte, não obstante, houve uma concentração real de poder por parte de um grupo ideológico dominante na Sociedade. Então, foi



Capa do primeiro número da revista editada pela Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, 1967.

ativamente obstada a promoção de novos didatas e abandonada a seleção formal de candidatos, cabendo ao analista decidir pessoalmente sobre a aceitabilidade de alguém para análise e condição de analista”⁸

A escola inglesa exerceu predominância na SBPSP desde os anos 1950, quando alguns psicanalistas brasileiros foram buscar formação na Inglaterra. Nos anos 1960 começou a surgir o interesse por Bion, cujo referencial tornou-se uma corrente importante nos anos 1970. Em 1968 o estudo de Bion foi introduzido no currículo do Instituto da Sociedade e nos anos de 1973 e 1974 Bion veio a São Paulo ministrar cursos.⁹ Segundo Sagawa, a Sociedade na época era muito pouco produtiva em termos teóricos, levando a uma situação em que “o psicanalista brasileiro em geral vai se firmando mais pela posição hierárquica institucional do que pelas suas

elaborações teóricas”¹⁰

Em 1973, Adelheid Koch se afastou de todas as atividades didáticas e a partir de então nem ela nem Durval ocuparam mais qualquer cargo na Sociedade. Depois do afastamento deles, autoridades incontestáveis, houve uma disputa pelo poder e ganhou força um grupo que ficou conhecido como o “establishment bioniano”, que dominou os principais cargos dentro da Sociedade até 1982. Para Cecília Coimbra, existiam nos anos 1970 três grupos dentro da SBPSP: o “establishment bioniano”, representado por Laerte Ferrão e Frank Philips, “que detém todos os principais cargos na SBPSP durante os anos 1970 com plenos poderes, de forma extremamente autoritária”¹¹, a oposição – da qual participam Isaías Melsohn, Fabio Herrmann, Sonia Azambuja e Deodato Azambuja –, que ganha a eleição em 1982, e um terceiro grupo, liderado por Roberto Azevedo, que tentava aglutinar os insatisfeitos com relação à situação interna da SBPSP.¹²

Em sua biografia, Isaías Melsohn conta: “O clima autoritário que passou a vigorar no Brasil encontrou caminho dentro da Sociedade de Psicanálise de São Paulo, nos anos 1970, com o advento de algumas figuras reacionárias do ponto de vista institucional. Foi uma época de muitas lutas. A Sociedade cresceu muito e surgiram grupos com orientações teóricas, técnicas e políticas

diversas. O grupo responsável pelas posições conservadoras, discricionárias e reacionárias era formado por pessoas que giravam em torno do pensamento de Bion e da pessoa de Frank Philips”¹³

Outros cursos e grupos de psicanálise

Apenas na segunda metade da década de 1970 – época em que o curso do Sedes foi criado – surgiram outros marcos institucionais de formação fora da Sociedade em São Paulo. O Centro de Estudos Freudianos (CEF), de linha lacaniana, foi fundado em 1975. O Núcleo de Estudos de Psicologia e Psicanálise (NEPP, inicialmente Núcleo de Estudos de Psicologia e Psiquiatria) foi fundado em 1976 – mesmo ano do curso do Sedes – por Sócrates Nasser (da SBPSP) e um grupo de psiquiatras de formação psicanalítica. O curso de formação do Grupo de Estudos em Psiquiatria, Psicologia e Psicoterapia Infantil (GE-PPPI) foi criado em 1974 por profissionais ligados à Comunidade Terapêutica Infância; embora não fosse especificamente uma formação em psicanálise, foi responsável pela introdução de muitos profissionais no campo.

Depois foram criados o Centro de Estudos em Psicanálise e Análise Institucional (CEPAI), em 1980, a Escola Freudiana de São Paulo, dissidente do CEF, que funcionou entre 1978 e 1980, e a Biblioteca Freudiana de São Paulo, que iniciou atividades em 1982. Foi, portanto, apenas nos anos de 1975 e 1976 que foram fundadas em São Paulo as primeiras instituições e cursos de psicanálise fora dos marcos da Sociedade.

Até os anos 1970, portanto, a formação psicanalítica era monopólio exclusivo das Sociedades componentes da IPA no Brasil e, particularmente neste período, a Sociedade passou por um processo de fechamento em todos os campos, justamente em um período em que novas demandas surgiam na direção da psicanálise: a fundação de pequenos núcleos lacanianos, uma geração de profissionais graduados em psicologia e uma série de experiências sociais, políticas e psicológicas que buscavam uma psicanálise que nada tinha a ver com o modelo organizacional, político e teórico da Sociedade de Psicanálise.

Foi então que Roberto Azevedo convidou Regina Chnaiderman. Conforme seu depoimento: “Chamei também Regina Chnaiderman, que não era da Sociedade, mas que mantinha um grupo de estudos de psicanálise. Ela estava muito interessada, havia me procurado para análise, um pouco antes, era muito amiga do Isaías Melsohn e eu a convidei, encerrando a análise dela. Nesse tempo, a Sociedade estava extremamente fechada, havia uma filosofia de manutenção de poder. Havia apenas uns seis ou sete analistas didatas, o que implicava em uma fila enorme de candidatos, uma enorme demanda não atendida”.

Entre a psicoterapia e a psicanálise

Assim, um grupo de analistas, em sua maioria da Sociedade, convidado por Roberto Azevedo – e do qual participava Regina Chnaiderman –, começou a planejar um curso de psicanálise no Sedes. Durante o ano de 1975, elaborou o programa e a concepção de um curso de especialização em “Psicoterapia de Orientação Psicanalítica”. O nome do curso, determinado em parte pela sua inserção no Sedes junto com outras psicoterapias, atendia também ao objetivo de acomodar em um mesmo espaço propostas distintas do ponto de vista ideológico, político e técnico e de evitar o conflito direto com a Sociedade de Psicanálise. Na avaliação de Coimbra, compartilhada por Sagawa, o objetivo de Roberto Azevedo, ao aceitar o convite de Madre Cristina, era organizar um *study group* em São Paulo que, posteriormente, viria a ser uma Sociedade vinculada a IPA.¹⁶

Fabio Herrmann recorda aqueles meses iniciais: “Roberto Azevedo conversou com Madre Cristina e trouxe a proposta de formar um curso que fizesse formação em psicoterapia psicanalítica. Havia na época um cuidado constante em estabelecer o limite entre psicanálise e psicoterapia, e a psicanálise costumava ser considerada ainda como propriedade exclusiva da Sociedade de Psicanálise. Roberto Azevedo pertencia à Sociedade e eu estava no último ano de minha formação. Combinamos que eu terminaria antes a formação na Sociedade. Apresentei meu trabalho em março de 1976. O curso do Sedes começou em abril, quando eu já era membro da Sociedade. Durante a preparação do curso, várias pessoas foram se juntando a nós: Regina Chnaiderman, Isaías Melsohn e vários analistas jovens da Sociedade”.

Sobre a presença de Regina nesse grupo, Fabio conta: “O grupo com que Roberto podia contar era ligado à Regina. O Isaías jamais aceitaria entrar em um projeto desses sem ela. A presença da Regina era mais que uma necessidade. Era reparar uma injustiça: ela não havia sido aceita na Sociedade. Jamais poderíamos deixar a Regina de fora de um projeto destes. Se por um lado havia esse discurso por oposição e diferença, por outro o curso do Sedes foi montado a partir do modelo da Sociedade, modificando o que nós achávamos necessário; mas de forma nenhuma se ignorou esse modelo. A diferença aparecia muito mais no discurso do que na prática”.

Quebra de hegemonia

O curso de psicanálise fundado no Sedes tinha a duração de seis semestres, com aulas, seminário e supervisão. A procura pelo curso foi grande e a primeira turma teve 48 inscritos.¹⁷ A análise era uma opção pessoal de cada aluno.

Em 1976, o Sedes oferecia uma série de cursos de especialização, aperfeiçoamento, atualização e extensão universitária (estes dois últimos de curta duração e abertos a qualquer interessado). Os cursos de especialização em psicologia e psicoterapia, exclusivos para médicos e psicólogos, eram: Psicoterapia Infantil, Psicoterapia de Adolescente, Psicodrama, Psicomotricidade, Psicoterapia Familiar, Psicoterapia Comportamental, Psicoterapia de Orientação Gestalt-Reich, Psicoterapia de Orientação Dinâmica e Psicoterapia de Orientação Psicanalítica, cujo coordenador era Roberto Azevedo.¹⁸

Como diretora do Sedes, Madre Cristina sempre fez questão de manter várias linhas teóricas. “A minha preferência é sempre pela psicodinâmica de base analítica, mas isso é uma preferência pessoal – eu nunca faria psicodrama, mas isso não quer dizer que eu não valorize o psicodrama. Quisemos manter aqui esta diversidade de linhas”, afirmou em um depoimento dos anos 1990.¹⁹ Especificamente sobre a psicanálise, Madre Cristina registrou em artigo de 1968: “Não obstante reconhecer que falar em nome de Freud é ensinar com autoridade; não obstante reconhecê-lo como Mestre que trouxe para a psicologia a inserção de perspectivas a que ninguém mais pode ficar alheio, nem assim nos subscrevemos como discípulos de sua ortodoxia”.²⁰

O afastamento dos psicanalistas oriundos da Sociedade

A presença dos psicanalistas da Sociedade no curso do Sedes foi bastante efêmera. Logo após o início do curso, em abril de 1976, a SBPSP começou a pressionar os seus membros para que se afastassem do curso do Sedes. A direção da SBPSP reagiu de forma violenta, conforme o depoimento de Fabio Herrmann: “É difícil recuperar todos os nomes dos analistas da Sociedade que participaram do início do curso porque, logo em seguida, veio uma reação por parte da Sociedade, que não queria um curso paralelo. O que na época significava senão uma heresia, pelo menos um cisma em termos religiosos. Houve uma reação violenta por parte da diretoria da Sociedade que colocou claramente: ou vocês ficam com o Sedes ou ficam com a Sociedade, ameaçando de expulsão aqueles que fossem dar aulas no Sedes. Todos os analistas originários da SBPSP se desligaram do Sedes e ficaram na Sociedade, com exceção do Roberto Azevedo, que era o organizador, e eu. O Isaiás Melsohn se afastou apenas posicionalmente, moderou sua participação, para não despertar uma reação da Comissão de Ensino da Sociedade, mas permaneceu dando aulas no Sedes. Depois houve uma proposta formal da Associação Brasileira de Psicanálise (ABP) de expulsão de Roberto Azevedo e eu. Houve uma reunião da ABP na qual o presidente, que era um membro da SBPSP, levou um documento da ABP que proibia seus membros de participar de cursos que se caracterizassem por formação teórica, supervisão clínica e exigência de análise. Isso configurava formação paralela. Nessa reunião, o presidente colocou em votação se cabia a nossa expulsão. A discussão, bastante acalorada, acabou em um acordo: nós escapamos de ser expulsos, mas ficamos proibidos de exercer qualquer função na Sociedade. Fomos condenados a uma espécie de exílio interno”.

Isaiás Melsohn, didata da Sociedade desde 1958, recorda que, no momento de fundação do curso do Sedes, a SBPSP passava por um momento de conflito entre o “establishment bioniano” e a oposição. Conforme sua biografia: “O auge da crise aconteceu em 1976, com a formação do curso de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica que Regina Chnaiderman, Roberto Azevedo, Fabio Herrmann e eu organizamos no Instituto Sedes Sapientiae. Minha proposta era que o curso incluísse as aplicações da psicologia dinâmica e psicanalítica no campo da psicoterapia individual, familiar, de grupo e de casal, visando



Fotografia do livro Isaiás Melsohn: A Psicanálise e a Vida

Isaiás Melsohn, José Longman, Sonia Azambuja e Fabio Herrmann durante um congresso de Psicanálise, 1978.

atender a objetivos sociais mais amplos, como acontece na Clínica Tavistok de Londres”.²¹

Referindo-se ao clima instalado, Melsohn registrou: “Naquela ocasião, discutia-se o anteprojeto do novo estatuto. Um artigo, famoso artigo, disciplinava as circunstâncias em que um membro da Sociedade seria expulso: a falta de pagamento, o comportamento antiético, lecionar numa instituição de ensino de psicoterapia que recomendasse a análise pessoal como um dos elementos da formação. Expulsão!”²² Apesar das críticas, Isaiás também se afastou do Sedes: “Acabei me afastando do Sedes, em fins de 1976, em razão de outras atividades; Fabio continuou. Eu não queria ter uma atividade sistemática como são as aulas semanais, preferia dar seminários clínicos esporadicamente”.²³ Nos anos seguintes, ele colaborou como supervisor e professor convidado do curso de psicanálise do Sedes.

Em depoimento, Roberto Azevedo lembra: “Voltei ao Brasil durante a ditadura e o clima repressivo impregnava todas as instituições. Os dirigentes da Sociedade – Ferrão, Gecel, Lygia – tiveram uma forte reação. Fizeram uma reu-

nião em que deixavam claro: ‘se vocês forem para este curso do Sedes podem sofrer sanções e, se desistirem, podem receber benefícios’. Um jogo de sedução e ameaça. Esse grupo da Sociedade, muito autoritário, sentiu nosso curso como uma ameaça muito grande, não porque fosse fornecer títulos de psicanalistas, o que seria impossível já que não tínhamos reconhecimento da IPA nem nunca pensei em fazer uma dissidência da Sociedade, mas pela formação com qualidade. Eu me dirigi aos meus colegas e disse: vocês não têm porque colocar em risco a posição conquistada na Sociedade, não sabemos nem onde vai dar esse curso, não tem cabimento se arriscar nesta aventura; por favor, fiquem à vontade de sair. Dispensei qualquer ato de solidariedade e eles saíram. Só continuou comigo o Fabio Herrmann, que ainda era jovem, não tinha muito a perder. Eles não queriam mexer diretamente comigo, que havia chegado de Londres galhardado de todas as glórias: amigo do Rosenfeld, respeitado por Hanna Segal. Eles usaram de uma técnica mais inteligente. Em vez de me atacar, tentaram esvaziar meu curso, pensando que sozinho eu não faria nada”.

Conforme depoimento registrado na biografia de Melsohn, a didata da SBPSP, Virginia Bicudo, assim se manifestou: “O episódio do Sedes foi marcante. Ele foi um dos acontecimentos que desencadearam um conflito no interior da nossa Sociedade. Minha posição era favorável à participação. Afinal, nós sempre procuramos criar espaços para a psicanálise nas instituições fora da Sociedade – no serviço de Higiene Mental, na Escola Livre de Sociologia e Política, na Escola de Enfermagem... Por que não no Sedes? Era completamente contraditório”.²⁴

Fabio Herrmann explica as razões da reação da SBPSP: “Na visão da Sociedade, a grande diferença do curso do Sedes é que os outros não formavam psicanalistas, não permitiam que as pessoas formadas por ele se intitulassem psicanalistas. E a Sociedade achava isso, não por uma avaliação errônea, mas porque o curso do Sedes formava em psicanálise. A idéia era formar um pólo de tensão, não para romper com a Sociedade, mas porque a psicanálise cresce e floresce em situações de tensão, não de estabilidade. Era uma formação de um tipo diferente, não era criar uma competição, mas outro pólo para revigorar e propiciar o próprio desenvolvimento da psicanálise. Pensando nesse sentido, o curso do Sedes cumpriu esse objetivo, ele esticou o elástico, propiciou que surgissem outras maneiras de formação e que a psicanálise na universidade

fosse reforçada, abrindo a possibilidade de as pessoas fazerem um curso na universidade e depois poderem procurar a complementação de sua formação no Sedes, coisa difícil de fazer entre a Sociedade e a universidade”.

A saída dos psicanalistas que eram da Sociedade marcou uma diferença clara não apenas em relação ao modelo organizacional, mas igualmente político e em relação às formas de pensar a inserção social da psicanálise. O Sedes e a SBPSP representavam duas posições opostas em relação à participação política. Sagawa cita um relatório do Instituto de Psicanálise, biênio 1975-76, que afirma: “Sugere-se com veemência o afastamento de atividades de cunho político, prejudiciais à vida do Instituto, com o fito de evitar-se a formação de grupos ou sub-grupos mais voltados para interesses personalistas do que para o aprimoramento da formação psicanalítica”.²⁵

A atuação no campo da saúde mental, defendida pelos psicanalistas do Sedes, era uma posição diferente da defendida majoritariamente pela Sociedade em São Paulo. Sagawa pondera uma questão interessante: “Nos anos 1950, houve também outros ‘analistas’ da Sociedade que estiveram atuando nos órgãos públicos de Saúde Mental, mas nenhum deles se propunha a aplicar a psicanálise nesses atendimentos de Saúde Mental. Eles faziam questão declarada de estabelecer uma distinção em suas atuações: na Saúde Mental, eram psiquiatras e, no consultório particular, eram psicanalistas”.²⁶

O conflito interno desencadeado a partir da fundação do curso do Sedes também concorreu, posteriormente, para modificar a própria estrutura da Sociedade de Psicanálise. Em 1983 ganhou a eleição um grupo de oposição que implementou uma série de modificações no funcionamento da entidade e, em 1985, assumiu a presidência o psicanalista Fabio Herrmann.

Regina Chnaiderman: a escuta e o acolhimento

Com a saída dos psicanalistas integrantes da Sociedade, cresceu ainda mais em importância dentro do grupo a presença de Regina Chnaiderman, que teve participação decisiva na concepção de psicanálise e no perfil que o curso assumiu daquele momento em diante e na configuração de um projeto de Departamento em 1980. Convidada por Roberto Azevedo a integrar a equipe que fundou o curso em 1976, ambos tinham concepções e objetivos que foram



ACIMA

Regina Chnaiderman em sala de aula, quando lecionava química para alunos de colégio, década de 1950.



ACIMA, À DIREITA

Regina Chnaiderman na época em que cursava psicologia na USP, 1963.

se tornando cada vez mais divergentes, até se tornarem irreconciliáveis, com a cisão e a formação de dois cursos de psicanálise no Sedes, em 1979.

Formada em química pela Universidade de São Paulo em 1944, Regina Chnaiderman foi professora em colégios paulistanos, como o Bandeirantes e o Dante Alighieri. Regina foi influenciada pela concepção de psicanálise de Isaías Melsohn, que, embora didata da Sociedade, tinha uma visão mais aberta e social da psicanálise do que o núcleo da Sociedade. Melsohn esteve entre os primeiros integrantes do Grupo Psicanalítico de São Paulo, quando Adelheid Koch era a única didata em São Paulo. Em sua biografia, Melsohn conta: “Minha relação com Regina era muito fraternal, muito próxima. Havia uma sintonia intelectual entre as duas cabeças. Era uma pessoa extremamente sensível. Com ela, talvez mais do que com qualquer pessoa do grupo, ou fora do grupo, eu podia falar dos problemas que mais me interessavam na teoria psicológica e psicanalítica”.²⁷

Na década de 1950, Regina integrava um grupo de estudos de filosofia com Anatol Rosenfeld e começou a se interessar pela psicanálise. Anatol era um intelectual judeu-alemão que migrara para o Brasil e passou a manter uma intensa atividade intelectual, publicando artigos e mantendo grupos de estudos, seu interesse ia do futebol ao teatro, das religiões afro-brasileiras à psicanálise, que ele conhecia e que era importante veio interpretativo em seus estudos. Era uma abordagem cultural da psicanálise, inserida nas grandes discussões filosóficas e nos estudos literários, mas também nas questões sociais e políticas

e na problemática do dia-a-dia. Deste seminário de filosofia com Anatol Rosenfeld participavam também Jacó e Gita Guinsburg, Sabato Magaldi e Boris Chnaiderman, além de Isaías Melsohn.

Esses encontros e essa vivência intelectual foram contribuições importantes na decisão de Regina de estudar psicanálise e, depois, na escolha da psicologia e da psicanálise como profissão. Ela então ingressou no curso de psicologia na USP decidida a tornar-se psicanalista. Quando estava no final da faculdade, em 1965, Regina solicitou seu ingresso na SBPSP e teve seu pedido recusado, o que se repetiu no ano seguinte. As razões da recusa podem estar relacionadas à negativa da Sociedade em aceitar uma candidata com um perfil político de esquerda e com um percurso intelectual que certamente não atendia ao modelo da Sociedade, naqueles anos em que se iniciava um fechamento político na instituição e no país.

Memórias do grupo de estudo

Decidida a continuar seus estudos de psicanálise, Regina organizou seu próprio grupo de estudo. O psicanalista Fabio Herrmann recorda o início desse grupo: “Regina estava terminando o curso de graduação em psicologia quando eu e uma colega de classe, Betty Milan, a procuramos para montar um grupo de estudos. Até então, eu e Betty estávamos tentando estudar psicanálise sozinhos e sem orientação, na biblioteca da faculdade de medicina. Betty havia sido aluna da Regina no colégio e fomos procurá-la. O grupo durou muitos anos. Inicialmente éramos somente nós três, depois entraram vários colegas, como Marilene Carone, Marilsa Taffarel, Sandra Moreira. Regina, mais velha e muito mais culta que nós, recebia orientação do Isaías Melsohn e estava também interessada em estudar, e nós tínhamos todo o tempo do mundo para nos dedicarmos a isso, pois ainda éramos estudantes. Chegávamos a ter três a quatro seminários por semana. Estudávamos Freud, Melanie Klein, Lacan, Psicologia do Ego e depois Bion. Foi muito produtivo”.

Ainda na década de 1960, os encontros na casa de Regina começaram a assumir um caráter mais definido de grupos e seminários de estudo, visando uma formação em psicanálise, especialmente no período entre a sua não aceitação na Sociedade e a fundação do curso no Sedes em 1976. Na biografia que

escreveram sobre Isaías Melsohn, as psicanalistas Bela Sister e Marilsa Taffarel registram sobre esses encontros: “Seus seminários teóricos e clínicos foram, por mais de dez anos, a partir de meados dos anos 1960, o único lugar em São Paulo onde se ensinava psicanálise fora do Instituto de Psicanálise da SBPSP. Nelas era estimulado um estudo crítico da teoria clássica psicanalítica e uma abertura para outras áreas das ciências humanas”.²⁸

Além do estudo, muitos lembram e enfatizam o ambiente que Regina criou em sua casa ao lado de Boris Chnaiderman, professor de língua e literatura russa na Universidade de São Paulo. Segundo Fabio Herrmann, “Regina era uma pessoa maravilhosa, uma anfitriã de mão cheia, que recebia muito bem, que dava muito, era muito generosa, e estimulava nas pessoas o que elas tinham de melhor, fazia as pessoas produzirem muito. A Regina tinha um grande grupo ligado a ela. Muitas das coisas de vanguarda, se não aconteciam em sua casa, certamente passavam por lá. Ela era uma pessoa muito interessante”.

“Desde meados da década de 1960, Regina Chnaiderman já reunia em sua casa dezenas de estudantes de psicologia e psicólogos em seminários abertíssimos. ‘Ela era uma verdadeira instituição de ensino de psicanálise. O curso do Sedes Sapientiae só veio formalizar um antigo processo’”, relata a psicanalista Marilene Carone, segundo artigo de Vivien Lando.²⁹ Para Vivien, “outro legado fundamental de seu trabalho foi introduzir na atuação clínica uma erudição intelectual praticamente inédita. Regina tinha uma incrível voracidade de conhecimento, fosse através dos livros, cinema, teatro, artes plásticas ou música. (...) Essa paixão cultural era parte indissolúvel de sua relação com os pacientes, aos quais habitualmente sugeria uma participação mais ativa na produção intelectual do país”.³⁰

Em homenagem póstuma a Regina, Betty Milan recordou: “Não trilhou o seu caminho facilmente, pela sua independência viveu uma dura exclusão no início da carreira. A Sociedade de Psicanálise recusou-lhe a entrada. Mas era feita de muitos fôlegos e foi em frente, dedicando-se ininterruptamente à transmissão da psicanálise. Antes de dirigir o curso no Sedes Sapientiae formou meio mundo na própria casa, insistindo em uma leitura rigorosa de Freud. Ali, vi-a reinventar o saber do campo freudiano, que ressurgia para ser questionado. Isso acontecia quando nas instituições locais se fazia um dogma da palavra do mestre. Regina foi uma precursora”.³¹ E acrescenta: “Ninguém cultivou como

ela a amizade, aproximou tantas pessoas. (...) Aberta a todos e às várias correntes, promoveu a psicanálise através do encontro. Quem viesse de fora da cidade, cedo ou tarde chegava nela, que sabia acolher e apresentar, era uma anfitriã nata. Valorizando o Brasil, permitiu-nos conhecer o que se fazia na França e também nos outros países latino-americanos. Isso porque era capaz de sustentar as inúmeras transferências e autorizar os desejos mais diversos”.³²

Nas memórias da filha, a psicanalista Miriam Chnaiderman: “Ela gostava muito de dar aula e os alunos a adoravam, inclusive vinham muito em casa conversar. Ela era uma pessoa muito estudiosa e se interessava por vários temas. Minha mãe era uma pessoa muito generosa, que recebia muito bem as pessoas, acolhia a todos. Ela era muito ligada a intelectuais interessantes, tinha muitos quadros dados a ela por amigos pintores – Di Cavalcanti, Flavio Carvalho e outros. Minha casa vivia cheia. Fez durante uns 20 anos um grupo coordenado por Anatol Rosenfeld. Ela era muito amiga de Isaías Melsohn, se encantou com a psicanálise e, quando ela tinha 43 anos, decidiu estudar psicologia para ser psicanalista. Ela entrou no curso de psicologia da USP e como já tinha diploma de química começou a dar aulas de psicologia social com a Anitta Cabral antes mesmo de se formar em psicologia”.

A recusa na admissão da Sociedade Psicanalítica foi sentida por Regina, segundo Cecília Coimbra: “Apesar de sua posição singular e bastante diferente da dos analistas da SBPSP com relação aos rituais e dogmas analíticos presentes na formação, sobre os preços cobrados (tanto na terapia, quanto na supervisão), Regina sente profundamente esta segunda exclusão. A força e o poder da formação instituídas nas sociedades ‘oficiais’ é um fato e, mesmo para uma pessoa como Regina, isso pesa, e muito. Por alguns anos, mesmo já tendo um consultório concorrido e numerosos grupos de estudos e supervisão, receia se autonear analista”.³³

Miriam Chnaiderman lembra: “Ela estava fazendo análise com uma psicanalista da Sociedade e abriu consultório no quinto ano da graduação em psicologia. Então tentou a entrada na Sociedade de Psicanálise e não conse-



Grupo de estudo de psicanálise em momento de descontração: Marilene Carone, Betty Milan e Regina Chnaiderman (à direita), fotografadas por Fabio Herrmann, 1968.

guiu. Naquela época haviam pouquíssimos analistas didatas, seis ou sete, e que haviam sido seus professores na USP. Ela era brilhante, contestadora, e acho que a questão de quem seria seu analista foi um problema. Não sei como as coisas aconteceram, mas o fato é que ela tentou duas vezes a entrada e não conseguiu. A Sociedade era a única instituição de formação em psicanálise e ela ficou muito deprimida, foi muito sofrido, mas ela não se curvou e decidiu estudar psicanálise de forma independente. Ela começou a estudar Freud, inicialmente com o Fabio Herrmann e com a Betty Milan, e depois muitas pessoas passaram por este grupo de sábado: Marilsa Taffarel, Julieta Nóbrega, Marilene Carone. Depois eu entrei também e levei algumas colegas da faculdade. Era um grupo muito rico, se debruçando sobre o texto, estudando Freud”.

Miriam Chnaiderman continua: “Quando se ouviu falar de Lacan, nós chamamos a Marilena Chauí para trabalharmos o texto do Lacan. Depois, eu e minha mãe ajudamos na primeira tradução – o que era complicado, porque na época não havia uma nomenclatura estabelecida e nós usamos termos que depois ficaram estabelecidos de outra forma, como o ‘pequeno a’, que nós traduzimos por ‘pequeno o’, e o livro demorou a ser publicado. Esta formação fora da instituição era muito interessante. Nós procurávamos pessoas para fazer supervisão, grupo de estudos, cada um de acordo com os seus interesses: eu estudei teste de Rorschach com a Marilene Carone, fiz grupo de psicanálise de criança e Melanie Klein com a Ana Maria Sigal, fiz um grupo clínico com a Julieta Nóbrega. Minha mãe tinha um sonho de formar um grupo de analistas. Quando apareceu a idéia do Sedes, para minha mãe foi um grande sonho: ter um lugar em que ela pudesse formar não só as ‘filhas’, mas plantar uma semente de um certo jeito de pensar a psicanálise. Então esse grupo se institucionaliza, com todos os ganhos e perdas que isso significa. O momento pré-Sedes foi um momento muito vivo, borbulhante; e a minha idéia de departamento tinha relação com resgatar um lado vibrante da psicanálise, de formação permanente, de troca, de questionamento. Para minha mãe, o sonho era este espaço de formação e questionamento constante, não limitado ao curso”.

Regina Chnaiderman faleceu em 1985, mas viu o projeto de se criar um Departamento de Psicanálise no Sedes concretizado. A memória de Regina é uma marca forte na história do Departamento de Psicanálise e ela se amplia em várias dimensões. Renato Mezan lembra de Regina, “cuja trajetória marcou

de modo indelével uma geração inteira de jovens analistas, inculcando em nós uma idéia exigente do que significa ‘analisar’. Exigência que em nada implicava rigidez ou intolerância, porque era antes de tudo exigência consigo própria. Exigência de rigor teórico nas discussões, de compromisso ético na prática da análise, de coerência política no trabalho comum; Regina soube cultivar a rara virtude de ser inquebrantável no essencial e mostrar-se flexível no acessório. Algumas interpretações em supervisão, algumas formulações em conversas e debates mostravam sua sensibilidade apurada por anos de escuta e por rigoroso esforço de auto-análise. Regina foi psicanalista até a medula, era feita para o ofício e nele se destacou como poucos”³⁴.

A disposição de continuar

Esta concepção de psicanálise já estava presente como uma das forças atuantes desde a preparação do curso e se tornou mais presente após a saída dos analistas da Sociedade e a contratação de novos professores.

Com a saída dos psicanalistas ligados à Sociedade, em um primeiro momento a continuidade do curso ficou comprometida, mas havia nos alunos e professores que permaneceram a disposição de continuar. Para suprir as necessidades do curso e finalizar o ano letivo foram convidadas Marilsa Taffarel e Marilene Carone, que eram alunas do curso, mas que já vinham fazendo uma formação psicanalítica independente com Regina há muitos anos. Foi também contratada a psicanalista Ana Maria Sigal, recém-chegada da Argentina.

Em 1976, começaram a chegar ao Brasil psicanalistas argentinos que tiveram que deixar seu país em decorrência do golpe militar. “Esse grupo de pessoas, que estava trabalhando em seu país com os limites e as possibilidades da psicanálise no campo social e da saúde pública e que acabava de sofrer os efeitos destrutivos da ditadura militar argentina, foi solidariamente acolhido pelo Sedes. Houve uma confluência de ideais e de práticas”³⁵, definiria um texto do Departamento em 1997.

“É preciso ressaltar que este encontro só foi possível pela abertura que a Regina deu, por sua imensa generosidade, pela falta de competição, pela implicação com as coisas que ela fazia e acreditava”, relata Ana Maria Sigal: “Ela abriu para nós não só uma possibilidade de trabalho, mas nos acolheu em sua

família – com Boris e Miriam – e em sua casa. Nosso primeiro reveillon no Brasil passamos todos os exilados na casa dela. Ela nos permitiu encontrar um território, criar uma família. Precisa ficar registrada a generosidade com que fomos recebidos, tanto pessoalmente pela Regina, como pela instituição Sedes e por Madre Cristina. Não sei se em algum país do mundo se receberia os exilados da maneira desprendida e aberta como fomos recebidos”.

Regina deixou poucos textos escritos. Ana Maria Sigal comenta este aspecto: “A produção escrita da psicanálise é bastante recente. O que se produzia quando nós chegamos era muito pouco. Se escrevia pouco no Brasil e em geral. Mesmo Isaías Melsohn, que era uma pessoa muito importante na psicanálise em São Paulo, só foi publicar um livro recentemente. Fabio Herrmann foi um dos primeiros a escrever, com *Andaimos do Real*. Não é só da Regina que encontramos poucos textos, mas de todo mundo. Regina dava um seminário, sábados de manhã, na casa dela, para um grupo bastante numeroso de pessoas. Quando eu cheguei, ela já ensinava psicanálise há muito tempo e não tinha nada escrito. Em primeiro lugar, a tradição de transmissão da psicanálise é oral, de seminários, clínica e supervisões. A produção escrita aumentou por uma necessidade de fazer circular de forma mais extensa as reflexões e também por uma necessidade acadêmica dos analistas que foram para as pós-graduações. Para nós, do curso, a formação de psicanalistas é diferente da formação que pode acontecer dentro da universidade”.

Notas

1. No Rio de Janeiro a Sociedade sofreu uma cisão mesmo antes de ser reconhecida, de forma que existem desde o início duas sociedades psicanalíticas ligadas à IPA: a Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (reconhecida pela IPA em 1957) e a Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (reconhecida pela IPA em 1959).
2. VALE, Eliana Nogueira do. *Os Rumos da Psicanálise no Brasil*, Dissertação de Mestrado, IPUSP, 1986, pp. 72-73.
3. VALE, Eliana Nogueira do. *Os Rumos da Psicanálise no Brasil*, Dissertação de Mestrado, IPUSP, 1986, pp. 144-145.
4. COIMBRA, Cecília. *Gerentes da Ordem: Algumas Práticas 'Psi' nos anos 70 no Brasil*, Tese de Doutorado, IPUSP, 1992, p. 207.
5. COIMBRA, Cecília. *Gerentes da Ordem: Algumas Práticas 'Psi' nos anos 70 no Brasil*, Tese de Doutorado, IPUSP, 1992, p. 215.
6. SAGAWA, Roberto Y. *Os Inconscientes no Divã da História*, Dissertação de Mestrado, FFCH – Unicamp, 1989, pp. 184-185.
7. SAGAWA, Roberto Y. *Os Inconscientes no Divã da História*, Dissertação de Mestrado, FFCH – Unicamp, 1989, p.188.
8. HERRMANN, Fabio “Análise Didática: Uma análise feita de críticas”. In: SLAVUTZKY, BRITO & SOUZA (org.) *História, Clínica e Perspectiva nos Cem Anos da Psicanálise*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1996, pp. 215-216.
9. FRANÇA, M^a Olympia “Prefácio-História”. In: FRANÇA, THOMÉ & PETRIACCINI, *Transformações e Invariâncias: Bion-SBPSP*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2001.

10. SAGAWA, Roberto Y. *Os Inconscientes no Divã da História*, Dissertação de Mestrado, FFCH – Unicamp, 1989, p. 147. Outro aspecto levantado por Sagawa é o uso de critérios subjetivos e características pessoais na avaliação dos analistas, deixando a formação na Sociedade de ser critério suficiente e passando a ser apenas necessário. “Comparado com o período anterior referente aos anos 1940, 1950 e 1960, quando o critério para distinguir um psicanalista era apenas a formação exigida pelos estatutos da IPA, nesse período mais recente outros critérios passaram a se sobrepor aos já existentes. De tal maneira que somente os critérios estatutários prévios são considerados insuficientes e outros critérios que não são absolutamente previstos pelos estatutos, mas passam a ser considerados igualmente relevantes.”
11. COIMBRA, Cecília. *Gerentes da Ordem: Algumas Práticas 'Psi' nos anos 70 no Brasil*, Tese de Doutorado, IPUSP, 1992, p. 313.
12. COIMBRA, Cecília. *Gerentes da Ordem: Algumas Práticas 'Psi' nos anos 70 no Brasil*, Tese de Doutorado, IPUSP, 1992, p. 314.
13. SISTER, Bela e TAFFAREL, Marilsa. *Isaías Melsohn: a psicanálise e a vida*, São Paulo, Escuta, 1996, p. 147.
14. Folheto de divulgação das atividades do Instituto Sedes Sapientiae, 1975.
15. Os 15 cursos integravam “Centros” que estavam divididos em Psicodrama, Terapia Infantil, Terapia Adolescente, Terapia Adulto, Gerontologia, Psicologia do Trabalho, Filosofia, Expansão Cultural, Educação e Análise do Comportamento. Conforme uma publicação oficial de memória de 1980 estes centros e cursos visavam “contribuir para que os oprimidos assumam seu projeto de libertação. Os Centros oferecem cursos. Os Serviços são desempenhados, dentro do próprio Instituto, pela Clínica Psicológica”, conforme “O Sedes e um Pouco de sua História”, Caderno Informativo sobre os Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento, 1980.
16. COIMBRA, Cecília. *Gerentes da Ordem: Algumas Práticas 'Psi' nos anos 70 no Brasil*, Tese de Doutorado, IPUSP, 1992, p. 314.
17. Lista de alunos do 1º ano do curso de Especialização de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica, 1976.
18. Folheto de divulgação das atividades do Instituto Sedes Sapientiae, 1976.
19. SCHMIDT, Maria Luisa S. “Madre Cristina: Um instrumento de transformação”, *Percursos*, ano 2, n° 4, 1º sem. 1990, p. 58.
20. CRISTINA, Madre (Célia Sodré Dória). “Personalidade e Família”, *Anuário da FFCL 'Sedes Sapientiae'*, 1967-1968, p. 96.
21. SISTER, Bela e TAFFAREL, Marilsa. *Isaías Melsohn: a psicanálise e a vida*, São Paulo, Escuta, 1996, p.148.
22. SISTER, Bela e TAFFAREL, Marilsa. *Isaías Melsohn: a psicanálise e a vida*, São Paulo, Escuta, 1996, pp. 148-149.
23. SISTER, Bela e TAFFAREL, Marilsa. *Isaías Melsohn: a psicanálise e a vida*, São Paulo, Escuta, 1996, p.152.
24. Citada por SISTER, Bela e TAFFAREL, Marilsa. *Isaías Melsohn: a psicanálise e a vida*, São Paulo, Escuta, 1996, p. 152.
25. Citado por SAGAWA, Roberto Y. *Os Inconscientes no Divã da História*, Dissertação de Mestrado, FFCH – Unicamp, 1989.
26. SAGAWA, Roberto Y. *Os Inconscientes no Divã da História*, Dissertação de Mestrado, FFCH – Unicamp, 1989, p. 301.
27. SISTER, Bela e TAFFAREL, Marilsa. *Isaías Melsohn: a psicanálise e a vida*, São Paulo, Escuta, 1996, p. 124.
28. SISTER, Bela e TAFFAREL, Marilsa. *Isaías Melsohn: a psicanálise e a vida*, São Paulo, Escuta, 1996, p. 123 (nota 4).
29. LANDO, Vivien. “Regina uniu cabeças e corações”, *Folha de S. Paulo*, Ilustrada, 30/01/1985, p. 39.
30. LANDO, Vivien. “Regina uniu cabeças e corações”, *Folha de S. Paulo*, Ilustrada, 30/01/1985, p. 39.
31. MILAN, Betty. “Uma grande mãe e anfitriã nata”, *Folha de S. Paulo*, Ilustrada, 30/01/1985, p. 39.
32. MILAN, Betty. “Uma grande mãe e anfitriã nata”, *Folha de S. Paulo*, Ilustrada, 30/01/1985, p. 39.
33. COIMBRA, Cecília. *Gerentes da Ordem: Algumas Práticas 'Psi' nos anos 70 no Brasil*, Tese de Doutorado, IPUSP, 1992, p. 164.
34. MEZAN, Renato. “Prefácio” in *A vingança da Esfinge: Ensaio de Psicanálise* (3ª ed.), São Paulo, Casa do Psicólogo, 2002, p. 20.
35. DEPARTAMENTO de Psicanálise. “Psicanálise – 20 anos de Sedes Sapientiae”, *Histórias e Memórias do Instituto Sedes Sapientiae*, São Paulo, Sedes Sapientiae, 1997, p. 43.

O PERCURSO DA SOCIEDADE DE PSICANÁLISE

A história da psicanálise em São Paulo tem início na década de 1920, quando Franco da Rocha tornou-se precursor, não tanto por suas contribuições, mas porque era a autoridade mais reconhecida no *establishment* psiquiátrico na época. Diretor do Juqueri e professor da Faculdade de Medicina, Franco da Rocha estudou e divulgou a obra de Freud, “mas não possuía qualquer pretensão de querer aplicar e confirmar ou não a técnica psicanalítica no tratamento de distúrbios mentais”.¹

Em 1927, Durval Marcondes, um médico recém-formado e aluno de Franco da Rocha, fundou a Sociedade Brasileira de Psicanálise. Essa sociedade reuniu psiquiatras, artistas e intelectuais, mas não tinha como objetivo formar psicanalistas. O objetivo era reunir as pessoas interessadas no estudo da teoria freudiana e fazer a divulgação dessas idéias.² Essa primeira sociedade foi desativada alguns anos depois.

Foi com Durval Marcondes, um autodidata, que a psicanálise passou a ser terapêuticamente aplicada. Ele fez contatos para tentar formar uma Sociedade filiada à International Psychoanalytical Association, mas como requisito era necessária a presença de um analista didata reconhecido pela própria IPA. Durval buscou a vinda de um analista estrangeiro, que foi frustrada em 1932 (René Spitz) e também em 1934, por falta de uma estrutura que pudesse recebê-los (como uma universidade, por exemplo).

Em outubro de 1936 chegaram ao Brasil, refugiados do nazismo, a psicanalista judia-alemã Adelheid Koch e sua família. A médica Adelheid era analista qualificada pelo Instituto de Psicanálise de Berlim, membro da Sociedade de Psicanálise de Berlim e havia realizado a sua análise didática com Otto Fenichel. No Congresso Psicanalítico Internacional, em 1936, quando soube de sua iminente imigração para o Brasil, Ernest Jones lhe falou de Durval Marcondes e de seu interesse em formar uma Sociedade no Brasil.

Segundo Sagawa, foi com o consentimento de Ernest Jones e Otto Fenichel que a dra. Koch desembarcou no Brasil com as devidas credenciais da IPA para formar novos psicanalistas. Mas a decisão de emigrar para o Brasil foi tomada por ela e sua família, na condição de refugiados do nazismo e não por prévio convite da IPA ou de Marcondes. Em São Paulo, os primeiros pacientes de Adelheid eram candidatos interessados em se tornar psicanalistas e foram recrutados pelo próprio Marcondes.

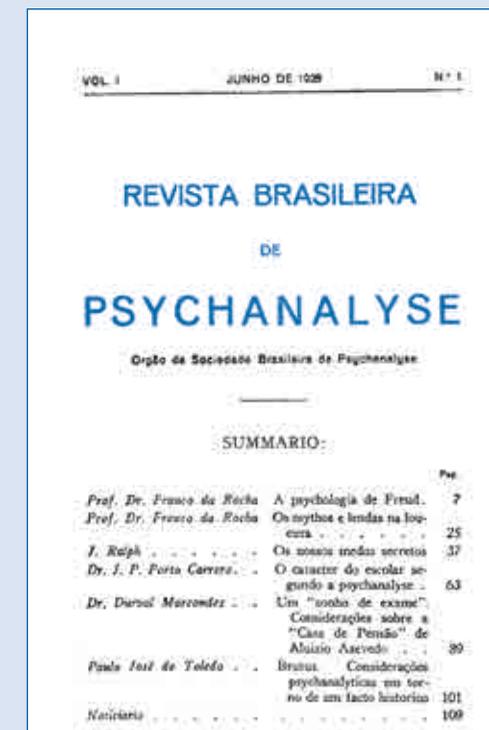
1. SAGAWA, Roberto Y. *Os Inconscientes no Divã da História*, Dissertação de Mestrado, FFCH – Unicamp, 1989, pp. 36 a 41.

2. SAGAWA, Roberto Y. *Os Inconscientes*, op. cit., p. 46.

Um ano após a sua chegada, dra. Koch procurou Marcondes para iniciar o trabalho psicanalítico e este ofereceu o seu consultório para atendimento. Os primeiros candidatos a analistas aceitos pela dra. Koch foram: Durval Marcondes, Darcy de Mendonça Uchôa, Flávio Dias e Virginia Bicudo. Os três primeiros eram médicos. Virginia Bicudo, normalista e educadora sanitária, formou-se em 1932 e, depois, bacharel em ciências sociais pela Escola de Sociologia e Política em 1945. Com isso, tornou-se a primeira candidata “não-médica” (nessa época não existia no Brasil nem a formação nem a profissão de psicólogo). Virginia Bicudo imprimiu uma marca distintiva e duradoura no núcleo inicial do Grupo Psicanalítico de São Paulo: o de aceitar candidatos não-médicos, com formação universitária em áreas conexas à da medicina.³

Em 1944, a dra. Koch e os cinco primeiros candidatos iniciam as tentativas de obter o reconhecimento da IPA. A IPA reconheceu o grupo como *Study Group*, primeiro passo para o reconhecimento oficial. Com isso, passa a se chamar Grupo Psicanalítico de São Paulo. Durante os anos 1940, novos candidatos foram aceitos por ela, como Frank Philips, Henrique Mendes, Lygia Alcântara Amaral e Isaías Melsohn (que faria grupo de estudo com Regina Chnaimer e participaria depois da fundação do curso de psicanálise do Sedes).

Os candidatos do primeiro grupo foram aprovados como analistas e considerados “membros efetivos” ao ser criado o Grupo Psicanalítico. Mas o mesmo não aconteceu com os candidatos recrutados nos anos 1940, que foram promovidos de “candidatos” a “membros associados”, uma nova categoria criada pela IPA e seguida pelo grupo. Assim, aumentou a hierarquia na Sociedade, que passou a ter quatro categorias de membros: candidatos, membros associados, membros efetivos e analistas didatas, com ritos específicos de passagem para cada categoria.⁴ Em 1951, o Grupo Psicanalítico de São Paulo obteve o reconhecimento definitivo da IPA, no Congresso Internacional realizado em Amsterdã, e passou a ser denominado Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.



Fac-símile da capa da revista da Sociedade Brasileira de Psicanálise, publicada em 1928, que reunia pessoas interessadas no estudo e na divulgação da teoria freudiana, como Franco da Rocha e Durval Marcondes.

3. SAGAWA, Roberto Y. "A História da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo", site oficial da SBPSP (www.sbpsp.org.br), fevereiro 2005.

4. SAGAWA, Roberto Y. *Os Inconscientes*, op. cit., p.135.

3

“A libertação como fim”: o Sedes
no centro da resistência política



CARTA DE PRINCÍPIOS DO INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE
(resultado da discussão dos centros e departamentos, mais comissão encarregada da organização)

Fruto de um momento histórico em que a realidade social exige transformações decisivas e impõe aos homens a adoção de princípios claros, o Instituto Sedes Sapientiae cumpre aqui o dever de posicionar-se quanto a propósitos e concepções de trabalho. Ter pensamento nítido, opções definidas a favor da emancipação popular não é garantia final de efetivo cumprimento das metas. Mas é condição primeira para início da caminhada consequente. Pensando assim, longe de se pautar por modelos de um cientificismo que se proclama neutro, o Instituto Sedes Sapientiae firma uma postura filosófica consciente e se compromete a:

- I- Assumir sua parcela de responsabilidade na transformação qualitativa da realidade social, estimulando todos os valores que acelerem o processo histórico no sentido da justiça social, democracia, respeito aos direitos da pessoa humana.
- II- Ser um centro multidisciplinar de reflexão crítica, no sentido de fazer do exercício de trabalho teórico um permanente lugar de formação e intensificação da postura crítica, cooperando e desenvolvendo integrado das Ciências e das Artes, contrapondo-se frontalmente à mera repetição de teorias e técnicas.
- III- Constituir-se em opção alternativa, desvinculada da estrutura acadêmica tradicional, procurando promover, explorando-se em todas as direções, a liberdade de pensamento e de expressão.
- IV- Formar profissionais de nível científico cujo referencial teórico contribua para reflexão sobre a realidade social e o desenvolvimento do homem dissociando-se do tecnicismo pragmático e do elitismo financeiro.
- V- Promover uma ética de trabalho de defesa efetiva dos direitos da pessoa, evitando um formalismo ético descomprometido e como diste.
- VI- Desenvolver pesquisas e cursos que instrumentalizem à conhecer a realidade brasileira e nela atuar mediante prestação de serviços que atendam às necessidades e interesses da população economicamente menos favorecida para percepção e elaboração de sua própria condição humana e histórica.
- VII- Oferecer alternativas e abrir campos de trabalho aos que estejam empenhados no desenvolvimento de projetos para promoção do homem.
- VIII- Criar, em todos os seus integrantes, um clima de trabalho cooperativo, que possibilite um modelo de fraternidade comunitária.
- IX- Zelar pela documentação do Instituto, de modo a organizar uma memória, que possa se constituir, na linha do tempo, em provável historiografia capaz de avaliar a eficiência da proposta encaminhada, possibilitando sua permanente reformulação.
- X- Praticar sistemática auto-crítica de todo seu procedimento, corrigindo erros e aperfeiçoando métodos ditados pela exigência do trabalho comprometido com a realidade social.
- XI- Manter em seu quadro de pessoal, profissionais e colaboradores que assumam o compromisso de sustentar, propagar e desenvolver a proposta do Instituto.

PÁGINA ANTERIOR

Faixa em frente ao novo prédio do Sedes: "É o Sedes que renasce como um espaço político para as pessoas que quisessem refletir e encontrar um novo modelo de sociedade", 1976.

DIREITA

Trecho da versão da Carta de Princípios do Instituto Sedes Sapientiae, resultante da discussão dos centros, departamentos e Comissão, 1979.

Em paralelo a uma trajetória de ensino de psicologia, de psicanálise e de cursos na área de educação e de saúde, o Instituto Sedes Sapientiae se tornou na década de 1970 um dos centros de reunião e militância de movimentos sociais e políticos de resistência civil à ditadura militar. Foi dentro da instituição que se organizou, por exemplo, o Comitê Brasileiro de Anistia de São Paulo. A “Carta de Princípios” do Sedes, de 1979, definiu claramente os objetivos e os compromissos sociais e políticos da instituição.

Se em um primeiro momento, com Roberto Azevedo e os psicanalistas da Sociedade de Psicanálise, o curso não tinha contorno político claro e não participava da efervescência política do Sedes nos anos 1970, aos poucos este contorno vai se definindo – com as posições de Regina Chnaiderman, com a saída dos psicanalistas pertencentes à Sociedade, com a inserção dos psicanalistas vindos da Argentina e com a entrada dos alunos-psicólogos que tinham experiência em serviços de saúde e comunitários – até configurar-se claramente, em 1980, com a definição de um projeto de departamento, um modelo de funcionamento interno, de atendimento na clínica, de atuação em saúde mental e de formação de psicanalistas em sintonia com o ambiente político da instituição. Com este perfil, o curso passou também a atender à demanda de profissionais, principalmente psicólogos, que buscavam formação em psicaná-

lise, mas também um referencial para trabalhos sociais e políticos no campo da psicologia e da saúde mental.

Este contexto político é fundamental para entender – nos dois próximos capítulos – a inserção dos psicanalistas exilados da ditadura militar argentina, a partir de 1976, e a procura do curso no Sedes por uma geração de profissionais, principalmente psicólogos, que faziam trabalhos então chamados de alternativos. A trajetória e as posições políticas do Sedes são fundamentais para compreender esta conjunção que definiu o perfil do curso e do departamento a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980.

Na primeira metade da década de 1970, o Instituto Sedes Sapientiae funcionava na Rua Caio Prado nº 102, onde se localizava a clínica psicológica. A primeira diretoria do Sedes foi constituída em 1975 e era formada por três Cônegas de Santo Agostinho – Madre Cristina, Irmã Laura e Irmã Iolanda Setúbal – e três leigos – Cida Maria Sampaio Dória, Consuelo Assis Carvalho e Haim Grunspun.¹ Mas era Madre Cristina quem liderava e dirigia a instituição.

Um perfil das funções exercidas pelas irmãs mostra a ênfase no trabalho social e político da instituição, conforme o depoimento de Irmã Laura Sampaio, integrante da diretoria do Sedes: “Quando vim para o Sedes éramos sete irmãs: Madre Cristina, Irmã Iolanda Setúbal (pelo Cepis – Centro de Educação Popular e Política), Irmã Pompéia (da Comissão Pastoral da Terra, que está na origem do MST, que já esteve instalado no Sedes), Irmã Anete Melo (do Cecir – Centro Cida Romano de Educação de Jovens e Adultos, que foi resultado de uma multiplicação ocorrida no Cepis), Irmã Maria Vasanova (que trabalhou na administração) e Irmã Marta Fraga (que trabalhou na secretaria)”.

“A libertação como fim”: a fundação do novo Sedes Sapientiae

No segundo semestre de 1977, os cursos já estavam em pleno funcionamento na Rua Ministro Godoy, o novo endereço do Sedes no bairro de Perdizes.² Nessa época, o Sedes estava organizado nos seguintes centros: psicoterapia, educação, gerontologia, psicologia, filosofia, ciências sociais, expansão cultural e pesquisas e publicações. A área de ensino abrangia os diversos centros, que buscavam uma renovação do modelo de ensino, diferente do que o Sedes considerava como “modelos tradicionais”.³

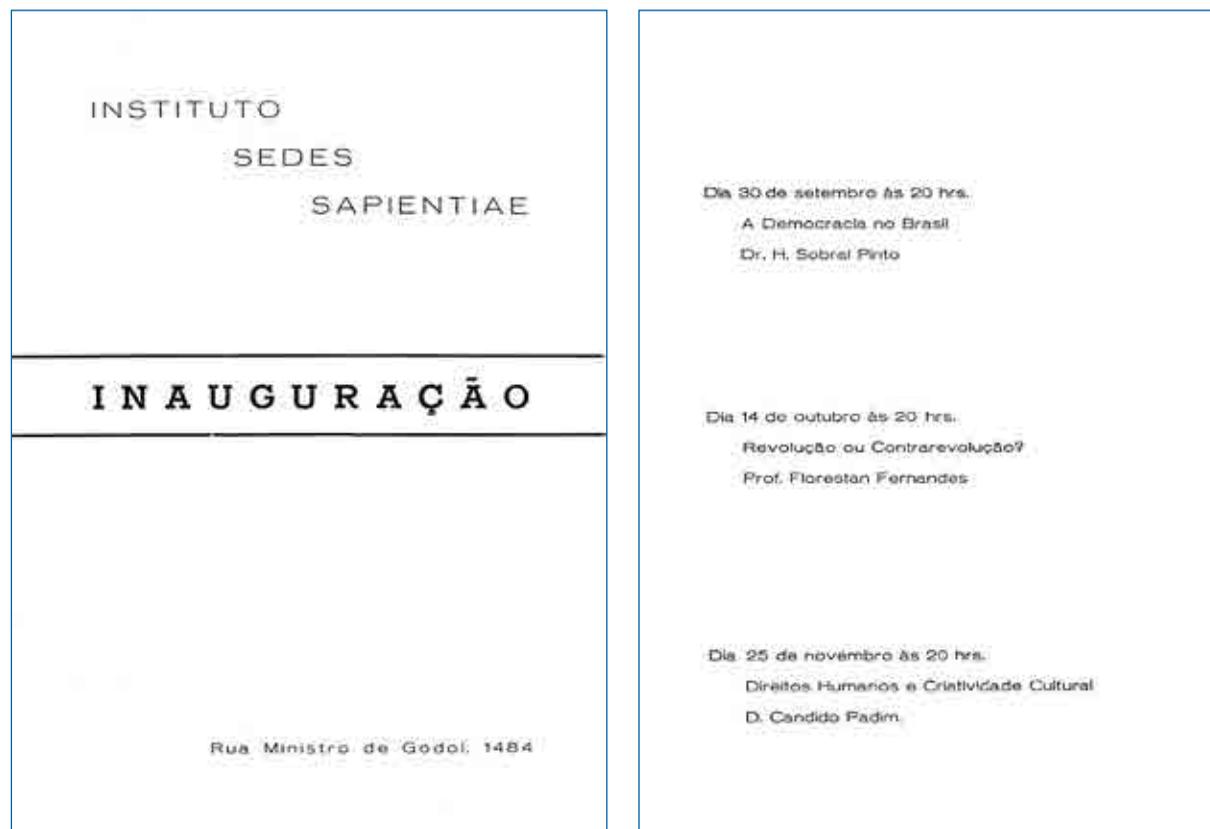
O Sedes “não é fundamentalmente uma escola”, definiu Madre Cristina, em uma entrevista posterior, mas “um espaço político para as pessoas que quiserem refletir e encontrar um novo modelo de sociedade. Tudo que existe deve existir em função disto. Em função da solução de um problema que é a Justiça Social. Foi sempre este problema que me preocupou na vida – a Justiça Social, como resolver um problema tão amplo”.⁴

Neste contexto, o lugar do ensino da psicologia é precisado por Madre Cristina: “Claro que não é a psicologia que vai fazer a revolução social. Mas a psicologia é um instrumento muito importante para transformar as pessoas e para levar as pessoas a um melhor ajustamento, a ter uma visão melhor do mundo e, portanto, uma conseqüente melhor solução dos problemas deste mundo”.⁵

No convite de inauguração do novo prédio do Sedes, na Rua Ministro Godoy, Madre Cristina escreveu: “Deixando o antigo endereço da Rua Caio Prado, instalado agora em prédio recém-construído e aparelhado especificamente para seu desempenho, o Instituto Sedes Sapientiae reafirma seu compromisso fundamental de tomar o homem como princípio, a realidade social brasileira como campo de trabalho, o exercício da defesa dos direitos humanos como método e a libertação como fim”.⁶ Para ela, os cursos eram parte de um projeto social maior: “O Instituto Sedes Sapientiae, assimilando o aprendizado anterior, renova propostas voltando-se inteiramente para o futuro. Para tanto começa a constituir uma comunidade de pesquisadores e especialistas que, atentos à formação profissional, desenvolvem uma metodologia de trabalho que afaste modelos elitizantes, voltando sua atividade para as necessidades das classes economicamente menos favorecidas”,⁷ conforme apresentação do instituto na inauguração do novo prédio em 1977.

“Inspirado na Teologia da Libertação, o novo instituto é reconhecido pela sua participação nos movimentos populares e no compromisso com suas lutas”, escreveu Cecília Coimbra, acrescentando: “A figura da Madre Cristina é fundamental, pois desde o movimento de 1968, passando pela decretação do AI-5 e pelos terríveis anos de perseguições e torturas, o Sedes torna-se o abrigo de muitos perseguidos”.⁸

A psicanalista Ana Maria Sigal lembra de dois episódios que mostram a postura de Madre Cristina ao assumir plenamente as suas posições: “O primeiro foi na inauguração do novo prédio do Sedes. Durante o discurso, ela



Convite de inauguração do prédio do novo Instituto Sedes Sapientiae no bairro de Perdizes, 1977.

disse: ‘ao Nosso Senhor crucificaram e sacrificaram, mas pelo menos tiveram a dignidade de devolver o corpo à sua família. Aos militantes torturados e desaparecidos, como nossos irmãos argentinos, nem isso’. Outro episódio que lembro bem foi quando trouxeram alguns presos políticos ao Sedes para exame – exame eletroencefalográfico para comprovar as torturas – e eles estavam escoltados por policiais armados. Madre foi até a porta do Sedes e disse: ‘aqui ninguém entra armado’, e ela o disse com tamanha autoridade moral que os policiais deixaram as armas e o preso entrou, sem algemas, andando sozinho”.

A postura do Sedes e de Madre Cristina naqueles anos não foi uma atitude isolada, mas coerente com a posição política das Cônegas de Santo Agostinho – que mantêm o Sedes – conforme conta Irmã Laura Sampaio, da diretoria do instituto: “A partir da ditadura, e especialmente depois de 1968, as irmãs da Congregação que trabalhavam na Faculdade Sedes Sapientiae, lideradas por

Madre Cristina, assumiram uma postura de oposição e de luta. Mesmo antes, as irmãs da Congregação se colocaram contra o golpe. Nenhuma de nós, por exemplo, foi na ‘Marcha da Família com Deus pela Liberdade’, que foi organizada por outras congregações da Igreja. Fomos muito cobradas por isto, já naquela ocasião, tanto por pessoas da Igreja como por pais de nossos alunos. Madre Cristina foi uma militante e a Congregação sempre a apoiou e sustentou as suas posições. Não posso falar por cada irmã individualmente, mas pelo conjunto da Congregação, que sempre a apoiou, inclusive oficialmente. Nesta ocasião foi feita uma interpelação à superiora da Congregação no Brasil contra Madre Cristina e a superiora respondeu que a Madre tinha toda a liberdade e apoio para fazer o que ela julgasse correto como educadora”.



Madre Cristina foi fundamental na luta contra a ditadura e o Sedes foi um importante centro político na década de 1970.

Carta de Princípios

Dois anos após a mudança para a Rua Ministro Godoy e a inauguração do “novo Sedes”, o instituto definiu uma “Carta de Princípios”. Preservando a palavra e o ambiente das questões políticas e sociais da época, o documento de 1979 é reproduzido em sua íntegra:

“Fruto de um momento histórico em que a realidade social exige transformações decisivas e impõe aos homens a adoção de princípios claros, o Instituto Sedes Sapientiae cumpre aqui o dever de posicionar-se quanto a metas e concepção de trabalho. Ter pensamento nítido e opções definidas a favor da emancipação popular não é garantia final de efetivo cumprimento de seus objetivos. Mas é condição primeira para início da caminhada conseqüente. Pensando assim, longe de se pautar por modelos de um cientificismo que se proclama neutro, o Instituto Sedes Sapientiae firma uma postura filosófica consciente, comprometendo-se a:

- I – Assumir sua parcela de responsabilidade na transformação qualitativa da realidade social, estimulando todos os valores que aceleram o processo histórico no sentido da justiça social, democracia, respeito aos direitos da pessoa humana;
- II – Ser um centro multidisciplinar de reflexão, um lugar permanente de formação, trabalho e intensificação da postura crítica, cooperando com o desenvolvimento das ciências e artes, e contrapondo-se à rotina da mera repetição de teorias e técnicas;
- III – Constituir-se em opção alternativa desvinculada da estrutura acadêmica tradicional para explorar, em todas as direções, a liberdade de pensamento e expressão;
- IV – Formar profissionais cujo referencial científico contribua para criar uma realidade social que se distancie do tecnicismo pragmático e dos privilégios gerados pelo elitismo financeiro;
- V – Promover uma ética de trabalho que não seja simples formalismo legal, mas que realmente comprometa o profissional com os direitos da pessoa humana;
- VI – Desenvolver pesquisas, cursos e serviços vinculados à realidade brasileira e voltados para as necessidades da população economicamente menos favorecida, facilitando-lhe instrumentos para assumir seu próprio projeto histórico de libertação;
- VII – Oferecer alternativas e abrir campos de trabalho aos que estejam empenhados no desenvolvimento de projetos vinculados à verdadeira promoção do homem;
- VIII – Criar entre todos os seus integrantes um clima de trabalho cooperativo que possibilite um modelo de fraternidade comunitária;
- IX – Zelar pela documentação do Instituto, de modo a organizar uma memória que se possa constituir, na linha do tempo, em provável historiografia capaz de avaliar a eficiência da proposta encaminhada, possibilitando sua permanente reformulação;
- X – Praticar sistemática autocrítica de todo seu procedimento, corrigindo erros, aperfeiçoando métodos ditados pela exigência do trabalho comprometido com a realidade social;
- XI – Manter em seu quadro de pessoal colaboradores que assumam o compromisso de sustentar, propagar e desenvolver a proposta do Instituto;

XII – Sendo um órgão de questionamento teórico e instrumento de atuação na sociedade, o Instituto Sedes Sapientiae compromete-se a pautar suas atividades pelas linhas fundamentais que consagram o homem como princípio, a realidade social brasileira como campo de trabalho, o exercício da defesa dos direitos humanos como método e a libertação como fim.

Daí o irreversível posicionamento do Instituto Sedes Sapientiae, em concordância com a proposta da Associação Instrutora da Juventude Feminina, no sentido de assumir esta Carta de Princípios como matéria de contínua reflexão crítica, ajustando-se sempre às exigências ditadas pelo trabalho social comprometido com a realidade integral da pessoa humana.

Instituto Sedes Sapientiae, 1979”



“Conquistando o Brasil para o povo brasileiro”

A “Carta de Princípios” do Sedes começou a ser discutida no início de 1978. Primeiro foi convocada uma reunião geral para debater três diferentes propostas: a da diretoria com o Centro de Educação, a do Centro de Filosofia e a do Centro de Gerontologia.⁹ Como não se conseguiu uma proposta de consenso, foi formada uma comissão para discutir e elaborar um novo documento.¹⁰ A comissão foi composta por um representante dos funcionários, dos alunos e de cada centro, sendo Marilene Carone, do curso de psicanálise, a representante do Centro de Psicoterapia.¹¹

No catálogo de cursos – junto com orientações para matrícula, atendimento na clínica e funcionamento dos cursos – havia a proposta de que “todos os alunos devem participar da discussão de ideologia do Sedes, num horário a ser combinado”.¹² E concluía: “O Sedes deseja-lhe boas-vindas e uma participação consciente em nossa comunidade de trabalho. Que você encontre aqui não apenas um curso, mas uma trincheira de luta conquistando o Brasil para o povo brasileiro”.¹³



A luta pela reconquista dos direitos civis ganha força em diversos setores da sociedade, entre os quais os estudantes, 1977.

Naquele ano, Madre Cristina afirmava em uma entrevista sobre a consciência política dos psicólogos: “A média estatística não é nem reacionária, é alienada. Porque o reacionário é uma pessoa convicta, que está lutando pelas suas posições, que a gente discorda, mas ele assume. Já o alienado é um reacionário inconsciente. Faz o jogo do sistema sem saber, ele pensa que pensa e vai levando”.¹⁴

O boletim interno *Sedes Informa* noticiava não apenas as atividades e os cursos do Instituto, mas dava voz a questões políticas. O informativo mantinha as seções “Acontece no Sedes” e “Interessa ao Sedes” – com matérias e notas sobre a comemoração de 1º de Maio em 1978, reestruturação da UNE, greve de fome de presos políticos, movimento da Anistia, greve dos operários do ABC, caso Herzog, movimentos sindicais e outros temas políticos.

Na matéria “Todo apoio ao Congresso Nacional pela Anistia”, a publicação afirmava: “A sociedade brasileira está disposta a não tolerar mais a desumana repressão que se abateu sobre o País, nos últimos 14 anos. Por isso estamos lutando pela Anistia imediatamente. E afirmamos a urgente necessidade da mais ampla liberdade de palavra, de imprensa, de expressão cultural e artística e de manifestação do pensamento”.¹⁵

Também em 1978 foi criado dentro do Sedes o Centro de Educação Popular – CEPIS com o objetivo de dar formação política e ideológica às lideranças populares, iniciando seu trabalho com as Comunidades Eclesiais de Base e pequenas paróquias da periferia, ampliando posteriormente seu trabalho.¹⁶

Como relembra Carlos Lichtsztejn, integrante da atual diretoria do Sedes: “As crescentes lutas travadas em diversos cantos do país, em muitos setores e com diversificadas bandeiras democráticas, populares, sindicais, sociais e contra a ditadura militar, refletiram no Sedes com a criação de um Centro de Educação Popular construído para atuar no movimento social emergente com o objetivo de assessoria e formação política. Trouxe para dentro do Sedes inúmeros militantes e educadores populares que traziam em sua bagagem os sonhos de luta por uma nova sociedade”.

Anistia e movimentos políticos

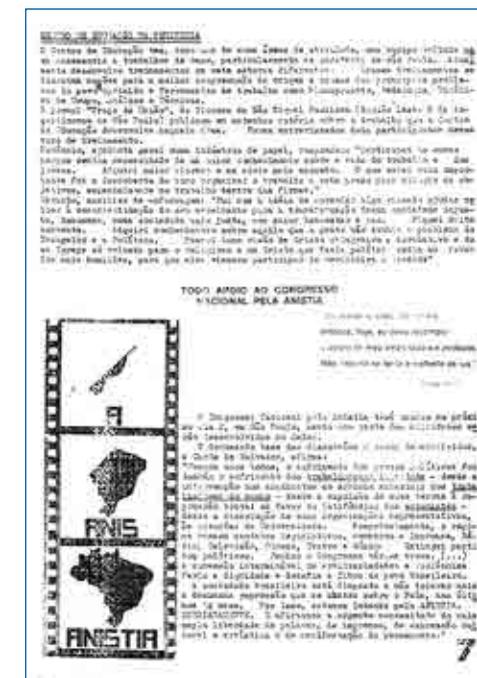
Em 1978, o Sedes acolheu os familiares dos presos e desaparecidos políticos que passaram a se reunir em sua sede. Em um texto em homenagem à Madre Cristina, a psicanalista Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, fundadora e dirigente do Comitê de Anistia de São Paulo, relembra aquele momento:

“Recém inauguradas, as salas do Instituto abrigaram a primeira e restrita reunião do grupo de pessoas que iriam fundar o Comitê Brasileiro de Anistia de São Paulo, em maio de 1978, e, em novembro do mesmo ano, as várias reuniões preparatórias e as reuniões de trabalho do 1º Congresso Nacional pela Anistia, realizado nos dias 2, 3, 4 e 5 de novembro daquele ano.

“A sessão de abertura foi realizada no Tuca (Teatro da Pontifícia Universidade Católica), mas foi nas salas de aula do Sedes que se reuniram os familiares de militantes presos, de desaparecidos e mortos que, ainda temerosos, relatavam nas comissões as inacreditáveis histórias de violência ainda inéditas para os brasileiros em geral e mesmo para os presentes ao 1º Congresso.

“Ali se tiraram as resoluções relativas aos atingidos políticos: aos presos e ex-presos, aos desaparecidos que se esperava encontrar, aos mortos, aos banidos e exilados, aos cassados pelos atos administrativos, aos demitidos e aposentados das instituições científicas e universitárias. Essas resoluções, elaboradas após os três dias de trabalhos, foram apresentadas à Nação na sessão de encerramento ocorrida no Teatro Ruth Escobar, na Rua dos Ingleses, no dia 5 de novembro.

“Ainda às vésperas da conquista da Anistia, reúnem-se no Sedes, entre 7 e 8 de julho de 1979, os Movimentos de Anistia, exigindo a ampliação do projeto proposto pelo governo que, de tão parcial, mereceu severas críticas da sociedade brasileira, que desejava uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e não uma anistia que trouxesse ‘em uma das mãos um ramo de oliveira e na outra uma vergasta’, como a descreveu o poeta Drummond.”¹⁷



Sedes reafirma “todo apoio ao Congresso Nacional pela Anistia”, coerente com a posição de luta política que manteve durante toda a ditadura, 1979.

Madre Cristina com colaboradores em frente às obras do novo prédio do Sedes, 1976.



Política e psicanálise

Assim, neste ambiente de efervescência política a favor da redemocratização, não foram quaisquer psicanalistas os contratados pelo Sedes após a saída dos integrantes da Sociedade de Psicanálise na segunda metade dos anos 1970. Foram psicanalistas engajados em vários projetos de transformação social, especialmente argentinos exilados no Brasil, como veremos no próximo capítulo. Os psicanalistas argentinos se reconheceram e se sentiram acolhidos no Sedes e, igualmente, foram reconhecidos pela instituição e se engajaram nela, dando continuidade a um modo de pensar a psicanálise que era o resultado de um denso processo político na Argentina. Tampouco foram quaisquer psicólogos ou outros profissionais que procuraram formação no Sedes na década de 1970, mas entre eles muitos que trabalhavam em projetos comunitários e buscavam formas alternativas de atendimento, como veremos no capítulo 5.

A marca política da instituição está, portanto, duplamente presente naqueles anos do final da década de 1970 e início da década de 1980: diretamente na militância e na resistência à ditadura e, igualmente, nos contornos de uma psicanálise que foi se definindo social e politicamente engajada.

A história do Departamento de Psicanálise se fez, desde o início, dentro do Sedes como instituição e sempre diante das questões políticas que estavam eclodindo no país e que tinham o Sedes como um dos epicentros. Só assim se pode compreender – tema dos dois próximos capítulos – mais duas vertentes fundamentais, os psicanalistas argentinos e os psicólogos com experiência em trabalhos comunitários, que concorreram igualmente para a definição do perfil do curso e do Departamento.

Notas

1. Diretoria do Instituto Sedes Sapientiae, gestão 1975-80. A primeira eleição para diretoria seria realizada em 25 de outubro de 1980 (gestão 1981 a 1984) e era composta pelas mesmas cónegas, indicadas pela mantenedora, e por três membros eleitos: Elcie Manzini Salsano, Luis Antonio Gonsalves e Paulo Maldos.
2. Folheto de divulgação dos cursos de aperfeiçoamento e expansão cultural, 2º semestre de 1977.
3. Convite de inauguração do Instituto Sedes Sapientiae, 30 de setembro de 1977.
4. SCHMIDT, Maria Luisa S. “Madre Cristina: Um instrumento de transformação”, *Percurso*, ano 2, nº 4, 1º sem. 1990, p. 57.
5. SCHMIDT, Maria Luisa S. “Madre Cristina: Um instrumento de transformação”, *Percurso*, ano 2, nº 4, 1º sem. 1990, p. 58.
6. Convite de inauguração do Instituto Sedes Sapientiae, 30 de setembro de 1977.
7. Convite de inauguração do Instituto Sedes Sapientiae, 30 de setembro de 1977.
8. COIMBRA, Cecília. *Gerentes da Ordem: Algumas Práticas ‘Psi’ nos anos 70 no Brasil*, Tese de Doutorado, IPUSP, 1992, p. 265.
9. Convocação para a Reunião Geral da Discussão da Carta de Princípios, 28/2/1978.
10. *Sedes Informa*: nº 1, maio 1978.
11. Ata da Reunião Geral da Discussão da Carta de Princípios, 8/4/1978.
12. Catálogo dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento, 1981, p. 29.
13. Catálogo dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento, 1981, p. 29.
14. CRISTINA, Madre (Célia Sodré Dória). “Não é hora para festividades”, entrevista, *Jornal do CRP*, São Paulo, mai/ago 1981, p. 3.
15. *Sedes Informa*, nº 2, outubro, 1978.
16. CEPIS. *Reflexão e Prática no Cepis*, agosto de 1988, pp.3-16.
17. ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. *Homenagem à Madre Cristina*, site da Fundação Perseu Abramo (anistia/homenagens), www.fpa.org.br, 2005.

4

A força da solidariedade: a inserção dos psicanalistas argentinos



INSTITUTO

SAPIENTIAE

SEDE

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DE PSICOTERAPIA DE ORIENTAÇÃO PSICANALÍTICA

2º ano - 1977

PROGRAMA - GRUPO DE SEMINÁRIO TÉCNICO

Professora: Ana Maria S. de Rosenberg

3.30 horas semanais - carga horária anual:

- I - Posición y objeto en la obra de M. Klein.
El concepto de mundo interno y mundo externo.
- II - Concepto de conflicto - fijación - Regresión y Angustia
en M. Klein y Freud - Estudio comparativo.
- III - La posición esquizo paranoide y su patología.
- IV - La posición depresiva y su psicopatología.
- V - La fase genital previa y la importancia de la organiza-
ción genital en la iniciación del complejo de Edipo-tem-
porano.
- VI - El juego, una vía de escape al inconciente - un nuevo len-
guaje - el dibujo su contexto y significado en la sesión
de juego.
- VII - El niño y sus juegos - juego normal y patológico - carac-
terísticas evolutivas del juego en cada edad - el juego y
la organización espacial - La diferencia de los análisis
de niños según las edades.
- VIII - La simbolización y la ecuación simbólica - la interpreta-
ción - la palabra y el cuerpo en la teoría de niños.
La acción y el acting-out - lo deseado y lo temido en el
terapeuta de niños - La intervención no interpretativa -
La interpretación del lenguaje no verbal.
- IX - Dificultades para el manejo de una técnica -
La terapia de niños - una terapia de tres -
Entrevistas - indicación terapéutica - contrato - setting-
Límites - Alia - Contacto con los padres - Orientación -
Inclusión de la realidad.
Ana Frevo - Melanie Klein - Winnicott - Tres modalidades de
incluir la realidad.

PÁGINA ANTERIOR

Logotipo do Sedes, 1977.

DIREITA

Programa do curso de
Ana Maria Sigal escrito
em espanhol, 1977.

A partir de 1976 chegaram a São Paulo vários psicanalistas da Argentina, refugiados da ditadura militar que tomou o poder em março daquele ano. Os psicanalistas da Argentina não vieram como grupo, embora muitos já se conhecessem e trabalhassem juntos antes de vir ao Brasil. Foram chegando individualmente, ou como casais, e se inserindo em várias instituições. No Sedes, onde alguns passaram a trabalhar, se tornaram um grupo, “os argentinos”, que assim permaneceu na memória da instituição. Mas esta denominação designa, de fato, a experiência profissional e política que trouxeram da Argentina e que foi imediatamente reconhecida e valorizada no Sedes, principalmente por Madre Cristina e por Regina Chnaiderman.

O que era esta experiência comum dos argentinos? Era uma relação crítica com a Sociedade de Psicanálise ligada à IPA, a possibilidade de instituir uma formação fora dos marcos da psicanálise exercida pela Sociedade e uma série de trabalhos clínicos e institucionais engajados em projetos sociais e políticos coletivos e de esquerda. Era tanto uma experiência técnica como política que inseria a psicanálise em trabalhos com grupos coletivos, incluindo o atendimento à população da periferia.

A maioria dos psicanalistas que chegou ao Sedes era de profissionais de saúde mental engajados nestes projetos, que estavam inseridos em um proces-

so maior de transformação social. Embora nem sempre fossem militantes diretos de movimentos ou organizações políticas, tornaram-se alvos da ditadura militar, que os perseguiu e exilou, pondo fim a um denso conjunto de práticas institucionais ligadas à psicanálise, à psiquiatria e à psicologia.

Quando os psicanalistas da Argentina chegaram, após a saída dos psicanalistas da Sociedade, o curso ainda se definia entre a referência de Roberto Azevedo, que buscava um curso de psicanálise nos moldes da IPA, e a de Regina Chnaiderman, que tinha outro modelo de inserção da psicanálise na sociedade, mas que ainda não o configurara da forma que seria postulada com a definição de um primeiro projeto de departamento.

Ana Maria Sigal foi a primeira psicanalista argentina a trabalhar no Sedes, em 1976. Em 1977, os psicanalistas Mario Fuks, Lucia Barbero Fuks, Guillermo Bigliani e Lea Bigliani, ligados à Coordenadoria de Trabalhadores em Saúde Mental e ao Centro de Docência e Investigação na Argentina, passaram a integrar o curso. Posteriormente outros analistas argentinos também se agregaram.

Com o apoio de Madre Cristina e de Regina Chnaiderman, a experiência trazida pelos psicanalistas da Argentina foi incorporada ao curso, trazendo um referencial teórico, político e de prática social. Era este referencial também que muitos psicólogos paulistanos, formados nos anos 1970, buscavam em trabalhos comunitários, na periferia e com populações marginalizadas, trazendo para o Sedes sua experiência nestes marcos institucionais. Ou seja, os psicanalistas argentinos com suas experiências de luta dentro da psicanálise, contribuíram na construção de um contorno teórico e prático para os que estavam em busca de um sólido enquadre técnico-político, psicanalítico, para estes projetos.

Mario Fuks rememora: “Nós chegamos em um momento muito específico: a Argentina estava se fechando politicamente e o Brasil estava se abrindo. Deu-se como que uma brecha na qual foi possível uma continuidade. O Sedes foi muito importante para elaborar a perda de sentido que significa o exílio, a imigração forçada. A acolhida dos analistas brasileiros foi muito importante para nós, em sua solidariedade e na ajuda de trabalho. Nós fomos reconhecidos, com uma história, com um trabalho, com valores e aspirações que coincidiam com os que se estava buscando aqui naquele momento. Nós chegamos em um momento em que o curso precisava de nós, pela saída dos analistas da Socie-

dade, e no qual nós precisávamos de um lugar de trabalho. Foi um encontro muito bom”.

A força da solidariedade

A recepção que os psicanalistas da Argentina receberam no Sedes ficou registrada em um profundo sentimento de gratidão. Eles foram pessoalmente acolhidos, intelectualmente respeitados e puderam se reinserir social e profissionalmente a partir do Sedes. Foram acolhidos por aqueles que também sofreram e acompanharam histórias de exílio e perda de parentes e amigos. E identificaram nas posições políticas do Sedes – e na abertura do curso de psicanálise – valores e posições que tinham na Argentina. Em depoimento, Mario Fuks conta: “Eu me surpreendi quando conheci o Sedes. Uma instituição formadora de psicanalistas e ao mesmo tempo com um projeto político, engajada na luta contra a ditadura, com uma ‘Carta de Princípios’ como a do Sedes, era algo meio incrível. Mesmo na Argentina não era fácil encontrar uma instituição assim, ainda mais ligada à Igreja, que na Argentina apoiava a ditadura militar”.

O encontro com Madre Cristina é uma lembrança forte, rememora Mario Fuks: “Fiquei muito impressionado quando conheci Madre Cristina. O nível de lucidez, de compromisso político e de coragem daquela mulher era de arrepiar. Ela nos disse: ‘sejam bem-vindos, entendemos o que vocês estão vivendo, precisamos de pessoas como vocês para trabalhar conosco’. Ela fazia uma análise política precisa: ‘temos Jimmy Carter nos Estados Unidos, que apóia as políticas de direitos humanos, temos uma brecha neste momento, não sabemos quanto vai durar, mas temos um momento favorável e vamos trabalhar’. Ela nos deu um apoio fantástico: eu trabalhei um ano com meu consultório particular dentro do Sedes em uma sala emprestada. Foi uma recepção formidável e nós nos demos muito para a instituição também; havia reciprocidade”.

Recordando o momento de encontro entre os que chegavam da Argentina e o grupo que estava no curso, Fuks conta: “Prefiro entender aquela ocasião como um momento fascinante, em que confluíram pessoas que acabavam de sofrer e perceber os efeitos destrutivos que uma ditadura militar estava operando sobre o conjunto da sociedade – incluindo os avanços que se tinha realizado no campo ‘psi’, na saúde mental etc. – com outro grupo que aqui, no

Brasil, estava começando a construir algo novo, no mesmo movimento, no mesmo processo de luta por se desvencilhar dos efeitos sobre a sociedade civil de uma ditadura que já durava 13 anos”¹

Fuks lembra também do acolhimento por parte de Regina Chnaiderman, que recebeu ele e Lucia Barbero Fuks em casa e os introduziu em um grupo intelectual paulistano: “A Regina tinha um papel importante de impulsionar. As coisas vão acontecendo, mas tem um momento em que alguém tem que dizer: ‘vamos fazer!’ Regina teve este papel. Ela era uma referência. A Regina tinha uma formação cultural sólida, transitava pelas artes, literatura, filosofia. Ir a uma reunião organizada pela Regina, com pessoas ligadas à filosofia da USP, com Boris Chnaiderman, Décio Pignatari, Isaías Melsohn, era de uma grande abertura”.

A recepção calorosa foi uma experiência compartilhada por outros psicanalistas exilados. Ana Maria Sigal recorda: “Quando nós chegamos não conhecíamos ninguém. Conhecíamos uma única pessoa, Cláudio Fonseca, que havíamos encontrado em uma viagem, e ele nos ajudou muito. Foi através dele que conheci Amazonas Alves, uma psicanalista da Sociedade, amiga do Fabio Herrmann, e foi assim que conheci Regina Chnaiderman. Foram pessoas de uma generosidade incrível, que nos abriram suas casas, nos acolheram, nos facilitaram a vida incrivelmente, desde ser fiador do nosso apartamento sem praticamente nos conhecer direito. Amazonas me ofereceu o consultório dela para eu começar a trabalhar e Regina me convidou para entrar no seu grupo, que, naquele momento, funcionava em sua casa aos sábados. Logo em seguida me convidou a participar do curso no Sedes, após a saída dos professores ligados à IPA. Neste sentido foi um bom encontro: eles precisando de professores e nós precisando de trabalho, com uma experiência anterior na Argentina que interessava muito. Dávamos aula teórica no Sedes, ainda na Rua Caio Prado, e as supervisões nos próprios consultórios. Depois nós decidimos que todas as atividades deveriam ser no Sedes, por uma questão de inserção institucional”.

Lucia Barbero Fuks rememora: “A recepção que nós tivemos por parte da Regina e do Roberto Azevedo foi muito além da que poderíamos esperar. Eles nos receberam, deram um voto de confiança, nos ajudaram. Madre Cristina também foi fantástica”. Foi Ana Maria Sigal quem trouxe Mario Fuks, Lucia Barbero Fuks, Lea e Guillermo Bigliani para trabalhar no Sedes. Sigal tinha

trabalhado com Fuks na faculdade de medicina e com Lea e Guillermo no Centro de Investigação e Docência.

“Questionamos a Psicanálise e suas Instituições”

Os psicanalistas da Argentina trouxeram a experiência de uma psicanálise militante e engajada, de uma formação desvinculada das Sociedades ligadas à IPA e de um rompimento institucional com a Sociedade. Basicamente, os psicanalistas que chegaram ao Sedes trabalhavam no Serviço de Psicopatologia do Hospital G. Araoz Alfaro – que ficou conhecido como “Hospital de Lanús”, na cidade de Avellaneda, e era dirigido por Maurício Goldemberg –, no Centro de Docência e Investigação da Coordenadoria de Trabalhadores de Saúde Mental e nas faculdades de medicina e de psicologia de Buenos Aires, além de outros marcos na área hospitalar.

Nos anos 1960, uma geração de jovens psiquiatras de formação marxista ingressou na Associação Psicanalítica Argentina (APA, reconhecida pela IPA em 1942).² Em 1969, no 26º Congresso Internacional da IPA, em Roma, articularam-se ao grupo “Plataforma Internacional” (formado também por psicanalistas europeus), que organizou um congresso paralelo para discutir a formação do psicanalista, o significado e a função social da estrutura das sociedades psicanalíticas, o papel social dos psicanalistas e as relações entre a psicanálise e as instituições. Na Argentina, o grupo “Plataforma” era formado inicialmente por 11 psicanalistas, em sua maioria candidatos do Instituto de Psicanálise da APA.³

As discussões intensificaram-se internamente na APA em 1970, tanto no questionamento da instituição quanto em relação à situação social na Argentina. O grupo “Plataforma Internacional” voltou a se reunir no congresso seguinte, em 1971 em Viena, para discutir a crise e o papel da psicanálise. Na avaliação de Hernan Kesselman, em seu artigo no livro *Questionamos*, “o próprio grupo ‘Plataforma’ foi adquirindo, nestes anos, uma homogeneidade ideológica mais clara, que lhe permitiu reconhecer que o meridiano da luta não passava fundamentalmente pelas revoltas institucionais, senão pelo compromisso dos psicanalistas com os povos empenhados em lutas de libertação”⁴

Além da reunião do grupo “Plataforma”, os argentinos participaram do congresso propriamente dito. Segundo Kesselman, as apresentações deste

grupo se destacavam: “O grupo latino-americano, em particular um grupo de psicanalistas argentinos, foi encarregado de introduzir os problemas de compromisso social e político na teoria e práticas psicanalíticas, desencadeando as oposições dentro da mesma internacional”.⁵ Um destes trabalhos apresentados foi “Psicanálise e/ou Revolução Social”, de Marie Langer, para quem, a partir de 1969, “um número significativo de analistas aborda o tema social abertamente e de uma nova maneira. Já somos muitos os que chegamos à conclusão de que psicanálise, marxismo e revolução não se excluem, e perdemos a fobia ao mundo de fora de nossa instituição”.⁶

Pouco depois do Congresso Internacional de Roma, os argentinos da “Plataforma” romperam com a APA em consequência das diferenças políticas após uma violenta repressão a estudantes e trabalhadores em Córdoba. Conforme Marie Langer: “Nós nos despertamos, como instituição, a partir do Cordobazo. Na época, a maior parte dos psicanalistas argentinos pediu a sua sociedade que se pronunciasse politicamente. O que ela fez. Além disso, havia tolerado antes, e seguiria tolerando depois, questionamentos dentro e fora do âmbito institucional, desde que não se confundissem ambos os terrenos. Quando finalmente se produziu esta fusão, provocada com certa inocência por ambos os lados, ela explodiu. O que é decepcionante, se levarmos em conta que como analistas deveríamos superar as dissociações e aspirar à integração. Mas o dentro e o fora se tornaram inintegráveis. Foi assim: a maioria de nós, membros da APA (Associação Psicanalítica Argentina), era também, ainda que só formalmente, membro da FAP (Federação Argentina de Psiquiatras). Mas, um pouco antes do Cordobazo, alguns de nós assumiram um papel ativo na FAP. Houve uma greve geral. A FAP distribuía os volantes que marcaram sua posição diante da greve em todos os locais em que trabalham e/ou se formam psiquiatras. E, portanto, na APA também. Ou melhor, primeiramente na APA, uma vez que a APA era a casa, enquanto que a FAP o organismo gremial, científico e político, era quase circunstancial. Estávamos ali porque nos fascinou haver descoberto um campo, um *locus politicus*, como cultamente o chamávamos, onde era possível aprender num curso rápido o que nos faltara durante tanto tempo. Ali pudemos adquirir, nós, os psicanalistas de alta categoria, ‘cancha’, num sentido político. Pois distribuíamos inocentemente – bem, faltava-nos ainda ‘cancha’ – nosso volante, na APA. E a APA reagiu mal. Nosso presidente da FAP rece-

beu uma carta indignada e aberta de nosso presidente da APA que, em nome da ‘população da APA’ etc., nos proibia terminantemente... Respondemos. Iniciou-se assim um epistolário. A *Plataforma Argentina* adquiriu novos bríos e praticamente independentizou suas propostas da APA. Formou-se um núcleo de dissidentes dentro da APA, chamado grupo ‘Documento’, uma vez que questionava através de documentos e atitudes a estrutura vertical de poder na instituição e o monopólio dos analistas didatas”.⁷

O grupo “Documento”, formado em 1971, caracterizava-se por uma crítica às questões intra-institucionais da APA.⁸ No mesmo ano, após se desligarem publicamente da APA, integrantes dos grupos “Documento” e “Plataforma” editaram o livro *Questionamos – A Psicanálise e suas Instituições*, organizado por Marie Langer e que reuniu textos de 23 psicanalistas, argentinos e uruguaios, tornando-se um manifesto de suas posições. O livro foi traduzido para o português pela editora Vozes em 1973; portanto, a posição destes analistas era conhecida no Brasil antes do golpe militar naquele país.

Em *Questionamos* estão publicados desde artigos que defendem a articulação da psicanálise com o marxismo até textos que questionam as estruturas internas das sociedades de psicanálise (preço cobrado pelos didatas, formação médica como requisito para entrar na APA, hierarquia rígida etc.). No prefácio, Marie Langer esclarece: “Somos psicanalistas e a psicanálise nos interessa. Comprovamos que esta serve para que o homem se conheça melhor e a seu semelhante, para que se minta menos e saiba conduzir mais lucidamente seu destino. Este final já soa a Marx, mas isto não é de estranhar. Há naturalmente analogias e pontos de contato importantíssimos entre a psicanálise e o marxismo. Questionamos as omissões que o atual pensamento psicanalítico comete. Escotomiza o modo pelo qual a estrutura de nossa sociedade capitalista entra, através da família, como cúmplice na origem das neuroses e na qual se introduz, através de nossa pertinência de classe, em nossa prática clínica, invade nosso enquadramento e distorce nossos critérios de cura”.⁹ Em outro trecho, escreve: “Questionamos o isolamento das instituições psicanalíticas, suas estruturas verticais de poder e o liberalismo aparente de sua ideologia”¹⁰, concluindo

Capa da edição
brasileira do livro
Questionamos, 1973.



do: “Para quem questionamos? Para todos os que se incluam neste processo e estejam capacitados e dispostos a seguir trabalhando a fim de desenvolver, até suas últimas conseqüências, todas as possibilidades de aplicação da psicanálise na luta por uma nova sociedade e pela criação do homem novo”.¹¹

Em 1973, também organizado por Marie Langer, foi publicada *Questionamos 2 – Psicanálise Institucional e Psicanálise sem Instituição* (publicado no Brasil em 1977 pela editora Interlivros, de Belo Horizonte). O grupo de analistas ligados aos grupos “Plataforma” e “Documento” começou a participar de outras iniciativas de formação de profissionais de saúde mental (o que incluía psicólogos e psicopedagogos, que na época não eram aceitos na APA), como o Centro de Docência e Investigação (CDI) na Coordenadoria de Trabalhadores de Saúde Mental e a formação dentro dos próprios locais de trabalho – como os hospitais de Lanús, Borda e Clínicas, que se tornam importantes centros de formação. Com o golpe, o CDI foi fechado e o trabalho de formação nos hospitais públicos encerrado.

Ainda que criticada pelos psicanalistas mais engajados, a APA continha dentro de sua própria estrutura uma postura mais progressista do que as sociedades brasileiras. Em 1970, por exemplo, após uma onda repressiva a manifestações estudantis e operárias, a comissão diretora da APA “decretou um dia de luto em suas instalações e os psicanalistas fizeram uma ‘greve’ em seus consultórios particulares divulgando seus motivos aos pacientes”.¹²

Em outubro de 1970, quando o tema do 8º Congresso Psicanalítico Latino-Americano foi trocado de “Violência e agressão” para “Correntes atuais do pensamento psicanalítico”, a APA votou contra a modificação e um grupo de psicanalistas didatas tornou pública a sua não-participação como protesto. Em um artigo publicado no *Questionamos 2*, Manuel Braslavsky e Carlos Bertoldo afirmam: “As cúpulas das associações brasileiras, de cuja iniciativa partira a mudança do tema, tinham cargos oficiais que poderiam perder e seu medo expressava seu grau de compromisso com o regime de terror policial do país”.¹³

Psicanálise, militância, repressão, exílio

Foram psicanalistas integrantes destes grupos, movimentos e instituições que se exilaram em São Paulo e se incorporaram ao Sedes. As referências à traje-

tória profissional e pessoal dos psicanalistas argentinos – a seguir – têm por objetivo narrar vivências emblemáticas de um percurso da psicanálise na Argentina, no Brasil, no Sedes, em anos muito particulares de militância política. Por meio de depoimentos e de referências pessoais de alguns dos argentinos que trabalharam e trabalham no Sedes, são contadas histórias que contribuíram para moldar o curso de psicanálise e, depois, o departamento. A marca do exílio e da repressão está no centro dessa experiência e estes são elementos constitutivos da trajetória do departamento.

Ana Maria Sigal formou-se em psicologia na Universidade de Buenos Aires em 1967 e a formação, conforme conta, era “eminente psicanalítica” – desde o primeiro ano com Bleger. Depois foi trabalhar no Hospital das Clínicas: “Uma das marcas deste grupo era pensar a psicanálise muito ligada à prática e sempre no âmbito da atuação nas instituições públicas. Eu tinha como supervisores no hospital Fernando Ulloa e Emilio Rodrigué, pessoas que depois fazem a ruptura e participam do grupo ‘Plataforma’. Também estudei com pessoas da Sociedade e fiz análise com um analista didata da Sociedade. Trabalhar na universidade, no Hospital das Clínicas e no Centro de Investigação e Docência já tornava a pessoa visada politicamente”.

Mario Fuks, formado em medicina pela Universidade de Buenos Aires, lembra: “Era uma época de muita efervescência com trabalhos em Saúde Mental, trabalho grupal e assembleísticos. A psicanálise estava entrando nos espaços acadêmicos, saindo de dentro da Sociedade de Psicanálise, mas produzindo efeitos muito interessantes também dentro da APA. Após me formar em medicina, fui dar aulas na faculdade de psicologia. Trabalhei na Policlínica de Lanús, no serviço de saúde mental coordenado por Maurício Goldemberg, um dos pioneiros da psiquiatria dentro do hospital geral. O trabalho em saúde mental deixava o marco manicomial para estar presente nos hospitais gerais, um trabalho muito rico, com psicólogos, assistentes sociais, com pessoas muito interessantes de linhas teóricas diferentes, com a entrada da psicanálise e com a influência da antipsiquiatria. A instituição foi vivida por nós como um lugar rico em possibilidades, aberto, que permitia trocas, questionamentos, trabalhos criativos, trabalhar junto. A Escola de Psicologia Social de Pichón-Rivière era outra referência importante para quem estava se formando. Ele percebia a psicologia social como um avanço em relação à psicanálise. Eu entrei na Socie-

Leonardo Pasternak,
Durval Marcondes,
Guillermo Bigliani,
Mario Fuks e Roberto
Azevedo, 1979.



dade em 1970, fiz três anos de formação no Instituto de Psicanálise e aí veio a crise da APA, com a saída dos grupos ‘Plataforma’ e ‘Documento’. Este era o ambiente em que todos nós fizemos a formação. Guillermo e Lea Bigliani também foram residentes em Lanús, estávamos juntos na Federação de Psiquiatras”.

Lucia Barbero Fuks conta: “Quando Goldemberg saiu da chefia do hospital em Lanús, para assumir outro hospital, quem assumiu foi Valentim Barembli. Por razões políticas, ele foi obrigado a deixar a chefia e eu fui escolhida para assumir a chefia do serviço. Quando veio o golpe, nós sofremos muita pressão, éramos considerados subversivos, vários colegas foram seqüestrados, um deles dentro do hospital. Valentim ficou desaparecido por três meses. Nessa ocasião, fazia meses que Mario insistia que devíamos ir embora, mas eu achava que se largasse a chefia certamente haveria uma intervenção e o serviço seria interrompido. Eu não era militante política, mas era uma pessoa comprometida que atuava politicamente na sua área de trabalho. Estar neste serviço já me tornava uma pessoa marcada, perseguida. Estava neste conflito de consciência quando Valentim, assim que foi solto, nos chamou na sua casa, às três da madrugada, e nos falou para fugir, que nós não podíamos ficar nem mais um momento na Argentina, que corríamos um risco enorme. Nunca mais

voltamos para casa, de lá fugimos direto para o Brasil, com um filho de seis meses, cruzando pela fronteira, porque se fôssemos ao aeroporto seríamos certamente presos. Eu tinha um irmão médico no Brasil e decidimos ir para a casa dele. Quando nós pensávamos em fugir, o país que eu imaginava ir era a Espanha e o Mario para o México. Nós achávamos que a saída da Argentina seria temporária. Nós abandonamos tudo – a casa, o consultório, os amigos, a família, o trabalho em que acreditávamos – mas o alívio que nós sentimos quando chegamos aqui foi enorme, tanto que não ficamos deprimidos, começamos a trabalhar imediatamente”.

Sobre os psicanalistas que chegaram a São Paulo e ao Sedes, Mario Fuks lembra: “Éramos um grupo com muitas afinidades, todos de alguma forma nos conhecíamos, mesmo que não estivéssemos o tempo todo juntos. Éramos todos psicanalistas, tínhamos posições políticas parecidas, militávamos em movimentos parecidos, emigramos pelas mesmas razões – tínhamos muito em comum. Eu era da esquerda peronista, militante sindical do Movimento de Psicólogos e Psiquiatras pela Libertação, uma tendência dentro da Federação Argentina de Psiquiatras. Era coordenador de um curso de formação de trabalhadores na Coordenação de Trabalhadores de Saúde Mental, no Centro de Docência e Investigação – CDI. Fomos muito bem recebidos por todos no Sedes. Tanto o Roberto como a Regina me encaminharam os primeiros pacientes. E é interessante o lugar peculiar que ocupa alguém que vem de fora, não pertence às panelas, está fora das relações já estabelecidas; os analistas se sentem mais à vontade para procurar essas pessoas, podem estabelecer uma transferência mais ou menos tranqüila. E devo dizer que Roberto Azevedo – mesmo que a gente tenha brigado muito depois – e Fabio Herrmann nos receberam muito bem e tiveram em relação à Sociedade uma posição muito digna, se mantendo firmes apesar das pressões sofridas”.

Silvia Alonso se formou em psicologia na Universidade de Tucuman, em 1970, e mudou-se para Buenos Aires onde trabalhou no Serviço de Psiquiatria Social e Psicohigiene de uma maternidade pública: “Era um lugar de atendimento – terapias individuais, terapias de grupos, grupos de psicoprofilaxias de grávidas, grupos de médicos, plantão em sala de parto, atendimento de urgências (psicoses puerperais), grupo de profissionais – e ao mesmo tempo havia a parte teórica da formação de analistas – seminários clínicos, seminários teóri-

cos, supervisões individuais, supervisões em grupos, enfim, tudo que implica na formação de um analista. Era um local de trabalho e de formação. Era um grupo de 18 analistas, organizados por Armando Bauleo”. Trabalhou também na Escola de Psicologia Freudiana e Socioanálise, organizada por Gregório Barmblit, “um curso de formação de analistas, com seminários clínicos, teóricos e supervisões, mas com algumas particularidades, porque se acreditava que para pensar a relação entre a psicanálise e o social eram necessários outros instrumentos teóricos. Tínhamos, por exemplo, os ‘ateneos’ clínicos, em que os casos eram apresentados e eram discutidos com os analistas, mas também com os sociólogos e epistemólogos”.

“A repressão foi impossibilitando qualquer atuação profissional e foi tomando conta, entrando nos locais de trabalho”, conta Silvia: “A fiscalização exercida pela polícia dentro da maternidade era forte, entravam nos locais, pegavam nossos livros e anotações. Nesta escola em que dava aula, houve ameaças de bombas, uma pressão que levou ao seu fechamento. O processo de repressão foi intensíssimo e indiscriminado. Eu tive uma militância de base social também, mas, independentemente disso, a repressão atingia qualquer pessoa comprometida. Eu vim para o Brasil em dezembro de 1976. Os brasileiros nos receberam de uma forma muito afetuosa e generosa, pessoas que nos abriram suas casas e suas vidas. Em São Paulo, eu comecei a dar um curso sobre sexualidade feminina na Faculdade Objetivo. Depois passei a dar aulas de psicanálise na pós-graduação *latu sensu* da PUC, do qual me tornei coordenadora. Em 1978, junto com Artur Moura e algumas outras pessoas, pensamos em organizar um curso de psicoprofilaxia no Sedes. Fui conversar com Madre Cristina, apresentar o meu trabalho e propor o curso. Lembro até hoje deste encontro, quando conheci Madre Cristina, em toda a sua generosidade e humanidade. Ela se entusiasmou muito e abrimos um curso que durou cerca de três anos. Neste curso dávamos aulas teóricas de psicanálise e dávamos supervisão a estágios que os alunos faziam em instituições públicas, sempre em situações de crise – trabalho com gestantes, preparação para cirurgia etc. Em 1978 e 1979 eu estava na PUC e no Sedes”.

As diferenças teóricas entre o Sedes e a Sociedade de Psicanálise são detalhadas por Silvia Alonso: “O trabalho no Sedes recuperava, de alguma forma, o projeto da Argentina, o projeto era muito parecido na forma de pensar a psica-

nálise, de pensar a relação entre os analistas, a formação, a instituição e a clínica. Não era só um projeto em que a importância do social estava presente, mas era toda uma forma de pensar a instituição psicanalítica. Nós propúnhamos uma atuação diferente da SBPSP, fazendo também clínica nas instituições públicas. O curso do Sedes tinha um compromisso de estudo, de leitura de Freud, de dar uma boa formação. O tripé de formação era reconhecido, a análise considerada fundamental, mas nós nunca tivemos uma lista de psicanalistas. Cada um escolhe seu analista, a análise é sempre pessoal, não existe análise didática. O supervisor pessoal fora do curso é escolha pessoal, não há intromissão do curso nas opções dos alunos”.

Notas

1. FUKS, Mario. “Por uma história do curso de psicanálise”, *Percursos*, Ano 1, nº 1, 2º sem., 1988, p. 8.
2. COIMBRA, Cecília. *Gerentes da Ordem: Algumas Práticas ‘Psi’ nos anos 70 no Brasil*, Tese de Doutorado, IPUSP, 1992, p. 251.
3. BRASLAVSKY, Manuel e BERTOLDO, Carlos. “Anotações para uma história atual do movimento psicanalítico argentino”. In: LANGER, Marie (org.). *Questionamos 2 – Psicanálise Institucional e Psicanálise sem Instituição*, Interlivros, Belo Horizonte, 1977.
4. KESSELMAN, Hernan. “Plataforma Internacional: Psicanálise e Anti-Imperialismo”. In: LANGER, M. (ORG.) *Questionamos – A Psicanálise e suas Instituições*, Petrópolis, Vozes, 1973, p. 248.
5. KESSELMAN, Hernan. “Plataforma Internacional: Psicanálise e Anti-Imperialismo”. In: LANGER, M. (ORG.) *Questionamos – A Psicanálise e suas Instituições*, Petrópolis, Vozes, 1973, p. 249.
6. LANGER, Marie. “Psicanálise e/ou Revolução Social” in LANGER, M. (ORG.) *Questionamos – A Psicanálise e suas Instituições*, Petrópolis, Vozes, 1973, p. 257.
7. LANGER, Marie. “Prefácio”. In: LANGER, M. (ORG.) *Questionamos – A Psicanálise e suas Instituições*, Petrópolis, Vozes, 1973, p. 10.
8. BRASLAVSKY, Manuel e BERTOLDO, Carlos. “Anotações para uma história atual do movimento psicanalítico argentino” in LANGER, Marie (org.). *Questionamos 2 – Psicanálise Institucional e Psicanálise sem Instituição*, Interlivros, Belo Horizonte, 1977.
9. LANGER, Marie. “Prefácio”. In: LANGER, M. (ORG.) *Questionamos – A Psicanálise e suas Instituições*, Petrópolis, Vozes, 1973, p. 8.
10. LANGER, Marie. “Prefácio”. In: LANGER, M. (ORG.) *Questionamos – A Psicanálise e suas Instituições*, Petrópolis, Vozes, 1973, p. 8.
11. LANGER, Marie. “Prefácio”. In: LANGER, M. (ORG.) *Questionamos – A Psicanálise e suas Instituições*, Petrópolis, Vozes, 1973, p. 13.
12. BRASLAVSKY, Manuel e BERTOLDO, Carlos. “Anotações para uma história atual do movimento psicanalítico argentino”. In: LANGER, Marie (org.). *Questionamos 2 – Psicanálise Institucional e Psicanálise sem Instituição*, Interlivros, Belo Horizonte, 1977, p. 34.
13. BRASLAVSKY, Manuel e BERTOLDO, Carlos. “Anotações para uma história atual do movimento psicanalítico argentino”. In: LANGER, Marie (org.). *Questionamos 2 – Psicanálise Institucional e Psicanálise sem Instituição*, Interlivros, Belo Horizonte, 1977, p. 36.

5

Os psicólogos em busca da psicanálise e os movimentos de saúde mental dos anos 1970



ACONTECE NO SEDES

pesquisas e publicações

Está pronto para ser lançado o primeiro livro da COLEÇÃO SEDES SAPIENTIAE. A obra é "Andaimas do Real", de Fábio Hermann, voltada para o desenvolvimento de aspectos teóricos da Psicanálise.

A responsabilidade pela edição é do Centro de Pesquisas e Publicações, que está projetando algumas modificações dinamizadoras de sua atividade, medidas que serão pormenorizadas em artigo a ser divulgado no próximo número deste boletim.

A coordenadora do Centro, Profa Raquel Kerbauy, considera que a maior parte dos profissionais atuantes no Sedes tem uma longa experiência clínica e, relativamente à envergadura dessa experiência, poucos trabalhos publicados. Com essa preocupação, tem ficado toda 2ª feira de manhã e 5ª feira à tarde, à disposição dos interessados em discutir idéias nesse sentido, bem como a respeito de uma sistematização do trabalho de pesquisa, proposta por ela como uma atividade permanente entre nós e paralela a todo trabalho clínico em Psicologia.

núcleo de psiquiatria e psicologia social

Um grupo de pessoas interessadas na dimensão social da Psiquiatria e Psicologia vem se reunindo aos sábados, às 10 horas, aqui no Sedes, com intenção de debater o que se tem feito até o momento acerca do tema. É aberto à participação dos que estejam ligados a essa área e possam contribuir no desenvolvimento das discussões.

Até o momento o grupo não se propõe elaborar soluções imediatas, pensando mais especificamente em aproveitar um espaço amplo onde se possa debater o corpo teórico-crítico da Psiquiatria e Psicologia, dentro da estrutura vigente no país e relativamente às experiências individuais de cada participante.

Uma das perspectivas aventadas seria a constituição de um grupo permanente inserido regularmente no conjunto do Instituto. Alguns pontos comuns de trabalho foram acertados, principalmente o aprofundamento do tema: formação profissional e análise crítica dos trabalhos experimentais em andamento e não assimilados pela rede oficial de assistência em Saúde Mental.

No próximo sábado, dia 28 de abril, esse grupo promoverá uma palestra com Felix Gusterri, sobre a dimensão sócio-política da Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise, com tradução paralela.

Dia 5 de maio será apresentado no grupo um relatório analítico sobre a experiência de atendimento em Saúde Mental (convênio) e nos dias 26 e 27 do mesmo mês haverá um encontro nacional para intercâmbio com grupos e profissionais de outros Estados que vêm trabalhando no mesmo sentido.

herbert rosenfeld

O Curso de Psicopatologia e Terapia Psicanalítica ministrado pelo Prof Rosenfeld, da Sociedade Psicanalítica de Londres, a convite do Departamento de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica desenvolveu-se entre 2 e 19 de abril, aqui no Sedes, com um número de participantes superior às expectativas mais otimistas. Também as supervisões (seminários clínicos) coordenadas pelo Prof. Rosenfeld se desenvolveram de forma bastante rica e concorrida.

3

PÁGINA ANTERIOR

Psicólogos e intelectuais prestigiaram o "novo" Sedes em festa no prédio em construção, 1976.

DIREITA

Página do Informativo interno do Sedes, que teve papel destacado nas atividades de organização e discussão de saúde mental na década de 1970.

A fundação do curso de psicanálise no Sedes em 1976 se encaixou em uma nova procura e perfil de profissionais. Excetuando-se os que tinham na Sociedade de Psicanálise o seu referencial e que podiam ser admitidos, inclusive por razões econômicas, o curso do Sedes atendeu a uma ampla e multifacetada demanda de profissionais, médicos e especialmente psicólogos, que procuravam a psicanálise como referencial para o atendimento em consultório, mas que, igualmente, procuravam o Sedes como lugar político e queriam uma psicanálise vinculada a práticas sociais de esquerda, a um trabalho institucional, na área da saúde pública e prática de trabalho com grupo. Alguns destes primeiros alunos já participavam dos grupos de estudos promovidos por Regina Chnaiderman, ou tinham conhecimento deles, e procuravam no Sedes este perfil de formação (também aberto à filosofia), agora institucionalizado.

Uma parcela dos profissionais procurava no curso e no Sedes uma formação consistente e um bom curso de psicanálise como alternativa a uma demanda não atendida pela Sociedade – mas não necessariamente por discordar da SBPSP. E o curso do Sedes certamente oferecia esta formação, reconhecida desde o início pelos profissionais na área. “Minha vinculação ao Sedes data do ano de 1977, quando procurei o curso. Buscava, na verdade, três coisas: um estudo sistemático de psicanálise, um grupo de pertinência e uma proximidade

com Regina Chnaiderman a quem eu admirava e com quem queria estudar. O Sedes como instituição mais ampla era para mim apenas o espaço que abrigava o curso; desconhecia seus propósitos, diretrizes e história”, recordou Mania Deweik em depoimento publicado em 1993.¹

A profissão de psicólogo

Com o início dos primeiros cursos de graduação no país e a regulamentação da profissão em 1962, a psicologia mudou o seu patamar de inserção profissional e de reconhecimento social. Com a formação das primeiras turmas de psicólogos, o interesse pelo atendimento clínico, pela psicanálise e a aspiração de se tornar psicanalista se intensificaram.

Até 1970 haviam apenas 198 psicólogos diplomados pelos três cursos existentes em São Paulo: 82 na USP, 43 no Sedes e 73 na São Bento. Destes, 75% se dedicavam a atividades de ensino superior e à atividade clínica, especialmente em consultórios e clínicas particulares.² Conforme estudo de Silvia Leser de Melo, “o resultado mais aparente deste modo de pensar a psicologia e suas aplicações é que os cursos ganharam uma unidimensionalidade compacta, de maneira que não apenas *formam* psicólogos clínicos, mas *transformam* os alunos, graças ao conteúdo predominante das disciplinas, em psicólogos clínicos”³ Este perfil clínico se manteria nos anos seguintes, tanto que dez anos depois, em 1981, 60% dos psicólogos da capital exerciam atividade clínica.⁴

Nos anos 1970 ocorreu um expressivo crescimento no número de cursos e faculdades de psicologia. Segundo dados do MEC, os psicólogos registrados em 1970 no ministério somavam em todo o Brasil 3.050 pessoas, o que incluía tanto aqueles formados pelas novas faculdades de graduação em psicologia como aqueles com formação e atuação reconhecidas anteriores a 1962. Em 1974, quando foram criados os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), que passaram a registrar e fiscalizar os psicólogos, já eram 11.343 os psicólogos.⁵

Constituindo uma opção pela psicanálise

Uma parcela significativa dos profissionais que procurou o curso de psicanálise do Sedes a partir de 1976 era formada de psicólogos engajados em uma série

editorial PSICOLOGOS questionam

Começou no Sedes, este mês, um Fórum de Debates sobre a 14ª PSICOLOGIA E SOCIEDADE. Nela os psicólogos estão discutindo suas perspectivas de atuação profissional e sindical na sociedade brasileira. Os temas escolhidos demonstram a intenção de avaliar criticamente a função social do psicólogo e seu papel na atualidade.

Um fórum com esse objetivo só pode ser muito bem recebido.

A Psicologia, enquanto ramo de pesquisa em Ciência, se propõe estudar o comportamento humano. No entanto, sempre se caracterizou pela teorização extremamente abstrata e pelo estudo de aspectos demasiadamente isolados do comportamento.

Ora, o comportamento humano ocorre sempre dentro de situações historicamente determinadas, e é em relação com tais situações e ambientes que as pessoas se comportam de tal ou qual forma. Os tipos de comportamento obedecem a uma relativa padronização, por força das expectativas sociais.

Uma organização social, seja ela qual for, cria os padrões e tipos de comportamento funcionais para a sua manutenção. Numa sociedade de classes, é a ideologia da classe dominante que cria as justificativas e explicações para estímulo ou repressão, conforme as atitudes se adaptam ou não aos padrões desejáveis. Os estímulos e sanções são aplicados, numa sociedade capitalista como a nossa, através de instituições sociais que incorporam o trabalho dos psicólogos.

A Psicologia, buscando estudar e estabelecer leis a respeito do comportamento humano, se não atua em relação desse comportamento com a sociedade, tal como ela está organizada, incorre no perigo de tornar-se um simples instrumento da ideologia e dos propósitos da classe dominante.

Armando-se da análise crítica da sociedade, os pesquisadores e teóricos do comportamento poderão examinar cientificamente tal objeto, sem fabricar simplesmente ideologia. Daí a necessidade de situar criticamente o seu papel frente à sociedade, e particularmente, frente à própria instituição em que trabalham. Britânico, assim, sua utilização como guardião da ordem estabelecida.

Questionar os conceitos da Psicologia marxista, questionar os objetivos das instituições em que trabalham, questionar as técnicas do próprio trabalho são algumas tarefas importantes para o profissional que rompe com as ondas da alienação.

Pensando dessa forma, só podemos ver com entusiasmo a iniciativa do Fórum de Debates. Que ele seja apenas o primeiro passo, conjunto, no à abertura de um novo caminho para a Psicologia em nosso meio.

2

Sedes Informa defende em editorial uma psicologia engajada, crítica e questionadora, 1978.

de projetos comunitários e sociais. Estes profissionais procuravam a psicanálise como referencial de trabalho e o Sedes como instituição politizada.

Nos anos 1970 foram definidos vários lugares de inserção de psicólogos e outros trabalhadores de saúde mental no campo social: experiência dos Centros Comunitários, trabalho com meninos que viviam na rua, modelos alternativos de atendimento a pacientes psiquiátricos, como hospitais-dia e ambulatórios estaduais de saúde mental. Em São Paulo, a mudança no atendimento por parte do Estado teve início em 1977, quando o governo estadual criou 11 ambulatórios de saúde mental.⁶

Muitos profissionais procuravam no Sedes respostas a questões surgidas em sua prática e a psicanálise era considerada uma das opções de aprimoramento profissional em um enquadre politizado. Conforme depoimento, em 1994, de Fátima Vicente: “As pessoas que chegavam não procuravam o ‘ser psicanalista’; o Sedes tinha um apelo destacado como uma instituição de formação ampla, engajada. Aprender psicanálise não era o mesmo que ser psicanalista. O querer ser psicanalista ia se processando durante o curso. Não era uma pergunta se o sujeito era ou não psicanalista, a questão era a implicação com o trabalho, se ele se engajava era reconhecido”.⁷ Segundo Fátima, mesmo para os professores, Regina em especial, “o curso era um momento de passagem para que as pessoas experimentassem se a psicanálise era ‘a sua opção’ ou não”.⁸

E a própria concepção e organização do curso permitia a inserção desses profissionais, que organizavam o projeto de se tornar analista durante o curso. O curso não exigia, nessa época, nenhuma opção ou experiência anterior ligada à psicanálise – como análise pessoal, experiência clínica, supervisão ou conhecimentos teóricos. Só posteriormente começam a ser discutidas a necessidade de análise pessoal (inicialmente como compromisso de começá-la durante o curso e, posteriormente, como pré-requisito) e atendimento clínico.

Silvia Alonso destaca que, no final da década de 1970, “me surpreendia na PUC que os alunos mais comprometidos, com os quais eu gostaria de trabalhar, em geral não escolhiam a psicanálise, porque a psicanálise que eles conheciam era a que existia na Sociedade de Psicanálise, elitista e fora da realidade social”. O curso de psicanálise do Sedes ocupou rapidamente este novo lugar e consolidou um trabalho pioneiro em São Paulo.

Redemocratizar e procurar novos modelos

Com a conjuntura da redemocratização do Brasil, no final da década de 1970, a reforma psiquiátrica passou a ser discutida e implantada. A reforma do modelo de atendimento psiquiátrico incluía: mudar a estrutura asilar do hospital psiquiátrico (a partir da qual se deu a fundação das comunidades terapêuticas); a criação de modelos de organização da psiquiatria para prevenção e promoção da saúde mental e o questionamento da psiquiatria como campo de atuação/saber, referindo-se a questões de direito e cidadania (como propõe a antipsiquiatria, especialmente Franco Basaglia).

Foi uma década de discussão e de práticas neste campo. O Sedes participou intensamente desses movimentos, que engajaram médicos, psicólogos e psicanalistas. Em janeiro de 1979 se realizou dentro do instituto o I Congresso Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental. Esse encontro marcou a posição de que a luta pela transformação do sistema de atenção à saúde estava vinculada à luta dos demais setores sociais na busca da democracia plena e de transformações sociais. Foram aprovadas moções pelas liberdades democráticas, pela livre organização de trabalhadores e estudantes, pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, bem como reivindicações trabalhistas e de repúdio à manipulação da instituição psiquiátrica como instrumento de repressão.⁹ Esse encontro marcou também uma posição crítica em relação aos hospitais psiquiátricos e afirmou a necessidade de uma participação nas decisões políticas sobre saúde mental.

O Movimento de Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), que havia sido criado em 1978, no Rio de Janeiro, logo se expandiu para outros estados. Inicialmente com uma pauta de reivindicações que mesclava questões trabalhistas e corporativas, foi se tornando cada vez mais importante na organização dos profissionais da área, na crítica ao modelo psiquiátrico vigente, na denúncia das condições desumanas em que viviam os pacientes e nas reivindicações por transformações. Segundo Paulo Amarante, o MTSM “é o ator e sujeito político privilegiado na conceituação, divulgação, mobilização e implantação das práticas transformadoras. É no seio do MTSM que se funda um exercício regular e sistemático de reflexão e crítica ao *status quo* psiquiátrico, e de onde surgem, ainda, as propostas teóricas e a práxis de uma nova política de saúde

mental. O movimento, contudo, não é uma organização unitária, homogênea e monolítica”.¹⁰

Os profissionais da área de saúde mental se articularam em outros movimentos, como a Rede de Alternativas à Psiquiatria, que incorporou outras parcelas da população na luta pela saúde. Ainda no final de 1978, com a realização do I Congresso Brasileiro de Psicanálise de Grupos e Instituições, por ocasião do lançamento da IBRAPSI no Rio de Janeiro (do qual participaram os argentinos Gregório Barembli e Osvaldo Saidón), foi possível a vinda para o Brasil dos principais mentores da Rede de Alternativas à Psiquiatria, do movimento Psiquiatria Democrática Italiana, da antipsiquiatria, enfim, das correntes de pensamento crítico em saúde mental: Franco Basaglia, Felix Guattari, Robert Castel e Erwing Goffman.¹¹

Um texto de memória do departamento, de 1997, registra que nos anos 1970 “a própria psicanálise sofre a crítica desses grupos mais politizados, que a denunciavam como modelo a serviço de um pensamento reacionário que privilegiava as mudanças individuais em detrimento das mudanças obtidas politicamente através de compromissos com o social. Às críticas em termos de ‘mero culto ao individualismo’ ou enclausuramento solipsista na intimidade, a psicanálise responde afirmando que a sua dimensão libertadora está intrinsecamente ligada à construção da *singularidade* e isso implica também em desalienação social. Dentro da própria teoria, várias mudanças vão sendo processadas; a década de 1970 é marcada por produções que teorizam acerca da psicanálise e do marxismo”.¹²

A experiência dos Centros Comunitários

Na interseção entre psiquiatria e política, alguns modelos foram implantados neste período. O Centro Comunitário de Saúde Mental de Parelheiros, coordenado por Wilhelm Kenzler – psicanalista da Sociedade e médico psicossomático – era, segundo ele, “baseado na concepção psicodinâmica da psiquiatria e centrado numa tecnologia comunitária”.¹³ A criação do centro fazia parte de um projeto de convênio da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, com verbas do Ministério da Saúde e da Faculdade de Medicina, e incluía o repasse de verbas da USAID para o ministério.

INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE
PROGRAMAÇÃO PARA 1978

I - CENTRO DE PSICOTERAPIA

A) Oferece os seguintes Cursos de Especialização para Psicólogos (com duração de 4 a 6 semestres)

- Psicoterapia Comportamental
- Psicoterapia de Orientação Psicanalítica
- Psicoterapia de Orientação Psicodinâmica

SECTORES: A) Infantil
B) Adolescente
C) Adulto

- Psicodrama
- Terapia Psicomotora

B) Oferece também o Curso de APERFEIÇOAMENTO:

- Psicoterapia de Orientação Gestalt-Reich

II - CENTRO DE EDUCAÇÃO

Oferece os seguintes Cursos de Especialização para Orientadores Educacionais, Bacharéis e Licenciados em Pedagogia (com duração de 4 semestres)

- Orientação Educacional
- Planejamento Educacional

III - CENTRO DE PSICOLOGIA

A) Cursos de Especialização: (para Psicólogos)

- I - Curso de psicologia do Trabalho

B) Cursos de Aperfeiçoamento:

- 1 - Oferece para PSICÓLOGOS com a duração que varia de 1 a 2 semestres os seguintes Cursos:
 - 1)- Técnicas Projetivas: a) RORSCHACH
B) FLEMMING FISTER
 - 2) Psicodiagnóstico
- II - Para psicólogos, Orientadores Educacionais e OR. Pedagogos:
 - 1) Orientação de pais
 - 2) Aprendizagem
 - 3) Orientação Vocacional em Educação
 - 4) Profilaxia e desenvolvimento mental, nas diferentes fases do desenvolvimento.
- III - Para Professores de TRÊ-PRIMÁRIO E PRIMÁRIO, portadores do certificado de 2º grau de Ensino Médio:
 - 1) Psicometria na Escola
 - 2) Treinamento para Professores de Excepcionais

ATENÇÃO : O Corpo Docente, a duração de cada Curso, os horários, o nº de vagas, os programas e outras informações: na Rua Ministro Godoi, 1484 (esquina da Rua Wanderley)
Fone : 262-8024 -
HORÁRIO: das 9 às 12 e das 14 às 20 hs. de segunda a 6ª
INFORMAÇÕES E MATRÍCULAS PARA SELEÇÃO A PARTIR DE 3 de OUTUBRO de 1977
TAXA DE INSCRIÇÃO PARA SELEÇÃO: Cr\$ 250,00

A programação de 1978 mostra o Sedes como um diversificado centro de formação para psicólogos.

O Centro Comunitário de Parelheiros era ligado à OSEC (atual UNISA) e estruturado com uma equipe interdisciplinar, com médicos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, sociólogos, assistentes sociais e enfermeiros. O projeto e as propostas eram elaborados com e a partir da comunidade. Muitos grupos de trabalho desenvolveram projetos, como o de fonoaudiologia preventiva nas escolas, Liga de Assistência à Criança Excepcional com as mães destas crianças, formação de líderes em saúde mental – pessoas que tinham uma liderança dentro da comunidade e que discutiam com os profissionais as demandas que chegavam a eles (líderes religiosos, benzedeiros, farmacêuticos, etc.) e os ajudavam a compreender e encaminhar as questões ligadas à saúde mental. Os profissionais, além do atendimento ambulatorial, acompanhavam as internações em hospitais e ajudavam na reinserção do paciente. O Centro era um fértil campo de estágio e treinamento de médicos e psicólogos – tanto estudantes como profissionais – e fazia assessoria a outros centros de saúde – ambulatório do INSS do Largo 13, Centro de Saúde da Vila São José, Centro de Saúde do Butantã e outros.

Outro exemplo da implantação de novos modelos foi a criação em 1977 do Instituto de Psiquiatria Social – IPSO, da Associação Pró-Reintegração Social da Criança. O IPSO implantou projetos ambulatoriais em Diadema e São Bernardo do Campo, implementou uma série de projetos com a comunidade, em bairros como Jardim Santa Rita e Jardim Canhema, e trabalhos externos, como o grupo de meninos engraxates e o atendimento a um grupo de gestantes. Além disso, implantou o atendimento a crianças e adolescentes em regime de hospital-dia e desenvolveu atividades de apoio a instituições da área de saúde e educação e a movimentos populares.¹⁴

O clima dos anos 1970 e o tipo de referência psicanalítica que existiam na época são lembrados em depoimento publicado de Leopold Nosek, psiquiatra e psicanalista, presidente da SBPSP por duas gestões durante os anos 1990. Lembrando de seu trabalho na Comunidade Terapêutica Infância, ele conta: “Havia uma interseção entre política e psiquiatria que passava, nesta época, pelo psicodrama. Todo o grupo de profissionais ligados à esquerda fazia psicodrama. Era um momento de muita efervescência. Um exemplo foi o Congresso de Psicodrama e Comunidades Terapêuticas, no Masp, do qual participaram pacientes, terapeutas e a classe teatral. Nesta época havia um clima libertário,

com os festivais e o tropicalismo. Na área psicoterápica, quem acompanhou esse processo foi o psicodrama e a comunidade terapêutica. Era harmonioso trabalhar nos dois. Os terapeutas eram muito solidários, atendendo inclusive pessoas que estavam na clandestinidade por razões políticas. (...) Nessa época a psicanálise era muito fechada, só existia a Sociedade de Psicanálise, o curso do Sedes Sapientiae estava começando e a formação era muito cara. A chegada do psicodrama, através do Bermúdez, que tinha também formação psicanalítica, foi vivida como um sopro de abertura. Embora não permita trabalhar com a precisão que a psicanálise permite, era um trabalho muito interessante. Depois, com a abertura da psicanálise, muitos destes profissionais foram fazer formação analítica”.¹⁵

Regina Favre ressalta, em depoimento gravado em vídeo, que outra corrente que agregava profissionais engajados era a reichiana, representada no Sedes pelo curso Gestalt-Reich, dirigido por Ana Verônica Mautner: “Naquele momento o movimento reichiano não era instituído, era um campo aonde pessoas vindas dos movimentos de 1968 – machucados, fracassados, arrebatados – se encontravam em busca do alternativo, dos movimentos autonomistas. Este movimento, esta mudança nas relações humanas é o que vamos encontrar depois com as pessoas vindas do movimento ‘Plataforma’ (...) nós começamos a buscar então analistas que pudessem nos nutrir, nos acolher”.¹⁶

Núcleo de Psiquiatria e Psicologia Social

Dentro da estrutura do Sedes existiam “Grupos Abertos” que não estavam ligados a nenhum centro ou curso, mas diretamente à diretoria e sob sua responsabilidade.¹⁷ Entre esses grupos, abertos a todos os interessados e que se reuniam no Sedes, estava o Núcleo de Psiquiatria e Psicologia Social. Este núcleo se reunia aos sábados de manhã para discussões. Também promovia palestras e encontros com outros profissionais. Participavam deles pessoas ligadas ao Sedes e a outros marcos. Em 28 de abril de 1979, por exemplo, promoveu uma palestra com Felix Guattari “sobre a dimensão sócio-política da psicologia, psiquiatria e psicanálise”.¹⁸

Em maio de 1979, foi organizado no Sedes o 1º Encontro Nacional do Núcleo de Psiquiatria e Psicologia Social, no qual se discutiu “trabalho alternativo

em saúde mental, a relação entre a instituição psicanalítica e a saúde mental no Brasil, a luta sindical dos profissionais desse campo e a questão da saúde mental na área escolar”.¹⁹ Trazido ao Brasil pelo IPSO (Instituto de Psiquiatria Social da Associação Pró-Reintegração Social da Criança) e pela Sociedade de Psicodrama, Franco Basaglia realizou três conferências no Sedes para os participantes do Núcleo de Psiquiatria e Psicologia Social.²⁰

Da faculdade de psicologia ao curso de psicanálise no Sedes: um depoimento

O depoimento de M. Laurinda R. Souza revela uma trajetória emblemática de um percurso que começa na graduação em psicologia no Sedes e passa, depois, ao curso de psicanálise. Esse percurso representa uma parcela dos que procuraram o curso no Sedes: “Estudar psicologia na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras ‘Sedes Sapientiae’ em 1970 introduziu-me numa experiência pessoal e coletiva bastante significativa. O Sedes, e mais especificamente a figura da Madre Cristina que o representava, era um lugar reconhecido de resistência ao regime ditatorial daquela época. Era também um lugar de acolhida – acolhida àqueles que insistiam em sustentar o direito à palavra e à participação no destino de seu país.”

“Integrar a última turma da faculdade de Psicologia – que doravante seria unificada na PUC – São Bento –, teve também seus efeitos: nossa turma foi convocada a criar e transformar o espaço da universidade; pudemos interferir na organização do currículo e experimentar propostas comunitárias alternativas que se iniciaram naqueles tempos. Havia um compromisso forte com a coletividade e com o desejo de transformação. Acreditávamos que a psicologia tinha uma potência política que nos permitiria interferir nas instituições e na organização popular. Os estudantes tinham uma organização própria – apesar da forte repressão e da proibição de organizações grupais – e eram um segmento ativo na vida política da década de 1960 e 1970. (...) Havia uma crítica à vertente clínica e ao elitismo da psicanálise. Ser universitário e militante sobrepunha-se à formação específica”, continua Laurinda.

Em relação às novas formas de atuação em saúde mental, ela ressalta: “No início da década de 1980, depois da abertura política, várias dessas experiências

foram utilizadas na rede de atendimento oficial. Nesse momento, trabalhar na rede pública era uma escolha política; significava a possibilidade de implantação, numa escala maior, daquilo que até então ficara na marginalidade. Essas práticas tiveram, também, a influência do saber psicanalítico que, se por um lado sofria forte resistência por se apresentar através de uma clínica individualizante e alienada e por uma hegemonia institucional elitista e conservadora, por outro lado instituiu rupturas e germinava práticas coletivas e comunitárias bastante contestatórias. Foi com esse espírito que se originou o curso de psicanálise do Sedes, ligado em seu início a uma clínica, já então reconhecida, pelo seu lugar de pesquisa e vinculação social. Criado como espaço alternativo de formação, foi um lugar de escolha para os que vinham participando das experiências institucionais e comunitárias da época e para os que partilhavam da crítica à política vigente”.

Notas

1. DEWEIK, Mania. “108 segundas-feiras depois”, *Boletim*, Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, n.12, mai/jun de 1993, pp. 5-7.
2. MELO, Sílvia Leser. *Psicologia e profissão em São Paulo*, São Paulo, Ática, 1975.
3. MELO, Sílvia Leser. *Psicologia e profissão em São Paulo*, São Paulo, Ática, 1975, p. 60.
4. *O perfil do Psicólogo no Estado de São Paulo*, São Paulo, CRP-6ª região/ Sindicato dos Psicólogos/ Cortez, 1984.
5. ROSAS, P.; ROSAS, A.; XAVIER, I. “Quantos e quem somos”. In: *Quem é o psicólogo brasileiro?*, São Paulo, Conselho Federal de Psicologia /Educon, 1988.
6. AMARANTE, Paulo. *Loucos pela Vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*, Rio de Janeiro, Fiocruz, 2ª ed., 1998.
7. “História e Memória do Departamento de Psicanálise”, desenvolvido por Adriana De Bona, Claudia J. M. Schonberger, Cleusa Abreu, Cleusa Pavan, David Calderoni, Mª Lucia Calderoni e Regina G. Almeida.
8. “História e Memória do Departamento de Psicanálise”, desenvolvido por Adriana De Bona, Claudia J.M.Schonberger, Cleusa Abreu, Cleusa Pavan, David Calderoni, Mª Lucia Calderoni e Regina G. Almeida.
9. AMARANTE, Paulo. *Loucos pela Vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*, Rio de Janeiro, Fiocruz, 2ª ed., 1998, p. 55.
10. AMARANTE, Paulo. *Loucos pela Vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*, Rio de Janeiro, Fiocruz, 2ª ed., 1998, p. 106.
11. AMARANTE, Paulo. *Loucos pela Vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*, Rio de Janeiro, Fiocruz, 2ª ed., 1998, p. 55.
12. DEPARTAMENTO de Psicanálise, “Psicanálise – 20 anos de Sedes Sapientiae”, *Histórias e Memórias do Instituto Sedes Sapientiae*, São Paulo, Sedes Sapientiae, 1997, p. 44.
13. CYTRYNOWICZ, Monica M. *Criança – Enfance: Uma trajetória de Psiquiatria Infantil*, São Paulo, Narrativa Um, 2002.
14. CYTRYNOWICZ, Monica M. *Criança – Enfance: Uma trajetória de Psiquiatria Infantil*, São Paulo, Narrativa Um, 2002, p. 113.
15. CYTRYNOWICZ, Monica M. *Criança – Enfance: Uma trajetória de Psiquiatria Infantil*, São Paulo, Narrativa Um, 2002, p. 18.
16. “Nos outros e a Psicanálise”, vídeo produzido pelo Núcleo de Psicanálise, Cinema e Vídeo (Cida Aidar, Heidi Tabacof, Marta Assolini e Lucia Lima), Moisés Rodrigues da Silva Jr. e Eduardo Abramovay.

17. "Uma Proposta de Caracterização do Sedes", diretoria do Sedes Sapientiae, 1982.
18. *Sedes Informa*, nº 3, abril 1979.
19. *Sedes Informa*, nº 4, junho 1979.
20. *Sedes Informa*, nº 4, junho 1979.



Dois projetos distintos levam
à cisão em 1979

NESTE NÚMERO

A morte do metalúrgico
Trabalho na periferia
Guerra no Irã?
Não tem abertura no campo
Crise no Depto de Psicanálise:
Uma versão
Outra versão
Falam os alunos
Diretoria responde

Aos alunos do curso Psicoterapia de Orientação Psicanalítica

O Departamento de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica do Instituto Sedes Sapientiae teg, no decorrer de quase quatro anos, desenvolveu suas atividades docentes e de formação com bastante êxito, malgrado inúmeras dificuldades enfrentadas desde sua instalação, em março de 1976. Nosso departamento conta atualmente com mais de cem alunos, e assiste agora à formação de sua primeira turma.

O corpo docente, constituído por treze professores de respeitável nível científico, em conjunto com os alunos representantes (dois pgr classes), preocupou-se em reger o curso através de uma prática democrática - discussão e voto -, o que nunca pretendeu invalidar a posição de seu diretor. Antes, tratou-se de validá-la, da única forma viável: por uma produtiva colegialidade. Obviamente, não faltaram momentos de divergência, quando o clima de discussão se tornou tenso, mas chegou sempre a resolver-se por tal prática, substanciada num regimento e num estatuto, votados e consensualmente reafirmados.

Neste momento, todavia, a partir dum problema em princípio rotineiro - a discussão do processo de contratação de novos professores -, seu diretor declarou que não mais pretendia acatar o sistema de votação. Num reunião, para a qual este decidiu que os representantes não deveriam comparecer, foi literalmente exigido pelo diretor que se aprovassem suas resoluções, deixando para os eventuais descontentes a alternativa de se retirarem do departamento. Ou seja, não permitiu que as propostas em pauta fossem levadas à decisão soberana do conselho.

Como tal procedimento foasse repellido pela maioria dos professores, foram suspensas as reuniões. Ao serem retomadas, na última quinta-feira, uma fração do corpo docente, sob o patrocínio do próprio diretor - constatando estar em situação minoritária -, decidiu autocrática e irrevogavelmente dissolver o curso, propondo a eventual formação de dois outros cursos. Como não se baseia tal decisão num desacordo teórico acerca do ensino mas simplesmente num repúdio à forma democrática e consensual de funcionamento, essa decisão peca não só contra as normas vigentes, mas peca sobretudo por um mal maior: desrespeita o contrato com os alunos e tenta destruir um trabalho de anos de empenho. Ora, vivemos uma quadra da existência do curso em que seus propósitos e métodos deveriam ser rediscutidos, o ensino melhorado e, já estando consolidada a sua existência definitiva, certos desenvolvimentos do departamento - clínica, maior integração no instituto, etc. - haveriam de se cumprir.

Nós que formamos a maioria do corpo docente queremos esclarecer, em face disso, que repelimos tal cisão, não fundada em razões técnicas ou científicas. Entendemos que o diretor não tem poderes de dissolver este curso, podendo apenas - o que seria lamentável - deixar sua coordenação ou mesmo abandoná-lo. O funcionamento regimentar e a continuidade das atividades do conselho em sua integridade são o único e melhor recurso para garantir o futuro deste projeto institucional. Em outras palavras, é nossa firme opinião que o curso deve continuar e nos propomos a todos os esforços para isso.

São Paulo, 20 de outubro de 1979.

Ana Maria Sigal

Fabio Herrmann

Lucia Barbero Fuks

Mariene Medina Carone

Mariisa Tafarel

Mario Fuks

Regina S. Chnaiderman

//////

PÁGINA ANTERIOR

Sedes Informa destaca a "Crise no Depto. de Psicanálise", 1979.

DIREITA

Carta dos professores que permaneceram no curso de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica explicando os motivos da cisão, 1979.

O período de 1976 a 1979 consolidou o curso de psicanálise como uma opção de formação em relação à Sociedade de Psicanálise, principalmente após a saída dos professores que eram da SBPSP. Este processo definiu de forma muito bem demarcada a diferença entre o curso do Sedes e o da Sociedade.

Nesse período, a convivência entre diferentes modos de pensar a psicanálise foi produtiva, apesar dos conflitos. Roberto Azevedo viu consolidar-se um curso de formação consistente e paralelo ao da Sociedade. Embora sua proposta não fosse a de criar um curso alternativo, ele queria expandir o ensino da psicanálise. Regina Chnaiderman estava realizando seu projeto de criação de um espaço institucional de formação e de inserção cultural e social da psicanálise. Os psicanalistas argentinos puderam reconstruir suas vidas profissionais em um marco social e politicamente engajado. Profissionais da psicologia e da saúde encontraram no curso um enquadre teórico e político para suas experiências comunitárias e sociais.

Com esse perfil, aliando uma formação técnica consistente e alternativa à Sociedade e com uma proposta social e política de engajamento, o curso atraiu um expressivo número de alunos, que foi aumentando ano a ano. Em 1977, apesar da saída do grupo de professores da Sociedade de Psicanálise, 24 alunos se inscreveram no 2º ano e 26 alunos foram aprovados na nova seleção

e iniciaram o curso. Em 1978 se inscreveram 64 alunos no primeiro ano e em 1979 um total de 76 alunos.¹ Até 1978, o curso de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica era oferecido em seis semestres.² Foi em 1979, quando a primeira turma chegou ao quarto ano, que ele passou a ser oferecido como um curso com a duração de quatro anos.³

O curso era então composto de seminário teórico, aulas e supervisão. As aulas, que reuniam todos os alunos de cada ano, eram teóricas e predominantemente expositivas. As supervisões clínicas eram realizadas em grupos menores e se centravam no material de atendimento dos alunos. Os seminários teóricos eram realizados em grupo e priorizavam a discussão de textos previamente lidos.

Em 1977, Ana Maria Sigal coordenava um seminário teórico com duração de três horas e meia por semana, oferecido para os alunos de primeiro e segundo anos. O programa deste curso era escrito e apresentado em espanhol.⁴ Os alunos tinham grande contato com o castelhano, pois havia pouca bibliografia em português sobre psicanálise e muitos profissionais utilizavam livros publicados na Argentina, seja de autores daquele país seja de traduções dos clássicos da psicanálise. No seminário de Ana Sigal eram estudados Freud, Winnicott e especialmente a obra de Melanie Klein. Sigal era também a responsável pelo Curso de Psicoterapia Infantil I, oferecido aos alunos do primeiro ano⁵ e, no ano seguinte, ministraria o Curso de Psicoterapia Infantil III para o terceiro ano.⁶

Os alunos do primeiro ano tinham aulas com Itiro Shirakawa, no curso quinzenal de Psicopatologia Geral⁷ (Psicopatologia Psiquiátrica, juntamente com Ladislau Glausiusz)⁸, e com Fabio Herrmann no Curso de Introdução à Psicanálise⁹, no qual era estudada principalmente a obra de Freud. Herrmann ministrava ainda o Curso Teórico de Psicanálise para os alunos do segundo ano, em que se estudava, além de Freud, as obras de Klein, Lacan e autores da escola inglesa. Também era oferecido aos alunos, como atividade optativa, um grupo de estudos e supervisão em Psicoterapia Infantil de Orientação Psicanalítica, para o primeiro e segundo anos, ministrado por Maria Julieta Nóbrega Naffah, que no ano seguinte passou a ensinar Psicanálise Infantil Frente às Propostas de Jacques Lacan; ela permaneceria no curso até 1979¹⁰.

Em 1978 e 1979 Regina Chnaiderman coordenava o seminário teórico (para o segundo ano) em que abordava os temas Transferência, Contra-Transferên-

cia e Interpretação Psicanalítica – Conteúdo e Dinâmica¹¹. E as aulas teóricas foram assumidas por Regina Chnaiderman¹², que as definia assim: “Os temas serão desenvolvidos basicamente a partir dos ensinamentos de Freud, mas serão abordados com bastante minúcia as derivações das correntes pós-freudianas, especialmente as da escola kleiniana, psicanalistas do ego, bem como as contribuições específicas de outros autores”.¹³

Quando foi inaugurada a nova sede do instituto, localizada na Rua Ministro Godoy, todas as atividades do curso, inclusive as supervisões, passaram a acontecer dentro da instituição. Até aquele ano, as supervisões clínicas e os seminários eram realizados nos consultórios dos professores e supervisores.

Ana Maria Sigal recorda: “Em relação à formação, nós éramos contra a análise didática porque achávamos que não se podia fazer controle da análise, ainda mais de alguém que vai fazer parte da mesma instituição, porque isso cria uma questão de hierarquia, de interesses econômicos muito sérios, e éramos contra a supervisão controlada pela instituição. Nossos alunos nunca foram obrigados a fazer análise ou supervisão com pessoas da nossa instituição. No trabalho de consultório e na análise cada um fazia sua própria história”.

Em relação ao conteúdo do curso, Sigal conta: “Do ponto de vista da política científica, desde o começo nós escolhemos como viga mestra a obra freudiana. Consideramos que o estudo de qualquer autor tem que partir do conhecimento profundo da obra de Freud. Nós sempre trouxemos outros autores – como Klein, Lacan, Winnicott – e nunca nos consideramos de determinada escola. Nunca entendemos a clínica como definida pelo *setting* – tempo da sessão, número de sessões por semana, uso de divã, etc. – mas pelo trabalho com o inconsciente. Outro ponto é a abrangência da psicanálise, que não pode ser limitada pelo consultório. O trabalho na saúde pública era fundamental. Do ponto de vista ideológico, nós nos opúnhamos à Sociedade no sentido de que não existe ‘postura neutra’, pois isso significa também um tipo de engajamento. Não se podia pedir que as pessoas não se manifestassem politicamente porque eram analistas. A Sociedade de Psicanálise do Rio de Janeiro enfrentou problemas seriíssimos neste sentido com o escândalo Lobo, perseguição contra Hélio Pelegrino e Eduardo Mascarenhas. Sempre pensamos a psicanálise relacionada com a realidade social, econômica e histórica do sujeito. A vida psíquica não existe fora da realidade, o real psíquico está atravessado pelo real social”.

Hebert Rosenfeld em São Paulo

O primeiro livro publicado na Coleção Sedes Sapientiae – que se propunha a divulgar o trabalho dos profissionais do Sedes – foi *Andaimes do Real*, de Fabio Herrmann, em 1979.¹⁴ O lançamento do livro foi no Sedes com debate coordenado por Roberto Azevedo, diretor do “Departamento de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica”, com a presença de Isaías Melsohn, da SBPSP.¹⁵

Em abril de 1979, o “Departamento de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica” trouxe a São Paulo Hebert Rosenfeld, da Sociedade Psicanalítica de Londres, para um ciclo de cinco conferências sobre Psicopatologia e Terapia Psicanalítica.¹⁶ Além do curso, Rosenfeld deu seminários e supervisões.¹⁷ Hebert Rosenfeld havia sido analista de Roberto Azevedo e mantinha com ele uma ótima relação.

A presença do nome “Departamento de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica” pode surpreender, mas desde o seu início o curso comportava o projeto – presente em pelo menos parcela de seus membros – de que o curso

seria apenas parte das atividades desse grupo. O termo “departamento” existia também dentro do Sedes desde o início. Em 1977, anexo ao convite de inauguração do novo prédio, o Sedes explicava seu regulamento interno e a estrutura do instituto: “O Instituto é uma comunidade integrada por diferentes Centros. Centro é o nome que indica uma determinada área de ensino, pesquisa e prestação de serviços. De acordo com as necessidades de trabalho, os Centros dividir-se-ão em Departamentos e Setores”.¹⁸

Um instituto e dois cursos

Com o passar dos meses, nos anos de 1978 e 1979, quando a sobrevivência do curso já estava garantida, o equilíbrio que mantinha o grupo em torno do curso começou a se romper e algumas diferenças internas tornaram-se agudas a ponto de levar a uma

Folheto de divulgação de evento promovido pelo curso, 1979.



Lucia Fuks, Fabio Hermann, Leda Herrmann, Marilene Carone, Regina Chnaiderman, Ana Maria Sigal, Boris Chnaiderman, Hebert Rosenfeld e Isaías Melsohn, por ocasião da visita de Rosenfeld a São Paulo, 1979.

cisão oficial, no final de 1979, e à criação de um outro curso de psicanálise no Sedes.

Dos 13 docentes, sete permaneceram no curso: Ana Maria Sigal, Fabio Herrmann, Lucia Barbero Fuks, Marilene Medina Carone, Marilsa Taffarel, Mario Fuks e Regina Chnaiderman. Por sua liderança naquele momento, este passou a ser conhecido como o “grupo da Regina”.

O grupo que se manteve em torno de Roberto Azevedo fundou o curso de especialização em “Psicopatologia e Psicoterapia Psicanalítica”. Os professores eram os argentinos Tito Schust, Guillermo e Lea Bigliani, a portuguesa Maria Rita Mendes Leal, o professor de psicopatologia psiquiátrica Itiro Shirakawa, além dos psicanalistas colaboradores recém-formados pelo curso: Eliana Rache Humberg e Sérgio Siqueira Telles. O curso passou a ser conhecido como o “grupo do Roberto”.

Não se pode esquecer que todo o processo de discussão e cisão ocorreu dentro do Sedes Sapientiae e que a instituição não apenas jamais interferiu, como manteve os dois grupos e cursos, sem questionar as razões de cada um e aceitando que cada grupo continuasse. Esse aspecto não é um detalhe desta história, mas certamente um elemento central, já que dificilmente uma ins-

tituição com outro perfil teria tido a postura que o Sedes e a Madre Cristina tiveram no momento da ruptura, o que singulariza ainda mais o lugar do Sedes e da Madre, que abrigaram não apenas um curso de psicanálise, mas dois cursos de psicanálise formados por grupos que se antagonizavam.

Quando houve a cisão, também os alunos se dividiram entre os dois cursos. Como em 1979 o curso tinha 76 alunos no primeiro ano, mesmo com a divisão foi possível montar uma classe de 33 alunos no segundo ano do curso “Psicoterapia de Orientação Psicanalítica” em 1980. Naquele ano, o curso recebeu 45 novos alunos no primeiro ano.¹⁹ A partir de 1981, o número de vagas para o primeiro ano foi limitado a 35, que poderia ser ampliado em mais duas ou três por questões de seleção.²⁰ Embora só o programa do primeiro ano do curso de Psicoterapia e Psicopatologia Psicanalítica esteja registrado no catálogo de cursos de 1980, este formou também turmas de segundo e terceiro anos em 1980.

Diferenças e divergências

Vários fatores e divergências levaram à cisão, mas a diferença mais imediatamente perceptível foi que o grupo ligado a Regina Chnaiderman passou, imediatamente após a divisão, a funcionar nos moldes de um departamento, em que os alunos e ex-alunos participavam ativamente, de acordo com princípios e valores que já eram defendidos e que estavam na base das discussões entre os dois grupos. Assim, pode-se dizer que o projeto, ou pré-projeto, de fundar um departamento já estava presente no momento da cisão, em 1979, e que o grupo que ficou com Regina e outros consolidou, após a separação, esse projeto.

O episódio da cisão no final de 1979 é o marco da criação de um primeiro projeto de departamento e, de outro lado, do curso de Psicopatologia e Psicoterapia Psicanalítica, que levaria posteriormente à fundação do Departamento de Formação em Psicanálise. A origem de ambos é a mesma – a fundação de um curso de psicanálise no Sedes em 1976 – e seus projetos – em qualquer dimensão, da mais técnica à mais ideológica – estavam presentes, de forma rarefeita ou consolidada, nos projetos e nas discussões dos anos 1976-1979.

Eram várias e múltiplas as vertentes psicanalíticas, sociais, políticas, culturais e pessoais que confluíram para o Instituto Sedes Sapientiae em 1976 e nos anos subseqüentes, com sua própria trajetória no campo da psicologia, da

psicanálise e da militância política: a Sociedade de Psicanálise de São Paulo e a trajetória de Roberto Azevedo, a trajetória de uma outra psicanálise possível na figura de Regina Chnaiderman, a trajetória de um grupo de psicanalistas da Argentina com sua densa experiência institucional, a psicologia em São Paulo nos anos 1970 e a marca do trabalho – com aproximações com a psicanálise – em várias instituições sociais, além da geração de psicólogos formados nos anos 1960 que demandavam o perfil de trabalho oferecido pelo Sedes. Nos primeiros capítulos, cada uma destas vertentes teve a sua história contada, evidenciando como uma instituição chamada Sedes Sapientiae, com sua própria trajetória de psicologia e de psicanálise e sua inserção política durante a ditadura, foi o suporte e o pilar para a fundação do curso em 1976.

Passados quatro densos anos, de debates e de alternativas, em um clima social e político efervescente – no qual o Sedes tinha um papel central –, o grupo fundador dividiu-se, rachando projetos e grupos – sobretudo o “grupo argentino”, que tinha uma longa convivência e também se dividiu. Não se pode menosprezar a intensidade vivida das razões e das discussões que levaram à cisão, mas não se deve menosprezar igualmente o quanto essas razões e diferenças foram criando vida própria para – na condição de memória – garantir duas histórias diferentes a partir de uma mesma origem.

A cisão vista por seus protagonistas em 1979

No momento da cisão, o boletim *Sedes Informa*, uma publicação interna do instituto, procura informar toda a comunidade do Sedes sobre o que estava acontecendo no “Departamento de Psicanálise”, já que os comunicados afixados nos quadros de avisos não permitiam uma leitura compreensível do que estava se passando para quem não estivesse participando das discussões. Foram publicados quatro textos: um de cada grupo de docentes, um dos alunos e um da diretoria. Em “Uma versão”, os docentes que permaneceram no curso explicitam e explicam a cisão:

“Uma formação alternativa em Psicanálise foi, desde o início, o projeto de um grupo de pessoas, algumas na qualidade de professores, outras na qualidade de alunos, que em março de 76 se reúnem para fundar o Departamento de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica do Instituto Sedes Sapientiae.

“No primeiro mês de funcionamento, vários professores se demitem abruptamente: o propósito de criar um espaço alternativo para o ensino da Psicanálise assusta. Um grande esforço de todos que ficam, agora mais convictos da importância de sua tarefa, e a atividade de formação mantém-se e desenvolve-se.

“Novos professores são incorporados e um número cada vez maior de alunos procura o curso.

“Não é o acaso que nos pôs dentro desta Instituição, mas os princípios que a regem e com os quais concordamos. É isto que nos faz propor a representação de alunos no Conselho e é isto que nos leva à luta quando ela se torna necessária. Luta para manter um funcionamento democrático.

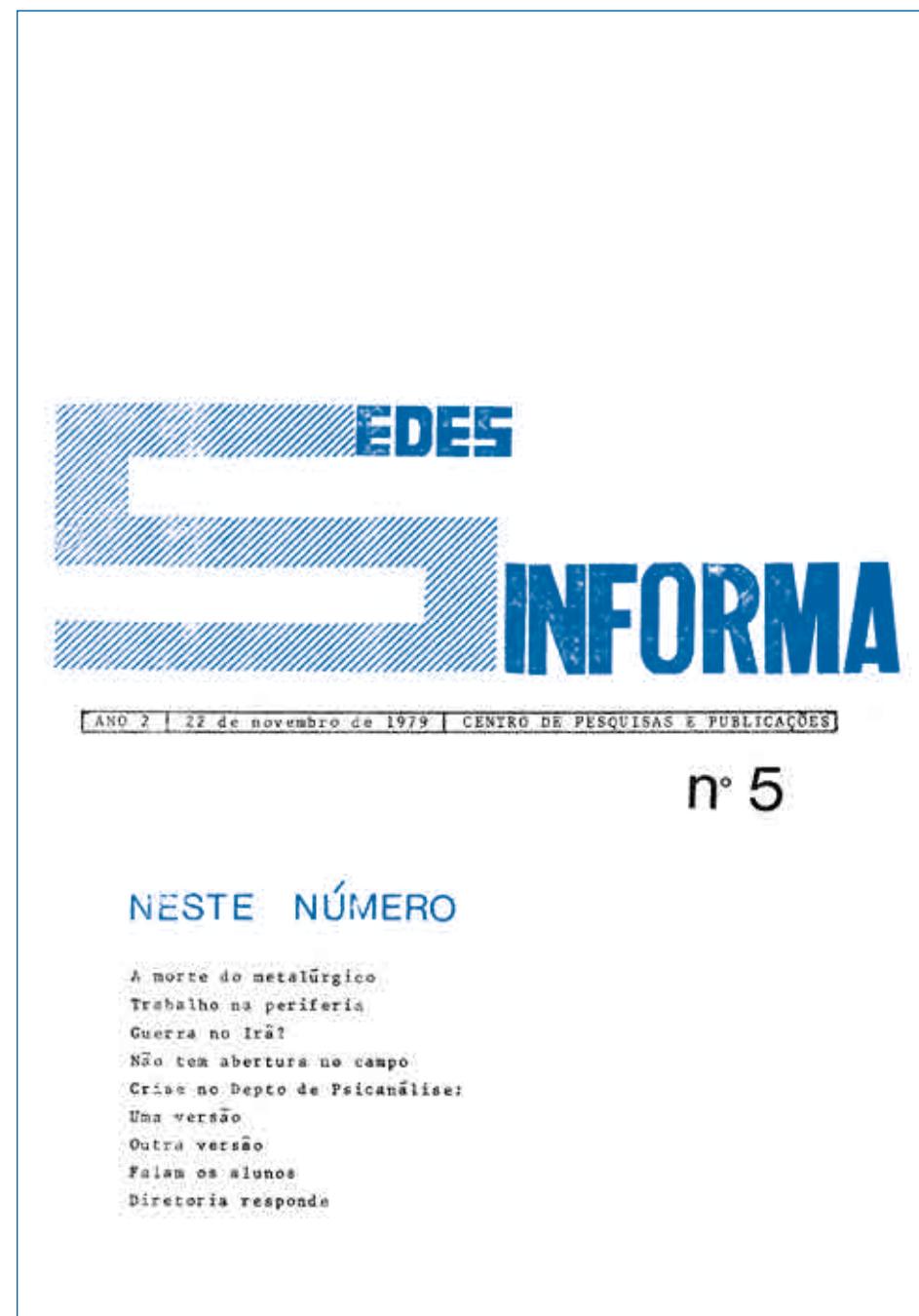
“Tantas vezes nas regiões que habitamos instalou-se o arbítrio em nome do binômio eficiência e ordem, que é nosso dever impedir isto quando nossos estatutos asseguram o direito à discussão e voto e quando estamos no Sedes Sapientiae, instituição com um presente tão digno quanto o passado.

“Estas posições, sustentadas firmemente por sete membros do corpo docente, constituído de treze professores, desencadeia uma nova crise da qual emerge uma abrupta decisão, dita irrevogável, do diretor e dos professores que o acompanham, de formar um outro curso. No decorrer da primeira assembleia de alunos o diretor e alguns professores declaram-se demissionários.

“Os professores restantes e a maioria dos alunos repudiam e lutam contra a proposta de instauração de dois departamentos voltados ao ensino da Psicanálise no Sedes, proposta não sustentada por divergências teóricas ou técnicas. Acreditamos que a solução para a crise não é esta.

“A atual crise se instala num momento em que os propósitos e métodos do curso deveriam ser rediscutidos. O ensino melhorado, o desenvolvimento da clínica e maior integração com o Instituto deveriam se cumprir. Esta continua a ser a tarefa prioritária que os professores signatários, que atualmente compõem o Departamento de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica, se propõem a levar avante junto com os alunos”²¹

No mesmo informativo é apresentada a versão dos docentes que saíram do curso com Roberto Azevedo. Estes apresentam a cisão como um processo longo, resultante de “situações conflituosas, fundamentalmente de natureza pessoal”, que, apesar dos esforços, não puderam ser superadas. Segundo estes docentes:



Informativo do Instituto Sedes Sapientiae destaca a crise que levou à cisão do curso em 1979.

“Esta cisão não foi determinada abruptamente, mas resultou de um longo processo de desgaste, que reduziu em muito as possibilidades de produção científica, docente e assistencial. Esta cisão no ‘staff’ foi objeto de demorado e profundo exame das vantagens e desvantagens, tanto para os professores quanto para os alunos”.²²

Este grupo apresenta a solução de dois cursos como fato já resolvido e solução mais adequada: “Eliminados os conflitos, que tanto intranquilizavam professores e alunos, acreditamos que as capacidades e aptidões potenciais das pessoas em antagonismo poderão agora se desenvolver de uma forma mais produtiva e eficiente. Isto trará benefício para os alunos e professores, assim como à instituição como um todo. Com o correr do tempo, os programas dos respectivos cursos de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica e de Psicopatologia e Psicoterapia Psicanalítica, recém-criados, marcarão as semelhanças e diferenças na natureza dos departamentos, bem como a formação e orientação científica dos professores de cada um”.²³

No texto “Falamos os alunos”, embora não explicitem uma tomada de posição por nenhum dos grupos – até porque haveria nova assembléia para decidir – os alunos assumem os argumentos do grupo de docentes que permanece no curso: repudiam a cisão do corpo docente, a forma “violenta e radical como foi levada a efeito”, criticam a “não-convocação dos representantes discentes para as últimas reuniões do Conselho Departamental” e pedem um posicionamento da diretoria.²⁴

A diretoria responde aos alunos afirmando que não vai intervir diretamente nesse conflito: “Agindo até agora assim, a Diretoria o fez pensando ser esta a forma mais democrática de respeitar a participação efetiva de toda a Comunidade Sedes, um lugar aberto para se efetivarem quantos projetos sérios venham a ser propostos. O Sedes pretende ser um centro de reformulação de experiências e pode sempre multiplicá-las, admitindo-as desde as formas mais diversificadas, até aquelas que aparentemente se sobrepõem: a prática de todas servirá de critério para sua realização”.²⁵

Em uma carta aos alunos do curso, o grupo de professores que permanece no curso de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica explica a crise pela qual passa o curso e a razão da cisão. Segundo essa carta, a cisão se deu porque o diretor do curso não aceitou que a escolha dos novos docentes se desse por

CRISE NO DEPTO DE PSICANÁLISE

Quem chega ao Sedes com tempo suficiente para ler os avisos e cartazes afixados pelas paredes, deve ter notado a presença de dois comunicados, em confronto, sobre as atividades e rumos do Departamento de Psicanálise.

Na medida em que os textos se dirigiam ao próprio pessoal daquele curso, ficava difícil para os demais compreender o que se passava. A curiosidade crescia na imaginação de alguns, levando a conjecturas sobre aquilo: um racha? Briga pessoal? Divergência acerca de princípios? Discrepâncias técnico-científicas? O que tinha a Carta de Princípios a ver com aquela discussão?

SEDES INFORMA sentiu que era oportuno publicar algum material sobre o acontecimento, para que os demais membros da Comunidade Sedes pudessem receber uma informação objetiva com explicações para quem não estava a par da situação naquele Departamento.

Seguem-se quatro textos, sendo que os dois primeiros foram solicitados aos dois grupos de professores do Curso de Psicanálise, sendo proposto a eles que fizessem um breve histórico e dessem uma explicação sucinta sobre a situação atual e perspectivas. Os dois outros são a tomada de posição da assembléia de alunos do curso e a resposta da Diretoria do Instituto.

Dispensando de opinar sobre a questão, SEDES INFORMA considera que publicar este material é cumprir sua finalidade essencial de informar.

uma versão

Uma formação alternativa em Psicanálise foi, desde o início, o projeto de um grupo de pessoas, algumas na qualidade de professores, outras na qualidade de alunos, que em março de 76 se reunem para fundar o Departamento de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica do Instituto Sedes Sapientiae.

No primeiro mês de funcionamento, vários professores se demitem abruptamente: o propósito de criar um espaço alternativo para o ensino da Psicanálise assusta. Um grande esforço de todos que ficam, agora mais convictos da importância de sua tarefa, e a atividade de formação mantém-se e desenvolve-se.

Novos professores são incorporados e um número cada vez maior de alunos procura o curso.

Não é o acaso que nos põs dentro desta instituição, mas os princípios que a regem e com os quais concordamos. É isto que nos faz propor a representação de alunos no Conselho e é isto que nos leva à luta quando ela se torna necessária. Luta para manter um funcionamento democrático.

Tantas vezes nas regiões que habitamos instalou-se o arbítrio em nome do binômio eficiência e ordem, que é nosso dever impedir isto quando nossos estatutos asseguram o direito à discussão e voto e quando estamos no Sedes Sapientiae, instituição com um presente tão digno quanto o passado.

Estas posições, sustentadas firmemente por sete membros do corpo docente, constituído de treze professores, desencadeia uma nova crise da qual emerge uma abrupta decisão, dita irrevogável, do diretor e dos professores que o acompanham, de formar um outro curso. No decorrer da primeira assembléia de alunos o diretor e alguns professores declaram-se demissionários.

Os professores restantes e a maioria dos alunos repudiam e lutam contra a proposta de instauração de dois departamentos votados ao ensino de Psicanálise no Sedes, proposta não sustentada por divergências teóricas ou técnicas. Acreditamos que a solução para a crise não é esta.

A atual crise se instala num momento em que os propósitos e métodos do curso deviam ser rediscutidos. O ensino melhorado, o desenvolvimento da clínica e maior integração com o Instituto deveriam se cumprir. Esta continua a ser a tarefa prioritária que os professores signatários, que atualmente compõem o Departamento de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica se propõem a levar avante junto com os alunos.

Ana Maria Sigal
Fábio Hermann
Lúcia Barbero Fuks
Márcia Medina Carone
Marisa Tafarel
Mário Fuks
Regina S. Chmaderman

Informativo do Instituto Sedes Sapientiae destaca a crise que levou à cisão do curso em 1979.

votação de um conselho – formado por docentes e representantes dos alunos –, prática esta “substanciada num regimento e num estatuto, votados e consensualmente respeitados”.²⁶

Como a discussão não chegou a um consenso, o diretor propôs a dissolução do curso e a eventual formação de dois novos cursos. Os docentes que assinam a carta afirmam que não concordavam com essa posição e com a dissolução do curso: “Como não se baseia tal decisão num desacordo teórico acerca do ensino, mas simplesmente num repúdio à forma democrática e consensual de funcionamento, essa decisão peca não só contra as normas vigentes, mas peca sobretudo por um mal maior: desrespeita o contrato com os alunos e tenta destruir um trabalho de anos de empenho”.²⁷ E conclui: “O funcionamento regimentário e a continuidade das atividades do conselho em sua integridade são o único e melhor recurso para garantir o futuro deste projeto institucional”.²⁸ Segundo este grupo, o que deveria estar sendo discutido era a melhoria do curso e o cumprimento de “certos desenvolvimentos do departamento – clínica, maior integração no instituto, etc.”²⁹

Depoimentos, memórias e versões

Roberto Azevedo concebia o curso do Sedes como uma formação em psicanálise, queria torná-lo o mais oficial possível, do ponto de vista da SBPSP, e não estava inserido nos densos movimentos sociais e políticos que fervilhavam no instituto naqueles anos. Tampouco apoiava o projeto de Regina Chnaiderman e de Mario Fuks, coordenador do curso, e de outros professores, que procuravam democratizar o próprio funcionamento da estrutura de poder do curso, com a participação dos alunos nas instâncias decisórias – projeto que levará à transformação do curso em Departamento e que já estava presente, em linhas gerais, nos debates daqueles anos e no momento da cisão.

O próprio Azevedo expressa esta concepção de forma objetiva em depoimento: “Com a saída dos analistas da SBPSP formamos um ‘exército de Brancaleone’: eu, Fabio, Regina, Marilene e Marilsa, que faziam o grupo de estudos da Regina. Era com quem eu podia contar. Logo depois chegaram alguns argentinos, fugindo da ditadura, e eu os convidei para entrar no curso: Guillermo e Lea Bigliani, Tito Schultz, Mario e Lucia Fuks. Nessa época, o curso ainda

outra versão

O Departamento de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica, que completa quatro anos de existência, foi originariamente idealizado e organizado com o objetivo de oferecer possibilidades de formação e aperfeiçoamento de psicólogos e psiquiatras, até aí sem local e condições onde pudessem desenvolver seus conhecimentos psicoterápicos com base na teoria e prática psicanalítica, não só individual como também com outras implicações suscetíveis de melhor aproveitamento técnico-social.

Para a tarefa inicial da organização deste curso foram convidados vários colegas, muitos deles pertencentes à Sociedade de Psicanálise. Ao todo, constituíram o núcleo docente aproximadamente dez professores. Matricularam-se no 1º ano cerca de 40 alunos e, com espírito de renovação e grande entusiasmo teve início o referido departamento.

O sucesso e o grande entusiasmo inicial sofreram, logo após, o seu primeiro entrave, em virtude de colegas da Sociedade de Psicanálise ficarem impedidos de continuar as suas atividades docentes no Sedes, uma vez que foram entendidas pelo presidente da mesma Sociedade como colidentes com as atividades administrativas a serviço da mesma.

Esta situação conflitiva teve como solução o abandono de colegas da Sociedade de Psicanálise das atividades docentes que se iniciavam no Departamento de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica. Esta atitude, na ocasião, foi entendida, pois tornava-se extremamente difícil uma opção entre um curso recente, criado com objetivos novos e até revolucionários, porém incertos, e uma situação estável e conservadora oferecida pela Sociedade de Psicanálise, onde esses mesmos colegas já por muitos anos haviam feito tantos investimentos afetivos, econômicos e científicos.

Nesta circunstância, poucos colegas restaram do corpo docente original, acrescido agora de mais duas colegas que, de alunas do Sedes, foram transformadas em professoras.

A partir dessa situação, o curso continuou, com dificuldades, a se desenvolver, da do o reduzido número de professores que na ocasião existiam. Mas, em seguida, a situação tornou-se bastante satisfatória com a possibilidade de contratação de sete professores estrangeiros, o que tornou o corpo docente capaz de receber um número de alunos bastante significativo, quer do ponto de vista qualitativo, quer quantitativo.

Contudo, vários conflitos dentro do “staff” já vinham se desenvolvendo. Como resultante desses conflitos, há tempo, uma das professoras, acompanhada de aproximadamente dez alunos deixou o curso, por discordar da orientação da maioria.

A continuidade de situações conflitivas, fundamentalmente de natureza pessoal, com o decorrer do tempo foi-se acentuando, não obstante os esforços de todos no sentido de superá-las. O fato de estes conflitos pessoais acabarem produzindo efeitos nocivos nas atividades administrativas, curriculares, científicas e também programáticas, com repercussões bastante desfavoráveis no corpo discente, conduziu a situações que culminaram com a cisão do corpo docente. Esta cisão não foi determinada abruptamente, mas resultou de um longo processo de desgaste, que reduziu em muito as possibilidades de produção científica, docente e assistencial.

Esta cisão no “staff” foi objeto de demorado e profundo exame das vantagens e desvantagens, tanto para os professores quanto para os alunos. A solução evitou demitidos e demissões, dominados e dominadores e, eventualmente, para o Sedes, a perda de professores. Abriu a possibilidade de, num espaço institucional mais amplo, dar coexistência aos dois conjuntos de professores e continuidade aos compromissos curriculares assumidos com os alunos.

Eliminados os conflitos, que tanto intranquilizavam professores e alunos, acreditamos que as capacidades e aptidões potenciais das pessoas em antagonismo poderão agora se desenvolver de uma forma mais produtiva e eficiente. Isto trará benefício para os alunos e professores, assim como à instituição como um todo. Com o correr do tempo, os programas dos respectivos cursos de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica e de Psicopatologia e Psicoterapia Psicanalítica, recém-criado, marcarão as semelhanças e diferenças na natureza dos departamentos, bem como a formação e orientação científica dos professores de cada um. Assim poderemos ter oportunidades de comprovar o benefício dessa cisão, bem como o futuro desenvolvimento científico e das metodologias adaptadas.

Como condição de aceitação e funcionamento destes dois departamentos está, obviamente, a Carta de Princípios, ideário regulador da instituição.

Pelo Departamento de Psicopatologia e Psicoterapia Psicanalítica:

Roberto Azevedo	Tito Schurt
Lea Bigliani	Maria Rita Leal
Guilherme Bigliani	Itiro Shirakawa

6

Ao publicar também “outra versão”, registrando a opinião dos professores que saíram do curso, o Sedes Informa acompanha a posição da diretoria do instituto de dar voz aos dois grupos e de não interferir no processo que levaria à cisão do curso, 1979.

estava se estruturando; quando começamos a discutir o que e como fazer apareceram muitas discordâncias. Nós já tínhamos muitos alunos nessa ocasião. Como começou a haver discordâncias cada vez mais sérias, especialmente entre um grupo mais ligado a mim e um liderado pela Regina, chegou um momento em que não podíamos continuar juntos. Eu fui procurar a Madre Cristina e ela me disse: se vocês têm idéias tão diferentes quanto à organização do curso, e nós não queremos a exclusão de nenhum dos dois grupos, vamos fazer dois cursos separados”.

Azevedo continua: “Uma das principais divergências é que de minha parte não havia uma oposição à Sociedade. A minha idéia era fazer uma formação para que, quem tivesse condições econômicas e interesse, depois fosse para a Sociedade, o que seria recomendado; se não pudesse, pelo menos seria um profissional bem formado, que não ia prejudicar as pessoas que atendesse. Não seria apenas uma pessoa com o título de psicólogo ou médico, sem nenhum preparo. Este era meu objetivo fundamental, como continua sendo no curso de Campinas. Também nunca foi o objetivo do curso Sedes criar um outro grupo dentro da Sociedade, nem fazer oposição à Sociedade. A evidência disso é que um grande número de membros da SBPSP hoje é de ex-alunos do Sedes. Eu não tinha o espírito que a Regina tinha de fazer uma instituição de oposição à Sociedade, em grande parte por uma questão pessoal de ela não ter sido aceita pela SBPSP. O grupo que ela criou tinha objetivos diferentes. Havia diferenças em termos de organização do curso, de conteúdo, mas existia muito de passional também, desejo de poder. Então eu saí, e o grupo ficou comigo, os argentinos ficaram comigo, com exceção do Mario e Lucia Fuks. Fabio Herrmann ficou oscilante e acabou indo para a Sociedade. Assim continuamos o curso, incluindo os ex-alunos que eram mais competentes como professores. O objetivo era garantir a continuidade deste grupo, por isso várias pessoas foram sendo incluídas: Sérgio Telles, Eliane Rache, que se tornou minha esposa, Emir Tomazzeli, Ede de Oliveira, Eliane Michelini, Gisele, Richard e muitos colegas que estão no Sedes. Formamos assim um grupo forte que deu continuidade ao curso. Fiquei lá durante mais de 15 anos, quando eu avalei que já tinha se encerrado o meu tempo no Sedes e passei a me dedicar ao curso de Campinas”.

Regina Chnaiderman, por sua vez, concebia a psicanálise em suas interações com os movimentos culturais, sociais e políticos nos quais o Sedes es-

falamos os alunos

Os alunos do Curso de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica, através de seu instrumento máximo de decisão, a Assembleia Geral, marcada e realizada no dia 5 de novembro de 1979, comunicam suas resoluções, votadas e aprovadas:

1. A não paralisação de suas atividades didáticas, garantindo a união e a mobilização de todos os alunos;
2. Moção de repúdio à cisão do corpo docente e à maneira violenta e radical como foi levada a efeito, desconsiderando o compromisso implícito assumido com os alunos e ocasionando a grave crise que o curso atravessa;
3. Moção de repúdio à tentativa de divisão dos alunos em dois cursos, face à proclamação da cisão dos professores;
4. Moção de repúdio à atitude de não convocação dos representantes discentes para as últimas reuniões do Conselho Departamental;
5. Exigência de que o Instituto Sedes Sapientiae não aceite quaisquer inscrições, até as decisões finais dos alunos serem tomadas em Assembleia Geral e moção de repúdio à atitude daqueles alunos que, nesse sentido, não acatarem as decisões de sua Assembleia Geral, declarando-se inscritos em um dos cursos;
6. Exigência de que a diretoria competente e responsável pelos cursos do Instituto Sedes Sapientiae posicione-se oficialmente, por escrito e em caráter de urgência, frente à grave crise existente no Curso de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica e ao surgimento e manutenção de dois cursos paralelos de terapia de orientação psicanalítica dentro desta instituição, conforme tem sido divulgado extra-oficialmente;
7. Exigência de que a diretoria competente e responsável pelos cursos do Instituto Sedes Sapientiae faça cumprir os objetivos desta instituição, garantindo que quaisquer cursos ligados à Psicanálise estejam de acordo com sua Carta de Princípios.

diretoria responde

AOS ALUNOS DO CURSO DE PSICOTERAPIA DE ORIENTAÇÃO PSICANALÍTICA

Reconhecendo o pleno direito dos alunos se reunirem em assembleias e, por conseguinte, acatando suas decisões, a Diretoria vem tentar responder aos itens 5, 6 e 7, que lhe dizem respeito:

Item 5: quanto às inscrições, devemos comunicar que não há nenhum aluno inscrito. As inscrições para todos os cursos do Sedes devem ser efetuadas a partir do mês de dezembro até 15 de janeiro, conforme um comunicado que será distribuído a todos os alunos. O que existe é uma lista onde os mesmos optam por um ou outro curso de psicanálise, lista essa que será suspensa, conforme o pedido da assembleia.

Item 6: a Diretoria, frente a qualquer problema, tem procurado manter uma linha de atuação que só intervém em três situações:

- a) quando um professor se opõe à Carta de Princípios;
- b) quando ele não goze de idoneidade moral;
- c) quando lhe falta preparo científico para assumir o curso.

Agindo até agora assim, a Diretoria o fez pensando ser esta a forma mais democrática de respeitar a participação efetiva de toda a Comunidade Sedes, um lugar aberto para se efetivarem quantos projetos sérios venham a ser propostos.

O Sedes pretende ser um centro de reformulação de experiências e pode sempre multiplicá-las, admitindo-as desde as formas mais diversificadas, até aquelas que aparentemente se sobrepõem: a prática de todas servirá de critério para a sua realização.

Item 7: A diretoria exige que, não apenas os cursos ligados à Psicanálise, como também qualquer projeto que venha a ser desenvolvido no Sedes, obrigatoriamente respeitem a carta de princípios.

Quando ter respondido ao pedido de vocês, e continuando sempre abertos ao diálogo, certamente, nos ajudará a corrigir os erros, subscrevemo-nos.

A diretoria

Sedes Informa publica também a posição dos alunos do curso e da diretoria do instituto sobre a crise que levaria à cisão, 1979.

tava totalmente inserido. A Sociedade de Psicanálise representava, naquele momento, um modelo a recusar, pelo modo de admissão e de formação, pelo preço cobrado e, sobretudo, por sua postura política.

Mario Fuks, que participou ativamente dos debates e da configuração do projeto de departamento em 1979/1980 e tinha o modelo de várias instituições e experiências da Argentina, lembra: “As diferenças teóricas não foram a razão da ruptura. A ruptura se deu por uma discordância na maneira de gerir o curso. Nós tínhamos uma relação pessoal muito boa com o Roberto, de muita camaradagem. Mas dentro do curso ele tinha uma postura muito personalista e centralizadora. Quando os debates se polarizaram, ele se colocou de uma maneira muito autoritária. Como diretor do curso, ele achava que a palavra final era dele e o grupo não concordou. A ruptura se deu no momento da contratação de um novo professor. Alguns defendiam a contratação de Miriam Chnaiderman e outros de Sérgio Telles. O momento de contratação de novos professores é um momento em que se mede as forças de poder, das dinâmicas do grupo. Eu estava muito entusiasmado com a gestão coletiva com os alunos, com uma forma diferente de lidar com o poder dentro do grupo. Houve uma polarização especialmente entre a Regina e o Roberto”.

Os psicanalistas da Argentina, que chegaram ao Brasil com experiências institucionais comuns, também se dividiram. Segundo Cecília Coimbra, “principalmente os argentinos ligados a Roberto Azevedo são contra a transformação do Sedes em um centro de formação teórico-prático como funcionavam nos hospitais públicos na Argentina antes do golpe de 1976”³⁰, o que explica que o próprio “grupo” dos argentinos tenha tomado caminhos diferentes durante o processo de cisão.

Lembrando e avaliando as diferenças e o processo de cisão, Fabio Herrmann enfatiza as diferenças técnicas e diferentes concepções de psicanálise: “Uma das idéias presentes no curso era a democratização do acesso à formação psicanalítica (a da Sociedade era muito mais cara) e outra era um compromisso político. Madre Cristina liderava um movimento contra a ditadura, em todas as suas formas, inclusive a forma intelectual. Tinha o objetivo de aproximar a formação da reflexão filosófica, sendo menos técnico-pragmática-empírica. Aí começava a haver diferenças entre Roberto, de um lado, e Regina, de outro. Com um lado mais ligado a uma escola inglesa, kleiniano, mais especificamen-

te técnica, e outro ligado a uma psicanálise mais aberta à filosofia, à discussão da posição do psicanalista. Conjugado a uma série de questões pessoais, esta diferença levou ao rompimento entre Regina e Roberto. Naquela época já havia muito conflito e o que deveria ser uma ação entre colegas era uma ação marcada pela competição. Por isso, eu havia me afastado um pouco e estava apenas dando aula. Roberto propôs que nós encerrássemos aquele curso e se formasse outro imediatamente, com pessoas mais ligadas a ele. Eu achei que parecia mais conveniente que o Roberto montasse o curso dele, mas sem eliminar o curso que já existia, o que acabou ocorrendo. O curso foi dividido e por um tempo os cursos ficaram conhecidos como ‘curso do Roberto’ e ‘curso da Regina’. Havia uma diferença, não tanto no currículo, mas na forma de ensino: o ‘curso do Roberto’ tendia para um ensino mais estritamente clínico, técnico, com uma visão kleiniana, e o ‘curso da Regina’, no qual eu fiquei, tendia para uma reflexão mais ampla das questões psicanalíticas, com estudo de Klein, mas também dos autores franceses, da filosofia; e, por meu lado, da tentativa de construção de uma psicanálise brasileira. A esta altura, com o apoio da Madre Cristina e do Sedes, eu estava publicando meu primeiro livro, *Andaimos do Real*, sobre o método da psicanálise. É um livro de psicanálise brasileira, na verdade era um início da Teoria dos Campos. O que caracterizava o curso do Sedes era esta consciência histórico-filosófica, do ponto de vista psicanalítico – e isso ficou mais notável depois da ruptura – era uma tendência de não isolar a psicanálise de seu contexto histórico e de sua inserção social”.

Ana Maria Sigal recorda um episódio específico: “Em 1979, a convivência acabou quebrada por questões de política institucional, uma briga pelo poder interno, e por divergências de ordem científica. Vou contar dois fatos que marcaram a separação. O primeiro tem relação com a divergência sobre a contratação de novos professores. Roberto Azevedo, como diretor, se atribuía o direito desta decisão, sem discutir com o grupo. Outro fato que marcou foi quando convidamos Felix Guattari para dar uma conferência no Sedes, porque achávamos que ele tinha um pensamento interessante na época, com críticas à psicanálise, que precisávamos discutir. Marcamos a conferência para quinta-feira à noite, que era o horário das aulas teóricas. Roberto e outros professores decidiram que não cancelariam as aulas teóricas naquele dia porque Guattari falava contra a psicanálise. Mario, eu e outras pessoas suspendemos as aulas e

convidamos os alunos para a conferência. Este foi um evento que marcou um racha nas posições do grupo”.

Maria Luisa Persicano, professora do curso de Formação em Psicanálise do Sedes, entende a cisão como um momento de ruptura de projetos radicalmente distintos que estavam convivendo dentro do mesmo curso. Em um texto publicado em 1999, assim define o perfil do curso surgido com a cisão, de Psicopatologia e Psicoterapia Psicanalítica: “Que pretendia, na época, concentrar-se totalmente na formação adequada de psicanalistas de clínica particular, não tendo a atenção voltada, de modo precípua, para serviços institucionais. Nem tinha como objetivo o atendimento de pacientes da clínica do instituto, sendo exigido de cada aluno, na seleção, que de preferência tivesse pacientes em psicoterapia individual, em seu consultório particular, ou se dispusesse a tê-los no futuro”.³¹

Psicoterapia de Orientação Psicanalítica versus Psicopatologia e Psicoterapia Psicanalítica

Após a cisão, cada curso seguiu seu percurso e a diferença imediata mais marcante entre eles foi a inserção do curso de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica como uma das atividades do “Departamento de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica”. No catálogo de cursos do Sedes de 1980, o curso de PPP, dirigido por Roberto Azevedo, só apresentava o programa de primeiro ano e, por este perfil, os objetivos teóricos e metodológicos dos dois cursos eram bastante semelhantes.

Segundo a apresentação do curso de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica, neste catálogo, o objetivo do curso era: “Promover e desenvolver atividades de formação, pesquisa e assistência no campo da saúde mental, fundadas e orientadas cientificamente em e pela psicanálise, enquanto teoria, método e técnica, e também por disciplinas afins e complementares, em concordância com os fins gerais do Instituto Sedes Sapientiae”.³² E continuava: “De acordo com esses objetivos, o Departamento de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica realiza regularmente um curso de especialização, de quatro anos de duração, destinado a profissionais médicos e psicólogos que já trabalham ou querem se iniciar nesta especialidade”.³³ Em outro trecho: “O curso visa fornecer ele-

mentos teóricos, técnicos e práticos que permitam situar o profissional diante dos diversos campos de sua prática institucional pública, institucional privada, consultório, etc., respaldado em: uma apreensão correta da complexidade deste campo; um embasamento científico para fundamentar sua prática; um domínio dos diversos recursos técnicos e empíricos (psicoterapia individual, familiar, grupal, infantil, etc.) necessários para responder por sua prática concreta”.³⁴

Além das aulas teóricas, seminários teóricos (em que a turma é dividida em dois ou três grupos) e supervisão clínica (com grupo dividido entre seis supervisores), o curso também oferecia como atividade, em sua programação geral, as “Jornadas Mensais”, que reuniam todos os alunos e professores do curso, e eram assim definidas. “Seu objetivo é discutir os principais problemas científicos, técnico-clínicos, ideológicos e formativos colocados pela prática clínica. Quando houver necessidade de uma abordagem interdisciplinar, serão convidados a participar especialistas em outras áreas, de dentro ou de fora do instituto”.³⁵

Naquele ano o curso abria uma opção: “A partir do segundo ano o curso oferece um seminário teórico e uma supervisão, em caráter opcional, com duração de dois a três anos, centrados na psicanálise infantil. No momento, está em estudo um currículo básico destinado a integrar estas atividades no curso, como subespecialização”.³⁶

Notas

1. Lista de alunos do curso de especialização em Psicoterapia de Orientação Psicanalítica, 1977 e 1979.
2. Programação dos centros de psicoterapia, educação e psicologia, 1978.
3. Catálogo dos cursos de especialização e aperfeiçoamento do Instituto Sedes Sapientiae, 1980 a 1995.
4. Programa do Seminário Teórico (1º e 2º anos), 1977.
5. Programa do Curso de Psicoterapia Infantil I (1º ano), 1977.
6. Programa do Curso de Psicoterapia Infantil III (3º ano), 1978.
7. Programa do Curso de Psicopatologia Geral (1º ano), 1977.
8. PERSICANO, Maria Luisa. *Dos Cursos de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica e de Psicopatologia e Psicoterapia Psicanalítica ao Departamento Formação em Psicanálise: Uma História*, Estados Gerais da Psicanálise, 2000.
9. Programa do Curso de Introdução à Psicanálise (1º ano), 1977.
10. Programa do Grupo de Estudos e Supervisão em Psicoterapia Infantil de Orientação Psicanalítica (1º e 2º anos), 1977.
11. Programa do Seminário Teórico (2º ano), 1978 e 1979.
12. Programa do Curso Teórico de Psicanálise (2º ano), 1978.
13. Programa do Curso Teórico de Psicanálise (2º ano), 1978.
14. *Sedes Informa*, nº 3, abril, 1979.
15. *Sedes Informa*, nº 4, junho, 1979.
16. *Sedes Informa*, nº 3, abril, 1979.
17. Folheto de divulgação das conferências de Hebert Rosenfeld, 1979.

18. Regulamento Interno do Instituto Sedes Sapientiae, 1977.
19. Lista de alunos (1º ao 4º ano) do curso de Especialização em Psicoterapia de Orientação Psicanalítica, 1979 a 1981.
20. Lista de alunos (1º ao 4º ano) do curso de Especialização em Psicanálise, 1982 a 1993.
21. "Crise no Departamento de Psicanálise: Uma versão", *Sedes Informa*, Ano 2, nº 5, 22/11/1979.
22. "Crise no Departamento de Psicanálise: outra versão", *Sedes Informa*, Ano 2, nº 5, 22/11/1979.
23. "Crise no Departamento de Psicanálise: outra versão", *Sedes Informa*, Ano 2, nº 5, 22/11/1979.
24. "Falamos os alunos", *Sedes Informa*, Ano 2, nº 5, 22/11/1979.
25. "Diretoria responde", *Sedes Informa*, Ano 2, nº 5, 22/11/1979.
26. Carta aos alunos do Curso de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica, assinada por um grupo de professores, 20 de outubro de 1979.
27. Carta aos alunos do Curso de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica, assinada por um grupo de professores, 20 de outubro de 1979.
28. Carta aos alunos do Curso de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica, assinada por um grupo de professores, 20 de outubro de 1979.
29. Carta aos alunos do Curso de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica, assinada por um grupo de professores, 20 de outubro de 1979.
30. COIMBRA, Cecília *Gerentes da Ordem: Algumas Práticas 'Psi' nos anos 70 no Brasil*, Tese de Doutorado, IPUSP, 1992, p. 270.
31. PERSICANO, Maria Luisa. *Dos Cursos de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica e de Psicopatologia e Psicoterapia Psicanalítica ao Departamento Formação em Psicanálise: Uma História*, Estados Gerais da Psicanálise, 1999.
32. Catálogo dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento, 1980, p. 33.
33. Catálogo dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento, 1980, p. 33.
34. Catálogo dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento, 1980, p. 33.
35. Catálogo dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento, 1980, p. 34.
36. Catálogo dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento, 1980, p. 35.

7

Anteprojeto do Departamento de Psicanálise



C U R S O D E P S I C A N Á L I S E

I N F O R M A T I V O

Está para ser assinado um convênio entre o Instituto Sedes Sapientiae - Curso de Psicanálise - e a Coordenadoria de Saúde Mental de S. Paulo, para atividades de formação destinada aos agentes da rede ambulatorial e dos Centros de Saúde.

Os contatos iniciaram-se em dezembro do ano passado, tendo sido assumida esta tarefa pelo corpo de professores do curso. - Para fins de elaboração de uma proposta e programação foi designada - uma comissão composta por seguintes professores: Alcimar Alves de Souza Lima, Ana Maria Sigal, Cecília Hirschson, Janete Frochtangarten, Lucía Barbero Fuca e Sílvia Alonso. Esta comissão elaborou uma proposta que recebeu um respaldo ativo por parte do Corpo Docente e a apresentou à coordenadoria nos fins de março.

O projeto foi anunciado ao Conselho do Curso em dezembro de 1.983 e a proposta foi lida na reunião do dia 29.03.84, e foi aprovada pela Diretoria e Conselho de Sedes em 14.04.84.

Enquanto se aguarda a assinatura do convênio, a comissão organizadora está se dedicando à constituição do quadro de coordenadores de grupos (que serão oito na sua totalidade) tendo se proposto a formá-lo com 4 professores e 4 alunos e ou ex-alunos.

Os critérios de seleção para coordenadores dos grupos são: experiências institucional, como supervisor, analítica e docente

A partir da leitura das fichas curriculares tem sido contatados alguns colegas e outros tem se apresentado espontaneamente, estando em estudo os respectivos currículos.

Para dar início à tarefa, estão sendo designados 2 coordenadores para grupos de psicoterapias em geral e 1 para terapia de crianças (Cecília Hirschson, Lucía Barbero e Ana Maria Sigal).

Constituído o quadro de coordenadores, ficará dissolvida a comissão organizadora que se informará periodicamente ao Corpo de Professores. O Corpo de Professores entende que uma vez constituído o departamento e aceito o plano, este passará a ser administrado pela instância pertinente do departamento.

Até o dia 23 de maio, as pessoas interessadas poderão encaminhar os seus currículos para:

Secretaria do Curso de Psicanálise
Rua Ministro Godói nº 1484- Cep 05015

COMISSÃO ORGANIZADORA

PÁGINA ANTERIOR

Alunos e professores do curso de psicanálise em confraternização na conclusão do curso, dezembro de 1981.

DIREITA

A Comissão

Organizadora informa sobre o convênio estabelecido com a Coordenadoria de Saúde Mental e convida os interessados a participar, 1984.

Com a aprovação em Assembléia Geral de um “Anteprojeto do Departamento de Psicanálise”, em 16 de outubro de 1980, professores, alunos e ex-alunos optaram por um projeto que envolvia pertinência a uma instituição, funcionamento interno não hierarquizado entre os membros, formação permanente e comprometimento com uma visão de psicanálise não dogmática e socialmente engajada.

Este novo modelo de funcionamento produziu um intenso debate interno sobre as formas de organização e sobre as concepções de psicanálise. Com a abertura política e o início da redemocratização, estas discussões questionavam o poder na instituição e as formas de inserção social e política dos psicanalistas na sociedade. Data desse período o início de uma série de projetos e convênios, com órgãos públicos municipais e estaduais, na área de saúde mental, que marcariam de forma expressiva o lugar do departamento na primeira metade dos anos 1980, participando de um processo mais amplo de formulação de políticas públicas nessa área.

O anteprojeto também explicitava a inserção do departamento em relação aos princípios do Sedes, consignados na “Carta de Princípios” de 1979. A “Carta” partia do pressuposto de que o País passava por um “momento histórico em que a realidade social exige transformações decisivas e impõe aos homens a adoção de princípios claros”. A partir daí: “Ter pensamento nítido

e opções definidas a favor da emancipação popular não é garantia final de efetivo cumprimento de seus objetivos. Mas é condição primeira para início da caminhada conseqüente. Pensando assim, longe de se pautar por modelos de um cientificismo que se proclama neutro, o Instituto Sedes Sapientiae firma uma postura filosófica consciente”, o que implicava em uma série de compromissos da instituição.

Nessa mesma linha, o Anteprojeto do Departamento de Psicanálise, em seu Capítulo I, define que o departamento “tem por fim a promoção e o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e assistência no campo da saúde mental. Estas atividades são fundamentadas e orientadas cientificamente em e pela psicanálise, enquanto teoria, método e técnica, e também por disciplinas afins e complementares, em concordância com os fins gerais expressos na Carta de Princípios do Instituto Sedes Sapientiae”.¹

No capítulo “Dos Princípios Gerais do Departamento”, o anteprojeto propõe que se forme uma comissão para elaborá-los e começa a dar forma a um projeto de espaço coletivo e compartilhado. Estabelece uma administração com um conselho formado por representantes discentes e docentes e decisões tomadas em assembléias gerais. Também explicita que o curso de especialização é parte de um dos setores do departamento, Setor de Ensino, junto com as jornadas e as conferências e outras atividades. Os outros setores previstos são pesquisa e publicações e prestação de serviços. Com essa primeira formalização, o conjunto de idéias que estavam sendo gestadas e discutidas entre 1976 e 1979 começou a definir-se em um contorno institucional mais estruturado.

No período entre 1980 e 1985 o departamento foi se estruturando em várias áreas: Comissão de Clínica, Conselho do Curso, Centro de Debates de Psicanálise e Setor de Saúde Mental. Conforme a ata de uma reunião em 1984, Mario Fuks esclarecia que a aprovação do anteprojeto visava a criação destes espaços, sem que isso implicasse em uma fragmentação do grupo, permitindo uma política institucional de participação e debate que propiciasse as discussões internas.²

Em 1981, embora mantendo o nome “Psicoterapia de Orientação Psicanalítica” – pela preocupação de identificá-lo como continuação do já existente –, o curso era descrito como sendo realizado pelo “Departamento de Psicanálise”.³ No ano seguinte, o curso de especialização passou a ser chamado “Curso de

Psicanálise”.⁴ Não havia mais a necessidade de manter uma solução de compromisso e não havia mais dúvida em se assumir como um departamento formado por psicanalistas, que mantinha um curso de transmissão da psicanálise.

A forma de encarar a análise pessoal e a livre escolha do analista foram questões centrais na definição do perfil do projeto de departamento. A partir de 1981, a apresentação no catálogo de cursos explicou como o departamento encarava a análise pessoal: “Considera-se parte fundamental da formação do psicoterapeuta a análise pessoal do mesmo, sem ser requisito para sua entrada. O aluno deverá durante o curso do 1º ano providenciar o início de sua psicanálise”.⁵

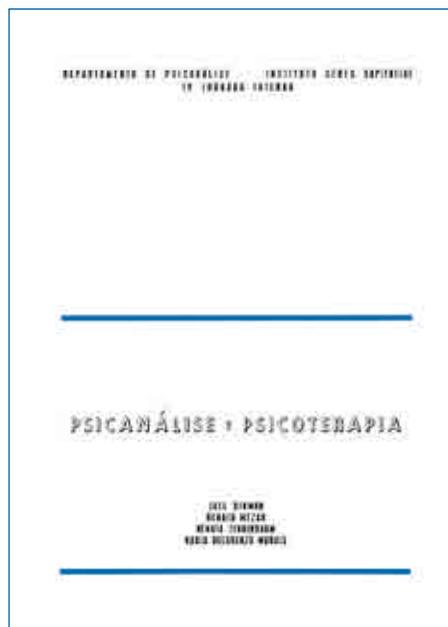
Convênios de Saúde Mental

Em 1980, o Departamento de Psicanálise promoveu uma mesa-redonda sobre “Psicanálise e Instituições”, reunindo trabalhadores de saúde mental com experiência no campo social e em trabalhos alternativos de atendimento psiquiátrico, tais como: centros comunitários, hospitais-dia e ambulatórios de saúde mental. Dessa mesa participaram representantes da equipe de psiquiatria social de Diadema, do Centro de Saúde do Butantã e do Hospital-Dia A Casa (fundado em 1979).⁶

Eventos como esse marcaram posição do departamento e responderam à demanda de muitos dos alunos e professores do curso ligados a essas atividades e participantes de movimentos como o de Trabalhadores em Saúde Mental, do Núcleo de Psiquiatria e Psicologia Social, da Frente de Defesa dos Direitos do Doente Mental e reuniões da Rede Alternativa.

Em 1º de dezembro de 1983, os professores do curso de psicanálise receberam a proposta de Ana Pitta, chefe da Divisão de Ambulatórios de Saúde Mental da Coordenadoria de Saúde Mental do Estado do governo Franco Montoro, de estabelecer um convênio entre a Coordenadoria de Saúde Mental e o Sedes.⁷ Ana Pitta, ex-aluna do curso, propôs uma “programação de treinamento e formação de pessoal”.

No início da década de 1980, principalmente após a eleição de Franco Montoro como governador do Estado, muitos profissionais ligados ao Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental assumiram cargos no Estado, formulando e gerenciando as políticas públicas de assistência psiquiátrica e de saúde



Publicação das conferências realizadas na jornada interna, maio de 1982.

mental. Nessa reformulação, o ambulatório tornou-se lugar central do atendimento. A saúde passou a ser entendida como direito do cidadão e dever do Estado, responsável pela universalização do atendimento.⁸ A Coordenadoria de Saúde Mental estava modificando e ampliando o atendimento prestado na rede ambulatorial e nos Centros de Saúde, mas estava encontrando várias dificuldades, especialmente no preparo teórico e técnico dos profissionais. Em 1983, o governo Franco Montoro ampliou de 11 para 110 as unidades com equipe multiprofissional.

Os professores receberam a proposta da Coordenadoria de Saúde Mental e consideraram que esta deveria ser dirigida ao departamento e não se restringir ao corpo docente. Foi formada uma comissão provisória que passou a trabalhar em um projeto e se reuniu com Ana Pitta em 12 de dezembro.⁹

Um total de 22 pessoas se inscreveram como interessadas em trabalhar no convênio. A comissão de professores¹⁰ selecionou os que participariam como coordenadores e foram estabelecidos os seguintes critérios: tempo de formação, realização de cursos de psicanálise (com tempo superior a seis meses), participação em congressos e palestras, experiência docente, formação analítica (análise pessoal e supervisão), experiência como supervisor, experiência clínica e institucional.¹¹ Participaram como coordenadores: Vivian Montag, Rubia Delorenzo, Mary Ono, Eva Wongtschowiski e Gilca Zlochevsky; e os professores Mario Fuks, Ana Maria Sigal, Cecília Hirschzon e Lucia Barbero Fuks.¹² Atuaram ainda como co-coordenadores Helena Grinover, Tereza Mantovani, Beatriz Mendes, Rita Carderal, Cleide Arini e Eliana Vaz Macia.¹³ No projeto não havia a diferenciação de papéis como professores, alunos ou ex-alunos, mas como coordenadores, co-coordenadores e voluntários, dependendo da experiência anterior.¹⁴

No projeto de 1984 se explicava: “De nossa parte, temos a convicção de que não só é desejável, mas também possível produzir experiências enriquecedoras no campo da saúde mental. Isto tanto desde a perspectiva de trabalhadores deste campo, inseridos numa instituição comprometida com a realidade social, como desde a especificidade marcada por nossa prática psicanalítica. Temos

efetivado esta posição através do apoio ideológico e teórico-técnico aos trabalhos nesse terreno. Através de discussão e elaboração em nível de supervisões, seminários e jornadas dos problemas particulares que colocam à psicanálise este trabalho.”¹⁵

O projeto encaminhado à Coordenadoria do Estado afirmava: “Entendemos que parte das dificuldades reconhecidas neste plano, como a mecanização dos diagnósticos, a supermedicalização, burocratização da prática, carência ou ausência de recursos alternativos como as psicoterapias etc. são explicáveis, em grande medida, a partir da caracterização global do sistema. O modelo manicomial, tendo como baluarte evidente o espaço físico do hospital psiquiátrico, estende seus efeitos às mais diversas áreas: em nível dos preconceitos presentes na população, em nível das concepções a respeito da doença e saúde presentes nos próprios agentes integrantes das mesmas, em nível das atitudes e comportamentos ‘técnicos’, com os quais são abordados os problemas veiculados pela demanda.”¹⁶

Para efetivar um trabalho formativo, e não só informativo e teórico, o plano apresentado à Coordenadoria propunha um trabalho com grupos menores e que não funcionasse como cursos de curta duração (como havia sido demandado inicialmente). “Os grupos funcionarão segundo o modelo de seminário teórico-clínico e em forma operativa, procurando introduzir os conceitos teórico-técnicos pertinentes conforme a elaboração grupal o for permitindo e aconselhando. Poder-se-á utilizar orientação bibliográfica e discussão de textos, mas de qualquer maneira os elementos de base serão as experiências dos próprios participantes.”¹⁷ As áreas de interesse teórico-clínico foram delimitadas seguindo a demanda por psicoterapia, terapia de crianças, atendimento de grupos e psicose.

Constituiu-se uma equipe de 15 coordenadores, que trabalharam em duplas. Os coordenadores se reuniam periodicamente para avaliar o trabalho. Foram formados cinco grupos que tinham como área-tema a psicoterapia de adultos, dois de psicoterapia de crianças e um de grupo de crianças e grupo de mães. Embora o projeto tenha se iniciado em agosto, o Plano de Aplicação de Trabalhos e Recursos foi oficialmente aprovado em setembro e o convênio foi assinado em outubro de 1984.¹⁸ No primeiro ano de funcionamento o convênio atendeu a 50 psicólogos, 35 médicos psiquiatras e 18 assistentes

sociais. Embora a maioria dos profissionais trabalhasse em São Paulo, capital, haviam vários profissionais de outras cidades, como Sorocaba, Santos, Presidente Prudente, São José dos Campos, Guarulhos, Osasco, Mauá e São Bernardo do Campo.

Mario Fuks lembra: “Como supervisor de trabalhos de atendimento ambulatorial, no Centro de Saúde Escola do Butantã e no Centro Comunitário de Parelheiros, conheci e me vinculei às instituições de saúde mental. A ditadura estava acabando e as pessoas estavam se mobilizando no campo ‘psi’, com propostas novas e progressistas e muitas delas passavam pelo Sedes. O Sedes foi lugar de reunião da Rede Alternativa de Psiquiatria. Quando Suely Rolnik funda o primeiro núcleo de Psiquiatria Social o faz no Sedes. A instituição recebeu também Basaglia e Guattari. O Sedes era um lugar antes de mais nada político. Muito devagar, com muito cuidado, se foi produzindo dentro do Departamento um compromisso com a saúde mental. Quando Ana Pitta assumiu a coordenação de Saúde Mental entrou em contato conosco, porque já nos conhecia do curso e de trabalhos institucionais. A criação de um Setor de Saúde Mental e Instituições foi muito importante, porque institucionalizou no departamento uma posição que era de alguns membros”.

Em 1986, Mario Fuks explicava a concepção e o trabalho realizado: “Pela via da reintrodução da subjetividade, tanto em nível do contato e da compreensão do que se passa com o paciente, como em nível da análise reflexiva do compromisso subjetivo dos terapeutas, do peso da ideologia, da compreensão dos conflitos que eles devem enfrentar permanentemente na sua prática, é por esse caminho que era possível introduzir as concepções psicanalíticas. Não se tratava só de introduzir a psicoterapia psicanalítica como um substitutivo ou um novo recurso agregado, mas de mudar toda a concepção e um esquema de trabalho. A essa mudança, que é de uma só vez ideológica, teórica, organizacional, de questionamento e redefinição de papéis e funções, denominamos de ‘abertura de espaços psicoterápicos’, espaços estes que são tão difíceis de abrir como de sustentar, de manter ‘abertos’”.¹⁹

Oficialmente, o convênio foi estabelecido entre a Secretaria de Saúde Pública do Estado de São Paulo e a Associação Instrutora da Juventude Feminina, mantenedora do Sedes. Como órgão responsável pela implantação figurava o curso de psicanálise do instituto. Na primeira versão do projeto está registra-

do: “Os grupos serão coordenados por profissionais com experiência docente e institucional, contando-se para tal fim com os professores do curso e membros do Departamento de Psicanálise do Iss”²⁰. Na ocasião se acreditava que o departamento estaria oficializado antes do convênio ser assinado, mas pela demora na sua formalização, no convênio aparecem apenas professores do curso de psicanálise e “outros profissionais por eles designados”.

Psicanálise e psicoterapia?

A configuração em um departamento, conforme o anteprojeto de 1980, significou também discutir as fronteiras entre psicanálise e psicoterapia, tema da IV Jornada Interna do departamento em junho de 1982, quando Renata Tennenbaum (Cromberg), Rubia Delorenzo, Renato Mezan e Joel Birman apresentaram conferências. Rubia e Renata, então alunas do curso, postulavam: “O curso de psicanálise do Sedes se configura como projeto alternativo. Propõe uma outra ação contra a estratificação hierárquica do saber psicanalítico e a procura de uma outra identidade. Portanto, a mudança de nome implica que não se trata mais de considerar o trabalho dentro do consultório como psicanálise e as vicissitudes do trabalho institucional como potenciais psicoterapias de base analítica, mas propõe a anulação desta etiqueta, já que a psicanálise, neste projeto que é outro, deve se propor a criar novas formas de ação, abandonando, embora de forma cautelosa, o seu lugar inicial de fonte de um saber-poder”.²¹

Esta intervenção levantou as contradições suscitadas pela psicanálise na prática institucional e a necessidade de se estar atento às demandas institucionais e sociais: “O resultado de se pretender que a psicanálise, enquanto corpo de conhecimento e prática, seja ‘neutra’ no espaço das relações sociais e sua expressão política, é que tal pretensão acaba justamente tendo o efeito menos neutro: a psicanálise torna-se instrumento a serviço da dominação, a serviço do controle social”.²²

Em sua conferência nesse evento, Renato Mezan, professor do curso, diferenciou psicanálise e psicoterapia: “Não é verdade que a psicanálise seja uma forma de psicoterapia, nem que a psicoterapia seja uma psicanálise que se ignora. Os objetivos de ambas são diferentes, seus métodos de trabalho pouco têm em comum, os pressupostos teóricos divergem, e, para dizê-lo de uma vez,

parece-me que o ‘e’ do nosso tema [“Psicanálise e Psicoterapia”] sugere um parentesco que inexistente. Estas afirmações soam paradoxais, bem o sei; procurarei fundamentá-las a seguir, e gostaria de vê-las debatidas como uma contribuição ao esclarecimento do tema de hoje”.²³ A intervenção de Mezan estava longe de ser consensual para um curso que formava psicanalistas e só aceitava como candidatos médicos e psicólogos, ou seja, aqueles profissionais legalmente habilitados para o exercício da psicoterapia.

As conferências foram publicadas em uma brochura que “representa a concretização inicial de uma antiga aspiração: a publicação de trabalhos originais produzidos ou suscitados pelas atividades do Curso de Psicanálise. A ele se seguirão, no momento oportuno, outras publicações, dando continuidade ao duplo empreendimento de estimular a produção teórica de alunos e professores, e de divulgar em nosso meio profissional os resultados eventuais de pesquisas e da experiência nascidas do curso”.²⁴

Conselho do curso

Com a preocupação de que as decisões fossem tomadas de maneira considerada democrática, a direção do curso – conforme o regimento – era responsabilidade de um conselho paritário formado por quatro alunos, quatro professores e um coordenador (do corpo docente e indicado por este). Os demais alunos e professores podiam participar do conselho, mas sem direito a voto.²⁵ As funções do conselho de direção eram discutir e aprovar os seguintes itens: critérios de programação do curso regular (anualmente); realização e conteúdo dos outros cursos, conferências e jornadas; critérios de admissão de alunos e número de alunos a serem admitidos; critérios de avaliação de alunos e professores; critérios de admissão e demissão de professores; medidas administrativas e disciplinares e nomeação de comissões temporárias.²⁶

A partir de 11 de junho de 1981, o conselho passou a funcionar com um representante dos alunos de cada ano, um representante dos ex-alunos e cinco representantes dos professores.²⁷ Em outubro de 1982, para caracterizar melhor que os ex-alunos não eram apenas egressos do curso, mas profissionais atuantes no departamento, passam a participar também como representantes da clínica no conselho do curso.²⁸

As reuniões do conselho de direção tornaram-se um fórum de discussões, mas também de conflitos entre professores e alunos. Apesar de os alunos participarem ativamente, havia um questionamento de que as decisões realmente importantes – como a contratação de novos professores – eram tomadas fora do conselho e já estavam definidas quando eram colocadas em discussão.²⁹

Mudanças no corpo docente

Após a cisão, passaram a integrar o grupo de professores Silvia Alonso³⁰ e Miriam Chnaiderman (que, assim como Marilene Carone e Marilsa Taffarel, havia sido aluna da primeira turma do curso³¹). No final de 1981, Fabio Herrmann, Marilene Carone e Marilsa Taffarel deixaram o curso. O motivo de ruptura, após uma série de discussões, foi provavelmente a divergência sobre os critérios de reconhecimento e seleção de novos docentes e os critérios de avaliação dos professores.

Silvia Alonso recorda: “Nessa época houve uma discussão no sentido de discriminar o fato de ser monitor e de ser professor, um não levaria necessariamente ao outro, nem era necessário ser primeiro monitor para depois ser professor. Este foi um dos eixos da discussão, mas haviam outras questões que não puderam ser solucionadas. Nós chamamos Fernando Ulloa para uma análise institucional e organizamos uma série de encontros coordenados por ele, com a expectativa de que pudéssemos superar os conflitos, mas infelizmente não foi possível, tanto que resultou na saída deles. Para o grupo de professores foi bastante sentido, pois o grupo já era pequeno e ficou ainda menor”. A discussão a respeito dos monitores se polarizou. Para um grupo, a contratação automática de um monitor como professor criaria uma situação indesejada de hierarquia dentro do grupo docente; já o outro grupo defendia que a não contratação representava uma falta de reconhecimento daqueles formados pelo curso.

Realizando um balanço daqueles anos, Fabio Herrmann avalia: “Se eu tivesse que avaliar o curso do Sedes, eu diria que foi muito útil para a psicanálise em São Paulo. Nós formamos naquela época – e o Sedes continuou a formar depois – analistas bastante engajados no entrosamento da psicanálise com a sociedade, o que hoje se chama de clínica extensa. Pessoas brilhantes se juntaram ao grupo, como Renato Mezan, Luiz Carlos Menezes e outros. Dentre os



Isaias Melsohn e Regina Chnaiderman cumprimentam aluna na conclusão do curso de psicanálise, 1981.

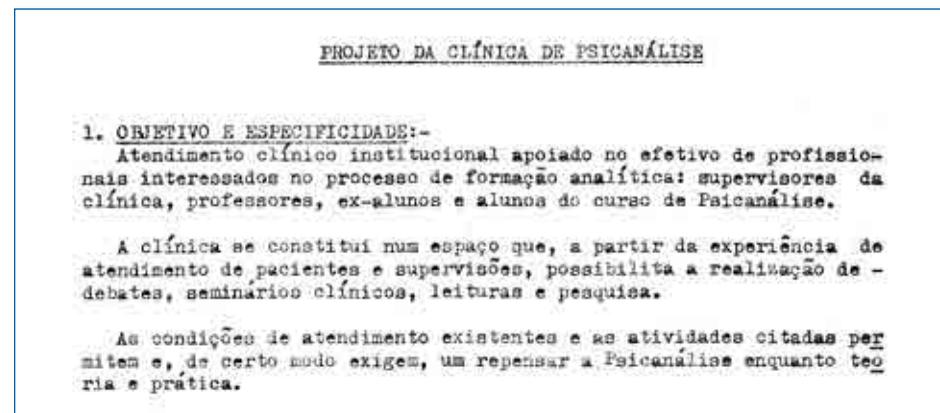
meus projetos pessoais no Sedes havia o de constituição de uma psicanálise brasileira, com um pensamento independente, como havia a escola inglesa, a francesa e a argentina. Eu achava possível a constituição de uma escola brasileira, com uma produção coletiva, original e criativa. Isto não deu certo nem no Sedes nem na Sociedade. Acho que houve um desenvolvimento da produção, do qual o Sedes fez parte como um dos pólos, junto com a USP, a PUC, a Unicamp e São Carlos, mas não houve um salto qualitativo, uma mudança radical. Estimulou-se uma produção mais teórica, tanto no Sedes como na universidade. Mas o que eu almejava era mais radical: passar de importador para exportador, e isso não deu certo”.

Posteriormente, o corpo docente do curso se ampliou com a contratação de Alejandro Viviani, Cecília Hirschzon, Joana Helena Nogueira, Luis Carlos Nogueira e Magdalena Ramos³², que participavam de atividades em 1981 (embora seus nomes só tenham sido divulgados no programa do catálogo de cursos de 1982). Joana Helena e Luis Carlos Nogueira foram fundadores do Centro de Estudos Freudianos (CEF), de linha lacaniana. Em 1984, Luis Carlos Nogueira se retirou do curso do Sedes, mas permaneceu na coordenação do CEF, enquanto Joana Helena se retirou do CEF, mas permaneceu como professora no Sedes. Em 1982, Renato Mezan, recém-chegado da França onde concluiu seu doutorado, foi admitido como supervisor.³³ No ano seguinte, Wilson Vieira, Márcia Arantes e Janete Frochtengarten, as duas formadas no curso em 1980, passaram a integrar o corpo de professores. Em 1983 se juntou ao grupo de professores Alcimar Alves de Souza Lima. Alguns psicanalistas participaram como colaboradores, caso de Isaías Melsohn e de Luiz Meyer, que foram supervisores convidados entre 1981 e 1983.³⁴

Comissão de clínica

Uma outra área de atuação institucional e de organização de um espaço considerado coletivo, prevista no anteprojeto do departamento como uma “Prestação de Serviços”, foi o atendimento na clínica do Sedes. Era uma atuação que extrapolava o curso. Havia supervisores profissionais que participavam da comissão de clínica e não eram professores do curso.

As definições em torno do perfil de atendimento e objetivos da clínica já



Trecho do projeto de atuação do departamento na clínica do Sedes enfatiza a importância de participar da clínica, 1984.

eram objeto de debate antes de 1980. Nos anos seguintes, várias formulações foram estabelecidas, buscando-se definir o lugar da clínica na formação dos alunos e entre os compromissos sociais do departamento e da instituição. Logo após a cisão, em 1979, foi apresentada uma proposta de atendimento por parte dos alunos na clínica do instituto. A proposta visava garantir a prática clínica, com atendimento e supervisão, considerada fundamental para a formação. Segundo a comissão da clínica, alguns alunos tinham pequena participação nas supervisões porque tinham pouca ou nenhuma experiência em atendimento psicanalítico. Dois anos depois, em 1981, o atendimento na clínica passou a ser exigido durante o curso³⁵ e a supervisão foi inicialmente oferecida voluntariamente por ex-alunos.

Em 1983 se formou uma nova comissão clínica que propôs substituir uma das supervisões oferecidas no curso por uma supervisão na clínica, em pequenos grupos e de forma mais sistemática. “A supervisão que existe no curso no momento, por comportar muitos membros, pode ser descrita como seminário clínico, sendo um recorte restrito tanto do material do paciente quanto do procedimento do analista”³⁶, avaliava a comissão³⁷.

Além disso, a comissão levantou a questão da prática institucional e da inserção no Sedes. O atendimento da clínica “leva obrigatoriamente à discussão tanto do atendimento na instituição quanto da organização e funcionamento da mesma e qual seu nível de compatibilidade com o tipo de atendimento que se pretende oferecer”³⁸. Segundo Silvia Alonso: “Uma modificação curricular importante foi colocarmos como obrigatório o atendi-

mento na clínica do Sedes, com supervisão de grupos menores, sempre com o mesmo supervisor acompanhando e somente de casos atendidos no Sedes. Esta experiência, na qual fui supervisora, durou dois anos, ou seja o percurso de uma turma, e se encerrou após uma discussão sobre esta experiência. Decidiu-se que não valia a pena atuar na clínica do Sedes que funcionava como uma clínica-escola”.

A obrigatoriedade do atendimento na clínica atendia também a uma demanda da instituição por esse trabalho, como ressalta Maria de Fátima Vicente, membro do Departamento de Psicanálise e atual diretora da Clínica Psicológica do Sedes: “Coerente com as propostas do ‘novo’ Sedes, a obrigatoriedade que estava sendo exigida dos cursos para com seus alunos por parte do Sedes, e postergada pelo curso de psicanálise, implicava que os alunos ao atenderem na clínica o fariam para prestar um serviço ao segmento da população que não tinha acesso aos serviços que os cursos podiam oferecer, e não para exercerem uma atividade de aprendizagem ou treinamento.” Fátima, aluna do curso naquela época, lembra ainda que a decisão pela obrigatoriedade do atendimento, em caráter experimental e temporário de dois anos, foi decidida coletivamente por alunos e professores do curso em 1983.

O atendimento na clínica era tema constante de debate. Nessa época, a obrigatoriedade de atendimento foi questionada por parte de alguns alunos, que eram, cada vez em maior número, profissionais com experiência clínica que viam como uma duplicação desnecessária o atendimento na clínica.³⁹ Em dezembro de 1983, quando a integração da clínica com o curso foi discutida na reunião do conselho, Alejandro Viviani pergunta “se a clínica é prestação de serviço para comunidade ou serviço para o curso”, questionando o seu uso como uma clínica-escola.⁴⁰ Na mesma reunião, Mario Fuks argumentou que se a questão fosse de assistência à sociedade, como alguns defendiam, não deveria ser obrigatória só para os alunos.⁴¹

Em maio de 1984 foi apresentado um novo projeto de clínica, que, embora enfatizasse a importância da participação mais ampla, era um projeto centrado ainda no curso, normatizando o número de alunos por supervisor, número de sessões de atendimento obrigatório, frequência de supervisões, critérios de seleção de alunos e de supervisores. Essa proposta pretendia resgatar outro ponto do anteprojeto, o da pesquisa. Segundo o anteprojeto,

o objetivo da clínica era o “atendimento clínico institucional apoiado no efetivo de profissionais interessados no processo de formação analítica: supervisores da clínica, professores, ex-alunos e alunos do curso de psicanálise. A clínica se constitui num espaço que, a partir da experiência de atendimento de pacientes e supervisões, possibilita a realização de debates, seminários clínicos, leituras e pesquisa”.⁴² Mas o projeto teve pouca adesão e efeito prático e o trabalho na clínica do Sedes continuou sendo um tema polêmico e não resolvido.

Centro de Debates de Psicanálise

Durante os anos de 1980 a 1983, além da Comissão Clínica, do Conselho e do curso, funcionava também dentro do departamento o “Centro de Debates de Psicanálise”⁴³. O centro promovia eventos abertos, como uma conferência de Piera Aulagnier, “A Violência da Interpretação”, em 1980⁴⁴, e um seminário de Cornelius Castoriadis, em 1982.

O “Centro de Debates” era organizado por ex-alunos e se autogeria financeiramente, dividindo as despesas entre os participantes.⁴⁵ Em 1981 foram realizados vários eventos no departamento, como as conferências coordenadas por Mario Fuks e Suely Rolnik: Henry Lefevre (“O Inconsciente Social da Psicanálise”), Kosta Axelos (“Psicanálise e Filosofia”) e Felix Guattari (“A Modelização em Psicanálise e os Modos de Produção de Subjetividade”). Henry Maldiney apresentou a conferência “Compreensão da Psicose”, com tradução comentada do filósofo Bento Prado Júnior. Com a coordenação de Regina Chnaiderman, foram realizadas as conferências “Recusa e Interpretação”, de Bernard Penot, e “Neurose-Psicose-Perversão”, de Raul Sciarreta.⁴⁶

Notas

1. “Anteprojeto do Estatuto do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae”, Capítulo 1, 16 de outubro de 1980.
2. Ata manuscrita de reunião para discussão do Departamento, 19/06/84.
3. Catálogo dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento, 1981, p. 26.
4. Catálogo dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento, 1982, p. 36.
5. Catálogo dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento, 1982, p. 37.
6. “Dos setores – Eventos”, *Boletim*, nº 17, nov/dez 1994, p. 9.
7. Ata da Reunião de Professores, Caderno de Atas das reuniões de Conselho, Professores e Departamento, 1º/12/83.

8. AMARANTE, Paulo. *Loucos pela Vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*, Rio de Janeiro, Fiocruz, 2ª ed., 1998.
9. Ata da Reunião da Comissão do Projeto de Ambulatório de Saúde Mental, Caderno de Atas das reuniões de Conselho, Professores e Departamento, 5/04/84.
10. Ata da Reunião de Professores, Caderno de Atas das reuniões de Conselho, Professores e Departamento, 3/07/84.
11. Ata da Reunião de Professores, Caderno de Atas das reuniões de Conselho, Professores e Departamento, 3/07/84.
12. “Relatório de Avaliação das Atividades - Convênio Coordenadoria de Saúde Mental”, junho de 1985.
13. Ata da Reunião de Professores, Caderno de Atas das reuniões de Conselho, Professores e Departamento, 3/07/84.
14. “Relatório de Avaliação das Atividades - Convênio Coordenadoria de Saúde Mental”, junho de 1985.
15. “Plano de Aplicação de Trabalhos e Recursos do Convênio entre a Coordenadoria de Saúde Mental da Secretaria de Saúde do Estado e a Associação Instrutora da Juventude Feminina – Curso de Psicanálise” 1984.
16. “Plano de Aplicação de Trabalhos e Recursos do Convênio entre a Coordenadoria de Saúde Mental da Secretaria de Saúde do Estado e a Associação Instrutora da Juventude Feminina – Curso de Psicanálise” 1984.
17. “Plano de Aplicação de Trabalhos e Recursos do Convênio entre a Coordenadoria de Saúde Mental da Secretaria de Saúde do Estado e a Associação Instrutora da Juventude Feminina – Curso de Psicanálise” 1984.
18. “Relatório de Avaliação das Atividades – Convênio Coordenadoria de Saúde Mental”, junho de 1985.
19. FUKS, Mario. “Sobre o Convênio Sedes – CMS”. In: *Psicanálise e Instituição*, São Paulo, Departamento de Psicanálise, Sedes Sapientiae, 1986.
20. “Plano de Aplicação de Trabalhos e Recursos do Convênio entre a Coordenadoria de Saúde Mental da Secretaria de Saúde do Estado e a Associação Instrutora da Juventude Feminina – Curso de Psicanálise” 1984, versão apresentada.
21. TENNENBAUM, Renata e DELORENZO, Rubia Maria. “Psicanálise e Psicoterapia” in *Psicanálise e Psicoterapia*, São Paulo, Departamento de Psicanálise, Sedes Sapientiae, 1982, p. 6.
22. TENNENBAUM, Renata e DELORENZO, Rubia Maria. “Psicanálise e Psicoterapia” in *Psicanálise e Psicoterapia*, São Paulo, Departamento de Psicanálise, Sedes Sapientiae, 1982, p. 5.
23. MEZAN, Renato. “Psicanálise e Psicoterapia” in *Psicanálise e Psicoterapia*, São Paulo, Departamento de Psicanálise, Sedes Sapientiae, 1982, p. 21.
24. Apresentação à publicação *Psicanálise e Psicoterapia*, do Departamento de Psicanálise, Sedes Sapientiae, 1982.
25. “Regimento do Curso”, 1981.
26. “Regimento do Curso”, 1981.
27. “Resumo das resoluções normativas do Curso de Psicanálise, registrada nas atas do Conselho do Curso”, 7/05/1981 a 4/11/1982.
28. “Resumo das resoluções normativas do Curso de Psicanálise, registrada nas atas do Conselho do Curso”, 7/05/1981 a 4/11/1982.
29. Caderno de Atas das reuniões de Conselho, Professores e Departamento – 27/10/82 a 29/08/85 e Transcrição das entrevistas realizadas pelo “Projeto História e Memória do Curso e do Departamento”.
30. Catálogo dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento, 1981, p. 26.
31. Lista de alunos do 1º ano do curso de Especialização em Psicoterapia de Orientação Psicanalítica, 1976.
32. Catálogo dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento, 1982, p. 37.
33. Grade de Programação do curso de Psicanálise, 1982.
34. Grade de Programação do curso de Psicanálise, 1982; e Ata da Reunião do Conselho do Departamento, 20/12/83.
35. “Resumo das resoluções normativas do Curso de Psicanálise, registrada nas atas do Conselho do Curso”, 7/05/1981 a 4/11/1982.
36. “Informe da Comissão da Clínica”, 4º trimestre 1983.
37. A comissão era integrada em 1983 por Mary Ono, Maria Piero e Vivian Montag, como supervisores; Márcia Arantes e Alejandro Viviani como professores, e os alunos Vera Lucia, Renata e José Roberto.
38. “Informe da Comissão da Clínica”, 4º trimestre 1983.
39. “Um pouco de memória, uma história possível”, “Projeto História e Memória do Curso e do Departamento”.
40. Ata da Reunião do Conselho do Curso, 8/12/83.
41. Ata da Reunião do Conselho do Curso, 8/12/83.
42. “Projeto da Clínica de Psicanálise”, maio de 1984.
43. “Centro de Debates de Psicanálise” do Departamento de Psicanálise, listas de presenças, lista de avisos por telefone, controle financeiro dos eventos do Centro, Conferência de Castoriadis (setembro de 1982); 1982, 1983.
44. “Dos setores – Eventos”, *Boletim*, nº 17, nov/dez 1994, p. 9.
45. Ata da Reunião do Conselho do Curso, 8/12/83.
46. “Dos setores – Eventos”, *Boletim*, nº 17, nov/dez 1994, p. 9.



O ato de fundação do Departamento e a homenagem a Regina em 1984



AOS ALUNOS, AOS EX-ALUNOS, AOS SUPERVISORES DA CLÍNICA E AOS PROFESSORES DO CURSO DE PSICANÁLISE

No final da última jornada foi constituída uma comissão de alunos e professores interessados em pensar a questão da criação do Departamento. Esta comissão teria sua primeira reunião no dia 03.05.84. Por problemas de organização geral, a reunião - foi mal convocada, aparecendo poucas pessoas. Estas, no entanto, discutiram a necessidade de se marcar uma nova data, onde todo o conjunto de pessoas interessadas fossem convocadas. As pessoas - receberão primeiro material de reflexão e análise da questão e também como um incentivo para novas produções e colaboração, para que ocorra então um amplo debate sobre a criação do Departamento. Os textos foram elaborados pela Profª Regina Chnaiderman.

É importante deixar claro que essa comissão não tem ligação com o conselho do curso ou com os representantes, ao contrário ela é aberta a todos que queiram participar e apresentar suas idéias e colaborações.

Aqueles que por motivos próprios não possam comparecer às reuniões da comissão, podem enviar suas sugestões e colaborações por escrito, entregando-as para a Rosa (secretária do curso).

PRÓXIMA REUNIÃO DA COMISSÃO:- dia 23.05.84, 4ª feira, às 20:00 - horas.

Esperamos o comparecimento de todos os alunos, ex-alunos, supervisores da Clínica e professores interessados na questão da criação do Departamento.

COMISSÃO ORGANIZADORA

PÁGINA ANTERIOR

Regina Chnaiderman, presença central no departamento e na liderança do grupo, 1984.

DIREITA

Convite para participar da reunião em que se discutiria a constituição do Departamento de Psicanálise, 1984.

Um ato simbólico de fundação marcou a constituição do Departamento de Psicanálise no final de 1984. Este ato foi vivenciado intencionalmente por todos os seus participantes também como um momento de homenagem à psicanalista Regina Chnaiderman, que faleceu pouco depois. Embora um projeto de departamento já estivesse se estruturando e com setores funcionando desde 1980, os quatro anos até 1984 foram de discussões e propostas, comissões e reuniões sobre como implementar de fato princípios e valores que haviam sido apenas enunciados, conforme o capítulo anterior. Mas a intensidade especial daquele ato simbólico de 1984, em que se homenageou Regina, ficou registrado na memória do departamento como um marco de fundação.

A discussão sobre a formalização da constituição do Departamento de Psicanálise, com um regimento interno, foi tema constante das reuniões do conselho do curso em 1983, especialmente quando acontecimentos – como o questionamento, pelos alunos, da eleição do coordenador do curso, ou a formação de uma comissão com ex-alunos para a clínica – colocava em destaque a falta de um regimento que normatizasse o funcionamento interno. As discussões internas em torno do convênio de saúde mental tornaram mais prementes a necessidade de formalizar uma instância, tanto interna como externamente, que servisse como parceiro formal da Secretaria de Estado. O departamento foi a estrutura formal que permitiu a parceria com o Estado nestes convênios.

Assembléias, jornadas e debates marcaram os anos de 1983 e 1984 até que em 1985 se definiu uma Comissão Coordenadora Geral (CCG) e uma estrutura de organização em seis setores: Publicações, Divulgação e Registro; Curso; Atividades Clínicas; Setor de Grupos de Estudos; Setor de Atividades de Intervenção em outras Instituições (clínica e formativa) e Setor de Conferências e Fórum de Debates.

O departamento se configurava como um espaço no qual os que concluíssem o curso participariam como psicanalistas, e não apenas como ex-alunos. Mas a formalização implicava em discutir aspectos que haviam ficado intocados no anteprojeto – como critérios de pertinência e questões de organização e gestão – e esclarecer o que cada um entendia por departamento. Em 1983 – a partir do anteprojeto de 1980 – professores, alunos e ex-alunos discutiram as bases de um estatuto. Como parte dessa discussão, o tema da jornada realizada em 11 de novembro de 1983 foi “Formação em Psicanálise”.

A primeira reunião ocorreu em dezembro de 1983 e teve como temas critérios de pertinência ao departamento, relação entre o curso e o departamento e como conciliar um regimento com a flexibilidade e a mobilidade necessárias.¹ Em várias intervenções durante esse processo, Regina Chnaiderman ponderou que o departamento deveria ser um espaço não hierarquizado e não limitado a alunos e professores do curso. Ela almejava que “o Departamento congregasse todas as pessoas que entendem a psicanálise como um processo contínuo em termos de sua prática e pensamentos teóricos. Casa aberta para pessoas de qualquer formação. O Departamento é mais amplo que aluno-professor e outros. Que o Departamento fosse além do curso. Embora existam diferenças entre os membros no início de formação e outros mais antigos, não deve haver diferença nos direitos quanto à elegibilidade. (...) Qualquer pessoa pode propor um curso, dar um curso, desde que dentro do código de ética”.² Para Regina, é a ética que deve ser determinante no critério de pertinência e não a filiação teórica ou a experiência profissional. Em uma reunião posterior, ela advogou a necessidade de “pensar numa ética da Psicanálise, do nosso Departamento, onde fique definido o que é conviver com as diferenças”.³

No início de 1984 foi formada uma comissão que se reuniu algumas vezes, mas não concluiu o trabalho. Nas reuniões do conselho se tentava entender o porquê do impasse.⁴ Nesse processo, os alunos do terceiro ano convocaram os

outros alunos para uma discussão geral, avaliando que a participação discente estava sendo insatisfatória.⁵ Em maio de 1984, a convocação de uma reunião se iniciava com a pergunta: “Se o departamento é algo que todos querem, por que não sai?”⁶

Na reunião seguinte, foi proposta a discussão de um texto escrito por Regina Chnaiderman. Começando com a pergunta “O que deverá ser o Departamento de Psicanálise?”, ela postulou que este deveria reunir pessoas interessadas em psicanálise, que tivessem uma concepção “que inclui a necessidade de questionamento, de debate, de troca de informação, de reconhecimento (...) O Departamento de Psicanálise será um lugar onde colegas se encontrem sem diferenças hierárquicas formais, para planejar, registrar, publicar, criticar, indagar, etc.”⁷

“Esse curso de Psicanálise tem sido uma realização de grande sucesso no âmbito das formações alternativas de psicanalistas e seu prestígio ultrapassa o âmbito local”⁸, afirmava Regina, ressaltando que a duração limitada do curso estava em contradição com a idéia de uma formação continuada e com as “amplas solicitações que chegam ao curso de vários setores de saúde mental e outros; além do mais, se um curso se caracteriza por alunos e professores, a designação ‘ex-aluno’ não condiz com a condição de colega, que se espera venha substituir a relação de poder afirmada pela relação professor/aluno”.⁹ A falta de um espaço de pertinência para estes colegas levava a um problema de reconhecimento, embora, em suas palavras: “É preciso lembrar que reconhecimento não é a mesma coisa que autorização. O departamento, assim como o curso, não autoriza e nem reconhece. O reconhecimento vem dos seus pares, do trabalho em comum, do projeto comum”.¹⁰

No texto, Regina defende que os interessados “primeiro pertencem ao departamento e, depois, podem fazer ou não o curso”, uma vez que o curso, assim como a clínica, as publicações e a biblioteca devem ser entendidos, como

1.- O que deverá ser o Departamento de Psicanálise ?
O Departamento de Psicanálise do Instituto "Sedes Sapientiae" será um lugar no qual, dentro dos princípios do Instituto, se reúnam pessoas interessadas em Psicanálise. Ser interessado em Psicanálise é ter uma determinada concepção sobre a natureza dos fenômenos e de práticas, que inclui a necessidade de questionamento, de debate, de troca de informação, de reconhecimento; ser interessado em Psicanálise inclui a necessidade de uma prática prática e uma prática teórica, o que implica em seminários clínicos, supervisões horizontais, cursos de extensão e certamente trabalhos teóricos sistemáticos. O Departamento de Psicanálise será um lugar onde colegas se encontrem sem diferenças hierárquicas formais, para planejar, registrar, publicar, criticar, indagar, etc.

2.- Qual a origem desse Departamento ?
A idéia desse Departamento procede de experiências de 8 anos de curso de formação em Psicanálise, então também designado como Departamento de Psicanálise. Esse curso de Psicanálise tem sido uma realização de grande sucesso no âmbito das formações alternativas de psicanalistas, e seu prestígio ultrapassa o âmbito local. Obviamente, um curso de Psicanálise, de duração limitada, está em contradição com a concepção mais sistemática de formação de psicanalistas e também está em contradição com as amplas solicitações que chegam ao curso de vários setores de saúde mental e outros; além do mais, se um curso se caracteriza por alunos e professores, a designação de "ex-aluno" não condiz com a condição de colega, que se espera venha substituir a relação de poder afirmada pela relação professor/aluno. Do mesmo modo, os colegas formados no curso se ressentem da falta de continuidade da formação, que obviamente não acaba depois de 4 anos de curso e talvez nunca. Não havendo um local de pertinência implícita, em se criar o Departamento, surgem também problemas de reconhecimento. É preciso lembrar que reconhecimento não é a mesma coisa que autorização. O Departamento, assim como o curso, não autoriza e nem reconhece.

Texto elaborado por Regina Chnaiderman utilizado nas discussões sobre a formalização do departamento, 1984.

“subconjuntos” do departamento. Ao propor a desvinculação entre concluir o curso e pertencer ao departamento, ela provocou um intenso debate. Se de um lado esta proposta resolvia o problema da hierarquização e abria o departamento para pessoas com outras formações e de outras instituições, de outro, levantava a questão de seleção das pessoas para a entrada no departamento e a problemática do lugar do curso no âmbito do departamento.¹¹

“Uma proposta de criação de um espaço coletivo”

Em reunião de 19 de junho de 1984 foi discutido um outro texto, “Uma proposta de criação de um espaço coletivo”, escrito por Renata Tennenbaum (Cromberg), aluna do quarto ano. Além de fazer propostas concretas de organização – como comissões de publicação, eventos e finanças, articuladas a grupos de trabalhos – o texto discutia as relações entre saber e poder: “Muitos se têm queixado a respeito da ambigüidade do poder dentro do curso. Da aparência democrática, das decisões que são tomadas em um lugar e aparecem como sendo tomadas em outro, das duplas mensagens, seduções, etc. Queixas estas que não são impropriedades, já que trazem um sentimento de frustração, impotência e esfacelamento frente às tentativas de se mudar ou reestruturar assuntos ligados ao curso, apesar, e isso é muito triste, de nos sentirmos entre pares”.¹²

E continua o texto de Renata: “O lado problemático da ambigüidade do poder no curso de psicanálise se deve justamente ao fato de que, até o momento, a discussão da formação em psicanálise está limitada por uma estrutura de ensino particular: o curso. (...) Ele tem sido uma experiência extremamente rica, pelo menos para mim, de aprendizado e formação. Mas, ao mesmo tempo, tem-se defrontado com questões que extrapolam as suas possibilidades”.¹³ Em uma relação professor/aluno, ressalta ela, “falar de uma produção democrática de produção de saber, se não é mentira, tem que ser tomada dentro das limitações oferecidas pela maneira como o curso se estrutura”.¹⁴

Na reunião, alguns professores expuseram divergências em relação a esta posição. Silvia Alonso argumentava que haviam espaços democráticos no curso, ressaltando que “a dificuldade de funcionamento democrático está ligada à própria história de que participamos, que nos coloca como ignorantes de uma

prática democrática”.¹⁵ Conforme Mario Fuks, o texto ignoraria o fato de o curso estar inserido dentro de uma instituição e desconheceria a estrutura do Sedes. Mas, como ele ressaltou, o texto traz uma contribuição importante ao fazer propostas concretas e ao colocar “no lugar central a idéia de produção e deixar um pouco de lado, o que é bom, a questão da formação”.¹⁶

Dissolução do conselho

As discussões e questionamentos se ampliaram e culminaram com a dissolução do conselho do curso e com a suspensão de todas as atividades regulares, inclusive todos os cursos, no segundo semestre de 1984, e a convocação de uma série de assembléias.¹⁷ A discussão se concentrou em três eixos: a clínica, o departamento e o curso.¹⁸ Foi discutido o projeto do departamento, seus princípios, sua organização e seus estatutos, a atuação na clínica, a reformulação do currículo e a organização do curso.

Quanto ao departamento, em outubro os alunos do quarto ano colocaram a necessidade de explicitar o projeto em uma reunião, cuja ata recupera o clima de debates naquele momento: “Esta crise é o primeiro momento verdadeiro do 4º ano aqui no Sedes. Ninguém acredita em co-gestão neste momento. A crise foi boa para fazer ‘pipocar’ o Conselho, com seu esquema falso. Há a vivência de que deve vir dos professores esta explicitação do projeto”.¹⁹ Renata Cromberg ponderava: “Neste momento, não se concorda com a imposição de uma estrutura de co-gestão. Agora está havendo explicitação de diferenças. O grupo que segura o curso é o dos professores. Tem que haver uma proposta, uma bandeira. Ex.: documento da Coordenadoria contém um projeto do curso, que poderia ser desenvolvido. Não há projeto feito, apenas declarações de intenções. Deve haver, neste momento, algo centralizador, e este deve ser o projeto, mesmo que para ser criticado e discutido. Os professores devem fazer um projeto básico que sirva de entrada para a discussão”.²⁰

Regina Chnaiderman argumentou: “O projeto prevê exatamente isto que está ocorrendo: discussão livre. Não houve golpe de Estado, isto é fruto do projeto. O projeto precisa de renovação porque funcionou. Eterno questionamento faz parte do projeto”.²¹ Alguns integrantes ponderaram que, embora existisse um discurso deprimido, falando de fracassos, o fato é que as pessoas

Carta convocando os alunos a participar da criação do departamento, discussão que culminará com a dissolução do Conselho e suspensão das atividades, 1984.

CARTA ABERTA DO 3º ANO AOS ALUNOS DO CURSO

DE PSICANÁLISE DO SEDES

Nós, alunos do 3º ano, temos sentido a necessidade de discutir a nossa participação nas questões pertinentes ao curso, a Clínica, a criação do Departamento, e a formação de analista.

Apesar de estarmos nos reunindo toda primeira quinta-feira de cada mês, percebemos que as nossas discussões sobre as questões de curso, tanto quanto nossa participação no Conselho tem sido insatisfatória. Os representantes não tem trazido as questões com tempo hábil para discutir e encaminhar as decisões no Conselho isto ocorre, tanto a nível de classe, quanto ao conjunto dos alunos. Por exemplo, o convênio realizado entre a Coordenadoria de Saúde Mental do Estado de São Paulo, com o DEPARTAMENTO DE PSICANÁLISE DO SEDES, que foi encaminhado e implementado sem que os representantes tivessem levado esta questão para as classes e sem que os alunos tivessem tirado qualquer posição para ser votado no Conselho.

Isto advém da nossa desorganização, dada a inexistência de reuniões dos representantes de classe as gerais dos alunos tendo como consequência a falta de representatividade e legitimidade dos representantes assim como, a falta de propostas concretas no sentido de garantir a paridade, as diferenças, as divergências políticas e a possibilidade de polemizar as questões que dizem respeito a Psicanálise. A própria criação do Departamento não deve ser dada sem a participação organizada dos alunos por ser uma questão fundamental na nossa formação.

Considerando esta avaliação, convidamos os colegas a discutirem por classe e depois conjuntamente, a nossa participação no curso e na criação do Departamento.

Para isto, o 3º ano propõe que na primeira quinta-feira de maio (no horário da aula teórica) ocorra um encontro de todos os alunos para iniciarmos este processo de discussão e articulação.

ENCONTRO: 03/05/84 às 20:00 hs NA SALA 1

Alunos do 3º Ano

estavam participando e discutindo. Segundo o registro das atas, a “análise fria do curso é necessária. O que complica é a diversificação das instâncias, o ‘algo a mais’ que diferencia o nosso curso. O Conselho descambou quando começou a aparecer a Clínica, a Coordenadoria etc. Não houve vivência de passividade, ao contrário, muito investimento criativo, a decepção é fruto da repetição e das ladainhas”.²²

“Linhas Gerais do Nosso Projeto de Ensino”

Como resposta à exigência colocada nas assembléias de que o corpo docente se posicionasse e definisse o projeto, os professores do curso produziram dois documentos em novembro de 1984, um sobre o curso e outro sobre o departamento. Em “Linhas Gerais do Nosso Projeto de Ensino”, apresentam os princípios ideológicos que regem o curso, como o projeto se reflete na sua concepção, como este está organizado e discutem questões como autorização e reconhecimento, linhas teóricas e trabalho institucional.

Os docentes reiteram a inserção do departamento no Sedes e destacam a “Carta de Princípios” como parâmetro. Conforme o documento: “Nosso curso não deve ser um lugar de simples veiculação e repetição de conhecimentos, mas um lugar de reflexão e discussão do saber instituído e da realidade social, nos quais está inserido. Em relação às metas e concepção de trabalho, queremos colaborar em tudo aquilo que promova a emancipação popular e traga elementos à transformação social. Entendemos que toda atividade desenvolvida é política, seja através do nosso compromisso responsável, seja do assim chamado descompromisso – este implica uma postura, definida politicamente, para que nada mude e se mantenha o *status quo*. Mas, neste sentido, não confundimos político com partidário. Dada a especificidade de nossa tarefa, podemos colaborar ou não neste processo de transformação; a reflexão teórica nos permite situar a psicanálise numa posição de questionamento do ambiente ideológico em que ela se realiza, e esta reflexão não apresenta interesse meramente acadêmico, mas visa construir ferramentas conceituais que nos permitam conhecer os sistemas de sobredeterminação que seguem os comportamentos humanos. Abrir o pensamento psicanalítico a outras questões, assumir-se como terapeuta comprometido com a realidade social, marca uma

opção de projeto formativo, em contraposição a um analista que por definição não deve assumir compromissos, pretendendo ignorar desse modo a sua condição de agente reprodutor do sistema.”²³

Os docentes defendem ainda o conselho do curso: “Um dos primeiros motivos de ruptura dentro do nosso curso, ele questionou a possibilidade do poder autoritário da direção e se propôs a levá-lo em frente com a participação de todos os membros”.²⁴ Segundo o documento dos professores, os debates eram o resultado de um constante questionamento e de abertura às discussões realizadas em uma instituição ativa e em constante movimento: “As estruturas verticais e estagnadas criam uma ilusão de respaldo e firmeza, que esconde a insegurança que subjaz a toda situação de dependência”.

“Algumas idéias sobre o departamento”

Em “Algumas idéias sobre o departamento”, o corpo docente do curso de psicanálise apresenta sua argumentação a favor do departamento. O documento está transcrito na íntegra:

“O departamento se propõe a promover e desenvolver trabalhos no campo psicanalítico, em todas as dimensões que supõe a complexidade de sua prática (teórica, metodológica, técnica, clínica, epistemológica, ideológica, político-institucional, formativa) levando em conta o contexto histórico-social no qual a dita prática se inscreve, tanto desde a perspectiva pela qual este tende a sobre-determiná-la, quanto ao exame das possibilidades de sua incidência transformadora sobre o mesmo. Toma neste sentido como instrumento de análise e referência para a ação a Carta de Princípios do Sedes, considerando-a como ponto de partida e não como instância limite omnicompreensiva de todas as questões a serem processadas.

“Agrupa potencialmente todos aqueles que, com diferentes graus de formação e experiência no campo psicanalítico, participaram e participam atualmente das atividades do Curso de Psicanálise, quaisquer que sejam seus papéis (professor, aluno, supervisor de clínica etc.) que no mesmo desempenhem ou desempenharam.

“Procura constituir um espaço orgânico de pertinência e ação para aqueles que, interessados em continuar o trabalho iniciado no curso, têm se reunido espontaneamente em grupos de estudo, investigação teórica, clínica ou de outra ordem, tentando permanecer ligados ao Sedes, assim como promover atividades que possibilitem uma inserção para os que estão desligados. Configura-se igualmente como um espaço para aqueles que não tendo passado pelo Sedes até agora, identificam-se com sua proposta e estão dispostos a contribuir para o desenvolvimento da mesma. A modalidade de sua entrada e inserção deverá ser objeto de discussão por parte da instância que vai elaborar o estatuto e regimento do departamento.

“Entendemos a formação do analista como necessariamente permanente, e a totalidade das atividades do departamento como espaço para o desenvolvimento da mesma, mesmo não tendo as características técnico-organizativas (requisitos básicos, papéis professor-aluno, contrato econômico etc.) da estrutura curso.

“Entendemos que este deve manter-se como uma das atividades do departamento, aquela que poderia corresponder a uma formação inicial.

“Uma delimitação clara das tarefas e das funções de cada atividade do departamento, assim como de seus mecanismos de gestão, possibilitará um trabalho e uma articulação produtiva dentro de, e entre, as diversas atividades, assim como a circulação e o revezamento periódico nas mesmas por parte de todos os membros do departamento.

“Trata-se de uma instância que acreditamos nova e inovadora dentro do Sedes. A estrutura de ‘Curso’, com a divisão técnico-funcional-econômica de papéis aluno e professor, facilita uma divisão hierárquica. Apesar das tentativas permanentes de democratizar e dinamizar, de instituir sistemas de co-gestão, de processar esta diferença tanto desde o questionamento ideológico global de todo tipo de ensino autoritário, vertical e hierarquizante como desde a perspectiva da elaboração crítica teórico-epistemológica, que a psicanálise promove com respeito à questão do saber e do poder (em todas as discussões de sua prática e mais além da mesma), entendemos que existe uma desigualdade dada por uma temporalidade e pertinência diferentes para uns e para outros.

“Nesta nova perspectiva, quem entra no departamento, entra já para trabalhar em psicanálise, compartilha esta condição com todos os outros e entende seu trabalho como parte de um trabalho coletivo.

“Esta modalidade de inserção pode proporcionar, além de uma produtividade maior para o conjunto, um suporte mais adequado, para a elaboração individual marcada por uma temporalidade e uma história pessoal, pelas características específicas da formação psicanalítica aberta, mas não limitada ao conhecido tripé, pelo jogo intersubjetivo de identificação e reconhecimentos, todos eles requeridos para que o agente desta prática possa chegar a se assumir como tal.

São Paulo, 8 de novembro de 1984.

Documento elaborado pelo Corpo Docente do Curso de Psicanálise: Alcimar Alves de Souza Lima, Ana Maria Sigal, Alejandro Viviani, Cecilia Hirschzon, Janete Frochtengarten, Joana Helena C. Ferraz, Lucia Barbero Fuks, Márcia Arantes, Mario Fuks, Miriam Chnaiderman, Regina Chnaiderman, Renato Mezan, Silvia Alonso e Wilson de Campos Vieira.”

Ato de fundação

O período das discussões a respeito do departamento coincidiu com um fato difícil e triste para todos: a doença de Regina Chnaiderman, cuja presença era central no departamento e na liderança do grupo. Em outubro de 1983, Regina adoeceu e pediu licença de suas funções no departamento para tratar-se de câncer. No primeiro semestre de 1984 ela retomou as aulas e as supervisões. Mas em agosto daquele ano, sentindo-se muito fraca pediu para ser substituída, continuando a participar das atividades do departamento quando possível.²⁵ A piora em seu estado de saúde e o desejo de todos de que ela estivesse presente no ato de fundação do departamento que ela sonhou, pelo qual lutou e que ajudou a criar, precipitou os acontecimentos.

Conforme a lembrança de Maria Ângela Santa Cruz: “A última assembleia ocorrida no ano de 1984 no Sedes, convocada por alunos e professores do curso de psicanálise, resultante de um fértil percurso de debates, questionamentos, reflexões, foi um marco importante na trajetória do que viria a se constituir como Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Na verdade, teve um caráter de *ato de fundação*. Todos sabíamos que esta talvez fosse a última assembleia da qual Regina Chnaiderman pudesse participar. Já bastante

doente, em cadeira de rodas, Regina, ainda assim, acompanhava – com visível satisfação – os relatos elaborados a partir das inúmeras discussões que fariam o Curso de Psicanálise se modificar, mais uma vez, e que apontavam para a criação do Departamento de Psicanálise como espaço desejável e possível para a concretização de muitos dos sonhos que por ali circulavam. No final dessa assembleia, sugeriu-se a criação de uma comissão, composta por professores e alunos, que ficaria encarregada da elaboração dos princípios e estatutos do departamento tão ansiado”.²⁶

Assim, na última assembleia de 1984, alunos, ex-alunos e professores votaram pela fundação do Departamento de Psicanálise em caráter provisório, até a redação e aprovação dos estatutos. Nessa mesma assembleia se constituiu uma comissão para redigir os estatutos, centralizando as sugestões.

Em 21 de janeiro de 1985, Regina Chnaiderman faleceu, aos 61 anos de idade. Conforme texto de Vivien Lando: “Todos são unânimes ao enfatizar que, acima de sua indiscutível inteligência, sabedoria e informação, Regina Chnaiderman foi um arsenal de generosidade, ao qual todos, nos piores e melhores momentos, puderam recorrer e foram recebidos, literalmente, de braços abertos. Mais do que qualquer atuação ou ideologia, será o carinho sempre atento à lacuna aberta no centro das centenas de pensamentos e pensadores controvérsicos que Regina conseguiu reunir em torno de si”.²⁷

Betty Milan, por sua vez, escreveu: “Regina fazia tudo à sua moda, era única e vai faltar. Ninguém pode ser como ela; pode, no entanto, se valer do exemplo, cultivar a diferença e a tolerância. Quem foi ao enterro viu que ela reunia amigos ‘dísparos’. Os gregos e troianos, por assim dizer, foram se despedir dela. Ali estavam intelectuais, analistas de todos os grupos e de diversas nacionalidades. Ali estavam congregados os membros de uma tribo nascida do amor, a tribo da Regina”.²⁸

Nas palavras de Renato Mezan: “Com ela, eu e outros aprendemos que uma associação entre psicanalistas não está necessariamente fadada a produzir esclerose teórica e servidão transferencial, nem resultar em incapacidade para conviver com a diferença e em tendência insopitável à secessão. Escreveu pouco; era uma maga da fala, da luminosidade e da sombra inerente à palavra



Regina Chnaiderman,
1948.

erotizada. A lembrança que deixou para os que a conheceram foi a de uma mulher em cujo caráter a exigência poderia ser temperada pela doçura, em cujo pensamento o rigor abraçava a fantasia, e em cujos afetos a tenacidade era tingida pela sedução”.²⁹

“Alunos fundadores” e a Comissão de Implantação

A comissão que se constituiu na assembléia do final do ano de 1984 foi modificada até se estabilizar com um número constante de participantes.³⁰ Essa comissão foi inicialmente constituída por Ana Maria Rodrigues da Costa, João Luiz Sesso, Luciana Sadala de Ávila, Maria Ângela Santa Cruz, Maria Auxiliadora Vidigal (Pituca), Maria Cristina Ocariz, Maria de Fátima Vicente, Maria Laurinda R. Souza, Miriam Chnaiderman, Silvia Alonso, Tera Leopoldi e Wilson de Campos Vieira.³¹ No segundo semestre, com a formação de uma nova comissão de implantação, deixaram o grupo Ana Maria R. Costa e Wilson de Campos Vieira e passaram a integrá-lo Helena Mange Grinover, Luiza Helena Gonçalves, Renata Tennenbaum (Cromberg), Marina Massi e Stella Maris Chebli.

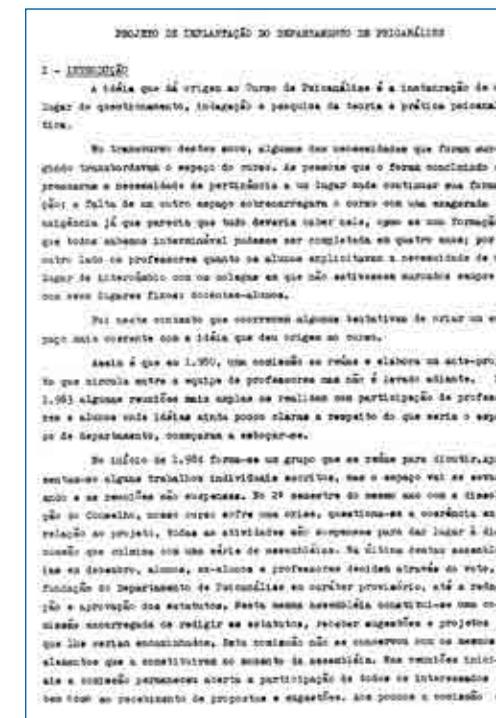
Esse grupo era constituído em grande parte por alunos e ex-alunos; apenas Miriam, Silvia, Wilson e Maria Cristina eram docentes. Os participantes das discussões em torno da formalização de um estatuto eram, em sua maioria, profissionais engajados politicamente, com experiência de trabalho em centros comunitários e outros marcos sociais e que procuraram no Sedes uma inserção institucional, conforme o capítulo 5.

Maria Laurinda R. Souza recorda: “A cisão ocorrida em 1980 foi antecedida por uma série de discussões e assembléias nas quais as questões da formação e da inserção política estiveram sempre presentes. Fazer parte do grupo coordenado por Regina Chnaiderman era apostar no exercício de uma psicanálise que pudesse extrapolar o âmbito do consultório, contestar os enquistamentos institucionais e discutir as possibilidades de inserção em práticas institucionais inovadoras. Quando, no final de 1984, se oficializou o surgimento do Departamento de Psicanálise, essas idéias continuavam presentes e se faziam vivas na prática interna desta instituição. Queríamos um lugar de formação contínua, de reconhecimento, de pertinência, de intervenção nas práticas terapêuticas oficiais, de horizontalidade nas relações e de gestão democrática.

Um lugar que pudesse se manter instituinte e produzir muitas derivações; como um sonho. Afinal, em uma das reuniões onde se discutia a formação do departamento, Regina Chnaiderman havia proposto que cada um explicitasse, no espaço coletivo, o sonho que imaginava para o departamento. Apostamos que esse seria um bom começo”.

A Comissão de Implantação se reuniu sistematicamente, trabalhando todos os sábados durante o primeiro semestre de 1985, para delinear o projeto de funcionamento do departamento. Os integrantes da comissão pesquisaram outras instituições de formação psicanalítica para conhecer modos de funcionamento, regulamentos e critérios de pertinência.³² Não tendo encontrado um modelo que julgassem adequado, elaboraram um projeto próprio. “Pensamos, assim, prosseguir na busca de um espaço singular de formação e pertinência, que se estabeleça com uma identidade e não apenas como um grupo de contraposição à outra estrutura institucional”, registrou a comissão.³³ Como a assembléia havia estipulado um prazo para a conclusão do trabalho, foi convocada uma jornada para 10 de agosto de 1985, para “informar sobre o trabalho realizado pela comissão; compartilhar com o conjunto as idéias surgidas em nosso trabalho e decidir de que maneira se continuará o trabalho”.³⁴

A proposta foi sistematizada em quatro eixos: Princípios e Finalidades; Membros; Atividades e Formas de Gestão. Em versões manuscritas, rascunhos do texto final, havia uma tentativa de definição do que é a psicanálise – “O que entendemos por psicanálise” – que não constou no texto apresentado.³⁵ A proposta foi discutida na assembléia de 10 de agosto de 1985. Alguns itens foram aprovados, outros mostraram a necessidade de novas discussões e nova assembléia foi marcada para 21 de setembro, além de duas reuniões para aprofundar as discussões (29 de agosto e 19 de setembro), quando se reformulou a Comissão de Implantação para continuar a elaboração do estatuto e apresentar a nova versão em dezembro.



Relatório da Comissão de Implantação do departamento retoma o percurso percorrido e descreve o trabalho realizado, agosto de 1985.

A primeira comissão apresentou o que considerava como princípios e finalidades do departamento. Suas propostas foram aceitas praticamente sem alterações e incorporadas no regulamento interno. “O Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae é concebido como um espaço no qual um grupo de psicanalistas preocupados com a produção no âmbito da psicanálise, concordantes com os princípios fundamentais que regem a instituição Sedes, se reúne a fim de trocar idéias que enriquecem sua formação teórica e revertem em benefícios de sua prática clínica”³⁶, definia o documento como primeiro item. Depois: “O departamento se propõe como lugar de pertinência para seus membros. A idéia é que esta pertinência não seja uma simples filiação, senão que seus membros sejam ativos e participantes”³⁷. A necessidade de ser “ativo e participante” foi questionada na assembléia de agosto, mas acabou aprovada em dezembro. “A produção é o princípio fundamental em torno do qual o departamento deve organizar-se. É na produção constante que a psicanálise realiza seu desenvolvimento teórico, a reflexão sobre a prática clínica, o repensar nosso lugar como psicanalistas, assim como o repensar permanente da instituição a qual pertencemos”³⁸. O departamento é definido como um lugar de mútuo reconhecimento – não de autorização – onde convivem as diversas linhas teóricas, em que “cada membro exerça suas possibilidades criativas e sua individualidade”.

A comissão retomava alguns aspectos da “Carta de Princípios”, que foi posteriormente estruturada em um item: “O departamento se propõe a promover e desenvolver trabalhos no campo psicanalítico, em todas as dimensões que supõem a complexidade de sua prática (teórica, metodológica, político-institucional, formativa), levando em conta o contexto histórico-social na qual esta prática se inscreve. Entendemos que o contexto histórico-social sobredetermina a prática psicanalítica, e que esta pode incidir transformando o mesmo. Neste sentido, é princípio do departamento não cair no cientificismo neutro, nem tampouco numa prática apolítica”³⁹. Um aspecto que foi acrescentado depois das discussões na assembléia foi a diretriz de que o departamento deveria ser um espaço de articulação da psicanálise com outros campos do conhecimento.⁴⁰

Quem é membro do departamento

Definir quem é membro do departamento se mostrou um item controverso. A comissão de implantação considerava: “Entendemos que a pertinência institucional que se pretende para este departamento não é a pertinência pela identificação a modelos, mas a pertinência que só se efetiva e se reconhece pela produção de seus membros”. A partir disso, propõe: “Todos aqueles que desejem participar do departamento explicitem seu desejo de pertinência e sua forma de contribuição a ele, através de um trabalho a ser apresentado para uma comissão eleita para esta função específica”⁴¹.

“Considerando a produção como ponto central do departamento que está sendo proposto, neste momento de implantação é necessário que cada uma das pessoas que compõe este departamento em formação apresente seu pedido de pertinência, e sua proposta de inserção em alguma atividade. A partir disso, se constituirá em membro aspirante, com direito a votar os estatutos do departamento.” Depois da aprovação final de todos os itens dos estatutos, os membros apresentariam um trabalho passando a membros efetivos.

Durante a assembléia de agosto de 1985, esses pontos foram discutidos intensamente, não havendo consenso. A discussão se dava em torno de vários itens, sendo central o debate se a produção deveria ser determinante para a pertinência. Um grupo defendia a filiação de todos os alunos, ex-alunos e professores que o desejassem, sem o compromisso de uma participação ativa no departamento. Também a diferença entre membros efetivos e aspirantes foi questionada, sendo defendida a supressão da diferença. Alguns defenderam a abertura do departamento a outros profissionais – não-psicanalistas – desde que de acordo com os princípios do departamento.⁴²

Após a assembléia, os membros da Comissão de Implantação se posicionaram defendendo que apresentar um pedido de pertinência era “a oportunidade de cada um expressar sua singularidade de participação e a explicitação pública da assunção do duplo compromisso implicado na pertinência”⁴³, ou seja, o compromisso com a discussão e a reflexão constante da prática e da teoria e o compromisso político implicado em estar inserido no Sedes. Por isso, a inserção não poderia ser automática, nem o pedido substituído por uma

Formulário de pedido de pertinência para alunos, ex-alunos e professores interessados e assumindo o compromisso de se vincular a uma atividade do departamento, 1986.

simples ficha de filiação, “o que apontaria para um modo burocrático de compreender este requisito”, no entendimento dessa comissão.⁴⁴

Esse grupo argumentava que os alunos do curso não estavam necessariamente interessados ou identificados com o projeto do departamento. Segundo a comissão: “Do ponto de vista do curso, parece enriquecedor poder contar com uma população de alunos bastante heterogênea. O Curso de Psicanálise do Sedes, com todas as suas falhas e contradições, vem cumprindo uma importante função na formação de profissionais de saúde mental ao longo destes anos, em São Paulo. Entendemos que esta função deve continuar a ser cumprida cada vez mais eficaz e amplamente, e que seria uma restrição a essa função tornar automática e compulsória a adesão de todos os alunos ao Departamento de Psicanálise”.⁴⁵

Uma solução temporária foi alcançada: até o fim de 1986 seriam aceitos os pedidos de pertinência de qualquer aluno, ex-aluno ou professor interessado que tivesse

o compromisso de se vincular a uma atividade do departamento. Depois de 1987, na vigência do estatuto, valeriam os (novos) critérios a serem definidos. Assim, os pedidos de pertinência começaram a ser recebidos a partir da assembleia de agosto de 1985, sendo o pedido considerado requisito para participar das assembleias a partir de dezembro de 1985.⁴⁶

Formas de gestão

Na assembleia de agosto de 1985 não ficou resolvida como seria a forma de gestão do departamento. A proposta apresentada dividia a gestão entre uma Comissão Coordenadora Geral (CCG), com poder de coordenação, e as assembleias, compostas pela totalidade dos membros e com poder decisório. A CCG seria eleita e teria “a incumbência de operacionalizar e efetivar o que foi votado na assembleia” e “articular todas as atividades existentes no Departamento”.⁴⁷

Ressaltando que a formação do analista é complexa e interminável e que o espaço do departamento deveria propiciar a produção rigorosa, mas não dogmática, dentro das diferentes linhas teóricas e nos diversos setores possíveis de intervenção clínica, a Comissão de Implantação propôs, em agosto de 1985, a criação de seis setores: Publicações, Divulgação e Registro; Curso; Atividades Clínicas; Setor de Grupos de Estudos; Setor de Atividades de Intervenção em outras Instituições (clínica e formativa) e Setor de Conferências e Fórum de Debates.⁴⁸

Depois de agosto, conforme foram sendo feitos os pedidos de pertinência, com suas escolhas, os setores começaram a se organizar e cada um deles começou a elaborar suas normas internas de funcionamento, alguns inclusive modificando a própria denominação. Entre agosto e setembro de 1985, 75 pessoas se inscreveram no departamento, especificando em que atividades gostariam de se inserir (12 pessoas não especificaram sua opção por algum setor e tiveram seus pedidos devolvidos para serem preenchidos).

Foi marcada uma jornada específica para discutir a forma de gestão em 9 de novembro de 1985.⁴⁹ Na assembleia de dezembro ficou decidido que a CCG seria composta de nove membros, três eleitos diretamente na assembleia e seis indicados como representantes pelos setores e referendados pela assembleia. Na proposta apresentada pela comissão em dezembro, o Setor de Publicações fazia parte da CCG, já que foi entendido como o eixo central de comunicação entre as produções dos diversos setores.⁵⁰ Mas esta estrutura não foi aprovada e o Setor de Publicações foi definido como autônomo.

Na jornada de 24 de abril de 1986 concluiu-se a votação do regulamento interno do Departamento de Psicanálise. “Tal como fora redigido no anteprojeto elaborado paulatinamente durante o ano de 1985, foram definidos os princípios e finalidades do departamento, membros, atividades e forma de gestão.”⁵¹ Nessa jornada se definiu a CCG, formada por representantes dos setores em funcionamento, “membros convocadores dos setores em etapa de implementação” e três membros escolhidos em assembleia: Janete Frochtengarten (Setor Curso), Tera Leopoldi (Setor Seminários Clínicos e Grupos de Estudos), Maria Ângela Santa Cruz (Setor Instituição e Saúde Mental), Nelson Bushatsky (Setor de Publicações), Márcia Arantes (Setor de Atividades Clínicas desenvolvidas pelos membros do Departamento de Psicanálise na Clínica do Sedes),

João Luiz Sesso (Setor Fórum de Debates), Maria Cristina Ocariz, Maria Laurinda R. de Souza e Maria Auxiliadora Vidigal (Pituca) eleitas na assembléia.⁵²

A constituição da CCG – com um representante de cada setor e três membros autônomos eleitos – foi pensada de forma a conciliar a autonomia dos setores com uma política geral, coerente e harmoniosa.

Logo após essa jornada, foi enviada uma carta a todos aqueles que haviam feito pedido de pertinência e comunicando a “contribuição anual” estipulada.⁵³ Em 1987, na aula inaugural do curso, a Comissão de Coordenação Geral afirmou: “Dissemos que havia um sonho para o Departamento. Na realidade, ou na fantasia, haviam vários sonhos; alguns se manifestaram, outros continuam latentes. Em alguns momentos tivemos dificuldades econômicas, em outros, dinâmicas. Entendemos que tudo isto faz parte da procura de um lugar, de um espaço que, embora coletivo, possa respeitar a inserção de todos aqueles que o desejarem constituir. Contamos que todos possamos fazê-lo”.⁵⁴

Notas

1. Ata manuscrita de reunião para discussão do Departamento, dezembro de 1983.
2. Ata manuscrita de reunião para discussão do Departamento, dezembro de 1983.
3. Ata manuscrita de reunião para discussão do Departamento, maio de 1984.
4. Caderno de Atas das reuniões de Conselho, Professores e Departamento, 1983/1984.
5. “Carta aberta do 3º ano aos alunos do curso de Psicanálise do Sedes”, abril de 1984.
6. Ata manuscrita de Reunião para discussão do Departamento, maio de 1984.
7. CHNAIDERMAN, Regina. “O que deverá ser o Departamento de Psicanálise?”, mimeo, 1984.
8. CHNAIDERMAN, Regina. “O que deverá ser o Departamento de Psicanálise?”, mimeo, 1984.
9. CHNAIDERMAN, Regina. “O que deverá ser o Departamento de Psicanálise?”, mimeo, 1984.
10. CHNAIDERMAN, Regina. “O que deverá ser o Departamento de Psicanálise?”, mimeo, 1984.
11. Ata manuscrita de reunião para discussão do Departamento, 6 de junho de 1984.
12. TENNENBAUM, Renata. “Uma proposta de criação de um espaço coletivo”, mimeo, 1984.
13. TENNENBAUM, Renata. “Uma proposta de criação de um espaço coletivo”, mimeo, 1984.
14. TENNENBAUM, Renata. “Uma proposta de criação de um espaço coletivo”, mimeo, 1984.
15. Ata manuscrita de reunião para discussão do Departamento, 19 de junho de 1984.
16. Ata manuscrita de reunião para discussão do Departamento, 19 de junho de 1984.
17. “Projeto de Implantação do Departamento de Psicanálise”, 10 de agosto de 1985.
18. Carta da “Comissão do Departamento” propondo jornada, 1º de julho de 1985.
19. Ata manuscrita de reunião para discussão do Departamento, 25 de outubro de 1984.
20. Ata manuscrita de reunião para discussão do Departamento, 25 de outubro de 1984.
21. Ata manuscrita de reunião para discussão do Departamento, 25 de outubro de 1984.
22. Ata manuscrita de reunião para discussão do Departamento, 25 de outubro de 1984.
23. “Linhas Gerais do Nosso Projeto de Ensino”, Corpo Docente do Curso de Psicanálise, 7 de novembro de 1984.
24. “Linhas Gerais do Nosso Projeto de Ensino”, Corpo Docente do Curso de Psicanálise, 7 de novembro de 1984.
25. Caderno de Atas das Reuniões de Conselho, Professores e Departamento, outubro de 1983 a março de 1985.
26. CRUZ, Maria Ângela Santa. “Psicanalistas... Para quê?”. In: *A Reflexão do ‘já percorrido’ e o debate do ‘a percorrer’*, I Congresso Interno, Departamento de Psicanálise, Sedes Sapientiae, jun/set 1994.
27. LANDO, Vivien. “Regina uniu cabeças e corações”, *Folha de S.Paulo*, Ilustrada, 30/01/1985, p. 39.
28. MILAN, Betty. “Uma grande mãe e anfitriã nata”, *Folha de S.Paulo*, Ilustrada, 30/01/1985, p. 39.
29. MEZAN, Renato. “Prefácio”. In: *A Vingança da Esfinge: Ensaios de Psicanálise* (3ª ed.), São Paulo, Casa do Psicólogo, 2002, p. 20.
30. “Projeto de Implantação do Departamento de Psicanálise”, 10 de agosto de 1985.
31. “Projeto de Implantação do Departamento de Psicanálise”, 10 de agosto de 1985.
32. Versões originais manuscritas do documento “Projeto de Implantação do Departamento de Psicanálise”, 1º semestre de 1985.
33. “Projeto de Implantação do Departamento de Psicanálise”, 10 de agosto de 1985.
34. “Projeto de Implantação do Departamento de Psicanálise”, 10 de agosto de 1985.
35. Versões originais manuscritas do documento “Projeto de Implantação do Departamento de Psicanálise”, 1º semestre de 1985.
36. “Projeto de Implantação do Departamento de Psicanálise”, 10 de agosto de 1985 e “Departamento de Psicanálise – regulamento interno”, Comissão Provisória, março de 1986.
37. “Projeto de Implantação do Departamento de Psicanálise”, 10 de agosto de 1985.
38. “Projeto de Implantação do Departamento de Psicanálise”, 10 de agosto de 1985.
39. “Departamento de Psicanálise – regulamento interno”, Comissão Provisória, março de 1986.
40. “Departamento de Psicanálise – regulamento interno”, Comissão Provisória, março de 1986.
41. “Projeto de Implantação do Departamento de Psicanálise”, 10 de agosto de 1985.
42. Documento sobre a Assembléia de 10/08/85, 29 de agosto de 1985.
43. “Sobre a condição de ser membro”, Comissão de Implantação do Departamento, 19 de setembro de 1985.
44. “Sobre a condição de ser membro”, Comissão de Implantação do Departamento, 19 de setembro de 1985.
45. “Sobre a condição de ser membro”, Comissão de Implantação do Departamento, 19 de setembro de 1985.
46. Original manuscrito da carta enviada aos membros do Departamento pela Comissão de Implantação, 28 de outubro de 1985.
47. “Projeto de Implantação do Departamento de Psicanálise”, 10 de agosto de 1985.
48. Documento sobre a Assembléia de 10/08/85, 29 de agosto de 1985.
49. Ata da Jornada de 21 de setembro de 1985.
50. “Projeto de Implantação do Departamento de Psicanálise”, 10 de agosto de 1985.
51. Carta aos membros do Departamento, CCG, após a Jornada de 24/4/1986.
52. Carta aos membros do Departamento, CCG, após a Jornada de 24/4/1986.
53. Carta aos membros do Departamento, CCG, após a Jornada de 24/4/1986.
54. Relatório das atividades, Comissão de Coordenação Geral, 27/3/1987.

9

Estruturando os setores do departamento



PÁGINA ANTERIOR

Ilustração do primeiro número do Jornal do departamento, 1985.

DIREITA

Os diversos logotipos do Boletim, publicação que durante dez anos informou sobre as atividades dos membros dentro e fora do departamento, 1990 a 2000.



Na segunda metade da década de 1980, quando o departamento estava discutindo os aspectos de sua formalização, organização e gestão, os membros que participavam das atividades desenvolvidas começaram a se reorganizar nos diversos setores. Alguns setores se organizaram tendo como objetivo o funcionamento interno do departamento, visando contribuir para a sua efetiva implantação como espaço de interlocução, trocas e elaboração teórica.

Este capítulo se dedicará especialmente aos setores que atuam dentro do instituto e para um público interno: curso, clínica, publicações e eventos, no que se refere às atividades desenvolvidas pelos membros para estimular a participação e formar um espaço coletivo, como o “Espaço Aberto” e as publicações *Jornal* e *Boletim*. Durante esse período, esses setores passaram por importantes reformulações, o curso de psicanálise foi reestruturado e se implantou uma nova forma de participação na clínica do Sedes.

O capítulo seguinte abordará a trajetória dos setores que atuavam externamente: saúde mental e instituições, grupo de estudos, além de publicações e eventos (que trabalhava interna e externamente). As atividades desenvolvidas em todas essas áreas levaram o departamento a chegar aos anos 1990 com uma significativa gama de trabalhos sendo realizados.

Em 1985 os professores começaram a rever mais profundamente a organização curricular do curso. Dez anos haviam se passado desde a organização do

primeiro curso de especialização, o grupo de professores era outro, o campo psicanalítico em São Paulo tornara-se mais diversificado e era necessário se estruturar de forma a consolidar a especificidade do curso e do departamento.

Foram intensos debates sobre currículo, modelo de transmissão de psicanálise, organização do curso, formato dos seminários (teóricos e clínicos) e das supervisões e, em particular, do lugar e função da clínica no curso, no departamento e no Sedes. O departamento buscava incessantemente adequar o modo de transmitir a psicanálise a uma série de reflexões que os professores e membros elaboravam permanentemente sobre a psicanálise. Em paralelo foram criadas publicações, como o *Jornal* e o *Boletim*, para difundir as atividades do departamento, que incluíam importantes eventos.

Setor Curso

Após a cisão de 1979, a estrutura e a organização curricular do curso permaneceram basicamente inalteradas. Em cada ano eram oferecidos: um curso, um seminário teórico e duas supervisões clínicas. No primeiro ano estudava-se “delimitação do campo psicanalítico”, “teoria psicanalítica I (aparelho psíquico e teoria das pulsões)” e “introdução à técnica”; no segundo ano havia “teoria psicanalítica II (Édipo e teoria da angústia)”, “técnica psicanalítica” e “introdução à psicopatologia”; no terceiro ano era oferecido “psicopatologia psicanalítica I (neurose, psicose e perversão)” e no quarto ano, “psicopatologia psicanalítica II (psicose, depressões e psicossomática)”, “determinação social e familiar da doença mental” e “outras abordagens: terapia familiar, grupal, casal, terapia breve” e outras opções.¹ Em 1982, um seminário de epistemologia, ministrado por Luiz Carlos Nogueira, foi incluído no primeiro e no quarto anos.²

Embora predominantemente centrada na obra de Freud, no início da década de 1980 vários textos da escola inglesa (Melanie Klein, Bion, Paula Heimann, Rosenfeld e outros) estavam presentes na bibliografia das aulas teóricas e seminários teóricos do segundo e terceiro anos, junto com autores diversos, como Ernest Kriss, Winnicott e Lacan.³ No primeiro semestre do terceiro ano, por exemplo, o programa do curso teórico era constituído por “De Freud a Klein” e, no segundo semestre, por “Considerações acerca da psicose em Freud e Lacan”.⁴

Conforme Janete Frochtengarten: “Quando participei do curso como aluna, ainda antes da cisão, havia na bibliografia vários textos de Melanie Klein e outros autores da escola inglesa, exceto Bion, que nunca foi estudado neste curso. Quando eu comecei a dar aulas, ainda se utilizava alguns textos de Klein, mas eram poucos e começou a haver uma certa resistência dos alunos em relação a eles. A presença da escola inglesa foi gradativamente desaparecendo e foi crescendo a presença de uma psicanálise freudiana francesa, não só pela entrada de alguns professores com formação na França ou com uma opção mais próxima de Lacan, mas como uma transformação do grupo do departamento nesta direção”.

Quando os docentes redigiram o documento “Linhas Gerais do Nosso Projeto”, no final de 1984, ressaltavam a importância de uma formação teórica e técnica de qualidade, mas enfatizavam a necessidade de uma formação que fosse além da técnica, do método e da teoria. “Propomo-nos a pensar sobre os conceitos de cura, o alcance da psicanálise, normalidade, poder no processo terapêutico, fundamentação epistemológica, alcance dos conceitos, etc. Pensar sobre os parâmetros que definem nosso trabalho e questionar o que é ‘o psicanalítico’ deve permitir-nos ver a possibilidade e o alcance de nosso corpo teórico no campo da saúde mental tanto pública como privada (consultório). Ampliando esta reflexão, pensamos na possibilidade de levar nosso conhecimento a todas as camadas da população, colaborando com o processo de desalienação e ajudando a criar melhores condições de efeitos transformadores em nossa área específica”.⁵

Mudança curricular

A partir de 1986, quando as modificações começam a ser implantadas, o curso passou a ser apresentado como “núcleo de formação sistemática”, inserido em um projeto mais amplo que “sustenta a possibilidade de uma formação permanente”⁶ – já que a formação psicanalítica é em si interminável. Em outubro de 1986, a comissão de currículo explicava que “tem trabalhado sobre a possibilidade de um novo programa de ensino, mas não enquanto simples reformulação de temas ou seqüência de temas. Tem trabalhado naquilo que fundamenta a nossa visão de transmissão de psicanálise e um possível futuro programa

vem se esboçando a partir daí. Questões como que sentido tem a seriação, que sentido tem a aula teórica, que sentido tem supervisões em grandes grupos, e outras questões na linha de fundamentos têm surgido e têm se imposto privilegiadamente à reflexão”.⁷

As modificações propostas pela comissão curricular, responsável pela reorganização do programa do curso, começaram a ser implantadas em 1986.⁸ A partir daquela data, as supervisões do segundo ao quarto ano não eram mais divididas por ano curricular e os grupos passaram a ser formados a partir da escolha pessoal dos alunos.⁹ Janete Frochtengarten explica: “Como pensávamos (e pensamos) que a clínica não obedece a seriações, os alunos passaram a se agrupar de acordo com suas escolhas, limitadas pelo entrecruzamento com as alternativas possíveis que lhes eram oferecidas – de horário e de supervisores”.¹⁰ Apenas os alunos do primeiro ano permaneceram com supervisões separadas da chamada supervisão geral.

Cada aluno participava de duas supervisões por ano, mas podia substituir uma delas pela supervisão de um paciente atendido na clínica do instituto, que era oferecida em separado e em grupos menores, com três a cinco participantes.

Para Janete, até o ano de 1986 havia uma “ênfase na teoria e no ensino de conteúdos”. Em artigo publicado em 1994, ela escreveu: “Apesar dos desejos em contrário e da presença de duas supervisões, não havia um lugar central na clínica – nem nas condições de ingresso no curso, nem no enfoque da teoria”.¹¹ Ana Maria Sigal esclarece porque só naquele momento foi possível realizar uma reestruturação curricular: “Quando eu entrei, em 1976, o programa já estava montado e em linhas gerais nós o mantivemos, mesmo depois da separação de 1979. Ele foi reestruturado apenas depois, em 1985, porque no início estávamos preocupados em manter o curso, éramos poucos, trabalhamos muito para que a ruptura não levasse à desintegração do curso. Em 1986 se formou uma comissão, da qual participei, e fizemos uma grande modificação; este programa é praticamente a base do que é até hoje”.

Assim como a mudança do nome do curso para psicanálise (em substituição a Psicoterapia de Orientação Psicanalítica) exigiu um certo percurso, também as modificações foram ocorrendo gradativamente. A reformulação curricular foi apresentada aos membros do departamento e aprovada em

assembléia no final de 1986.¹² Naquele ano, a apresentação dos objetivos no catálogo de cursos reproduzia um trecho do texto “Linhas Gerais do Nosso Projeto de Ensino”, elaborado pelo corpo docente em 1984: “Tentamos não ensinar a teoria como dogma que cumpra a função de uma prótese, tentamos não nos iludir com a teoria como um saber instituído. (...) É nosso objetivo que tanto as supervisões quanto os seminários e as aulas teóricas se transformem em lugares onde tenha espaço o pensamento questionador, não impondo a verdade, mas possibilitando que, no exercício da crítica, cada um possa ir encontrando sua própria verdade, testando a coerência interna do discurso teórico e confrontando-o com a prática clínica”.¹³ Em 1987, com o processo já implantado, quando expõe seus objetivos no catálogo de cursos, os verbos são substituídos: “tentamos ensinar” por “ensinamos”; “tentamos não nos iludir” por “não nos iludimos”.¹⁴

Seminário teórico e teórico-clínico

Em 1987 foi implantada outra mudança importante: a modalidade de aula teórica foi suprimida. A aula expositiva para a classe toda deixou de existir, sendo substituída por um seminário teórico em que a classe passou a ser dividida em grupos menores, enfatizando-se as escolhas individuais de cada um, a partir da avaliação de que grupos menores e seminários favorecem a participação dos alunos.

A partir de 1987, cada aluno passou a participar de um seminário teórico e de um seminário teórico-clínico. Os seminários eram realizados em grupos de aproximadamente 15 pessoas e sua modalidade era a discussão em grupo, centrada na leitura e na análise de textos.¹⁵ Segundo Janete Frochtengarten: “Os seminários são focados na clínica, ou seja, num pensar tal que só se encarna quando a clínica dos formadores e dos alunos está intrinsecamente presente. A proposta é a de que, nos temas abordados, a clínica constitua a matéria-prima do pensar (na medida em que é nela e por ela que cada dia ocorre o psicanalítico)”.¹⁶

Silvia Alonso recorda: “As aulas teóricas foram substituídas por seminários por vários motivos. Discutíamos que a formação exige uma leitura mais minuciosa, discutindo e lendo o texto, e em grupos menores a participação é maior.

Houve ganhos, mas também perdas, com o fim das aulas teóricas. A consistência teórica com dois seminários é maior, mas se perdeu a possibilidade de encontro da turma toda. Atualmente as pessoas escolhem os seminários, de forma que podem passar o curso todo sem conhecer metade dos alunos. Este encontro de todos os alunos permitia a discussão dos problemas do curso, das questões da classe, as reivindicações. Hoje, como é mais fragmentado, a participação institucional dos alunos é muito menor. E, como todas as turmas tinham aulas no mesmo horário, havia um encontro informal de todos, alunos e professores, uma vez por semana. Era uma grande festa na quinta-feira. Precisamos encontrar um espaço de encontro da turma toda”.

O fim das aulas teóricas não foi uma decisão unânime no corpo docente. Renato Mezan discordou desta opção: “Na minha opinião, o curso tem que ter aulas. Existe alguém que tem o que dizer, prepara esse conhecimento, organiza e processa esse conteúdo, apresenta-o aos alunos e economiza barbaramente tempo de quem está aprendendo. Eu tive ótimos professores e gosto de uma aula expositiva bem dada. Eu acho que este aspecto mais universitário não deveria ser desperdiçado no Sedes. Constitui um ganho para um trabalho de pesquisa ser apresentado na forma de um curso expositivo, o que poderia ser feito pelo departamento, com tantos profissionais capacitados, inclusive formados pelo curso”.

Em 1987 ocorreu também uma mudança do programa curricular, que acompanhou a reorganização: primeiro ano: “formações do inconsciente” e “processo analítico”; segundo ano: “a sexualidade” e “casos clínicos”; terceiro ano: “teoria das pulsões em Freud” e “casos clínicos”; quarto ano: “a obra social de Freud”, “psicanálise e instituição” e temas optativos.¹⁷ Essas modificações enfatizaram a centralidade da clínica. A influência da psicanálise francesa se fez cada vez mais presente na bibliografia dos seminários e o eixo buscado foi a leitura da obra de Freud. Isto fica explicitado na apresentação do curso, anos depois: “Nos seminários é privilegiada a leitura da obra de Freud, buscando operar nela um trabalho, uma pesquisa ativa, de dentro, da qual o rigor e o alcance dos conceitos básicos da psicanálise possam ir surgindo com vida e fecundidade”.¹⁸

Em 1985 e 1986 novos professores foram contratados: Cleide Monteiro, Luis Carlos Menezes, Maria Cristina Ocariz, Rubia Delorenzo e Vivian Montag.¹⁹

Em 1987 e 1988, Alejandro Viviani deixou o curso e Julieta Nóbrega, Helena Grinover, Isabel Vilutis, Renata Cromberg e Ana Maria Amaral passaram a integrar o grupo de professores.

Formação e supervisão em um projeto singular

Outra modificação implantada em 1987 foi a realização da supervisão em grupos menores. Assim, ao invés de duas supervisões com 15 alunos, passou a ser realizada uma supervisão com no máximo oito participantes. Com estas modificações, a carga horária do curso, que era de 10 horas semanais, passou para 6 horas semanais. Na opinião de Janete Frochtengarten: “A qualidade de contato é privilegiada sobre a quantidade de supervisões”.²⁰ Conforme Lucia Fuks: “Esta conformação grupal da supervisão lhe conferiu características peculiares. As diferenças com o modelo individual levaram a que alguns propo-nham considerá-la seminário teórico-clínico, grupo de discussão clínica, etc. A experiência e as elaborações conseguintes, os efeitos na clínica, as discussões teóricas e a qualidade da aprendizagem realizada nos levam a ratificar sua condição de supervisões psicanalíticas. No contexto deste trabalho, os traços que dão forma prática e conceitual à supervisão psicanalítica, em sua articulação com a formação e a instituição, se fazem presentes em grau e em proporções variáveis. Pensamos que a grupalidade confere a essa atividade uma dinâmica e, também, um dinamismo bastante especiais”.²¹

A supervisão é considerada um dos elementos essenciais da transmissão da psicanálise, ao lado da análise pessoal e do estudo da teoria. Conforme Lucia Fuks: “A supervisão grupal tem vários aspectos positivos, desde escutar a apresentação de diversos pacientes até ver o supervisor atuar em diversos casos. Existe a possibilidade, em um tempo relativamente curto, de receber toda essa variedade de material e de ver uma pluralidade de modos de abordagem. Quando o grupo não é muito numeroso, a possibilidade de conhecer os integrantes da supervisão e seu trabalho aumenta de forma considerável. Pessoas com menor tempo de experiência podem aproximar-se e configurar um espírito de grupo que facilite as participações dos integrantes e a realização do trabalho”.²²

A quem se destina

A discussão sobre aceitar profissionais com outras formações, além de psicólogos e médicos, começara em 1983, quando se formou inclusive uma Comissão de Alunos Especiais. Esta comissão não chegou a uma conclusão: por um lado se achava que outros profissionais “enriquecem o curso” e que a formação em psicanálise não está relacionada com a formação universitária; mas, por outro, se discutia a inconveniência de um conflito com o Conselho Regional de Psicologia.²³ Esta era uma questão delicada em relação ao Sedes, como instituição, que resistia a uma mudança em aceitar outros profissionais não habilitados legalmente. Os outros cursos também eram limitados e o uso da clínica pressupunha a autorização legal como psicólogo ou médico.

O curso marcou posição ao desvincular a formação psicanalítica dos critérios universitários ou corporativos. O requisito formal foi substituído pela formação e experiência pessoal. Assim, em 1988, o processo de reestruturação se aprofundou, com a modificação em relação aos candidatos do curso, que passou a ser “pessoas que já tenham um percurso em sua análise pessoal, estudo teórico e prática clínica (psicólogos, médicos e outros profissionais universitários)”²⁴

A análise pessoal sempre foi considerada um dos pilares da formação analítica e os docentes já insistiam que, não obstante o fato de não concordarem com a análise didática, o curso entende que a análise é imprescindível.²⁵ Mas, com a reestruturação, a possibilidade é substituída pela afirmação: não se deseja mais um profissional que se “disponha a submeter-se à análise”, “com disposição a atender pacientes em análise”²⁶, ou que “queira se iniciar nesta especialidade”²⁷; agora se afirma que o curso é destinado a profissionais “que já tenham um percurso em análise pessoal, em estudo teórico psicanalítico e em prática clínica”²⁸. Este percurso, inclusive, passou a ser utilizado como critério de seleção. Tanto que se pede que o candidato à seleção “junte ao currículo um texto curto (1 página) situando o seu percurso no campo da psicanálise e o momento de sua demanda ao nosso curso”²⁹

Psicanálise de crianças

Depois da cisão de 1979, uma formação opcional em Psicanálise de Criança – com duração de dois anos, sendo uma supervisão e um seminário teórico por ano – foi oferecida a alunos a partir do segundo ano. Em 1987, esta opção deixou de existir como formação optativa em Psicanálise de Criança, passando a ser um dos seminários oferecido aos alunos do quarto ano.³⁰ Conforme Ana Maria Sigal: “Era um curso muito parecido com o que é hoje o curso de especialização de Psicanálise da Criança do Sedes. Grande parte dos atuais professores se formou conosco. Embora nunca tenha participado deste curso, colaborei com a elaboração dos programas. Eles se juntaram a um grupo que já existia, coordenado por Haim Grinspun. A nossa formação continuou por muitos anos, mas, em determinado momento, decidimos criar várias matérias optativas no quarto ano e o seminário de crianças era uma das opções oferecidas. Por alguns anos deixamos de oferecer este seminário”.

Década de 1990: reforma do ensino teórico e supervisão individual

Em 1992 uma nova alteração no curso foi introduzida. A comissão de coordenação do curso propôs a “Reforma do ensino teórico do curso de psicanálise”, com o objetivo de proporcionar um trabalho coletivo, com maior contato entre os professores em torno de discussões teórico-clínicas, e de solidificar o enfoque clínico no curso. Conforme o documento de 1992: “O ensino de cada ano será conduzido por um grupo de quatro professores. Estes deverão preparar em conjunto as linhas de desenvolvimento e as modalidades de trabalho para aquela turma ao longo do ano. Serão mantidas, como referência, duas atividades semanais de uma hora e trinta, além do seminário clínico. Os temas e os conceitos aqui propostos devem ser trabalhados com espírito crítico, de maneira que se tenha a justa medida de seu alcance em dar conta do processo analítico”.³¹ O currículo passou por alterações. Primeiro ano: “Fundamentos metapsicológicos do tratamento psicanalítico I”; segundo ano: “O infantil na clínica psicanalítica”; terceiro ano: “A psicanálise e as neuroses de transferência” e “A descoberta da patologia narcísica”; quarto ano: “A clínica das psicoses e a análise de crianças”.³²

A partir de 1991, para os alunos do quarto ano foi oferecido um conjunto de seminários no qual o aluno escolhia, por opção pessoal, dois temas, a cada ano, para a realização dos seus dois seminários curriculares. A reformulação iniciada em 1992 teve três eixos norteadores: reposicionamento da clínica psicanalítica para o lugar de inspiradora das reflexões teóricas, introdução de trabalho em equipe (grupo de professores responsável por cada ano) e introdução da supervisão individual.³³ Segundo a avaliação de Marcia Arantes, a supervisão individual “por se constituir ‘num ponto privilegiado de articulação entre a teoria, análise pessoal e clínica’ obriga o supervisionando e o supervisor a um comprometimento maior com a formação. (...) Estabelecem-se nesse trabalho as condições para que o reconhecimento do analista em formação se dê com critérios bastante mais sólidos que os atuais baseados na participação nos seminários teóricos e nas supervisões coletivas”.³⁴

Conforme Lucia Fuks: “Em nossa opção por incluir a supervisão individual, como atividade regular do percurso formativo do curso de psicanálise, pensamos que esta modalidade permite captar de um modo mais próximo os problemas da contratransferência, o que fica mais difícil no grupo, no qual cabe ao supervisor um trabalho de delicado equilíbrio nesse sentido. Também possibilita o acompanhamento por períodos maiores de um único paciente, permitindo aprofundar a compreensão do conceito de processo analítico”.³⁵

Em relação às supervisões coletivas, Silvia Alonso avalia: “Este é um acréscimo fundamental no currículo, que veio a dar uma consistência muito maior na formação clínica. A supervisão é em grupo, cada um apresenta um caso e o grupo tenta pensar a clínica através daquele fragmento, que tem também outros efeitos fundamentais, dá a oportunidade de comparar formas de trabalho, de abrir a escuta para formas diferentes de interpretação. São duas atividades com efeitos diferentes e importantes”.

Um outro fator importante foi o aumento e a diversificação do corpo docente, permitindo a formação de um grupo com experiências e perfis diversos. Passaram a integrar o grupo de professores Maria de Fátima Vicente, Maria Laurinda Ribeiro de Souza, Arthur Hippolito Moura, Cida Kfoury Aidar, Kitty Haasz, Claudia Vieira e Heidi Tabacof. Assim, em 1995, o curso de psicanálise contava com a participação de 24 professores e supervisores. Em 1997, entraram também Décio Gurfinkel, Flávio Ferraz, Jairo Goldberg e Myriam Uchitel.

Muitos destes profissionais haviam iniciado sua formação no departamento em diferentes momentos, outros vinham de formações em outras instituições. Conforme Ana Maria Sigal: “Nós sempre nos preocupamos em não nos tornarmos endogâmicos, nós intercalamos a contratação de professores que haviam sido nossos alunos com a contratação de pessoas que tinham uma outra formação”.

Projeto Clínica de Psicanálise

A elaboração de um projeto de atuação na clínica do instituto era uma preocupação no departamento desde o início. Após a aprovação do regimento interno, em 1985, um grupo passou a se reunir para discutir o projeto, mas devido à sua grande complexidade, apenas em 1989 um projeto de implantação, chamado de Clínica de Psicanálise, pôde ser apresentado e efetivado.³⁶

Conforme o *Boletim* da clínica de 1990, “A Clínica de Psicanálise iniciou a partir de agosto de 1989 a sua fase de implantação. Após contatos necessários com a clínica psicológica do Sedes, começamos já em outubro de 1989 a receber os pacientes que nos chegam a partir do processo de triagem da clínica do Sedes. O atendimento em grupo é para nós prioritário e nossa principal meta de teorização e pesquisa”.³⁷ O grupo inicial era composto por Clarissa Silbiger, Joelle Gordon, Teiêta Whately, M^a Auxiliadora Arantes (Dodora), Alípia Guimarães, Silvia Bolgese e Maria de Fátima Vicente. Em 1990, com a saída de Dodora, Alípia e Clarissa, foi aberto um processo de seleção e foram escolhidas Luciana Cartocci e Rosemary Negrão e, posteriormente, Tereza Castelo e Marina Kon Bilenky.

Como destaca Maria de Fátima Vicente: “Tratava-se de pessoas que esperavam continuar sua formação interminável em psicanálise, mas que fundamentalmente desejavam efetivar um modo outro de fazer psicanálise, aquele que se esperava construir com o departamento, um modo engajado politicamente de trabalhar. Todas estas pessoas tinham experiência em consultório privado, em psicoterapia, como profissional liberal. Prática mais marcadamente individual à qual se desejava ampliar e plobematizar”.

A proposta desse grupo era atender a chamada pacientes da “lista crônica” da clínica do Sedes, ou seja, aqueles que nenhum curso queria e/ou podia

atender, como casos muito difíceis ou pacientes idosos.³⁸ Foram realizadas atividades “grupos de escuta” (para a recepção dos pacientes), de atendimentos individuais e grupais, discussão e reflexão dentro da equipe a respeito dessa experiência clínica e articulação e comunicação com outros setores.³⁹

Este setor vivenciou uma questão institucional importante: “Inexistência de espaço para uma clínica de departamento desvinculada de uma clínica de cursos”. A Clínica de Psicanálise estava organizada como uma clínica de serviços, de atendimento à população por um grupo de profissionais, organizados em uma equipe de trabalho autogerida e não hierarquizada. Mas a clínica psicológica do Sedes estava organizada prioritariamente como uma clínica-escola, que proporcionava oportunidade de prática aos alunos dos diversos cursos. O setor de clínica, formado pelos membros do projeto Clínica de Psicanálise, por estar na interseção institucional do departamento e do Sedes, ficava submetido a regras, exigências e expectativas divergentes. Por exemplo, era proibido o pagamento da sessão e a triagem era feita pela clínica psicológica. Estes aspectos que interferiam diretamente no atendimento não passavam pelos aspectos de transferência ou demanda analítica. Por outro lado, o departamento trouxe ao setor de clínica a solicitação por um espaço de formação dos alunos, o que não era a proposta do grupo. Também internamente, membros do departamento questionavam o grupo, especialmente quanto aos critérios de entrada e seleção, que trazia novamente a questão da pertinência e das autonomias dos setores.

Em 1992, após demorada discussão e avaliação, a equipe do setor interrompeu o projeto discutido e desenvolvido durante quatro anos. A equipe comunicou sua decisão ao departamento em outubro, por meio do *Boletim*, explicando a decisão pelas dificuldades de desenvolver um trabalho dentro de uma clínica organizada em função dos cursos, sem um lugar institucional definido e acrescido de uma demanda de trabalho de muitas horas semanais. Na opinião desse grupo: “O fato de o departamento não ter claramente definida sua inserção no instituto dificulta e muito a movimentação institucional necessária a cada setor”.⁴⁰

Uma outra questão alegada por estes profissionais foi que o trabalho na clínica demandava uma responsabilidade assumida com o paciente, sua família e outras instituições, além de um volume de trabalho e tempo disponível que não era possível manter dentro do enquadre de um trabalho voluntário, não

remunerado e sem nenhum vínculo contratual formal. Como explicou a coordenadora do departamento: “É importante salientar que, na ótica do grupo, a decisão de interrupção respaldava-se no não-reconhecimento do trabalho da clínica sob a forma da ausência de remuneração e de um *locus* institucional”.⁴¹ Essas questões foram levadas à direção do instituto, que reafirmou a importância dessa atividade e propôs uma discussão ampla sobre o funcionamento da clínica, incluindo critérios de atendimento, de seleção de terapeutas e de encaminhamento dos pacientes que procuravam o instituto. A discussão dessas questões levou a uma reestruturação da clínica, como veremos no capítulo 11.

Publicações

Desde o anteprojeto, um setor de publicações era previsto como central na organização do departamento.⁴² Embora tenha sido aprovado como um setor separado, sua importância era sempre reiterada, seja para a comunicação interna de seus membros, seja para a difusão da produção para um público mais amplo, conforme proposta de 1980: “A publicação constituiria o espaço do pensar psicanalítico no Sedes. Isto marca nossa posição a favor de uma produção teórica que assegurasse a veiculação do conhecimento, ampliando e possibilitando o intercâmbio intra e inter institucional. Vemos essa concepção das publicações como garantia do espaço da troca que se efetua pela oportunidade do exercício, da crítica, que vem estimular, a um só tempo, o hábito da discussão e o pensamento autônomo”.⁴³

A primeira publicação foi um informativo interno, o *Jornal – órgão informativo do Departamento de Psicanálise*. O primeiro número do *Jornal* foi publicado em novembro de 1985, com seções de notícias dos setores do departamento, agenda dos eventos ligados à psicanálise e editorial. O editorial explicava a proposta: “Manter em comunicação entre si os integrantes dos diferentes setores do departamento, quanto às formas de funcionamento e atividades desenvolvidas, e deixar informados aqueles não vinculados a ele se constitui no primeiro objetivo”.⁴⁴

No número seguinte, o editorial afirmava: “O primeiro número causou duas reações distintas, pelo que nos foi possível auferir: críticas e desacordo, e aprovação pelo início da publicação, bem como da disposição de expormos e

Primeiro número do Jornal elaborado pelo Setor de Publicação do departamento, 1985.



submetermos a juízo nosso ponto de vista”.⁴⁵ Embora tenha se proposto a ser mensal, o número seguinte demorou seis meses para sair, provavelmente devido às controvérsias que suscitou. O ponto mais discutido foi relativo à opinião expressa no editorial. Na assembléia geral de abril de 1986 ficou decidido que deveria “representar o mais perto possível o pensamento do Departamento” e, portanto, deveria ser redigido conjuntamente com representantes da CCG. O informativo teve mais uma edição, em outubro de 1986.

Boletim

Dirigido também ao público interno, mas com um projeto mais amadurecido, o Setor de Publicações lançou em 1990 o *Boletim*, com a função de informar as atividades dos membros dentro e fora do departamento. De distribuição gratuita a todos os membros e a todos os alunos, o *Boletim* conseguiu manter uma boa regularidade – de três a quatro números por ano – e foi editado por dez anos.

Nos primeiros números da revista *Percurso* havia uma seção, “Crônica”, que publicava matérias sobre o departamento ou algum de seus setores, cuidando da comunicação interna que havia sido do *Jornal*. A partir de 1991, com a inauguração do *Boletim*, essa seção perdeu sua função. Durante dez anos, de 1990 a 2000, o *Boletim* cumpriu a tarefa de comunicação interna e informação, consideradas por seus editores como ações “fundamentais para a vida, o fortalecimento e a expansão desse mesmo Departamento”.⁴⁶

O conselho editorial, responsável pela sua elaboração, era formada por um núcleo que permaneceu estável ao longo de uma década: Anna Correia, Eva Wongtschowski e Maria Lourdes Costa. Nos primeiros anos teve a participação de Sonia Rio Neves e, nos últimos, de Elisabeth A. Gaiarsa, Henriette Bucarechi e Camila Salles Gonçalves, além de outros colaboradores durante períodos mais curtos.

Além da seção dedicada às atividades desenvolvidas pelos setores, onde se tinha notícia do que estava ocorrendo nos vários grupos do departamento, o *Boletim* também cumpria a função de ser um espaço de expressão dos membros do departamento, que escreviam sobre sua prática (“Depoimento”), traziam reflexão sobre tema de interesse (“Ponto de Vista”), notícias sobre acontecimentos mais amplos (“Reportagem”). Publicava também notas sobre o funcionamento geral do departamento, com atas das assembléias, Informes Gerais, Agenda, etc. O conselho editorial do *Boletim* apresentava a publicação como um meio possível de mostrar, via textos do maior número possível de pessoas, a identidade do departamento como agrupamento e “que psicanálise representamos”.⁴⁷

Eventos

Outra atuação importante que contribuiu para a implantação do departamento como espaço de trocas e elaboração teórica foi a do Setor de Eventos. “A princípio, as atividades eram desenvolvidas de forma um tanto ‘amadora’ ou ‘doméstica’. Porém, uma observação mais acurada irá mostrar que eram atividades com alto grau de participação, tanto na parte da assistência – era grande o número de participantes – quanto por parte dos membros, mesmo que de outros setores (nós mesmos colhíamos assinaturas, cobrávamos ingressos,



A atuação do Setor de Eventos foi fundamental para a implantação do departamento como espaço de elaboração teórica e de trocas.

interessante que, destes encontros, apenas quatro foram apresentações de professores do curso, mostrando-se como um espaço realmente de interlocução e troca de idéias e produção entre os membros.⁵⁰

Notas

1. Catálogo dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento do Instituto Sedes Sapientiae, 1980 a 1986.
2. Catálogo dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento do Instituto Sedes Sapientiae, 1982 e Programação das Aulas Teóricas – 1º a 4º anos, 1981.
3. Programação dos Seminários Teóricos – 1º a 4º anos, 1980.
4. Programação das Aulas Teóricas – 1º a 4º anos, 1981, e Grade Horária, 1981 e 1984.
5. “Linhas Gerais do Nosso Projeto de Ensino”, Corpo Docente do Curso de Psicanálise, 7 de novembro de 1984.
6. Catálogo dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento do Instituto Sedes Sapientiae, 1986, p. 39.
7. “Falando sobre a Comissão de Currículo”, *Jornal*, nº 3, out. 1986, p. 2.
8. “Resoluções da Assembléia Geral”, Curso de Psicanálise, 12/04/1986.
9. “Regulamento do Curso de Psicanálise”, 1986.
10. FROCHTENGARTEN, Janete. “A necessária inquietude de quem transmite”, *Percorso*, nº 12, 1º sem., 1994.
11. FROCHTENGARTEN, Janete. “A necessária inquietude de quem transmite”, *Percorso*, nº 12, 1º sem., 1994.
12. Relatório das atividades, Comissão de Coordenação Geral, 27/03/1987.
13. Catálogo dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento do Instituto Sedes Sapientiae, 1986, p. 39.
14. Catálogo dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento do Instituto Sedes Sapientiae, 1987.
15. Catálogo dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento do Instituto Sedes Sapientiae, 1987.

vendíamos publicações, etc.) Isto necessariamente irá apontar para uma configuração de equipe muito coesa e solidária. Não havia demarcações rígidas de ordem burocrática ou administrativa. As próprias funções muitas vezes circulavam⁴⁸, conforme descreviam seus membros em 1992.

Esse setor contava com duas atividades diversas: organização de palestras e conferências de pessoas convidadas, de fora do departamento (como veremos no capítulo seguinte) e eventos em que os membros do departamento podiam apresentar seus trabalhos, suas reflexões e discuti-los com um público maior. Com esse objetivo, foi criado o “Espaço Aberto”, no qual psicanalistas que tiveram sua formação no curso podiam reciclar e atualizar suas produções, expor projetos e, especialmente, expor seus casos clínicos.⁴⁹ Nos anos em que funcionou este espaço de interlocução eminentemente clínico, de 1988 até 1992, houve 22 encontros. É

16. FROCHTENGARTEN, Janete. “A necessária inquietude de quem transmite”, *Percorso*, nº 12, 1º sem., 1994.
17. Catálogo dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento do Instituto Sedes Sapientiae, 1987.
18. Catálogo dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento do Instituto Sedes Sapientiae, 1991.
19. Catálogo dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento do Instituto Sedes Sapientiae, 1986, p.40.
20. FROCHTENGARTEN, Janete. “A necessária inquietude de quem transmite”, *Percorso*, nº 12, 1º sem., 1994.
21. FUKS, Lucia Barbero. “Formação e Supervisão”, Estados Gerais da Psicanálise, 1999.
22. FUKS, Lucia Barbero. “Formação e Supervisão”, Estados Gerais da Psicanálise, 1999.
23. Ata da Reunião do Conselho, Caderno de “Atas das Reuniões de Conselho, Professores e Departamento”, 3/11/1983.
24. Catálogo dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento do Instituto Sedes Sapientiae, 1988.
25. “Linhas Gerais do Nosso Projeto de Ensino”, Corpo Docente do Curso de Psicanálise, 7 de novembro de 1984.
26. “Regulamento do Curso de Psicanálise”, Critérios de Seleção 1987.
27. Catálogo dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento do Instituto Sedes Sapientiae, 1986.
28. Catálogo dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento do Instituto Sedes Sapientiae, 1989.
29. Catálogo dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento do Instituto Sedes Sapientiae, 1989.
30. Catálogo dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento do Instituto Sedes Sapientiae, 1987 a 89.
31. “Reforma do ensino teórico do curso de Psicanálise”, *Boletim*, nº 10, nov/dez, 1992.
32. “Reforma do ensino teórico do curso de Psicanálise”, *Boletim*, nº 10, nov/dez, 1992.
33. Setores – Grupo de Estudos”, *Boletim*, nº 14, nov/dez, 1993.
34. Setores – Grupo de Estudos”, *Boletim*, nº 14, nov/dez, 1993.
35. FUKS, Lucia Barbero. “Formação e Supervisão”, Estados Gerais da Psicanálise, 1999.
36. Relatório das atividades, Comissão de Coordenação Geral, 27/03/1987; Circular DP/03/88, da Comissão de Coordenação do Departamento de Psicanálise, março de 1988; e Princípios e Finalidades do Departamento de Psicanálise, Crônica, *Percorso*, nº 1, 2º sem/1988.
37. “Clínica”, *Boletim*, nº 1, jun/jul 1990.
38. Transcrição das entrevistas realizadas pelo “Projeto História e Memória do Curso e do Departamento”.
39. *Boletim*, nº 4, mar/abr 1991.
40. *Boletim*, nº 9, set/out 1992.
41. “Balanço da Gestão 91/92”, *Boletim*, mar/abr, 1993.
42. “Projeto de Implantação do Departamento de Psicanálise”, 10 de agosto de 1985.
43. “Proposta para discussão da Questão da Pertinência”, anos 1980.
44. “Editorial”, *Jornal*, nº 0, novembro 1985.
45. “Editorial”, *Jornal*, nº 1, dezembro 1985.
46. “Editorial”, *Boletim*, nº 1, jun/jul 1990.
47. “Publicações – Boletim”, *Boletim*, nº 10, nov/dez 1992.
48. Texto produzido pelo Setor de Eventos para a Jornada do Departamento, novembro de 1992.
49. Circular DP/03/88, da Comissão de Coordenação do Departamento de Psicanálise, março de 1988.
50. “Setor de Eventos”, *Boletim*, nº 17, nov/dez 1994.

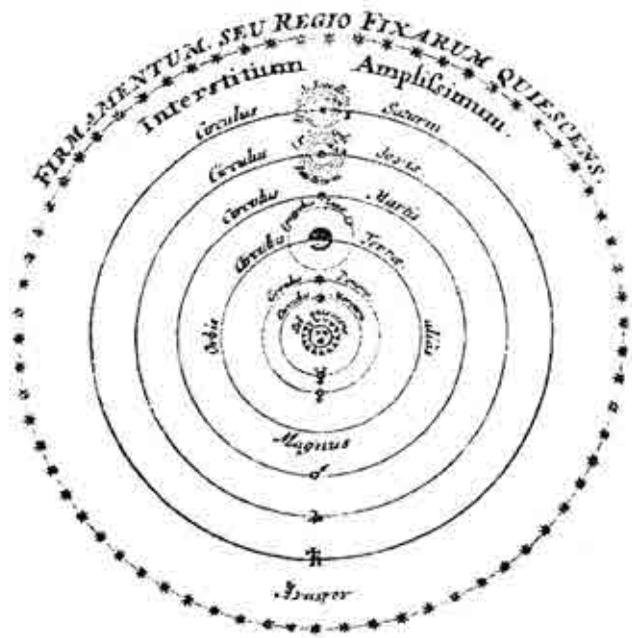
IO

Convênios
e projetos externos



Jean Laplanche em São Paulo

DEPARTAMENTO DE PSICANÁLISE DO INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE



PÁGINA ANTERIOR

Fachada do prédio do Instituto Sedes Sapientiae na Rua Ministro Godoy.

DIREITA

O Departamento de Psicanálise promoveu e organizou muitos eventos, como os seminários de Laplanche, que deram ainda maior relevo à inserção pública de suas atividades, 1993.

Ao mesmo tempo em que o Departamento de Psicanálise reorganizou o curso e a atividade na clínica, também foram reestruturados os setores que atuavam externamente: Saúde Mental e Instituições, Grupo de Estudos, além de Publicações e Eventos (que trabalhava interna e externamente).

A participação nessas atividades permitia aos membros do departamento uma atuação mais ampla, atingindo um número maior de profissionais (especialmente no caso do campo da saúde mental) e difundindo uma forma de pensar a psicanálise que se tornou a marca do departamento. Estes novos espaços ocupados recolocaram de forma intensa questões que já eram discutidas internamente, tais como seleção de participantes, autorização, reconhecimento e definições teóricas dentro do campo psicanalítico.

Na segunda metade dos anos 1980, estes setores estiveram muito ativos no Sedes e em uma série de ações que marcaram a presença do departamento, não apenas nos meios psicanalíticos do País, mas na formulação e execução das novas políticas e diretrizes de saúde mental do município e do estado de São Paulo. A exemplo do que ocorrera na década de 1970, o Sedes manteve-se com uma atuação inovadora nesse campo.

Foram anos em que o departamento atuou junto às secretarias de Saúde municipal e estadual em um importante processo de busca de práticas alter-

nativas de psiquiatria, no contexto da luta antimanicomial e, depois, na reflexão sobre a psicose. Foi o período em que foi fundada a revista *Percurso*, um marco nas publicações do campo psicanalítico no País. Foram os anos em que o departamento passou a ministrar cursos em outras instituições, inclusive fora de São Paulo e, finalmente, muitos eventos foram organizados, como os seminários de Laplanche, que deram ainda maior relevo à inserção pública das atividades do Departamento de Psicanálise do Sedes.

Primeiro Encontro sobre Psicanálise e Instituição

Em agosto de 1986, o Setor de Saúde Mental e Instituições promoveu o I Encontro sobre Psicanálise e Instituição, no qual foram apresentados trabalhos desenvolvidos pelos integrantes do departamento em vários âmbitos institucionais.¹ O encontro resultou na publicação, em 1986, de *Psicanálise e Instituição*, editado pelo próprio departamento. O II Encontro Psicanálise e Instituições foi marcado para 19 de outubro de 1987.²

Em 1986, o governo do Estado realizou uma modificação na organização do atendimento à Saúde Mental visando integrá-lo ao plano mais amplo de Saúde, que passou a ser regionalizado em diferentes Escritórios Regionais de Saúde – subdivisões da Secretaria da Saúde, os ERSAS.

As equipes de supervisores do Setor de Saúde Mental do departamento passaram a ir até os locais de atendimento destes profissionais, para aproximarem-se da realidade de trabalho dos participantes dos grupos. “Após dois anos de atividade, embora os trabalhadores que participassem dos seminários pedissem sua continuidade, relatando aproveitamento, uma observação mais exigente apontava outras direções”, segundo um documento de 1989.³ As questões institucionais precisavam ser mais trabalhadas, avaliaram os supervisores do convênio: Cleide Monteiro, Eliana Vaz Macia, Fernando C. Medeiros, Maria Laurinda R. Souza, Mary Ono, Mario Fuks, Mauro Hegenberg, Rita Cardeal e Vera Collucci. “Nessa conjuntura, propusemos uma concentração de atividades numa única região, onde desenvolveríamos supervisões clínicas e institucionais às equipes, além de seminários teóricos a propósito de temas relevantes para as mesmas”, conforme o grupo de supervisores.⁴

Para Maria Laurinda R. Souza, esta modificação levou a uma intervenção

mais direta nas instituições. O ERSAS 3, uma das regiões de trabalho do departamento, era, segundo Laurinda, “especificamente uma região da cidade politicamente mais organizada que solicitou a intervenção, o que significou um marco para o convênio, já que possibilitou uma intervenção mais abrangente”⁵ Para Fuks, atuar no próprio local de trabalho possibilitava entrar em contato com problemáticas que não chegavam até o curso e conhecer melhor a instituição (organização, gestão, propostas e dificuldades).⁶

Mas apesar de ser uma região mais organizada, o ERSAS 3 compartilhava com as outras regionais os problemas da rede: equipes desfalcadas, recursos insuficientes etc. Com as mudanças na Secretaria, na direção do Hospital da Água Funda e no governo, a atuação tornou-se limitada. As supervisões eram perpassadas por questões políticas. Conforme um documento dos supervisores, publicado em 1989: “Em muitos momentos percebemos reproduzindo movimentos do grupo de trabalhadores. Por várias vezes, frente às arbitrariedades político-administrativas, pensamos interromper o convênio e assumir um lugar de denúncia. Continuamos... Continua também o esforço permanente de estar situado entre nossa identidade de psicanalistas e a preocupação de não psicanalizar as instituições, confundindo ou reduzindo as questões ideológicas e de poder a jogos imaginários intra e inter-subjetivos”⁷

Em 1989, o grupo de supervisores registrou o momento vivido no final de 1986: “O projeto de formação se ampliava. As atividades abrangeriam aspectos teóricos, técnicos e institucionais levando à possibilidade de acompanhar como os trabalhadores conduziam o desenvolvimento dos programas e a integração entre os vários níveis de atenção. São propostas 18 atividades para a região, quando até então desenvolvíamos oito, dirigidas a toda a rede. É a ilusão da utopia por fim realizável”⁸

Luta antimanicomial

A partir de 1985, uma parte significativa dos postos de chefia de programas estaduais e municipais de saúde mental, assim como a direção de importantes unidades hospitalares públi-

O Departamento de Psicanálise participou ativamente na luta e implantação de novas políticas e diretrizes de saúde mental em São Paulo, como a luta antimanicomial, 1989.



cas, inclusive algumas universitárias, estava sendo dirigida por fundadores e ativistas do Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM).⁹ O Sedes continuava participando ativamente das discussões que estavam ocorrendo nesse campo.

Conforme Maria Laurinda R. Souza, em 1986, por ocasião do II Congresso de Trabalhadores de Saúde Mental de São Paulo, havia muita atividade nesse campo: “Durante quatro dias são apresentados 41 trabalhos institucionais. O que se percebe é uma grande produção e uma tentativa de sair do lugar de queixa repetitiva e alienante. Afinal, o trabalho pode ser fonte de doenças mas pode também ser lugar de saúde e criatividade”¹⁰, acrescentando que naquele momento “há uma aproximação maior com a Anistia Internacional, o Congresso de Cuba levantou questões sobre Psicanálise e Política, nosso encontro no Sedes mostrou algumas experiências institucionais, há uma crise nas instituições psicanalíticas do Rio de Janeiro, em dezembro haverá em Buenos Aires mais um encontro da Rede Alternativa... Temos muito que discutir aqui no Sedes. Afinal, como diz Chebabi, ‘a Psicanálise só pode ser Psicanálise se for Psicanálise de uma revolução em marcha.’”¹¹

Os anos 1985 e 1986 foram de particular expansão e intensidade para o movimento de trabalhadores em saúde mental.¹² Foram introduzidas novas modalidades de atendimento, alternativas reais ao modelo psiquiátrico tradicional e asilar. Um marco nesse processo, que se tornou referência para implantação em outros serviços, foi a inauguração do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Luiz Cerqueira, em São Paulo, em 1987. Uma das conseqüências dessa inquietação foi o movimento da Luta Anti-Manicomial que, em 1987, reuniu pacientes, familiares e trabalhadores destes serviços, para denunciar o tratamento negligente destes equipamentos de saúde.¹³

É no contexto desse movimento, que tem como lema “Por uma sociedade sem manicômios”, que o deputado federal Paulo Delgado (PT de Minas Gerais) apresentou, em 1989, um projeto de lei que regulamentava os direitos dos doentes mentais e indicava a substituição gradual dos hospitais psiquiátricos por outros recursos não manicomiais. Em 1991 o Setor de Saúde Mental do departamento organizou, com a diretoria do Sedes e com o Setor de Eventos do departamento, um debate sobre a lei, com a presença do deputado.¹⁴

Ampliação do trabalho e da equipe

Em 1989, o Setor de Saúde Mental e Instituições se reorganizou e convidou os membros do departamento para participar do setor¹⁵ com o objetivo de integrar novos participantes e se reestruturar para diferenciar setor e convênio. Esta separação garantiria que o setor tivesse uma organização independente das demandas imediatas dos convênios – instáveis pela própria natureza destes, com atrasos de pagamentos, indefinições na renovação dos contratos, etc. – e desenvolvesse atividades para formação de seus membros, constituindo um espaço para compartilhar diferentes experiências institucionais e discussão de leituras.¹⁶

Em 1989, Luiza Erundina, candidata do PT, assumiu a prefeitura de São Paulo. No campo da Saúde Mental, seus objetivos estavam inteiramente alinhados com o MTSM: reverter o modelo asilar, hospitalocêntrico, considerado “conservador, discriminador e excludente”. Estabeleceu como metas o combate à cultura manicomial (de instituições e pacientes), a implantação de um modelo assistencial que tornasse desnecessária a internação psiquiátrica – com a criação de hospitais-dia, de Centros de Convivência e Cooperativa, implantação de atendimento de Saúde Mental nas Unidades Básicas de Saúde e a criação de Unidades de Saúde Mental em Hospitais Gerais.¹⁷ Na avaliação da assessoria do Programa de Saúde Mental, a situação do atendimento municipal, naquele momento, era mais grave do que na Secretaria de Saúde do Estado, “onde as propostas de saúde mental alternativas foram germinadas desde a década de 1970”.¹⁸

Em 1990 e 1991, o Setor de Saúde Mental do departamento foi ampliado, com o aumento do número de membros e início de trabalho de supervisão nos novos equipamentos criados na gestão Erundina: hospital-dia, Ceccos e Centros de Saúde, que visavam a “desmanicomialização dos psicóticos”.¹⁹

Em agosto de 1991, uma Regional da Secretaria Municipal da Saúde, ARS-7, solicitou ao Sedes supervisão para as equipes multiprofissionais das Unidades Básicas de Saúde: psicólogos, terapeutas ocupacionais, psiquiatras e outros da área de Saúde Mental. O pedido foi dirigido ao Sedes e a licitação especificava que os proponentes deveriam oferecer entre seus cursos “diferentes abordagens teóricas”.²⁰ Foram então formados quatro grupos, um deles coordenado por

uma docente do curso de Psicoterapia Reichiana (Sandra Sofiate) e três formados por membros do Setor de Saúde Mental e Instituições do Departamento de Psicanálise (Maria Cristina Ocariz, Mary Ono e Sonia Maria Neves).²¹

Em setembro do mesmo ano, o pedido foi ampliado para outra regional – Hospital - Dia da Vila Prudente e as UBSS da ARS-3.²² Neste convênio ficou estabelecido que “a supervisão terá uma abordagem psicanalítica de dinâmica grupal e também com as dimensões institucionais das práticas, compreendendo aspectos teórico-técnicos e visando o desenvolvimento de métodos adequados à situação de trabalho”.²³

Em 1992, a prefeitura introduziu a prática de supervisão em todos os equipamentos de Saúde Mental.²⁴ A instituição oficialmente conveniada foi a Universidade de São Paulo (USP), a quem cabia a coordenação e que contratou profissionais de várias instituições, da própria USP, do Sedes, do hospital-dia A Casa e da Sociedade de Psicanálise.²⁵ Apesar de os contratos terem sido feitos com os profissionais e não com as instituições, no Setor de Saúde Mental a participação foi grande, foi realizada uma seleção para o trabalho, houve discussões sobre o projeto da prefeitura e a forma de conduzir o trabalho.²⁶ Eliane Berger, que participou do setor, escreveu sobre esse processo: “Houve a abertura de um projeto diferente de Saúde Mental para o município. A prefeitura passou a requisitar o setor para supervisões clínico-institucionais nos serviços que então começavam a ser implantados: hospital-dia de crianças, hospitais-dia de adultos, UBS e Centro de Convivência”.²⁷

Paralelamente seguia o convênio com o governo estadual e as questões enfrentadas eram, de forma geral, semelhantes. Sobre o andamento do trabalho, o setor afirmava em 1992: “A cada ano, este convênio vem se renovando, com propostas de cursos, seminários, supervisões que procuram atender o melhor possível àquelas demandas dos trabalhadores de saúde mental para as quais tenhamos algo a dizer. Assim é que neste ano, por exemplo, oferecemos três cursos – ‘Introdução à psicoterapia infantil’, ‘Introdução às psicoterapias nas instituições’, ‘Psicoterapia breve’ – três seminários teórico-clínicos – ‘Sobre a transferência’, ‘O processo psicoterápico nas instituições’, ‘Sobre práticas multiprofissionais em equipes de Saúde Mental’ e duas supervisões clínicas – uma para atendimento de crianças, outra para atendimento de adultos”.²⁸

De acordo com uma carta de 1992: “Como psicanalistas, fizemos e fazemos

uma opção teórico-ética que norteia nosso trabalho: a pesquisa sistemática e a busca constante de instrumentos teórico-técnicos cada vez mais adequados na constituição de novas práticas no atendimento ao sofrimento mental da população, já que o modelo manicomial, ainda lamentavelmente hegemônico entre nós, não poderá ser substituído apenas por discursos políticos”.²⁹

Trabalho interno de formação dos seus integrantes

A experiência de crescimento, com a entrada de novos membros e a realização de novas atividades, levou o setor a uma maior formalização das regras de funcionamento: “O crescimento do setor e o aumento de demandas de trabalho de supervisão clínico – institucional para os equipamentos da Prefeitura de São Paulo nos colocou, como grupo, frente à necessidade de encontrar estratégias claras, com etapas acordadas por todos, que legitimassem o que chamamos de seleção interna ou, como poderíamos dizer, ‘dar nome às diferenças de percurso entre nós’ para conseguirmos reconhecer algumas pessoas que poderiam ocupar novos cargos de supervisores e também para podermos reconhecer outras possibilidades e desejos existentes entre os membros do Setor”.³⁰ Esta seleção de novos participantes não se deu sem conflitos, na medida em que pessoas de fora do setor foram escolhidas em detrimento de pessoas que já participavam deste.³¹

Além de maior formalização, o setor continuou enfatizando a importância de um trabalho interno, de formação e de estudo. Em 1991, o setor avaliava: “É interessante constatar que as exigências organizativas decorrentes destes novos empreendimentos não foram incompatíveis com a continuação do trabalho interno de estudo e discussão teórica, centrado no momento na problemática da psicose infantil. Afirma-se assim, na prática, um modelo de funcionamento do setor que, ao mesmo tempo em que promove uma interação eficaz, e trabalhos concretos nas instituições, não fica definida pela relação com nenhuma delas em particular, configurando-se como um âmbito de análise de produção em torno das questões que sua própria denominação e desenvolvimento vão suscitando”.³²

Assim, as experiências eram discutidas enquanto se aprofundavam os estudos sobre psicose – incluindo a visita ao Brasil, com conferências no depar-

tamento, de Marie Christine Laznik e Bernard Penot. No curso de psicanálise, voltou-se a estudar psicose no quarto ano e o setor elaborou um projeto de curso para trabalhadores de Saúde Mental da prefeitura sobre Crianças com Distúrbios Graves.³³

Curso sobre psicose: concepções teóricas e estratégias institucionais

O desenvolvimento do estudo levou um grupo do setor a propor um curso sobre psicose. Inicialmente, se pensou em oferecer este curso dentro do convênio com a prefeitura, o que se mostrou inviável com o desmantelamento do serviço e a suspensão das supervisões que ocorreram com a eleição de Paulo Maluf para a prefeitura. O grupo do Setor encarregado da proposta do curso decidiu então oferecê-lo como um curso de aperfeiçoamento do Sedes Sapientiae, buscando autonomia em relação às políticas públicas.

“A efetivação do curso de Psicose se apresenta, entre outras, como uma forma possível de resistência, espaço de pensamento e revitalização para todos nós que investimos na produção de alternativas ao modelo manicomial”³⁴, explicavam os docentes do curso. Assim nasceu, em agosto de 1993, o segundo curso oferecido pelo Departamento de Psicanálise no Sedes: o curso de Psicose – Concepções Teóricas e Estratégias Institucionais.

O curso, coordenado pelo Setor de Saúde Mental e Instituições, era dirigido a profissionais com diferentes níveis de contato com a psicanálise, mas com experiência de trabalho com psicóticos, como psicólogos, psiquiatras, terapeutas ocupacionais e assistentes sociais.³⁵ O curso foi estruturado com aulas teórico-expositivas e grupos de elaboração. As aulas expositivas, ministrada por um professor da equipe ou por um profissional convidado, contavam com a presença de todos os alunos e todos os professores. Conforme um texto dos docentes: “A presença de outros professores facilitava a problematização da teoria exposta, de forma a demonstrar que não há um saber definitivo sobre a psicose e que estamos todos em processo de construção da teoria” e “possibilitava uma continuidade entre os dispositivos aula expositiva e grupos de elaboração”.³⁶ A equipe de professores era formada por Alexandra Sterian, Eliane Berger, Márcia de Mello Franco, Mario Fuks, Nayra Cesaro Ganhito e Renata Caiaffa.

Em 1996, Mario Fuks, ao avaliar a atuação do Setor de Saúde Mental e Instituições, afirmava: “O impacto dessas experiências nas instituições retroagiu positivamente no próprio Sedes. Se intensificaram os estudos referidos às psicoses e diferentes estratégias institucionais em curso e ao longo da história. Criou-se um curso sobre isto ao qual convidamos também figuras representativas deste campo para falar das práticas. Tudo isto deve ser registrado e feito circular. (...) Para concluir, muito da experiência destes 12 anos de trabalho no campo institucional está sendo recolhida e aproveitada na reestruturação da clínica psicológica do Sedes Sapientiae, com a criação de núcleos de trabalho de assistência e pesquisa cobrindo um amplo leque de problemas de saúde mental, com esta perspectiva de reflexão crítica das práticas e com uma postura clínica pela qual o terapêutico, o ético e o político se entrelaçam intimamente em cada ato que possa ser produzido”.³⁷

Setor Grupo de Estudos

Ainda em 1985, quando o departamento estava se organizando, um dos setores propostos era o Setor Grupo de Estudos, com a idéia inicial de propiciar um espaço de intercâmbio entre pares.³⁸ A partir de consultas a material de outras instituições psicanalíticas e discussões, este setor chegou à proposta de três tipos de organização para os grupos: autogeridos; com coordenador e interdisciplinares.³⁹

Mas apesar de este setor claramente representar um dos aspectos da proposta de formação do departamento – troca e trabalho coletivo –, ele não conseguiu se constituir imediatamente como setor. Os grupos de estudo tornavam-se independentes sem se reportar a esta instância organizadora. Contudo, por entender que esse espaço era fundamental para o departamento, alguns membros insistiam na sua existência. Conforme o registro de ata do setor: “Houve um tempo em que Tera [Leopoldi], para marcar o lugar do setor, vinha no horário marcado para reunião e permanecia, mesmo sozinha, à disposição de quem quisesse se aproximar”.⁴⁰

O que levou à organização do Setor Grupo de Estudos foi um projeto diferente da idéia inicial: atender a uma demanda externa ao departamento por formação em psicanálise, especialmente de entidades de fora de São Paulo com

vistas a buscar analistas que pudessem encarregar-se do trabalho de transmissão para coordenar cursos, grupos de estudos e supervisão⁴¹. Essas demandas se endereçavam primeiramente ao Instituto Sedes Sapientiae, sendo essa transferência com a instituição a responsável por uma primeira aproximação. No princípio de 1990, o departamento recebeu um pedido do Círculo de Estudos Psicanalíticos e Psicoterapêuticos (CIEPSI), de Uberaba (MG), para coordenar um curso de Dinâmica Familiar e Psicoterapia Infantil.⁴² O setor organizou e ofereceu o curso de Psicoterapia Infantil, coordenado por Cleide Monteiro.

No mesmo ano, o Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina, no Paraná, solicitou um curso de especialização em psicanálise e foi firmado convênio para um curso de dois anos, sob a coordenação de Cleide Monteiro, Mary Ono, Bernardo Tanis e Eliane Vaz Macia. Este convênio foi renovado várias vezes e se encerrou no final de 1998, quando a universidade avaliou que, como não havia envolvimento de docentes locais e “o curso é ministrado integralmente por docentes externos à UEL”, não deveria continuar.⁴³

Em 1991, o setor foi procurado por dois grupos do interior do estado: pelo Centro de Estudos Psicanalíticos de Barretos (CEPYB), pedindo um curso de Introdução à Psicanálise, com duração de dois anos, e pelo Núcleo Psicanalítico de Taubaté (NPT), que solicitou ao setor um projeto piloto de cinco meses para estudar Complexo de Édipo e Castração, com seminários clínicos e teóricos, além de supervisões. Os dois projetos se efetivaram e permaneceram por vários anos.

Diferentes demandas, diferentes formatos

Embora os pedidos aparentemente fossem semelhantes, as instituições e as demandas eram muito diferentes. Os projetos eram elaborados pela equipe toda, de acordo com os profissionais ao qual o curso se destinava e as expectativas da instituição, depois de esclarecidas as metas, os interesses e a política de formação presentes na solicitação. Eram usados como critérios para a escolha dos coordenadores: o membro que o grupo acreditava ser o mais qualificado para a função, a oportunidade de todos os membros participarem – já que consideravam que uma função básica do setor era a de oferecer espaço e condições para a formação contínua dos psicanalistas que trabalham no

setor – e uma circulação dos membros.⁴⁴ Para a realização desses trabalhos era escolhido um coordenador e instituído um subgrupo – Grupo de Retaguarda –, que se organizava em função das tarefas e se responsabilizava pela seleção dos grupos de alunos, escolha dos temas, elaboração dos programas, “permanecendo juntos enquanto aquele trabalho durar para acompanhar o percurso do grupo e do coordenador”.⁴⁵

Segundo os atuais participantes do grupo: “No início, o setor funcionou como um fórum aberto, realizando encontros mensais. Tal forma de funcionamento provocou ao longo do tempo uma expansão excessiva, com uma variedade de frentes de trabalhos e propostas que colocavam em risco a própria existência do grupo e sua especificidade. A partir desta constatação o setor decidiu se fechar e criar um espaço de discussão sobre sua forma de funcionamento, buscando modos de viabilizar a continuidade dos trabalhos e do próprio setor”.

Em 1991, Cleide Monteiro, Maria Lucia Bersou e Tera Leopoldi se reuniram para redigir o projeto de regulamentação para o Setor Grupo de Estudos, no qual reiteraram que o setor surgiu da necessidade de “constituir um espaço de interlocução e reconhecimento entre pares em seu desenvolvimento teórico e prática clínica”.⁴⁶ Nesse projeto, definiram-se as normas e os critérios de funcionamento dos grupos internos (autogeridos ou com coordenador) e grupos externos.

Depois de inúmeras tentativas de abarcar neste setor os vários grupos existentes, o setor concluiu que deveria limitar suas atividades ao trabalho de transmissão da psicanálise fora de São Paulo. Em relação a essa tarefa, o grupo sempre apresentou marcada preocupação com a formação permanente dos membros: “Nossa preocupação é com a formação e com essa preocupação pensamos formas de transmissão da psicanálise nas instituições que demandam isso desse setor”.⁴⁷ Além disso, a incorporação de novos membros era feita de forma lenta e gradual, que permitisse o entendimento dos objetivos e fundamentos do setor e para que ocorresse a apropriação do pensamento grupal.

O grupo passou por várias formações em seus anos de trabalho e funcionou de forma relativamente estável por vários anos, com a participação de: Tera Leopoldi, Cleide Monteiro, Teiêta Whateley, Ruben Trucco, Lia Ptliuk, Maria Lúcia Bersou, Ana Lúcia Panachão, Marli Ciriaco Vianna, Yone Maria

Rafaeli, Marise Bastos, Daisy M. R. Lino, Tânia Corrallo Hammoud, Clarissa Silbiger, Beatriz Mecozzi, Fátima Milnitzky e Leonor Ruffino.

Revista *Percurso*

No início de 1988, um grupo do Setor de Publicações se reuniu em torno da proposta de editar uma revista. Conforme ata de reunião da revista: “O eixo comum dessas pessoas era seu interesse já antigo de consolidar um órgão de escrita que pudesse expressar as idéias e produções dos membros do departamento e de fora dele, promovendo um intercâmbio interno e uma apresentação do departamento para o campo psicanalítico”.⁴⁸ Editar uma publicação era, desde o início, considerado como fundamental na organização do Departamento. Para Regina Chnaiderman, era vista como central, papel que foi reconhecido na dedicatória a ela presente no primeiro número da revista: “Seu poder fundador estará sempre presente na qualidade de uma força ancestral decisiva porque se fez ato”.

Conforme Renato Mezan, um dos fundadores da revista: “É interessante perceber que, no momento em que surge a revista *Percurso*, o Sedes tem um papel importante na entrada da psicanálise nas instituições de saúde mental e a psicanálise deixa de ser um produto exclusivo da Sociedade ou dos grupos lacanianos. Há um aumento das publicações sobre o assunto e a expansão das pós-graduações. Então se produz mais e se tem onde publicar, há uma circulação. Isto gera uma espiral crescente, um movimento que ganha força. Começa a se formar uma massa crítica, a haver público para esta psicanálise, o que torna economicamente viável eventos com a vinda de mais psicanalistas interessantes ao Brasil. Cria-se uma indústria cultural florescente, com seminários, colóquios, conferências, publicações. Hoje a psicanálise é parte importante da indústria cultural. Quando eu comecei a estudar nos anos 1970, os livros de psicanálise em português se contavam nos dedos de uma mão. O Departamento se organizou nesse contexto favorável, com uma demanda pelo ensino da psicanálise e uma demanda pelo que o departamento poderia oferecer, como eventos e cursos fora de São Paulo. Assim, um dos projetos deste departamento seria uma publicação que pudesse ser um elemento de troca e circulação. Este era um dos projetos da Regina; embora ela não tenha escrito



muito, percebia a importância. A publicação serve, de um lado, para manter os laços de solidariedade e camaradagem de um grupo, tipo *Boletim*, e, de outro, para estimular as pessoas a escrever, produzir idéias e a ter uma presença no cenário intelectual”.

O Setor decidiu que a revista deveria merecer um cuidado especial, não só do ponto de vista do conteúdo dos artigos publicados, mas do ponto de vista do seu design. Para cuidar desta tarefa foi contratado o jornalista José Paulo Kupfer, que trabalhou no projeto editorial e gráfico da revista. Foi ele também que viabilizou o contato com os primeiros patrocinadores. Depois de ter definido o perfil da publicação, o grupo se dividiu em duas comissões: conselho editorial – Janete Fochtengarten, Miriam Chnaiderman, Renata Cromberg, Renato Mezan e Silvia Alonso (recebendo Kitty Haas no quarto número) – e o setor de publicação (responsável pela parte administrativa) – Eva Wongtschowski, Kitty Haazs, Lílian Quintão, Mania Deweik, Marilucia Mello Meireles e Vivian Montag.

Para Silvia Alonso: “A fundação da revista é um daqueles momentos em que os princípios do departamento se recolocam e reafirmam com muita força. O que nós entendemos como departamento está colocado no editorial do primeiro número. Começamos a nos reunir com pessoas interessadas em fazer uma revista – Janete, Renato, Miriam. Queríamos um dispositivo que motivasse uma produção teórico-clínica escrita. Ao mesmo tempo, a Mania propôs uma reunião com a mesma idéia. Nos reunimos e se formou este primeiro grupo da *Percurso*. Não foi qualquer revista que fizemos, houve muita discussão

Madre Cristina e membros do departamento participam do lançamento do primeiro número da revista Percurso, que se tornaria uma das mais importantes revistas de psicanálise no país.

sobre que revista queríamos, qual o alcance (interno ou mais amplo), que tipo de publicação (mais simples ou com um projeto gráfico mais elaborado), quem escreveria (seria limitada a produção do departamento ou aberto a outros autores). E enfim decidimos por uma revista que fosse um fórum de discussão, em que escrevessem membros do departamento e pessoas de fora dele, mas que escrevessem textos que permitissem uma troca, que tenham uma forma de pensar a psicanálise, que se abram para a possibilidade de questionamento, sem primazia de uma escola, sem dogmatismo”.

No seu primeiro número no 2º semestre de 1988, em editorial, a revista se apresentou: “Percurso que, neste momento, nos leva a fabricar esta revista. Nós a concebemos como suporte de uma tessitura, feita de fios de diferentes escritas. Nelas, os conceitos clínicos e teóricos são relançados, postos a trabalhar, num movimento de contínua recriação. Estaremos receptivos a textos que não se proponham como pontos finais nem formulem exigências de adesão incondicional, mas que nos recebam, que nos convidem à prazerosa companhia do pensar, que incluam autor e leitor no campo da interlocução.”⁴⁹

Trabalho editorial constante

O trabalho de editar uma revista logo se mostrou uma tarefa desafiante. Como afirmariam pouco depois os membros do conselho editorial: “Informações colhidas de pessoas ligadas a outras publicações editoriais e a nossa pouca experiência inicial já foram nos levando a perceber que seria necessário um tempo maior do que imaginado, no início, para que a revista saísse da sua fragilidade inicial e se consolidasse no campo psicanalítico. Eram muitos cuidados a serem tomados e um trabalho editorial constante e coeso era fundamental nesse momento”⁵⁰

Miriam Chnaiderman, que participou por muitos anos do conselho editorial, avalia: “A *Percurso* é um espaço que tem relação com uma efervescência de pensamento na psicanálise: mais crítica, criativa, fecunda. Ser do conselho editorial é uma experiência muito rica de leitura cuidadosa dos textos, de trabalho junto ao autor. Foi uma experiência muito prazerosa. Temos que questionar os espaços constantemente para evitar que o departamento se torne uma instituição como outra qualquer. O conselho editorial, pelas próprias

características do trabalho, obrigava ao constante questionamento: Este texto nos traz quais questões? Estas nos interessam? Remetem ao quê? Qual a nossa linha editorial? *Percurso* é uma revista que quer ser porta voz de uma postura, trazer uma psicanálise que questiona a si mesmo, a suas bordas, a seus limites, que tem uma inserção social, que tem coragem de se abrir para outros paradigmas. Assim, a revista é para mim uma das atividades que dá sentido ao estar no departamento”.

Desde o início, todos os membros do conselho editorial lêem todos os textos recebidos e discutem o interesse de publicação, o que gera um significativo volume de trabalho e de reuniões. O primeiro número da revista publicou textos de professores, membros do departamento e alunos. Mas já a partir do número seguinte a revista começou a receber contribuições externas ao departamento, e mesmo à psicanálise, com artigos de filósofos, teóricos da comunicação, sociólogos e jornalistas. Em 1991, em editorial, a equipe da revista comentava: “O recebimento de um número tão grande de artigos, a variedade das procedências, a diversidade de temas nos reasseguraram de uma posição específica entre as publicações psicanalíticas no Brasil. Este dado fala-nos da quantidade de analistas identificados com a postura que não pode ser vista separadamente da história e da política do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Sempre nos constituímos como um espaço de interlocução e diálogo em que analistas de várias orientações podem se reconhecer nas diferenças. Nosso parâmetro tem sido o rigor e a seriedade no trabalho”⁵¹

Além de escolher os textos a serem publicados, o conselho se colocava a tarefa de incentivar a produção escrita dos membros do departamento⁵². Em 1990, os membros da revista avaliavam: “Achamos que a revista tem uma boa qualidade e tem tido um bom reconhecimento e acolhida significativa. Apenas nos fica uma preocupação: o número de artigos recebidos de fora do Departamento tem sido significativamente maior que os de dentro. Gostaríamos de pensar por que isso está ocorrendo, ou seja, por que a existência da revista não está funcionando como estímulo de escrita”⁵³

Assim como os outros setores do departamento, que ficam na interseção entre o interior e o exterior da instituição, também a revista se deparava com algumas contradições: “O Conselho Editorial da revista está em um lugar muito difícil de autonomia relativa. Sendo um órgão de expressão do departamen-

to, deve levar em conta as implicações que a inclusão ou não de um texto tem para a instituição. Os textos não são selecionados pela concordância com suas idéias. Se o texto tem uma seriedade de argumentação e não fere os princípios ideológicos do departamento e pode propiciar uma reflexão, ele é incluído ainda que se discorde dele. (...) Foi necessário um longo trabalho de consolidação e clareza de nossos critérios”.⁵⁴

A publicação da revista foi possível também graças ao trabalho dos membros da comissão administrativa, que se responsabilizaram pelas tarefas de viabilizar e executar o trabalho, desde revisão de texto, acompanhamento gráfico, revisão de provas, transcrições, distribuição e secretaria. Inicialmente a revista se sustentou com recursos financeiros advindos de três fontes: anunciantes (responsáveis por 80% dos custos da revista), Companhia Suzano (que doava o papel) e a venda e assinaturas da revista, inicialmente muito pequena. Em 1990, devido ao Plano Collor, a revista publicou apenas um número, sendo a revista seguinte dupla, nºs 5/6.

A organização inicial, com a existência de duas comissões distintas, entrou em crise em 1991.⁵⁵ Mania Deweik, que atuava na comissão administrativa, escreveu no *Boletim* tornando públicas as discussões da equipe. Em sua opinião, não ficava claro, depois de quatro anos, a quem se destinava a revista, em que a *Percurso* era diferente das outras publicações, qual a linha editorial e se a revista vinha servindo como instrumento de expressão dos psicanalistas do departamento.⁵⁶ Em artigo no mesmo *Boletim*, Renato Mezan justificava: “Mesmo que tivéssemos uma produção escrita excelente e abundante, creio que seria do nosso interesse permanecer abertos a colaborações externas, desde que compatíveis com o que pensamos e com o que desejamos aprender”.⁵⁷

Em seguida, a revista se reestruturou e as tarefas editoriais e administrativas foram assumidas por todo o grupo e foram abertos outros grupos de trabalho para as seções de resenha, crônica, entrevista e tradução.⁵⁸ Nessa época, se aventou a contratação de um profissional que pudesse cuidar da divulgação e do marketing. Houve uma reação por parte do departamento, mais diretamente da CCG, discutindo o grau de autonomia que cada um dos setores poderia ter.⁵⁹ Essa discussão continuou durante o I Congresso Interno, quando a revista apresentou um projeto de fundação de uma Sociedade Civil Percurso para publicar a revista. Esta foi a forma encontrada pela equipe do setor para

viabilizar a revista do ponto de vista econômico e operacional. Ao Instituto Sedes Sapientiae, por ser uma sociedade sem fins lucrativos, é vedada a possibilidade de comercializar. Desta forma, as revistas não podiam ser vendidas, o que dificultava a distribuição. Além disso, conforme a revista foi amadurecendo, algumas tarefas anteriormente feitas por seus membros foram sendo profissionalizadas, como revisão, tradução, transcrição de entrevistas, etc., que exigiam maiores custos e, na opinião dos editores, maior autonomia administrativa e financeira para viabilizar qualidade e prazos.

Depois de muitas discussões, em outubro de 1994 foi fundada a Sociedade Civil Percurso, responsável pela edição da revista. Apesar do apoio do Instituto Sedes Sapientiae ao projeto da revista, a diretoria do Sedes não endossou a proposta e a solução jurídica encontrada pela revista ao criar uma sociedade civil.

O estatuto de sociedade civil permitiu a cobrança de assinaturas de não-membros, o que fez subir o número de assinantes: de 150 assinantes, antes do estatuto de Sociedade Civil, passou para 600 no início de 1996. Os assinantes – que têm se mantido há vários anos em torno de 800 – são uma fonte importante de recursos, que provêem também de parcela das mensalidades pagas pelos membros do Departamento e de eventuais patrocinadores.⁶⁰

Desde o Evento Saúde Mental e Percurso, em abril de 1993, percebeu-se a importância do contato entre autores e leitores. Assim, após cada edição, a revista realiza um debate aberto entre estes. “A finalidade desta iniciativa é aprofundar as questões abertas pelos artigos, além de proporcionar a quem escreve um ‘feedback’ importante, e a quem os lê uma ocasião de apresentar críticas, interrogações e observações suscitadas pelos trabalhos”.⁶¹ Esta atividade é considerada tão importante pela equipe que mesmo autores de fora de São Paulo são trazidos pela revista. Durante vários anos, estes debates foram reproduzidos no *Boletim*, de forma que mesmo os membros não presentes pudessem aproveitar de seu resultado.

Na época em que a revista *Percurso* começou a ser publicada, haviam poucas revistas de psicanálise no Brasil, a maioria publicações das sociedades de psicanálise ligadas à IPA. Hoje, embora exista um grande número de publicações na área de psicologia e de psicanálise, poucas são as publicações que conseguem manter a qualidade e a periodicidade por tanto tempo. Em 1992, por

iniciativa da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, realizou-se um simpósio cujo tema central foi uma reflexão sobre a divulgação científica na área de psicologia. Nesse encontro, várias sugestões foram feitas sobre o processo de comunicação científica, visando melhorar as publicações consideradas, em sua maioria, deficientes. Além disso, a maioria dos periódicos editados na área de psicologia parece em dois ou três anos e poucos se encontram indexados em serviços de informação.⁶²

A Biblioteca Virtual em Saúde (BVS-Psi), que indexa a produção de 64 títulos nacionais da área de psicologia e psicanálise, concluiu em um estudo em sua base de dados: “Reforçando a afirmação de que os periódicos nacionais sofrem do mal da manutenção de periodicidade, apenas 13 (treze) títulos conseguiram ser editados em 1999, o restante poderá vir a ser publicado, com 12 (doze) meses ou mais de atraso”.⁶³

A partir do número 9, a revista *Percurso* passou a contar com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp, apoio que permaneceu durante dez números.⁶⁴ Desde 1995, a revista passou a ser indexada pelo *The Psychoanalytic Abstracts*, da Associação Americana de Psicologia (APA), sendo a primeira revista psicanalítica do Brasil indexada por um índice internacional.

Setor de Eventos

Além dos eventos internos e de conferências de psicanalistas do departamento ou de fora, o Setor de Eventos teve especial importância na organização de dois tipos de atividades que se encontravam na interseção do departamento com o campo psicanalítico mais amplo: mesas redondas em que membros do departamento podiam debater com outros profissionais e eventos com psicanalistas estrangeiros. Cada assunto ou temática escolhidos sempre foram muito discutidos, o que foi configurando o posicionamento do departamento no campo psicanalítico.

As mesas redondas permitiram o encontro, debate e confronto de membros com psicanalistas de outros lugares e diversos profissionais. Temas como “Psicanálise e política”, “A questão nuclear: como nos afeta?”, “Psicanálise, grupos e instituições”, “Os efeitos da crise econômica”, “Violência hoje”, “Luta anti-ma-

nicomial”, “Aids – Um problema de todos”, “Menoridade”, “Ética e política: Desafios à prática da cidadania” e “Política pública na área de saúde mental”⁶⁵ traziam questões polêmicas e atuais nas quais a psicanálise podia trazer contribuições ao debate e o departamento podia se posicionar. Outras mesas redondas, por sua temática, permitiam um debate dentro do campo psicanalítico com um intercâmbio e confronto de idéias com outras instituições, como foram “História da formação psicanalítica”, “Técnica psicanalítica hoje”, “Retórica freudiana”, “O estilo da escrita psicanalítica”, “Questões de tradução” e “A interpretação: o que, como e quando”.⁶⁶

Seminários, supervisões e conferências

Inicialmente o departamento aproveitava a vinda de psicanalistas estrangeiros a São Paulo para organizar com eles uma palestra ou conferência. Conforme o Setor de Eventos se organizou foi possível trazer psicanalistas importantes no cenário nacional e internacional, cuja obra interessava aos membros do departamento. Nestes casos a vinda do profissional era preparada, sua obra discutida e a programação no departamento incluía seminários teóricos, seminários clínicos e supervisões (para grupos menores) e conferências (abertas a um público mais amplo). Foram assim, por exemplo, as vindas de Gilou Garcia Reinoso (1991), Monique Schneider (1991), Marie Christine Laznik e Bernard Penot (1992) e Jean Laplanche (1993).

A programação com Monique Schneider incluiu duas conferências, dois seminários teóricos de seis horas cada, seis seminários clínicos para grupos de dez pessoas com duração de duas horas. O evento foi realizado entre 23 de outubro e 6 de novembro de 1991, com apoio da Fapesp e em conjunto com o Centro de Lógica e Epistemologia da Unicamp. Foram 15 dias de atividades que envolveram as pessoas do departamento em um debate estimulante e produtivo.

A vinda de Jean Laplanche foi precedida de uma extensa preparação, inclusive com a tradução e divulgação de um texto do autor inédito em português. O Setor de Eventos começou a preparar a vinda de Laplanche formando “grupos de trabalho” para estudar sua obra meses antes. “É um encontro muito



A programação com Monique Schneider incluiu conferências, seminários teóricos e clínicos, envolvendo o departamento em um debate produtivo, 1991.



As conferências de Jean Laplanche atraíram um expressivo número de psicanalistas e projetaram o departamento no meio psicanalítico de São Paulo, 1993.

almejado que estamos tentando realizar desde 1985, data em que tivemos o primeiro encontro com Laplanche em Paris e o convidei, em nome do Sedes, para vir falar no Brasil”⁶⁷, explicava Ana Maria Sigal na ocasião.

As conferências ocorreram em 31 de agosto e 2 de setembro de 1993. “A vinda de Jean Laplanche a São Paulo pelo Departamento de Psicanálise do Sedes não se limitou às duas conferências realizadas no Centro de Convenções Rebouças. Essas conferências que projetaram o Sedes no meio psicanalítico de São Paulo, tanto pela importância de Laplanche na atualidade como pelas dimensões do evento, viabilizaram outras atividades e projetos de continuidade de trabalho e discussão, de formação”, registrou o *Boletim* em 1993.⁶⁸ Durante sua estadia, Laplanche participou de outras atividades: “O encontro com professores e estudantes na PUC, a discussão com professores do Departamento de Psicanálise sobre a formação e um encontro com Haroldo de Campos foram outras atividades propiciadas por nossa organização”.⁶⁹



Jean Laplanche, acompanhado por Renato Mezan, em conferência organizada pelo departamento; eventos como esse sempre foram parte das atividades e projetos de continuidade de formação, discussão e trabalho em psicanálise, 1993.

Os participantes do Setor de Eventos encerram suas atividades em 1994, logo após a conclusão do I Congresso Interno, por avaliarem que a programação de eventos deve estar ligada à política geral do departamento e, portanto, deveriam formar não um setor, mas uma equipe ligada diretamente à direção do departamento. Para efetivar a realização de cada evento – que exige trabalho operacional – se sugeria a formação de comissões de trabalho específicas para cada ocasião.⁷⁰

Notas

1. “Comunicado do Setor de Saúde Mental e Instituições”, out/nov 1986.
2. Carta do Setor de Saúde Mental e Instituições aos membros do Departamento, convidando para o II Encontro ‘Psicanálise e Instituições’, 19 de outubro de 1987.
3. GRUPO DE SUPERVISORES do Setor de Saúde Mental e Instituições. “Sobre um projeto de formação na Rede Pública”, *Percurso*, n° 2, 1° sem., 1989.
4. GRUPO DE SUPERVISORES do Setor de Saúde Mental e Instituições. “Sobre um projeto de formação na Rede Pública”, *Percurso*, n° 2, 1° sem., 1989, p. 8.
5. FUKS, Mario; SOUZA, Laurinda; BERGER, Eliane “Psicanálise e Instituição: história e desafio de uma experiência” (entrevista), *Percurso*, n° 10, 1° sem., 1993, p. 85.
6. FUKS, Mario; SOUZA, Laurinda; BERGER, Eliane “Psicanálise e Instituição: história e desafio de uma experiência” (entrevista), *Percurso*, n° 10, 1° sem., 1993, p. 85.

7. GRUPO DE SUPERVISORES do Setor de Saúde Mental e Instituições. “Sobre um projeto de formação na Rede Pública”, *Percurso*, nº 2, 1º sem., 1989, p. 60.
8. GRUPO DE SUPERVISORES do Setor de Saúde Mental e Instituições. “Sobre um projeto de formação na Rede Pública”, *Percurso*, nº 2, 1º sem., 1989, p. 59.
9. AMARANTE, Paulo. *Loucos pela Vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*, Rio de Janeiro, Fiocruz, 2ª ed., 1998, p. 69.
10. SOUZA, M. Laurinda. “II Congresso de Trabalhadores de Saúde Mental de São Paulo”, *Jornal*, nº 3, out. 1986.
11. SOUZA, M. Laurinda. “II Congresso de Trabalhadores de Saúde Mental de São Paulo”, *Jornal*, nº 3, out. 1986.
12. LANCETTI, Antonio. “Apresentação” in *SaudeLoucura*, nº 1, São Paulo, Hucitec, 1989.
13. ATUA – Rede de Acompanhamento Terapêutico, *site: atuanarede.org.br*, 2005.
14. “Existimos, a que será que se destina?”, Docentes do Curso de Psicose do Departamento de Psicanálise, novembro de 1994.
15. “Informe do Setor de Saúde Mental e Instituições”, outubro de 1989.
16. “Notas Sobre o Convênio com a Secretaria da Saúde”, *Boletim*, Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, nº 4, março/abril 1991, p. 6.
17. “Para Compreender a Atual Política Municipal de Saúde Mental do Governo Democrático e Popular da Cidade de São Paulo”, Assessoria do Programa de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde, dezembro de 1989.
18. “Para Compreender a Atual Política Municipal de Saúde Mental do Governo Democrático e Popular da Cidade de São Paulo”, Assessoria do Programa de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde, dezembro de 1989.
19. “Existimos, a que será que se destina?”, Docentes do Curso de Psicose do Departamento de Psicanálise, novembro de 1994.
20. Edital de Licitação: Supervisão Clínica em Saúde Mental, Convite nº 116/91, ARS-7, Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, agosto 1991.
21. Edital de Licitação: Supervisão Clínica em Saúde Mental, Convite nº 116/91, ARS-7, Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, agosto 1991.
22. Edital de Licitação: Supervisão Clínica em Saúde Mental, Convite nº 227/91, ARS-3, Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, setembro 1991.
23. Edital de Licitação: Supervisão Clínica em Saúde Mental, Convite nº 227/91, ARS-3, Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, Projeto Técnico, setembro 1991.
24. “Existimos, a que será que se destina?”, Docentes do Curso de Psicose do Departamento de Psicanálise, novembro de 1994.
25. “Existimos, a que será que se destina?”, Docentes do Curso de Psicose do Departamento de Psicanálise, novembro de 1994.
26. CALDERONI, M. Lúcia; DEWEIK, Mania; MONTEIRO, Cleide; WATHELY, M. Antonieta. “Introdução aos textos produzidos pelo Grupo do Adendo – Setor de Saúde Mental e Instituições”, 1999.
27. FUKS, Mario; SOUZA, Laurinda; BERGER, Elaine. “Psicanálise e Instituição: história e desafio de uma experiência” (entrevista), *Percurso*, nº 10, 1º sem, 1993, p. 85.
28. Carta ao Secretário da Saúde do Governo do estado de São Paulo”, Departamento de Psicanálise, 13/10/1992.
29. Carta ao Secretário da Saúde do Governo do estado de São Paulo”, Departamento de Psicanálise, 13/10/1992.
30. “Dos Setores – Saúde Mental e Instituições”, *Boletim*, nov./dez. 1992, p. 3.
31. CALDERONI, M. Lúcia; DEWEIK, Mania; MONTEIRO, Cleide; WATHELY, M. Antonieta. “Introdução aos textos produzidos pelo Grupo do Adendo – Setor de Saúde Mental e Instituições”, 1999.
32. “Saúde Mental e Instituições”, *Boletim*, Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, nº 6, ago/set 1991, p. 1.
33. “Existimos, a que será que se destina?”, Docentes do Curso de Psicose do Departamento de Psicanálise, novembro de 1994.
34. “Existimos, a que será que se destina?”, Docentes do Curso de Psicose do Departamento de Psicanálise, novembro de 1994.
35. “Existimos, a que será que se destina?”, Docentes do Curso de Psicose do Departamento de Psicanálise, novembro de 1994.
36. “Existimos, a que será que se destina?”, Docentes do Curso de Psicose do Departamento de Psicanálise, novembro de 1994.
37. FUKS, Mario. “O Impacto das Políticas Públicas na Formação do Profissional em Saúde Mental”, trabalho apresentado no Seminário Sobre Políticas Públicas em Saúde Mental, São Paulo, 16 e 17 de agosto de 1996.

38. “Grupo de Estudos”, *Boletim*, nº 2, ago/set 1990.
39. “Grupo de Estudos”, Coluna do Departamento, *Jornal*, nº 1, p. 2.
40. Ata da reunião, Livro de Atas do Setor Grupo de Estudos, 29/3/1995.
41. Carta-Convite do Setor Grupo de Estudos para os membros do Departamento, 2º sem., 1991.
42. “Grupo de Estudos”, *Boletim*, nº 2, ago/set 1990.
43. Correspondência da Universidade Estadual de Londrina ao Setor de Grupos de Estudos, 28/09/1998.
44. Setores – Grupo de Estudos”, *Boletim*, nº 14, nov/dez, 1993.
45. “Grupo de Estudos”, *Boletim*, nº 24, fev/mar 1997.
46. “Grupo de Estudos”, *Boletim*, nº 7, nov/dez 1991.
47. Ata da reunião, Livro de Atas do Setor Grupo de Estudos, 29/03/1995.
48. Atas das reuniões do Conselho Editorial da Revista Percurso, 1990.
49. “Editorial”, *Percurso*, Ano 1, nº 1, 2º sem., 1988.
50. Atas das reuniões do Conselho Editorial da Revista Percurso, 1990.
51. “Editorial”, *Percurso*, nº 5/6, 1º sem., 1991.
52. Atas das reuniões do Conselho Editorial da Revista Percurso, 1990.
53. Atas das reuniões do Conselho Editorial da Revista Percurso, 1990.
54. Atas das reuniões do Conselho Editorial da Revista Percurso, 1990.
55. “Publicações III”, *Boletim*, nº 10, nov/dez 1992.
56. “Publicações: O outro lado da Moeda”, *Boletim*, nº 8, mar/abr 1992.
57. “Publicações: Sobre as Funções de um Conselho Editorial”, *Boletim*, nº 8, mar/abr 1992.
58. “Publicações III”, *Boletim*, nº 10, nov/dez, 1992.
59. Balanço da Gestão 91/92”, *Boletim*, nº 11, mar/abr 1993.
60. “Setores – Publicações”, *Boletim*, nº 22, abr/mai 1996.
61. “Setores – Publicações”, *Boletim*, nº 16, mai/jun 1994.
62. OLIVEIRA, Rosa Maria V. et alli. “Recurso informacional na área de psicologia utilizando interface *WWWISIS: a base de dados index psi*”. In: *Rev. online Bibl. Prof. Joel Martins*, Campinas, SP, v. 1, nº 4, out. 2000.
63. OLIVEIRA, Rosa Maria V. et alli. “Recurso informacional na área de psicologia utilizando interface *WWWISIS: a base de dados index psi*” in *Rev. online Bibl. Prof. Joel Martins*, Campinas, SP, v. 1, nº 4, out. 2000.
64. Setores – Publicações”, *Boletim*, nº 14, nov/dez 1993.
65. “Psicanálise e Política” com lançamento do vídeo *Psicuba* e debate com Gregório Barenblit, Leon Rozichner (Argentina), Manuel Calviño (Cuba), Walter Evangelista e Mario Fuks (1986); “A questão nuclear: como nos afeta?” com Alberto Castiel (Mov. Bras. pelo Desarmamento e Paz), Eliezer Rizzo (cientista político), José Zats (físico nuclear), Natalina Mutarelli e Mario Fuks (1987); “Psicanálise, Grupos e Instituições” com Chaim Katz, Ana Maria Sigal, Laurinda Souza e Jairo Goldberg (1989); “Os efeitos da crise econômica” José Aníbal (economista), Sévulo Figueira, Mario Fuks e Adriana de Bona (1990); “Violência hoje” com Manoel Berlink, Nelson Ascher, Edna Matosinho Pontes e Lílian Quintão (1991); “Luta manicomial” com Madre Cristina, Paulo Delgado (deputado), Pedro Gabriel (psiquiatra) e Mario Fuks (1991); “Aids – Um problema de todos” com Drauzio Varela (médico), Vera Paiva (Coord. Núcleo de Estudos de Prev. Aids), Wilson Vieira e Maria Auxiliadora Arantes (1992); “Menoridade” com a projeção de cinco curtas-metragens e debate com os diretores Francisco César Filho, Tata Amaral, Reinaldo Pinheiro, Thales Ab’Saber e Jorge Furtado, a diretora do Sedes Maria de Lourdes Trassi Teixeira e Miriam Chnaiderman (1992); “Ética e Política: Desafios à prática da cidadania” com Madre Cristina, José Dirceu, Samuel MacDowell e Mario Fuks (1992); “Política Pública na Área de Saúde Mental” Gastão de Souza (PT), José Carlos Seixas (PSDB), Madre Cristina, Paulo Maldos (diretoria do Sedes) e Setor de Saúde Mental e Instituições (1994).
66. “História da Formação Psicanalítica” com Virginia Bicudo (SBPSP), Luiz Carlos Nogueira e Miriam Chnaiderman (1989); “Técnica Psicanalítica Hoje” com Ana Maria Azevedo, Oscar Cesarotto e Silvia Alonso (1989); “Retórica Freudiana” com Bento Prado, Leopoldo Nosek e Osmir Galbi (1989); “O estilo da escrita psicanalítica” com Ricardo Goldenberg, Luis Carlos Nogueira e Liana Reichtul (1989); “Questões de tradução” com Renato Mezan e Luiz Carlos Meneses (1989); “A interpretação: o quê, como e quando” com Fátima Vicente, Isabel Villutis e Geraldino Ferreira Neto (1990).
67. “Dr. Jean Laplanche – Conferência no Sedes”, *Boletim*, nº 11, mar/abr 1993.
68. “Setores – Evento Laplanche”, *Boletim*, nº 14, nov/dez 1993.
69. “Setores – Evento Laplanche”, *Boletim*, nº 14, nov/dez 1993.
70. “Setores – Eventos”, *Boletim*, nº 17, nov/dez 1994.

II

O sentido e a organização
do coletivo



Junho e Setembro
1994

A Reflexão do "já
percorrido" e o
Debate do "a
percorrer".

**I Congresso
Interno**

ANEXO

**Departamento de Psicanálise
Instituto Sedes Sapientiae**

PÁG. ANTERIOR

Fachada atual do
Instituto Sedes
Sapientiae.

DIREITA

Publicação reúne os
trabalhos apresentados
e debatidos no
Congresso Interno do
departamento, 1994.

Com os diversos setores em pleno funcionamento, no início da década de 1990, existia, porém, uma percepção recorrente de que o departamento funcionava como um conjunto de setores pouco integrados. Foi o próprio desempenho de cada setor, estabelecendo um conjunto crescente de reflexões e de atividades em diferentes direções, que produziu esta percepção dentro de um departamento que buscava, ao mesmo tempo, um modo de produção coletiva. A busca do coletivo estava sempre na salutar tensão entre os setores, com sua relativa autonomia e especificidade, e, simultaneamente, a atenção voltada ao conjunto do departamento, valor que se transmitia desde a sua fundação.

Muito dos movimentos internos, das discussões, propostas e reformas das décadas de 1990 e 2000 tinham esta direção e a procura por um ajuste que contemplasse de maneira produtiva esta tensão. Na década de 1990, o departamento efetivou uma importante mudança nos critérios de pertinência, abrindo essa possibilidade aos que não se formassem no curso, mas que tivessem uma trajetória prévia em outros marcos institucionais.

Também nos anos 1990, uma multiplicidade de grupos e atividades imprimiu uma densa marca de eventos, seminários e publicações, que partiram dos membros do departamento e encontraram uma importante ressonância em outros meios. Fundamentalmente, tratava-se de pensar temas contempo-

râneos, pesquisar e atualizar o lugar da psicanálise diante das transformações sociais e culturais e de encontrar novos modos de produção coletiva dentro do departamento. A vitalidade dessa produção foi uma forte marca do departamento nos anos 1990 e 2000.

Este capítulo narrará as mudanças nas formas de gestão na década de 1990 até a mudança implementada em 2000. Essas mudanças definirão uma nova forma de gestão e de dinâmica interna e externa, que serão descritas no capítulo final deste livro, desdobrando-se em uma multiplicidade de ações que têm caracterizado a dinâmica do departamento nos últimos anos.

A unidade e a soma das partes

A discussão em torno da atuação e relativa autonomia dos setores tornou-se muito presente no início dos anos 1990. A percepção de quem estava no dia-a-dia aparecia, muitas vezes, de forma mais aguda, em meio às tarefas e às exigências do cotidiano, especialmente quando tocavam questões centrais da estrutura e do funcionamento. Na assembleia geral de 15 de setembro de 1990 ficou registrado: “O que se observa é que cada setor possui um nível de comprometimento grande consigo mesmo, porém não está havendo uma articulação maior com as idéias do departamento e com a discussão do Regulamento”.¹ Ou, como expressou o setor de eventos em documento posterior: “À medida que o departamento foi crescendo, o que era ‘amador’ tornou-se necessariamente ‘profissional’. E, cremos, neste ponto – e não podemos precisar por qual razão – esse ‘algo a mais’, ou essa relação solidária, perdeu-se. E, quer nos parecer, a comunicação entre os setores foi se tornando uma verdadeira Torre de Babel, onde não se fala a mesma língua e onde mal se sabe o que acontece com o setor vizinho. Como se faltasse um sentido do coletivo e uma relação orgânica entre os setores”.²

Nas assembleias de 1990 retomou-se a discussão à respeito da atuação dos setores e foi colocada a possibilidade de distinção dos membros em duas categorias: ativos e participantes. Pelas normas até então vigentes a filiação dependia do trabalho; para ser membro era preciso trabalhar no departamento. Essa discussão, por sua vez, provocou um debate sobre os critérios de entrada nos setores e a possibilidade efetiva de participação.³

A falta de regimentos internos dos setores, aprovados no âmbito do departamento, levava a situações não definidas quanto a critérios de admissão em cada setor e à possibilidade de circulação pelos diferentes lugares de trabalho. Conforme texto da comissão coordenadora, de 1992: “A comissão coordenadora acaba sendo chamada a arbitrar conflitos que seguramente não chegariam a ela se critérios de acesso aos diferentes níveis de trabalho interno estivessem democraticamente estabelecidos e aceitos por todos”.⁴

Como parte deste movimento, em 21 de novembro de 1992 foi realizada uma jornada de avaliação e projetos para o Departamento de Psicanálise. A questão da integração dos setores era o tema mais importante: “A nossa sugestão é a de começarmos a pensar o departamento como uma unidade e não como uma soma de partes, que, ao nosso ver, dilui a identidade”⁵, ponderou o setor de publicações.

No balanço da gestão 1991/92, a CCG – formada por Lucia Fuks, Mania Deweik, Sonia Rio Neves, Marina Kon Bilenky, Lourdes Costa, Cecília Hirschzon, Cleide Monteiro e Adriana De Bona – solicitava dos setores algumas definições, como, por exemplo: Quais os critérios políticos e formativos que definem a escolha dos temas e profissionais nos eventos? O que ou a quem representa um determinado membro do Setor Grupo de Estudos quando dá um curso fora da instituição? No balanço da gestão, a comissão registrou: “Parece que essas dúvidas acontecem por falta de circulação das atividades entre os setores e pelo fato de não fazer parte das ‘obrigações’ dos setores veicular suas discussões, fundamentações e conclusões, mesmo que provisórias”.⁶

Projeto História e Memória do Curso e do Departamento

Nos anos seguintes ocorreu um movimento de “tentar resgatar a história” e estabelecer a identidade do departamento. Em 1993/1994, um grupo foi chamado pela diretoria do instituto para participar da reestruturação da clínica. O grupo que representava o departamento nessas reuniões passou a desenvolver duas atividades conjuntas: se reunir com outros integrantes do instituto para



A seção de pôster permitiu uma discussão e participação mais espontânea, sem a elaboração de um texto escrito.

discutir e organizar as modificações na clínica e, ao mesmo tempo, iniciar um projeto interno para registrar a memória do departamento, especialmente de sua relação com a clínica, “fruto da necessidade de compreender como a questão clínica foi tendo lugar nos diversos momentos desta história”.⁷

Assim, foi desenvolvido o “Projeto História e Memória do Curso e do Departamento” com a participação de Adriana De Bona, Claudia J. M. Schonberger, Cleusa Abreu, Cleusa Pavan, David Calderoni, Maria Lucia Calderoni e Regina G. Almeida. Ainda em 1993 foram enviados questionários para alunos, professores e ex-alunos do curso (membros e não-membros), com o objetivo de conhecer a imagem do departamento, expectativas e opiniões. No ano seguinte foram entrevistadas pessoas consideradas representativas e consultada a documentação disponível.⁸

Para organizar o debate sobre a identidade e a organização do departamento, a comissão coordenadora – CCG (gestão 93/94)⁹ propôs, em 1994, um grande evento que envolvesse o maior número possível de pessoas do departamento. Esse congresso interno foi realizado em duas etapas, que receberam diferentes nomes: Reflexão do ‘Já Percorrido’ e o Debate do ‘A Percorrer’. Ficou decidido que todos os trabalhos, de responsabilidade de cada autor, seriam aceitos e a seção de pôster permitiria que as pessoas participassem opinando de forma espontânea, sem, necessariamente, a elaboração de um texto escrito. A comissão organizadora selecionou uma bibliografia e colocou textos à disposição na secretaria.¹⁰ A organização previa duas etapas: a primeira etapa, em 18 de junho, tinha como tema “Ser psicanalista (formação, autorização, pertinência)” e a segunda etapa, em 17 de setembro, apresentando como tema “Ser psicanalista deste departamento”. A idéia da comissão foi que duas etapas no mesmo ano possibilitariam desenvolver e sistematizar as discussões que estavam surgindo em diversos grupos.

O congresso interno contou com uma significativa participação, tanto na elaboração e apresentação de trabalhos como nas discussões e debates. Nesse congresso começaram a ser debatidos três temas que ocuparam lugar central nas discussões nos anos seguintes: a questão do reconhecimento das diferenças entre os membros e a validade de se criar categorias de membros; a abertura do departamento para pessoas que não passaram pelo curso e a discussão sobre modificações na forma de gestão.

Nas discussões e reuniões plenárias tornou-se cada vez mais presente a percepção de que se faz muito e com muita qualidade dentro do departamento. Os relatos dos grupos de trabalho também fazem referência ao prazer das discussões, clima de respeito e de confraternização.¹¹ A identidade buscada na memória do departamento, em décadas e anos de fundação, de criação de uma instituição, de estabelecimento de novos modelos em psicanálise e de resistência e militância política não podia ofuscar as novas identidades do departamento em uma década, a de 1990, em que as questões externas colocadas pela sociedade e pela política eram profundamente diversas. Por isso, diversas tinham que ser as respostas e as ações do departamento e da psicanálise.

Novas formas de gestão

No congresso interno, em 1994, foi levantada a necessidade de uma mudança na forma de gestão e se defendeu a formação de “chapas” com programas prévios, projetos e metas claras, que seriam eleitas, em vez de membros autônomos e representantes dos setores, o que, na avaliação da maioria, levava a uma falta de sintonia no grupo e dificultava a ação.

Como ressaltavam Renato Mezan e Maria Auxiliadora Arantes, a CCG era de natureza diretiva e não apenas representativa, citando como exemplo a convocação do congresso interno e os efeitos benéficos gerados. A CCG seria um pólo de formulação e de condução de uma política geral. Assim, propuseram a formação de duas instâncias: uma comissão de coordenação geral, formada pelo coordenador, secretário, tesoureiro e coordenador de atividades científicas, e um colegiado de representantes de setores.¹² Na assembléia de maio de 1995, essa proposta não foi aceita e uma nova CCG foi eleita, mas a discussão não se encerrou.¹³

Quando se começou a discutir formas de gestão, Cleusa Pavan e Mania Deweik propuseram um trabalho para explicitar as políticas que vinham norteando a ação dos diversos setores. Na avaliação delas, a CCG acabava funcionando como mais um setor, que tinha que dar conta das questões administrativo-financeiras e político-institucionais. Mas, embora o departamento estivesse organizado em setores autônomos com dificuldade de interlocução, haviam trabalhos em andamento e implementação de políticas claras, de formação,



Durante o Congresso Interno foi grande a participação nas discussões e reuniões plenárias, 1994.

saúde mental e outras, “exercendo-se enquanto verdadeiro pólo de formação e influência no movimento psicanalítico nacional”.¹⁴ Segundo o trabalho de Cleusa e Mania, algo mais era possível e desejável, e o departamento poderia ter uma política de conjunto. Para elas, uma etapa necessária seria a coleta das diretrizes em andamento nos diferentes setores para visualizar o todo. Propuseram, então, retomar o material do trabalho de história e memória e fazer um adendo à proposta vencedora. Dessa idéia surgiu o Grupo do Adendo, aprovado na assembléia de maio de 1995, com a participação de Cleide Monteiro, Mania Deweik, Teieta Wathely e Maria Lucia Calderoni.¹⁵

Este grupo retomou o trabalho iniciado pelo Projeto História e Memória, que havia sido interrompido¹⁶. O Grupo do Adendo trabalhou durante os anos de 1995 a 1998 levantando material escrito, entrevistando representantes dos diversos setores e escrevendo uma série de textos, que, depois de editados, foram apresentados em março de 1999 juntamente com as conclusões do grupo.¹⁷ Na conclusão do trabalho, o Grupo do Adendo apresentou uma descrição do

funcionamento do departamento e retomou aspectos já discutidos, tais como reconhecimento, autonomia dos setores e integração, propondo questões como definições e razões para ser membro do departamento.

Abertura do Departamento

A discussão sobre as formas de entrada no departamento e os critérios de pertinência, como vimos nos capítulos anteriores, estava presente desde que começou a ser debatido o estatuto em 1980. Quando foram votados os itens do estatuto, em 1985, como não foi alcançado um consenso, foi estabelecida uma solução temporária: até o fim de 1986 seriam aceitos os pedidos de pertinência de “qualquer aluno, ex-aluno ou professor” que tivesse o compromisso de se vincular a uma atividade. Essa discussão ficou em suspenso durante todos aqueles anos.

Mas nestes anos muito mudou dentro e fora do departamento. A categoria “ex-aluno” foi desaparecendo dos documentos e relatos de assembléias, sendo gradativamente substituída por “membro”, sem distinção. Havia psicanalistas desenvolvendo atividades de reconhecida qualidade dentro do departamento há anos, muitas vezes por uma década, sem nunca terem sido professores do curso, e para os quais o curso de psicanálise era uma parte de seu percurso pessoal. Para o conjunto dos membros, portanto, não fazia mais sentido o lugar central que o curso ocupava na questão da pertinência.

Até aquele momento, o curso era a única forma de entrar no departamento, já que eram membros aqueles que haviam feito o curso ou os que eram professores do curso. Portanto, a seleção dos membros acabava sendo feita no momento de entrada no curso ou quando da escolha de professores. Mas muitos professores não haviam feito o curso, e se considerava que isto enriquecia o corpo docente; então, por que não incluir psicanalistas com diferentes percursos? No congresso interno essas questões foram debatidas.

Várias propostas foram apresentadas. Flávio Ferraz defendeu a criação de três categorias de membros – efetivos, alunos e convidados –, o que poderia incluir pessoas “de notório saber”. A proposta foi criticada por propor categorias, que para alguns implicava em hierarquia, mas a idéia de abertura foi aceita. Outro aspecto muito debatido foi a importância do pedido de pertinência.

“Resgato que é fundamental que se reinvesta o lugar do pedido de pertinência como manifestação desejante da continuidade da formação e como implicação no trabalho de construção do departamento”¹⁸, afirmava Maria Laurinda R. Souza em sua proposta. Depois de muito debate, em várias assembleias, foi aprovada a proposta de Maria de Fátima Vicente, que defendia a formação de uma comissão para estudar o assunto. Em maio de 1995, foi eleita uma comissão de pertinência e aprovada a abertura do departamento.¹⁹

Comissão provisória de pertinência

A comissão provisória de pertinência começou a se reunir em junho e, no mês seguinte, enviou carta a todos os membros para obter a participação geral.²⁰ Na carta, a comissão enumerava uma série de questões a partir do que havia sido levantado nas assembleias e de pontos mais polêmicos.²¹ Vários membros responderam, expressando suas opiniões e fazendo sugestões. Processando as respostas recebidas, a comissão elaborou um relatório²² e uma proposta²³, ambos apresentados na assembleia de 2 de dezembro de 1995.²⁴

Na proposta, a comissão definiu o modelo de instituição desejada: uma associação de psicanalistas que tem como eixo o trabalho clínico. E, a partir dessa definição, estabeleceu os critérios de entrada dos novos membros: “Um percurso anterior de formação passível de ser apresentado ‘a um outro’. Esse percurso deve incluir análise pessoal, experiência clínica, supervisão, formação teórica e experiência institucional; apresentação dos trabalhos já realizados onde se possa reconhecer a proximidade com esta instituição e a explicitação de um projeto de trabalho que justifique a inserção no departamento”²⁵.

Como procedimentos para a seleção destes aspectos foram propostos: entrevistas, apresentação de um memorial e discussão de uma situação clínica e de alguns conceitos teóricos. Os critérios propostos não davam qualquer *status* especial ao curso, definindo que os alunos ou ex-alunos que desejassem pertencer ao departamento deveriam seguir os mesmos procedimentos que os outros interessados.

A partir das propostas recebidas, e acreditando que era uma forma de reconhecimento da participação e da produção que cada um desenvolve dentro da instituição, a comissão propôs a criação de três categorias de membros:

aspirantes, efetivos e fundadores. Na assembleia, esse ponto gerou polêmica, especialmente em relação à existência da categoria de membros fundadores e aos critérios para a passagem de aspirante a efetivo, não se chegando a um consenso. Questionamentos sobre a composição e os critérios de uma comissão de seleção de novos membros também mobilizaram os participantes das assembleias. Nas assembleias de abril, junho e dezembro de 1996 prosseguiram discussões acaloradas sobre esses temas.

Comissão de admissão

Na assembleia de maio de 1997 foi aprovada uma proposta da CCG que estabeleceu uma comissão de admissão (com mandato de dois anos) e foram eleitos os 19 membros dessa comissão. Este primeiro colegiado tinha a função de elaborar os critérios e os procedimentos da seleção, o modo de funcionamento da própria comissão, ao mesmo tempo em que avaliava os primeiros pedidos de pertinência. Inicialmente ficou estabelecido que o candidato enviaria um memorial, passaria por uma entrevista e – caso se aprovasse a continuidade do processo – seria agendada uma apresentação pública. A apresentação pública não foi consenso na comissão no começo dos trabalhos, mas após as primeiras seleções foi avaliada positivamente. “A apresentação pública se reafirmou, então, para nós como um procedimento que legitima a entrada de um membro no Departamento. Por um lado, constitui-se na forma pela qual o candidato apresenta seu pensamento e seu trabalho para a comunidade. Por outro, constitui-se na via pela qual o coletivo o reconhece e avalia no sentido de sua pertinência a este Departamento”²⁶ afirmava a comissão.

A cada pedido novas questões se colocavam e obrigavam o grupo a amadurecer os critérios e formalizá-los. Como lidar com os casos de pessoas que já atuavam nos setores, embora nunca tivessem formalmente pedido a pertinência? E os ex-membros que estavam afastados? Como questionar a pertinência de um analista que havia passado pelo curso, sido reconhecido, tido sua monografia aprovada? A monografia do curso podia ser o trabalho apresentado? O percurso de um analista deveria ser avaliado através de sua clínica ou de sua elaboração teórica? Qual o sentido da apresentação pública, um diálogo entre pares ou uma avaliação?

Estabelecer como “rito de passagem” uma apresentação clínica reafirmou a centralidade da clínica no departamento. As psicanalistas Adriana Fisher, Lílian Fogaça e Patrícia Madi afirmaram logo após passarem por esse processo: “Essa fase sentida como a mais ansiógena no início revelou-se como a mais fértil e enriquecedora experiência de todo o processo. (...) Expor ao debate o próprio trabalho, logo na entrada, este é o espaço mais legítimo de constituição da pertinência”.²⁷ E concluíam o texto afirmando: “A nova porta de entrada cria a possibilidade de um departamento aberto, que se atualiza e renova e onde a cultura penetra e é penetrada. A grande intensidade vivida na clínica circulou em todos os encontros nos quais sentimos uma calorosa receptividade. Estamos gratas e gratificadas”.²⁸

Um modelo de gestão coletiva

Se as atividades da década de 1990 recuperaram uma importante marca do coletivo e da produção, o departamento buscava simultaneamente encontrar um modelo de gestão coletiva de direção. Reiniciada de forma intensa no congresso interno de 1994, essa discussão passou pelo trabalho do grupo de história e memória e pelo Grupo do Adendo, criado em 1995 e que trabalhou até o fim da década.

Em 1998, as discussões sobre a gestão do departamento, a relação entre os setores, atuações dentro e fora dos setores, formas de representação e políticas para o departamento continuaram presentes nas assembleias e se observa um grande esforço da Comissão de Coordenação Geral em sistematizar as discussões e elaborar um novo regulamento interno.²⁹

Na gestão da CCG 1996-1998 evidencia-se uma crise no modo de organização em setores no departamento. Essa forma de gestão não dava conta das demandas de seus membros e a CCG não respondia à questão da representatividade dos setores. Exemplo desse processo foi a criação do Grupo Espaço de Trabalho “Inquietações da Clínica Cotidiana” – por parte de alunos do curso de psicanálise – que não pertencia a nenhum dos setores. Diante dessa conjuntura, a assembleia geral votou a constituição de um grupo de transição cuja tarefa seria trazer uma proposta de forma de gestão para o departamento no primeiro semestre de 1999.³⁰ O grupo manteve reuniões específicas com todos

os grupos de trabalho e membros interessados em discutir, para ouvir as dificuldades e demandas em relação ao departamento.

A partir desse material, o grupo de transição levou à assembleia a síntese desse trabalho, que foi uma proposta de ter como forma de gestão um conselho diretivo ou de direção baseado na articulação de áreas de trabalho. Os grupos não mais ficariam setorizados e os articuladores não seriam mais representantes de um grupo, mas os responsáveis por articular os diversos grupos e interesses em uma determinada área. As áreas foram definidas a partir dos interesses dos membros do departamento. A proposta foi aprovada em assembleia e um conselho diretor provisório foi votado para que as áreas fossem melhor desenhadas.

Inicialmente foi eleito um conselho provisório com articuladores destas áreas, com proposta de gerir e ao mesmo tempo implantar esta nova forma de gestão indicada por essa assembleia. Este grupo assumiu a responsabilidade de elaborar uma reflexão e produzir documentos capazes de subsidiar uma discussão sobre a organização e gestão do departamento e apresentá-la em uma assembleia na qual seria decidida a forma de gestão e eleito o novo conselho. O Conselho Diretivo Provisório era formado pelos articuladores: Maria Auxiliadora Arantes (área de relações internas), Mario Fuks (área de relações externas), Maria Aparecida Aidar (área de cursos-clínica), Daisy Lino (área de grupos de estudos), Giovanna Bartucci (área de eventos), Noemi M. Kon (área de publicações) e Cleide Monteiro (área de administração e tesouraria).

A partir daí, foi pensada uma nova forma de organização do departamento com áreas – relações internas; relações externas; curso-clínica; grupos de estudos; eventos; publicações e administração e tesouraria – que se articulam através de um conselho gestor formado por articuladores de cada uma destas áreas. Os articuladores são responsáveis pela implementação das políticas departamentais decididas pela assembleia e são facilitadores das atividades de cada uma das áreas.

Segundo os membros do Conselho Diretivo Provisório: “Isso implicou na passagem de uma política de representação para uma política de articulação,



No Congresso Interno foram debatidos temas centrais nas discussões do departamento, como a sua abertura e modificações na forma de gestão, 1994.



Publicação com resultado do trabalho do Conselho Diretivo Provisório que serviu de subsídio para discussão e mudança da organização e forma de gestão do departamento, 2000.

de alguma das áreas há pelo menos dois. Foi ficando claro para o grupo que a Comissão de Admissão não podia ser considerada como área e, neste caso, não haveria um articulador, e sim um representante no Conselho Gestor.³¹ Com a definição do que se esperava de um articulador, se concluiu que não havia sentido em apresentar uma chapa para as eleições e o ideal era que os articuladores fossem eleitos.

O resultado desse trabalho – “Subsídios para discussão de políticas para o Departamento de Psicanálise” – foi apresentado em abril de 2000 e aprovado em assembleia em maio do mesmo ano. O conselho passou a se chamar Conselho de Direção. Os membros que participaram do Conselho Diretivo Provisório ponderavam: “Essa forma de gestão, ao nosso ver, foi o desfecho de um movimento interno ao departamento, de uma passagem que se deu ao longo do tempo e que foi processada nessa nova forma de organização. Viemos dos tempos de fundação, da junção de forças para implantação e depois para con-

em que cada responsável por uma área é seu articulador dentro do departamento. Ao articulador cabe a tarefa de constituir um ou mais grupos de trabalho, permanentes ou pontuais, dependendo do caso, para definir em conjunto as políticas de ação de cada área. O interessante desse momento de transição foi o fato de o grupo incumbido dessa tarefa ter-se instituído já na nova forma de gestão. Trabalhamos o tempo todo em articulações, sendo que a definição de áreas e articuladores foi objeto de discussão permanente. O documento final é um resultado desse processo, expressa a diversidade de experiências e formas de inserção e foi proposto como subsídio para a discussão de políticas para o departamento”.

No conselho provisório, algumas discussões foram amadurecendo, inclusive os conceitos de articulador e áreas. Discutiu-se muito qual o perfil ideal e necessário para se tornar um articulador e se fixou como requisito que fosse membro do departamento há pelo menos cinco anos e estivesse participando

solidação, e os caminhos pelos quais nos instituímos demandaram nova organização de forças, novas políticas de atuação. Como forma ideal, desejamos um departamento que mantenha sua integridade pela articulação das diferenças, o que potencializa nossas capacidades. Corremos o risco, como toda instituição, da cristalização, do engessamento, da burocratização, e essa reflexão deve ser uma preocupação constante. Nosso desafio é aprimorar a forma de gestão, que implica em articular as potencialidades e diferenças, avançar nas políticas internas ao departamento, bem como de sua atuação no campo psicanalítico, mantendo nossa ética de uma psicanálise engajada com seu tempo, seus avanços teóricos e clínicos, com a história, a cultura e a sociedade”.

Desenhado o novo modelo de gestão, ele consolidou e repotencializou uma dinâmica que já estava emergindo nas reflexões e atuações do Departamento de Psicanálise desde a metade dos anos 1990. No próximo capítulo, será realizada uma descrição deste perfil de atuação, de forma a tornar compreensível a trajetória de cada área dentro do departamento e a sua dinâmica como um todo.

Notas

1. “Reportagem - Assembleia Geral”, *Boletim*, nº 3, nov/dez 1990.
2. Texto produzido pelo Setor de Eventos para a Jornada do Departamento, novembro de 1992.
3. “Reportagem - Assembleia Geral”, *Boletim*, nº 2, ago/set 1990.
4. “Comissão Coordenadora Geral: balanço de um ano e meio de gestão”, *Boletim*, nº 9, set/out 1992.
5. Publicações – Percursos”, *Boletim*, nº 10, nov/dez 1992.
6. Balanço da Gestão 91/92”, *Boletim*, nº 11, mar/abr 1993.
7. “Um pouco de memória – uma história possível”, Adriana De Bona, Claudia J.M. Schonberger, Cleusa Abreu, Cleusa Pavan, David Calderoni, Maria Lucia Calderoni e Regina G. Almeida, 1994.
8. O “Projeto História e Memória do Curso e do Departamento” realizou entrevistas livres com: Alejandro Viviani, Ana Maria Sigal, Antonieta Watherly, Cleide Monteiro, Cristina Ocariz, Fátima Vicente, Isabel Vilutis, Janete Frochtgarten, Joana Helena Ferraz, Lucia Fuks, Luis Carlos Menezes, Madre Cristina, Mania Deweik, Márcia Arantes, Maria Lourdes C. Costa, Mario Fuks, Miriam Chnaiderman, Renata Cromberg, Renato Mezan, Roberto Azevedo, Rubia Delorenzo e Sílvia Alonso.
9. A Comissão de Coordenação Geral (gestão 93/94) era formada por Maria Auxiliadora C. Arantes, Cecília Galli, Wilson Klain, Ana Maria Leal, Maria Lucia Bersou, Eliana Márcia, Lucia Fuks e Cleusa Pavan.
10. “Setores – Publicações”, *Boletim*, nº 15, fev/mar 1994.
11. “Congresso Interno - Sinopse do Trabalho das Comissões”, *Boletim*, nº 16, mai/jun 1994.
12. “Proposta”, *Boletim*, nº 18, mar/abr 1995.
13. Comissão de Coordenação Geral (gestão 95/96) formada por Eva Wongtschowski, Fátima Vicente, Mario Fuks, David Calderoni, Isabel Vilutis, Marli C. Vianna, Roberta Bertone e Rubia Mara Nascimento.
14. “Forma de Gestão”, *Boletim*, nº 24, fev/mar 1997.
15. “Assembleia”, *Boletim*, nº 19, mai/jun 1995.
16. “Grupo Clínica – Ponto de Vista”, *Boletim*, nº 22, abr/mai 1996.
17. “Adendo”, *Boletim*, nº 29, fev/mar 1999.

18. "Congresso Interno", *Boletim*, n° 18, mar/abr 1995.
19. "Assembléia", *Boletim*, n° 19, mai/jun 1995.
20. Participaram desta Comissão: Ana Maria Sigal, Eliana Vaz Macia, Cristina Ocariz, Fátima Vicente e Laurinda R. Souza.
21. Correspondência da Comissão Provisória para elaboração da política de inserção no Departamento, julho de 1995.
22. Relatório da Comissão Provisória de Pertinência, novembro de 1995.
23. Proposta da Comissão Provisória para elaboração da política de inserção no Departamento, novembro de 1995.
24. "Assembléia", *Boletim*, n° 21, nov/dez 1995.
25. Proposta da Comissão Provisória para elaboração da política de inserção no Departamento, novembro de 1995.
26. Relatório da Comissão de Admissão – 1997/98, maio de 1998.
27. "Comissão de Admissão", *Boletim*, n° 27, mai/jun 1998.
28. "Comissão de Admissão", *Boletim*, n° 27, mai/jun 1998.
29. Comissão de Coordenação Geral (gestão 97/98) formada por Eva Wongtschowski, Fátima Vicente, Mario Fuks, David Calderoni, Isabel Vilitis, Marli C. Vianna, Roberta Bertone e Rubia Mara Nascimento.
30. Participaram do Grupo de Transição: Eva Wongtschowski, Lucia Barbero Fuks, Maria Regina Chu Cavalcanti e Renata Caiaffa.
31. Livro de Atas das reuniões do Conselho Diretivo (1999 a 2004).

PROJETO CLÍNICO-ÉTICO-POLÍTICO: UMA CLÍNICA SOCIAL NO SEDES

Em 1992, a diretoria do Instituto Sedes Sapientiae fez um questionário interno sobre o andamento da clínica psicológica do instituto e, com os resultados, convocou representantes de departamentos, cursos e demais instâncias envolvidas com o trabalho clínico no Sedes para uma troca de idéias sobre a clínica.¹

A partir de uma série de reuniões com representantes dos vários cursos, dos funcionários, do Cepis, da diretoria e da clínica, o instituto resolveu repensar todo o projeto da clínica, até então dirigida às necessidades e às possibilidades dos alunos dos diversos cursos. Como representantes do Departamento de Psicanálise participaram Adriana De Bona e Cleusa Pavan, depois Lucia Calderoni, David Calderoni, Cleusa Abreu e Claudia Schonberger.²

Em duas ocasiões, em março e junho de 1993, o grupo que representava o departamento apresentou no Espaço Aberto um balanço das discussões e a formulação do novo projeto da clínica do Instituto Sedes Sapientiae³, com o objetivo de envolver o maior número possível de membros do departamento. Com o mesmo intuito, o grupo se reuniu com os diversos setores e, posteriormente, levou as posições advindas destes encontros para a discussão geral do instituto.⁴

O trabalho prosseguiu em 1994, período em que o grupo que representava o departamento registrou: "Decorridos quase dois anos de um intenso trabalho de concepção e estruturação de uma clínica psicológica para o Instituto Sedes Sapientiae, estamos no momento de implantação do novo projeto, um projeto elaborado em torno de objetivos, princípios e estruturas que visam assegurar um trabalho qualitativamente diferente daquele oferecido pela clínica de cursos existente até então. (...) A clínica em vias de implantação é uma clínica de serviços, calcada no tripé: atendimento, formação e pesquisa".⁵

O projeto definido pela diretoria do instituto tinha como meta uma atuação mais abrangente em termos de saúde mental, ultrapassando a modalidade de clínica-escola. O projeto apontava na direção da prestação de serviços, com um corpo de profissionais contratados e abarcando as diferentes clínicas específicas e cada linha de trabalho de saúde mental que compunham o Sedes.⁶

1. "Dos Setores – Clínica", *Boletim*, n° 10, nov/dez 1992.

2. "Dos Setores – Clínica", *Boletim*, n° 10, nov/dez 1992.

3. "Dos Setores – Clínica", *Boletim*, n° 12, mai/jun 1993.

4. "Dos Setores – Clínica", *Boletim*, n° 13, ago/set 1993.

5. "Dos Setores – Clínica", *Boletim*, n° 16, mai/jun 1994.

6. "Dos Setores – Clínica", *Boletim*, n° 15, fev/mar 1994.

7. "Dos Setores – Clínica", *Boletim*, n° 21, nov/dez 1995.



Neste processo, o grupo do Departamento de Psicanálise organizou um levantamento da história do próprio departamento nos campos da formação e da clínica. Concomitantemente à definição da nova clínica do instituto, foram se definindo as diretrizes gerais de um projeto de um setor de clínica no departamento. Durante este percurso, o Grupo Clínica não se definiu como um setor, pois considerava que a constituição de um setor tinha como pré-requisito a formulação e a aprovação em assembléia geral de um projeto específico de trabalho.

Em 1994, com a aprovação no instituto do novo projeto de clínica, foram criados dois projetos de atendimentos multidisciplinares com profissionais de diversos departamentos e abordagens realizadas dentro do Sedes: o Núcleo de Referência às Vitimas da Violência e o Núcleo de Referência em AIDS.

Mesmo enquanto não se constituía como setor, o Grupo Clínica do departamento atuava inserido nos mais diferentes lugares de produção e atendimento da clínica do instituto: triagem, coordenações de setores, convênios e outros.⁷ Em 1996, eram 25 profissionais “ocupando diferentes lugares de produção clínica e/ou organizativa, lugares reconhecidos como de sustentação de projetos de trabalho na área de Saúde Mental Pública”⁸, conforme explicava Cleusa Pavan, então coordenadora da clínica.

Com o decorrer do tempo e a implementação das modificações na clínica do Sedes, muitos membros do departamento passaram a integrar a clínica do instituto, como profissionais

8. “Grupo Clínica – Ponto de Vista”, *Boletim*, n° 22, abr/mai 1996.

contratados, como terapeutas voluntários – além de alunos –, mas não necessariamente participando do Grupo Clínica, que deixou de existir em 1997.

Na avaliação de Cleusa Pavan, a clínica passou a ocupar um lugar de destaque no conjunto das atividades do instituto e permitiu um resgate do papel político e social do Sedes: referência expressiva em termos de formação e de atendimento em saúde mental. Segundo ela, o Sedes estava perdendo o destaque e a importância que tivera no início, quando se colocava como um lugar de resistência à ditadura e à repressão, porque havia se esgotado o projeto inicial de “formação de agentes transformadores, multiplicadores de práticas alternativas no social” através dos cursos.⁹

Em 1997, após uma avaliação em que se constatou a necessidade de aprofundar as mudanças, foi aprovado pelo Sedes o “Projeto Clínico-Ético-Político”, que estabeleceu a necessidade de um corpo clínico estável e contratado na clínica. Nos concursos para as novas formas de inserção na clínica, terapeutas contratados, parceiros (em que são atendidos pacientes pagantes, ficando metade do pagamento com a clínica) e estagiários (destinado a membros e em regime voluntário), muitos membros do departamento foram aprovados.

Em 1998 foi criada uma nova forma de inserção, além das equipes e dos núcleos de referência, a de terapeutas de projetos especiais. Os projetos e programas especiais passaram a ser desenvolvidos conforme as demandas de outras instituições ou das próprias instâncias do instituto: cursos, departamentos e centros.

Atualmente, são desenvolvidos projetos na área de adoção e de assessoria a instituições dedicadas a menores e adolescentes em situações de riscos sociais, grupos de atendimentos a gestantes, grupos de movimento para setores específicos, trabalho com casais em crise e outros. A direção da clínica do instituto é responsabilidade de Maria de Fátima Vicente, membro do Departamento de Psicanálise.

Na avaliação do instituto, o Sedes Sapientiae tem “uma clínica que trabalha na invenção de dispositivos de ação e intervenção para além das atividades psicoterapêuticas *stricto sensu*. Uma clínica de ações junto a grupos, setores da coletividade, movimentos sociais, intervenções institucionais”.¹⁰

Além de estágios nos diferentes serviços oferecidos, atividades de pesquisa e divulgação em vários projetos, a clínica oferece várias modalidades de atendimento: “Trabalhos clínicos para usuários: sujeitos (individualmente ou em grupo, família, casal), instituições e movimentos sociais. Isso se dá através de uma rede interna de serviços – psicoterapias; processos de análise de demandas; oficinas de expressão e/ou produção de potencialidades corporais, plásticas, musicais; orientação vocacional; atendimento psicopedagógico; acompanhamentos psiquiátricos; acompanhamentos terapêuticos; atendimentos em torno de temáticas específicas como violência doméstica, adoção, psico-oncologia, adolescência, terceira idade, violência institucionalizada e psicoses – articulada com uma rede externa de parcerias com outras instituições de saúde, educação, jurídicas e assistenciais”.¹¹

9. “Grupo Clínica – Ponto de Vista”, *Boletim*, n° 22, abr/mai 1996.

10. Site do Instituto Sedes Sapientiae, 2005.

11. Site do Instituto Sedes Sapientiae, 2005.

I2

Um departamento frente
aos desafios contemporâneos

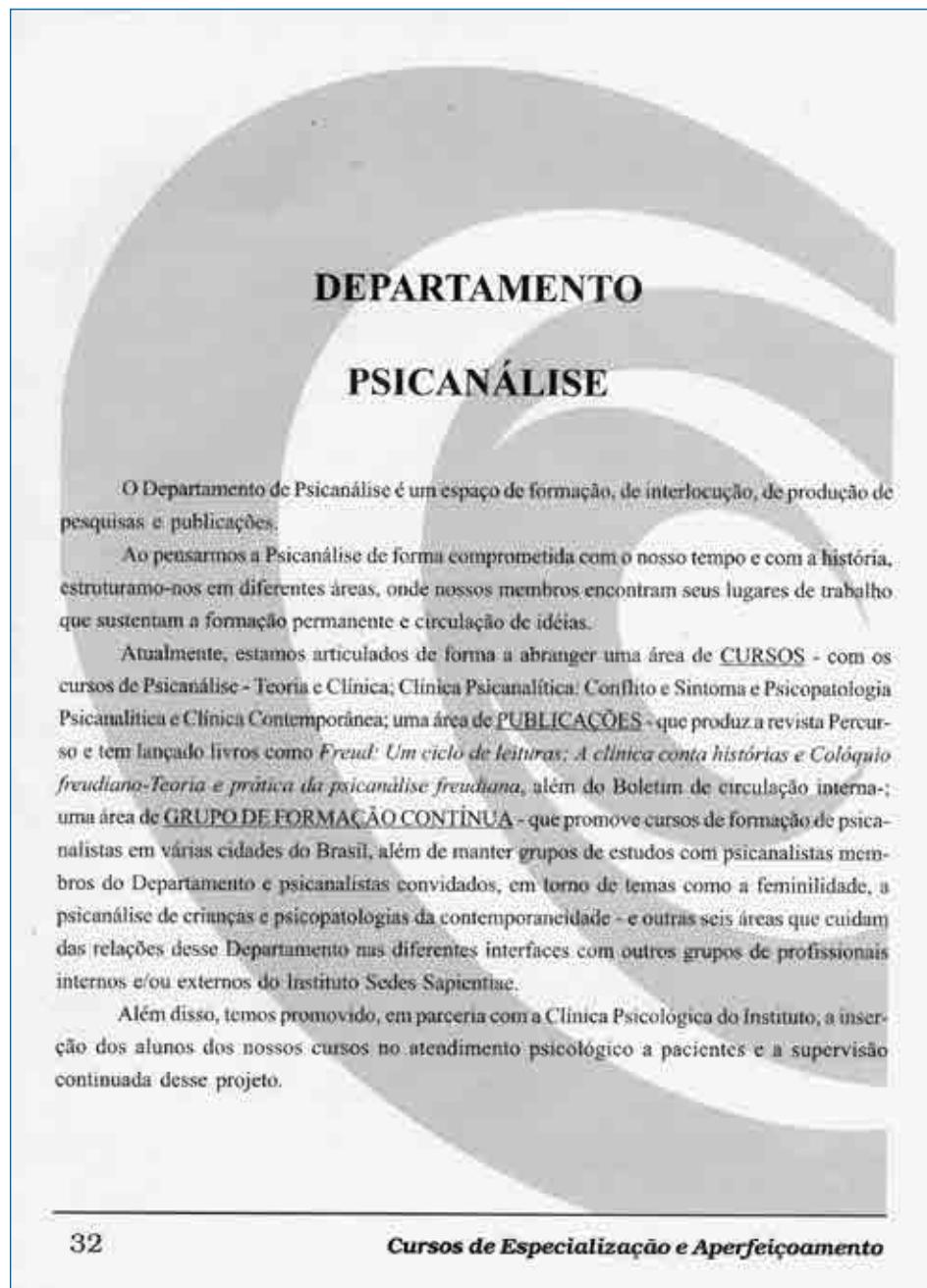


PÁGINA ANTERIOR

Mesa redonda do
Ciclo de Debates
A Clínica Conta
Histórias promovido
pelo Departamento de
Psicanálise, 1999.

DIREITA

Apresentação
institucional do
Departamento de
Psicanálise no Caderno
Informativo do Sedes.



**DEPARTAMENTO
PSICANÁLISE**

O Departamento de Psicanálise é um espaço de formação, de interlocução, de produção de pesquisas e publicações.

Ao pensarmos a Psicanálise de forma comprometida com o nosso tempo e com a história, estruturamo-nos em diferentes áreas, onde nossos membros encontram seus lugares de trabalho que sustentam a formação permanente e circulação de idéias.

Atualmente, estamos articulados de forma a abranger uma área de **CURSOS** - com os cursos de Psicanálise - Teoria e Clínica; Clínica Psicanalítica: Conflito e Sintoma e Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea; uma área de **PUBLICAÇÕES** - que produz a revista Percurso e tem lançado livros como *Freud: Um ciclo de leituras*; *A clínica conta histórias* e *Colóquio freudiano-Teoria e prática da psicanálise freudiana*, além do Boletim de circulação interna; uma área de **GRUPO DE FORMAÇÃO CONTÍNUA** - que promove cursos de formação de psicanalistas em várias cidades do Brasil, além de manter grupos de estudos com psicanalistas membros do Departamento e psicanalistas convidados, em torno de temas como a feminilidade, a psicanálise de crianças e psicopatologias da contemporaneidade - e outras seis áreas que cuidam das relações desse Departamento nas diferentes interfaces com outros grupos de profissionais internos e/ou externos do Instituto Sedes Sapientiae.

Além disso, temos promovido, em parceria com a Clínica Psicológica do Instituto, a inserção dos alunos dos nossos cursos no atendimento psicológico a pacientes e a supervisão continuada desse projeto.

32 **Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento**

Retratar o Departamento de Psicanálise nas décadas de 1990 e 2000 significa assumir, como ponto de partida, a pluralidade e a diversidade das suas reflexões, preocupações e formas de atuação internas e externas à instituição. São cursos, grupos de estudo e trabalho, atendimentos na clínica, publicações, convênios, seminários e eventos, cuja vitalidade e atuação superam em muito uma descrição objetiva das atividades. Não se trata de um retrato quantitativo, mas de expor as modalidades de reflexão e de trabalho, buscando sempre novos olhares e inserções e encontrando o lugar apropriado de cada atividade no interior de um departamento que mantém uma organização coletiva, conforme vimos no capítulo anterior.

A marca principal do departamento na última década é a intensidade com que vem promovendo uma reflexão e, a partir daí, uma série de modalidades de atuações que significam o estudo, o diálogo e a busca de atualização para pensar as questões contemporâneas, incluindo a própria psicanálise, inserindo sua reflexão e a atuação dos psicanalistas no debate atual. O departamento se atualiza também oferecendo, por exemplo, cursos de aperfeiçoamento aberto a vários profissionais. Dentro do departamento, diversos grupos e atividades foram iniciados, engendrando um movimento interno extremamente dinâmico e produtivo de pessoas e grupos organizando diferentes iniciativas, que ganharam novo formato com as mudanças de gestão a partir de 2000.

Se na fundação do curso e do departamento, na segunda metade dos anos 1970 e primeira da década de 1980, haviam condicionantes externos muito precisos, entre eles a ditadura militar e a busca de modelos institucionais, políticos e técnicos diferentes e divergentes, nos anos 1990 e 2000 os condicionantes externos deixam de ser claramente identificáveis e se tornam difusos, política, social e culturalmente. Precisar estas questões – ou admitir a sua intangibilidade – e buscar formas de responder a elas, na clínica, na reflexão e na atuação institucional, esta é precisamente a marca distintiva destes anos, gerando a multiplicidade de ações necessárias para dar conta, teórica e praticamente, da procura dos caminhos para o trabalho psicanalítico contemporâneo. O pensar-se constantemente, da reflexão à prática, passando por todas as questões que envolvem a gestão deste processo e a organização do coletivo, e buscando sempre entender o movimento da sociedade, da cultura e da política. Esta é certamente uma marca distintiva do departamento como instituição de psicanálise.

Longe de ser uma instituição que trabalha a partir de um lugar pré-definido e que impõe sua autoridade na formação e nas diversas formas de atuação, o Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae se pensa e repensa, se organiza e reorganiza, buscando sempre novos olhares e ações com a psicanálise, entendendo ser precisamente esta a sua função como instituição de psicanalistas no mundo contemporâneo. O movimento e a dinâmica derivados desta postura não são captáveis em um simples retrato ou descrição momentâneos, mas indicam a vitalidade e a permanente reinvenção desta postura.

Conselho de Direção

Atualmente, o Departamento de Psicanálise é gerido por um Conselho de Direção, que se compõe dos articuladores de diferentes áreas de trabalho – relações internas, relações externas, transmissão, pesquisa e intervenções externas, cursos, clínica, grupos de formação contínua, eventos, publicações e administração-tesouraria – bem como de um representante do departamento no Núcleo de Cursos do Instituto, de um representante do Núcleo de Departamentos do Instituto e de um representante da Comissão de Admissão.

Diferentemente dos representantes, que são escolhidos por seu grupo de trabalho, os articuladores são eleitos em assembléia geral para um mandato de

dois anos. Cada um dos articuladores forma comissões para implementação de trabalhos específicos e resolução de questões pontuais. Em alguns casos, como o de eventos, o articulador funciona também como um facilitador na execução da própria tarefa. São, portanto, várias as formas de o articulador trabalhar no departamento.

Cabe ao Conselho de Direção estabelecer as prioridades e as metas específicas para as diferentes áreas, bem como acolher demandas, moderar conflitos e fazer valer os acordos coletivos, conforme os princípios éticos que norteiam a formação de analistas.

O atual Conselho de Direção tem visado a elaboração de uma política de pesquisa com os grupos de trabalho em funcionamento e, também, marcado a posição política do departamento em relação às questões mais amplas, defendendo um fazer psicanalítico comprometido e implicado com as transformações sociais necessárias. Nesse sentido, o departamento apoiou, juntamente com outras entidades da sociedade civil, um evento na Câmara Municipal, realizado em 26 de novembro de 2004: *Viver e morrer na cidade de São Paulo: o massacre do centro*. Na ocasião, representando o departamento, compareceram ao ato Cristina Franch, Maria Auxiliadora Arantes (Dodora) e Verônica Melo. Dodora apresentou um documento em que o departamento expressa sua indignação pela violência contra moradores em situação de rua e reforça seu compromisso ético com a sociedade. Conforme o documento: “Por considerarmos que uma sociedade que desprotege os mais fracos e os seus filhos mais jovens, torna-se também vulnerável; uma sociedade que não exige esclarecimento dos atos de barbárie e de tortura cometidos contra seus cidadãos, torna-se cúmplice do desrespeito aos Direitos Humanos, desconhece que o horror e a miséria contrariam a dignidade, liquidam a liberdade e fomentam a tirania”.¹

A área de administração-tesouraria é responsável pela administração e acompanhamento das outras articulações, mantendo e buscando implantar os procedimentos que auxiliem o funcionamento departamental como um todo. Quanto à tesouraria, acompanha o fluxo do seu orçamento e é o elo do departamento com a tesouraria do Instituto Sedes Sapientiae, a fim de cumprir as regulamentações instituídas e discutir ajustes para melhor às necessidades.

A relação e comunicação do departamento com o Sedes também é respon-

sabilidade de outros membros do conselho: do articulador de relações internas – traçando as relações entre as políticas do departamento e as políticas do instituto – e do representante no Núcleo de Departamentos, que é o espaço de encontro dos representantes de cada um dos departamentos, que procuram uma integração e articulação com a diretoria do Sedes Sapientiae.

Comissão de Admissão

A contínua inserção de novos membros tem se dado através da Comissão de Admissão. O trabalho de discussão entre o analista solicitante e o departamento obedece a algumas etapas, que buscam deixar claro o percurso histórico pessoal do analista solicitante, sua clínica psicanalítica, as questões teóricas que o movem e localizar a sua demanda de inserção no departamento.

Conforme foram se desenvolvendo as atividades desta comissão, considerou-se necessária a criação de etapas intermediárias entre uma primeira entrevista, com apresentação do memorial e do currículo, e a apresentação clínica pública. Especialmente em casos de pessoas que realizaram seu percurso fora do departamento, a apresentação pública acabava se tornando a única oportunidade de se conhecer a clínica do candidato, o que podia gerar uma situação muito difícil para a Comissão – nos casos em que o percurso teórico e clínico não se equivaliam – para avaliação do candidato e, eventualmente, veto.

Ainda na gestão da primeira Comissão de Admissão, em agosto de 1999², colocou-se esta questão, mas foi na segunda gestão que a pergunta foi se esclarecendo: a apresentação pública deveria ser um rito de passagem, uma discussão entre pares ou uma etapa do processo de admissão e sujeita à avaliação e veto? Em junho de 2001, a comissão aprovou a possibilidade de implicação e acompanhamento de um membro do departamento no processo de admissão de um candidato, funcionando como um interlocutor ou tutor na elaboração do trabalho escrito e da apresentação clínica, função que se efetivou no ano seguinte.

Com o tempo a função do interlocutor foi se modificando, uma vez que o grupo acredita que o analista solicitante, independentemente de sua experiência clínica e teórica, tem que poder sustentar um escrito clínico e um embasamento teórico, que não poderia ser intermediado por um tutor. Assim, atualmente cabe ao interlocutor a função de se integrar à comissão de admissão du-

rante o processo de discussão da seleção, como alguém que conheceria melhor o percurso profissional do solicitante (por uma relação de trabalho ou estudo) e poderia acrescentar outras informações aos dados das entrevistas, currículo e memorial. Segundo a atual Comissão de Admissão: “Essa possibilidade de instituímos uma ‘comissão ampliada’ a cada seleção tem se mostrado um dispositivo enriquecedor para o candidato e para os membros da comissão, já que aprofunda a discussão sobre os critérios de seleção utilizados”.

Os atuais membros da Comissão de Admissão ressaltam a importância de cada uma das etapas do processo, as dificuldades e a riqueza deste trabalho: “Admitir analistas para este departamento nos leva a estar permanentemente trabalhando os critérios que embasam a aceitação ou não das solicitações recebidas. As entrevistas com os membros da comissão operam uma primeira diferença em relação ao imaginário que envolve a solicitação de ingresso. São entrevistas destinadas a conhecer melhor o candidato e seus projetos para o departamento e, também, servem para expor a ele alguns aspectos fundamentais de nossa instituição: a ética que a sustenta, a diversidade de opções de inserção e as exigências e limitações de nosso processo de admissão. O trabalho grupal com o material apresentado pelo analista solicitante (memorial e caso clínico) e o parecer dos entrevistadores constituem para nós um desafio importante. É assim que processamos o que entendemos como as diferenças entre um psicanalista e outro terapeuta clínico”.

Membro aspirante

Durante a gestão 2002/2004 foi definida a criação de uma nova condição de pertinência, a de membro aspirante, possibilitando uma situação provisória aos analistas, alunos do curso de especialização, que desejam se aproximar paulatinamente dos trabalhos do departamento, conhecê-los mais profundamente e se preparar melhor para a apresentação pública, que nem sempre é um processo tranquilo para os analistas com menos experiência. Afinal, muitos analistas procuram o departamento justamente como espaço de interlocução para aprofundar a formação contínua que caracteriza a prática psicanalítica. Para pleitear esta condição, ele deve preencher um formulário, sob responsabilidade da área de cursos. Após dois anos nesta condição, o aspirante pode plei-

tear tornar-se membro do departamento, segundo os critérios estabelecidos pela Comissão de Admissão.

Nova modalidade de participação

A mudança nos critérios de pertinência, em meados da década de 1990, coincidiu com um maior reconhecimento público do trabalho desempenhado individual e coletivamente pelos membros do departamento em outros espaços: trabalhos institucionais, acadêmicos (com significativo número de membros com mestrado e doutorado) e teóricos (livros publicados, cursos em outros espaços). Esta constatação levou a um movimento de criação de espaços internos nos quais esta qualidade fosse valorizada e reconhecida e que possibilitasse trazer para dentro do departamento atividades desempenhadas por seus membros fora dele. Outra questão retomada no congresso interno, em 1994, foi a sugestão de criação de grupos de pesquisa. Anna Maria Amaral sugeriu a formação de grupos de estudos que, posteriormente, se organizariam e se desenvolveriam em grupos de pesquisa.³

Entre os professores também se processou um movimento de reconhecer a própria produção, pensada como resultante da atuação do grupo, depois de duas décadas de trabalho. Para dar expressão à produção interna, ao mesmo tempo em se que mostrava as elaborações e reflexões pessoais, foi organizado um ciclo de conferências em 1995. Durante o ano, uma vez por mês, foi realizada uma mesa-redonda com a participação de dois professores do curso de psicanálise, que comentavam um texto freudiano, e um coordenador, que debatia as questões levantadas, e depois abria a discussão para o público presente. Conforme Silvia Alonso: “Este evento foi fruto do trabalho que um dos setores do departamento, o curso de psicanálise, realiza há 19 anos. Este trabalho de formação tem como uma das marcas desenvolver uma leitura minuciosa do texto freudiano. É o que se busca realizar no inte-

Cartaz de divulgação do ciclo “Leituras de Freud”, 1995.



rior dos grupos de seminários teóricos. Foi objetivo deste evento fazer circular e colocar em debate algumas questões que vêm ocupando a reflexão dos coordenadores na interlocução com os alunos nos seminários”.⁴

As mesas-redondas, incluindo os debates, foram posteriormente reunidas em um livro, *Freud: Um Ciclo de Leituras*, organizado por Silvia Alonso e Ana Leal, publicado em 1997. A edição do livro envolveu um significativo número de psicanalistas; além das organizadoras, 14 pessoas escreveram os textos que apresentaram e seis coordenadores (que editaram os debates) trabalharam para a publicação dos textos.⁵

Em 1999 foi realizado um novo ciclo de debates, que teve como eixo condutor a reflexão sobre a clínica psicanalítica no mundo contemporâneo. Os textos apresentados foram reunidos no livro *A Clínica conta histórias*, organizado por Lucia Barbero Fuks e Flávio Carvalho Ferraz, que escreveram na apresentação: “Era preciso enfrentar a questão sobre a eficácia da teoria freudiana para a clínica atual. A psicanálise não é a-histórica, não paira acima das condições que temos para atendimento. Nossos pacientes não são os mesmos que procuravam Freud. Como é a histeria em nosso mundo, onde o corpo aparece como valor único? O que temos a dizer das novas patologias que surgem a cada dia – a síndrome do pânico, a anorexia, a toxicomania, novas sexualidades”.⁶

Em 2002, um novo ciclo de debates foi organizado, tendo como eixo os desafios enfrentados pela psicanálise frente às problemáticas contemporâneas. Como explicam os organizadores Flávio Ferraz e Lucia Fuks: “É indubitável que as mudanças nas configurações dos vínculos, a incidência da tecnologia na sexualidade e na procriação, as diversas áreas e formas de manifestação do mal-estar na cultura, somados aos tipos de paliativos predominantes falam de uma profunda transformação das ‘velhas formas de viver’, que marcarão os diversos aspectos de nossa prática ao longo do século que se inicia”.⁷ Tratou-se, então, de pensar e discutir como a psicanálise se vê confrontada por essas “novas formas do viver” e que respostas teóricas e clínicas pode dar a elas. A produção apresentada nas mesas-redondas foi reunida e publicada, em 2003, no livro *Desafios para a psicanálise contemporânea*.

Em 2005, o Ciclo de Leituras trouxe uma inovação importante: pela primeira vez foram reunidos em uma única jornada teórico-clínica os três cursos do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae (Psicanálise – Te-

oria e Clínica, Clínica Psicanalítica: Conflito e Sintoma e Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea). Tendo como organizadores Lucia Fuks e Flávio Ferraz e como tema geral “O Sintoma e suas faces”, foram realizadas sete mesas-redondas em que se reuniram professores dos três cursos, debatendo temas relacionados com a questão do sintoma. No programa divulgado se explicitava: “Neste encontro, buscaremos nos aproximar da variedade e da diversidade do sintoma, examinando-o tanto em sua definição inicial, produzida sob medida para o fenômeno neurótico, como nas múltiplas faces que ele comporta no amplo espectro da clínica e da psicopatologia, seja no plano individual, seja no coletivo e institucional”.

Política de formação contínua: Grupos de Trabalho

O processo de reconhecimento e de estímulo da produção foi acompanhado pelo desejo de que mais espaços de trocas se estabelecessem no departamento. No Congresso Interno, em 1994, foi colocada a importância da criação ou reativação de marcos como o “Espaço Aberto”, como lugar privilegiado para circulação e debate de idéias. Seguindo na busca de uma política de formação contínua, dirigida aos membros, começaram a se formar diversos grupos de estudo e de trabalho. Foi a retomada da proposta inicial do Setor Grupo de Estudos, que, finalmente, se efetivou em projetos internos de formação continuada com grupos de trabalhos e seminários temáticos.

Embora o Setor Grupo de Estudos continuasse defendendo a existência de grupos de estudos no setor, o que se observava é que não havia interesse dos grupos que se formavam no departamento em se ligar ao setor. Como definia a representante do setor, Cleide Monteiro, em uma reunião da CCG em 1995: “O Setor Grupo de Estudos funciona atendendo demandas de trabalhos externos; as outras vertentes que continuam funcionando estão apenas ‘pendurados’ no setor, sem fazer efetivamente parte dele”.⁸ Enfim, se concluiu que estes grupos tinham um desejo de pertinência institucional em relação ao departamento e, ao mesmo tempo, de autonomia em relação ao setor. Com isso, abriram-se mais possibilidades de inserção no departamento, fora dos setores estabelecidos e que, posteriormente, também levariam a mudanças na própria organização e divisão por áreas, conforme mostrou o capítulo anterior. Estas

modificações levaram inclusive à mudança do nome da própria área que passou, em 2000, a se denominar Área de Formação Contínua, mais condizente com seus objetivos.

Um dos primeiros a se organizar foi o Grupo Espaço de Trabalho, um grupo aberto para refletir sobre a clínica, que se reúne uma vez por mês, desde maio de 1996.⁹ O Grupo Espaço de Trabalho foi uma proposta de um grupo de alunos (Márcia Soléra, Zélia Temin, Elaine Armênio, Ana Cristina Lopérgulo, Daniela Affonso, Paula Patrícia Francisquetti e Sérgio Marinho¹⁰) para a criação de uma instância aberta que não era um setor, mas sim um grupo que teria como objetivo principal fazer circular a clínica dos membros e no qual fosse discutida qual psicanálise se fazia nos consultórios, instituições e outros trabalhos. A CCG aceitou a proposta, que foi também aprovada em assembléia geral.

Assim, em 1996 teve início “As inquietações da clínica cotidiana”, um encontro mensal em que um membro do Departamento apresentava “uma inquietação” para trocar com os colegas. Os encontros promovidos mensalmente por este grupo se constituíram em um espaço de apresentação de casos clínicos e de reflexões sobre aspectos da clínica psicanalítica. Em 2000, a revista *Percurso* publicou alguns trabalhos apresentados.

Em 2004, com a reformulação da Área de Formação Contínua, que buscava redefinir seus princípios e diretrizes, o Grupo Espaço de Trabalho não se encaixou em nenhum dos formatos de grupo propostos por esta área. Pensou-se que este grupo poderia fazer parte da Área de Eventos por realizar um encontro mensal no departamento. Isto seria votado em assembléia, mas o grupo contra-argumentou, afirmando que, por realizar uma atividade mensal, não se tratava de algo eventual, mas sim de um processo contínuo, necessário à própria vitalidade de uma instituição psicanalítica.

O grupo também se manteve como um espaço aberto aos alunos dos cursos, que podem se aproximar das atividades do departamento (atualmente são cinco organizadores, sendo três membros e dois aspirantes a membro). Segundo o atual grupo de organizadores: “O grupo tem experimentado ao longo destes anos diferentes modalidades de diálogos. Após temas variados, fizemos encontros temáticos com duração anual ou semestral, tais como adolescência, feminino e quadros clínicos. Em 2005, inauguramos o dispositivo de lançar questões a serem debatidas, sem a apresentação de um trabalho específico

por um dos membros do departamento. Na alternância da frequência dos interlocutores, acreditamos que tem sido um espaço importante para marcar a constância e a necessidade do diálogo entre pares sobre a clínica psicanalítica, fundamento de uma instituição de psicanalistas”.

Seminários temáticos

Outro campo que se abriu no departamento foi a possibilidade de estudo sobre um tema específico com a organização de seminários. Em 1996 começaram a funcionar três seminários temáticos para formação permanente: “Sintoma e a clínica psicanalítica”, coordenado por Maria Cristina Ocariz, “O feminino no imaginário cultural contemporâneo e seus efeitos na clínica”, coordenado por Silvia Alonso, e “Winnicott”, coordenado por Maria Laurinda de Souza.¹¹ No ano seguinte, foram oferecidos também “Pensar a clínica”, coordenado por Ana Maria Amaral, “Psicanálise e transdisciplinariedade”, coordenado por Alcimar Lima, e “Psicanálise e filosofia”, coordenado por Camilla Gonçalves.

Outros grupos foram sendo criados, como espaço de reflexão e de produção, voltados para a discussão de temas atuais da contemporaneidade e sem tempo definido de duração. Em 2004, foi proposta a definição de duas categorias de grupos: seminários temáticos, que visam o estudo de determinado tema por um tempo e formato determinado, e grupos de trabalho e pesquisa, voltados à produção de seus integrantes e interlocução de pares.

O feminino no imaginário cultural contemporâneo

Desde que foi proposto como seminário temático por Silvia Alonso, em 1996, o grupo “O feminino no imaginário cultural contemporâneo” constituiu-se como marco de estudos e pesquisa e, assim, seus membros passaram a se organizar como um grupo de trabalho e pesquisa.

Como explicam suas integrantes: “Instigadas por nossa clínica e pelos modos de subjetivação e formações psíquicas contemporâneas, certos conceitos necessitaram de reflexão e atualização crítica. Muitas inquietações a respeito da mulher na atualidade moviam o grupo desde o início, tornando-se presentes como interlocutores na releitura dos textos freudianos. Indagamo-nos

sobre os efeitos psíquicos decorrentes do advento da pílula anticoncepcional, que separa a reprodução da sexualidade; do acesso e inserção cada vez maiores no espaço público e da concomitante diminuição da ocupação do espaço privado; de seus conflitos com a maternidade e a reprodução e seus efeitos na estrutura familiar; das alterações no comportamento e na vivência da sexualidade: sobre a sexualidade na adolescência, a precocidade da menarca nas meninas, as primeiras experiências sexuais; as marcas geracionais atuais entre mães e filhas; o corpo da mulher na medicina, na mídia; sobre as novas tecnologias de reprodução humana, que inauguram novas formas de gerar bebês; da oferta, divulgação e acesso a todo tipo de cirurgia plástica e possibilidade de intervenção no corpo visando a manutenção da juventude, entre muitas outras. O estudo e a discussão da metapsicologia foram entretecidos com a reflexão sobre fatos cotidianos, acontecimentos clínicos, culturais e institucionais. Indagamo-nos de que forma as mudanças históricas e culturais afetam a subjetivação da mulher e quais as conseqüências psíquicas decorrentes destas mudanças”.

Ao longo dos anos, o grupo foi estruturando uma reflexão que, embora respeite as diferenças pessoais e heterogeneidade, mantém marcas significativas compartilhadas. Este trajeto se deu, em uma primeira etapa, por meio de leituras de textos de autores e investigações, e aos poucos os participantes foram se autorizando como autores e pesquisadores do tema. Os participantes do grupo de trabalho resolveram sistematizar suas reflexões e produções individuais realizadas a partir do grupo e apresentá-las na jornada “Figuras clínicas do feminino no mal-estar contemporâneo e seus efeitos na clínica”. Este evento foi um ponto de virada na atividade do grupo. No ano que antecedeu à jornada, formaram-se subgrupos que, ao longo dos meses, foram pesquisando seu tema e discutindo com o grupo maior os textos produzidos. “Vivemos experiências difíceis e conflitivas, mas verdadeiramente criativas e profícuas em direção a um pensamento que se compõe em grupo, uma pesquisa que se potencializa na escrita individual e grupal”, descrevem seus participantes.



Folheto de divulgação do curso de psicanálise em 1998.

A jornada, realizada em 2001, foi composta de nove mesas temáticas, cada uma com três expositores. O convite para a jornada foi estendido a todo o departamento. Em 2002, entusiasmados com “a riqueza das produções, que mobilizou a participação coletiva em animados debates”, o grupo reuniu e publicou os trabalhos, organizados por Silvia Alonso, Aline Gurfinkel e Danielle Breyton no livro *Figuras clínicas do feminino no mal-estar contemporâneo*. Os artigos que integram o livro, previamente apresentados durante o evento, espelham a abrangência do tema e vêm sendo amplamente discutidos ao longo desses anos, dentro e fora do departamento.

Na avaliação das analistas que participam deste grupo: “A partir deste evento e da publicação do livro, este solo comum, tão cuidadosa e paciente-mente construído, passou a funcionar entre nós como base para as pesquisas, que ganharam novos contornos. São quase nove anos de trabalho e a pesquisa sempre esteve presente como perspectiva e objetivo deste grupo, que ao longo desse tempo foi construindo, transformando e ampliando seus interesses nesta área. As possibilidades têm sido muitas: desde a pesquisa teórico-clínica, a pesquisa dos conceitos psicanalíticos, sua relação com a atualidade, à saída a campo com pesquisas em instituições ou mesmo extraídas da prática em nossos consultórios”.

Atualmente o grupo trabalha com projetos sobre as temáticas de reprodução assistida, a menopausa, a relação mãe e filha, a anorexia e os movimentos sociais estéticos dos últimos anos. “Lançar-nos no campo da pesquisa nos coloca frente aos desafios da pesquisa psicanalítica e clínica, sua metodologia e seus fundamentos e sua inserção institucional. Alguns projetos já estão avançados em sua execução e outros ainda imbricados nas redes institucionais, sugerindo uma importante discussão em relação à pesquisa atual e toda exigência de visibilidade estatística e comportamental: uma certa batalha a ser travada”, explicam suas participantes.

O grupo se reúne em dois momentos: um centrado na retomada do estudo e discussão dos textos psicanalíticos, e outro na produção e no desenvolvimento das pesquisas clínicas.

Grupo de trabalho e pesquisa em psicanálise com crianças

O “Grupo de trabalho e pesquisa em psicanálise com crianças” começou a se constituir em setembro de 1999, a partir de uma demanda de ex-alunos por uma continuidade do seminário de psicanálise com crianças, oferecido no quarto ano do curso de psicanálise. Além disso havia o interesse de alguns membros de estudar e trabalhar com temáticas mais específicas em relação ao tema. Como lembra Verônica Melo: “Ainda nos encontros preliminares para formação do grupo discutimos seus objetivos e de que forma apresentá-amos e abriríamos o grupo para os membros que tivessem interesse em integrá-lo. Havia a proposta de que tivéssemos neste espaço uma oportunidade para pensar nas crianças em situação de risco, que vivem nas ruas ou instituições, e esta foi uma das perspectivas possíveis do trabalho deste grupo. Após a convocatória aos membros, no entanto, o grupo foi configurando seu interesse na perspectiva dos atendimentos clínicos e estudo de casos de consultório”.

Conforme explicam seus participantes atuais: “Desde o começo caracterizou-se como um grupo aberto, inicialmente com a coordenação de Ana Sigal até sua saída em 2003, quando passou a ter as características de um grupo horizontal autogerido. Havia, como idéia central, o desejo de todos os participantes de constituir um espaço no departamento onde as questões relativas à clínica com crianças, e seu respectivo embasamento teórico, pudessem circular e ser aprofundados”.

Seus participantes atuais lembram o percurso do grupo: “Por ser um grupo aberto, sempre houve um certo número de entradas e saídas a cada semestre, momento no qual o novo grupo que se configura decide qual a temática a ser trabalhada neste período e de que forma. Iniciamos buscando delimitar as questões relativas à legitimidade e à especificidade do campo da clínica com crianças (incluindo também a clínica com bebês e a clínica com adolescentes, pois acreditamos que ambos propõem interrogantes semelhantes). Para tal tarefa utilizamos vários textos representativos das grandes escolas psicanalíticas, com o intuito de situarmos, acima de tudo, se haveria um pensamento específico do departamento que caracterizaria a clínica com crianças. Podemos considerar que este grupo percorre como um pêndulo o caminho que vai do tecer teórico ao acontecer clínico e este, então, passou a ser o foco do trabalho

seguinte. Durante um grande período, os membros que desejassem escolhiam um caso clínico para apresentar ao grupo com o objetivo de re-trabalhar as questões discutidas teoricamente. Foi neste momento que, mobilizados pelas questões discutidas no âmbito do conselho de direção, passamos a nos nomear: grupo de trabalho e pesquisa em psicanálise com crianças.”

Grupo de pesquisa em psicanálise e contemporaneidade

Posteriormente outros grupos se organizaram no formato de grupos de trabalho e pesquisa, tendo outras temáticas, como “Patologias alimentares e sua inscrição contemporânea”, “Campo das dinâmicas psíquicas de grupo”, “Psicanálise e contemporaneidade” e “Psicanálise e cultura”, todos atualmente em funcionamento.

O grupo de pesquisa em “Psicanálise e contemporaneidade” tem funcionado desde 2001 como espaço de debate, estudo e discussão, sendo composto atualmente de 26 psicanalistas membros do departamento, além de psicanalistas convidados. Os participantes atuais explicam: “Este grupo surgiu pelo interesse em criar um espaço de interlocução entre pares, motivados pela necessidade de ampliar sua reflexão sobre as demandas sociais a que estão submetidos os sujeitos na atualidade e as conseqüências destas sobre o processo de subjetivação e novas formas de apresentação do sofrimento psíquico. O mal estar contemporâneo se expressa nos diagnósticos de depressão, transtornos de pânico, nos distúrbios do sono, nos transtornos alimentares, nas toxicomanias. A dor psíquica transborda no corpo, perdendo as conexões simbólicas de sua história. Esse é o legado clínico com o qual nos deparamos na nossa prática cotidiana, restos da sobredeterminação social, econômica e cultural, das exigências narcisistas de auto-suficiência, da recusa ao sofrimento psíquico e do esgarçamento dos laços sociais, além da velocidade das transformações dos valores e dos ideais. Afirmamos o valor da clínica psicanalítica como dispositivo promotor de subjetivação, sua importância como interlocução, construção de narrativas e possibilidades de elaboração de situações traumáticas. O mal estar contemporâneo transcende a questão clínica ‘entre quatro paredes’ à medida que se manifesta também por meio de acontecimentos violentos que afetam toda a comunidade e ganham grande repercussão social”.

Por acreditar nesta manifestação mais ampla das questões clínicas, o trabalho deste grupo tem compreendido discussões sobre produções culturais, análise de filmes, obras literárias, peças de teatro, além do debate vigoroso sobre fatos sociais atuais veiculados pela mídia. Este grupo também tem se mostrado preocupado em estabelecer um diálogo constante com outras áreas do saber, tais como a filosofia, a medicina, a sociologia e a história. O grupo tem projeto de realizar eventos onde essas temáticas possam ser abordadas e debatidas num espaço mais amplo.



“Psicanálise e cultura” e “Grupo de Grupos”

Outro grupo que reúne pessoas interessadas em discutir, a partir dos pressupostos psicanalíticos, manifestações culturais, como as produções de cinema, teatro, artes plásticas, literatura e eventos da atualidade é “Psicanálise e cultura”. Pessoas que compartilhavam os mesmos interesses se organizaram e o grupo começou a se reunir em 2002 e permanece ativo.¹² Os participantes atuais do grupo recordam: “O grupo foi pensado como um ‘ponto de encontro’, um lugar onde os participantes, em autogestão, pudessem propor assuntos e desenvolvê-los no grupo ou isoladamente, com toda liberdade, tendo psicanálise e cultura como ponto de ligação entre seus participantes”. Nos encontros mensais promovidos pelo grupo, abertos a qualquer interessado, o formato não é fixo e depende do grupo: pode-se tanto acolher um trabalho apresentado por um membro como abrir a discussão sobre um filme, livro ou artigo teórico, ou convidar psicanalistas de fora da instituição, quer para reuniões pontuais ou para um período mais regular de interlocução, no caso do grupo ter interesse na ampliação da temática discutida.

Em 2004, pessoas interessadas em discutir questões ligadas a grupos começaram a se reunir e organizaram um grupo de trabalho e pesquisa sobre dinâmicas grupais. Segundo o coordenador do grupo: “O ‘Grupo de grupos’ se pensa então como um espaço de encontro de psicanalistas que se interessem

Folheto de divulgação do curso de aperfeiçoamento Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea.

pelas questões grupais, que trabalhem com grupos, que tenham trabalhado ou que pretendam trabalhar. É um espaço de reflexão a respeito da prática clínica de cada um e a respeito dos modelos psicanalíticos que sustentem tais práticas. É também, e talvez principalmente, um espaço de referência desses psicanalistas que sustentam suas práticas clínicas em instituições variadas e que se vêem muitas vezes extremamente solitários em seu percurso de reflexão. Essa referência é, a nosso ver, muito importante para criarmos condições mínimas de circulação da experiência clínica”.¹³

Uma decorrência da experiência desse grupo de trabalho e pesquisa foi o seminário “Percurso introdutório a uma metapsicologia de grupos”. Paulo Jeronimo, coordenador do seminário, explica: “Fruto da circulação, dentro do departamento, da informação de que existia um grupo de analistas pensando os grupos e a clínica de grupos e de instituições, muitas pessoas vinham procurar-nos pedindo informações e demandando oportunidade de participação, interesse em conhecer o percurso de estudos, etc. Muitas dessas pessoas não tinham como dispor do horário que o ‘Grupo de grupos’ vem utilizando ou não tinham muito interesse em participar de um grupo de trabalho e pesquisa, mas tão somente de estudar mais”.

Patologias alimentares e sua inscrição contemporânea

Um outro grupo que se organizou como grupo de trabalho e pesquisa, em março de 2005, foi “Patologias alimentares e sua inscrição contemporânea”. Para seus participantes, o interesse por esta temática se deve ao fato que “essas ruidosas patologias, que são uma expressão do mal-estar contemporâneo, desafiam a comunidade psicanalítica pela contundência dos sintomas, que clamam por significação, mas que também exigem cuidado, pelo flerte constante com as formas de autodestruição e pela intersecção do campo do somático com o psíquico”.

Embora este grupo tenha se organizado recentemente neste formato, ele teve origem em uma atividade que vem sendo desenvolvida pelos membros do departamento na clínica do Sedes desde 2000: o “Projeto de investigação e intervenção na clínica da anorexia e bulimia”. Vários membros do grupo participam também do projeto na clínica. Segundo seus participantes: “A

partir desse novo espaço de trabalho procuramos ampliar o diálogo com outros colegas do departamento que tenham interesse em estudar o tema. Um exemplo desse desejo de circulação e troca com outros pares que estão inseridos no departamento foi a supervisão do psicanalista Phillipe Jeammet, organizada pelo projeto e pelo grupo de trabalho, em maio de 2005, para a qual foram convidados os professores do curso de ‘Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea’, membros do grupo de trabalho e pesquisa ‘O feminino no imaginário cultural contemporâneo’ e outros membros do departamento, o que resultou numa oportunidade riquíssima de interlocução entre os diferentes grupos”.

O “Projeto de investigação e intervenção na clínica da anorexia e bulimia” foi, segundo seus idealizadores, “criado pelo desejo de sustentar, na contramão do discurso hegemônico da literatura especializada, uma clínica apoiada no referencial psicanalítico para as patologias alimentares, como bulimia e anorexia”. Além do estudo e da reflexão teórica, o grupo oferece, na Clínica Psicológica do Instituto Sedes Sapientiae, atendimento psicanalítico individual e psiquiátrico e, mais recentemente, psicoterapia familiar. A atividade na clínica inclui discussões clínicas, supervisões de casos individuais atendidos pela equipe e supervisões de psicoterapia familiar.

O grupo que vem atuando na clínica do Sedes explica: “As pesquisas teóricas, aliadas à nossa prática clínica dos últimos anos, produziram apresentações e publicações de trabalhos de seus membros em outros espaços do departamento, tais como ‘Inquietações da clínica cotidiana’, ‘Colóquio Figuras clínicas do feminino no mal-estar contemporâneo’ e uma publicação do grupo em um livro de medicina ambulatorial. Dessa experiência clínica construímos a idéia de que as patologias alimentares não podem ser facilmente agrupáveis por trás de uma nosografia única, mas trata-se de modos de funcionamento mental com pontos de convergência com as temáticas ligadas ao narcisismo e a constituição do aparelho psíquico, às relações primárias e suas contribuições para o processamento da feminilidade, que produzem marcas subjetivas distintas em cada psiquismo. Essa constatação nos habilitou a falarmos em anorexias e bulimias, de modo a levar em conta e a pensar, acima de tudo, que para cada caso um projeto de assistência deve ser construído”.

Grupo de Transmissão e Estudos de Psicanálise

Com a organização de vários grupos e espaços de trabalhos internos e com a reorganização do departamento, o antigo Setor Grupo de Estudos passou, em 2004, a se denominar Grupo de Transmissão e Estudos de Psicanálise. Como descrevem seus participantes: “Consideramos que o nome Grupo de Transmissão e Estudos de Psicanálise abarca com maior precisão o que temos feito nestes últimos anos, já que nossa tarefa principal é a realização de trabalhos de transmissão psicanalítica e de formação de analistas fora dos limites da cidade de São Paulo”.

Atualmente este grupo está trabalhando em Limeira, Ribeirão Preto, Goiânia, Fortaleza e Londrina. Como cada localidade e cada grupo apresenta características específicas, os pedidos de projetos de formação são tomados e pensados na sua singularidade. Para tanto, é constituído a cada novo pedido um pequeno grupo de membros do GTEP que se torna responsável pela formulação e pelo acompanhamento de um projeto de formação específico para aquele agrupamento. Esse pequeno grupo de trabalho, o grupo de retaguarda, se responsabiliza por todo o percurso de formação numa determinada localidade. O grupo de retaguarda se encontra em reuniões quinzenais no decorrer de aproximadamente três anos, tempo médio em que se realizam os projetos de formação. São atribuições do grupo de retaguarda: o recebimento e a escuta do pedido; a preparação e realização do processo de seleção; a escolha de cada coordenador que realizará a tarefa diretamente com o grupo, em seminários teóricos, clínicos e discussão de casos clínicos; o acompanhamento por esse coordenador da escolha do tema, da bibliografia, dúvidas teóricas, discussão e estudos de textos a serem trabalhados com o grupo.

O trabalho de transmissão e formação psicanalítica em Fortaleza é oferecido desde 1996, a convite de Regina Stelin, coordenadora da Escola e Clínica Psicanalítica do Ceará. Ao longo desses anos já se constituíram três grupos de formação. Em parceria com a ECPC foi realizado na cidade de Fortaleza, em setembro de 1999, o evento “Psicanálise no século XXI” que contou com a participação de membros do departamento.

Em 2000 foram iniciados trabalhos nas cidades de Limeira e Ribeirão Preto. Como explicam os atuais participantes: “Fomos procurados por um pequeno

grupo autônomo de Limeira que estava interessado em realizar sua formação psicanalítica. Para viabilizar esse projeto oferecemos inicialmente cursos de curta duração com o objetivo de dar a conhecer nosso trabalho e estabelecer transferências com nosso modo de transmitir, pensar e fazer psicanálise. Esse primeiro tempo possibilitou a aproximação de outros interessados e frutificou no primeiro grupo de formação, iniciado em 2002 e que se mantém até hoje. Desse grupo de formação destacou-se um pequeno grupo que acalentou o desejo de instituir-se como referência, pólo de estudos e de formação psicanalítica na cidade, e que, acompanhados por nós, fundaram o Núcleo de Estudos Psicanalíticos de Limeira. O núcleo, em parceria com o GTEP, organizou a jornada ‘Psicanálise Contemporânea e os extramuros do divã’, em 2003, e o ciclo de palestras ‘Desafios da clínica psicanalítica’, em 2005.”

O trabalho em Ribeirão Preto começou com um projeto denominado “Teoria e clínica na perspectiva da formação permanente”; teve início em outubro de 2000 e foi concluído em agosto de 2003. Dando continuidade ao projeto de formação permanente, foi formalizado um novo pedido de estudos, que está sendo desenvolvido. Ao mesmo tempo se constitui um novo grupo, que resulta no grupo II de Ribeirão Preto, este também autogerido e que se encontra em andamento. Segundo os membros do GTEP: “Percebe-se, de uma maneira geral, que a demanda por um trabalho conosco está bastante marcada pelo desejo de encontrar um grupo de pertinência, referência que pudesse legitimar e reconhecer o trabalho clínico no contexto de uma ética psicanalítica”.

No final de 2002 teve início um trabalho na cidade de Goiânia, a partir do convite feito pela Clínica Dimensão, dirigida por Eli Antonio Cury, que há muitos anos promove cursos, eventos, ciclos e palestras com instituições e analistas de várias orientações. A partir da leitura feita do pedido da Dimensão e do teor das entrevistas, a opção foi focar a clínica, na medida em que os candidatos apresentavam consistente estudo teórico. Como explicam seus integrantes: “Da nossa parceria com a Clínica Dimensão originou-se uma proposta de evento anual, que se iniciou em novembro de 2004. Foi realizado o 1º Encontro de Psicanálise, cujo tema foi ‘Desafios da clínica psicanalítica na atualidade’. Em novembro de 2005, o 2º Encontro de Psicanálise tratou do ‘Narcisismo: o vazio na cultura e a crise de sentido.’” Ainda

em 2005 foi lançado um livro do GTEP: *Clínica psicanalítica na atualidade*, organizado por Fátima Milnitzky.

Os atuais membros do grupo avaliam: “O trabalho do GTEP é muito estimulante pelos vários lugares que cada um ocupa, pela troca, pela produção de conhecimento, pela experiência de uma sustentação conjunta das transferências e do trabalho. Nossa sistemática de trabalho possibilita aos membros do GTEP sustentar um processo de formação permanente, na troca com os pares e a circulação de todos pelos lugares de trabalho. O princípio de circulação baseia-se no compromisso de construção de transferências coletivas com o trabalho de transmissão que ganha representatividade ao mesmo tempo em que possibilita a cada um de nós explorar melhor suas posições subjetivas frente à teoria e à clínica, ambas intrinsecamente ligadas ao tema da formação psicanalítica”.

Dos eventos às publicações

A organização a partir de articuladores de áreas permitiu ao departamento uma atuação mais integrada de suas atividades. Como exemplo pode-se citar o caso dos colóquios de monografias, que, sendo uma atividade da área de cursos, acabou gerando um evento e uma publicação, o *Colóquio Freudiano*. É também o caso do grupo “O Feminino no imaginário cultural contemporâneo”, que produziu um evento e uma publicação. Os articuladores destas duas áreas procuram viabilizar e facilitar as atividades com os grupos interessados.

Assim, a Área de Publicações tem como responsabilidade a publicação das produções do departamento, seja de professores, como é o caso dos *Ciclos de Leituras*, seja de alunos, como o *Colóquio Freudiano*, seja de outros membros, como *Figuras clínicas do feminino no mal-estar contemporâneo*.

Um meio de divulgação do departamento é o site www.sedes.org.br/departamentos/Psicanálise, que tem uma série de seções e espaços que informam tanto ao membro do departamento quanto a um visitante que queira fazer uma primeira aproximação virtual. O site faz um retrato de todas as atividades, com entradas para áreas, grupos, agenda, membros, modo de funcionamento, artigos e outras. Informa sobre os cursos e demais atividades. O site preenche, em parte, o espaço de informação que ficou vago com o fim do *Boletim*.

A Área de Eventos também funciona como disparadora e consultora técnica dos eventos propostos pelos membros do departamento, ligados a outras áreas como cursos, publicações ou formação contínua, ou simplesmente um grupo de membros com determinado interesse. Os projetos de eventos são apresentados ao Conselho de Direção, que avalia a sua viabilidade, levando em consideração critérios como concordância com princípios e diretrizes que regem a área, além de itens como tempo, recursos financeiros e local. Além dos colóquios, dos Ciclos de Debates e eventos gerados a partir de grupos como o “Feminino”, a Área de Eventos continua promovendo o debate e o encontro com psicanalistas de interesse e importância, como Elizabeth Roudinesco – que, em agosto de 2004, reuniu 350 psicanalistas – e Contardo Caligaris, que veio ao Departamento em 2005 para um evento com 630 inscritos.

A revista *Percurso*

A revista *Percurso* – lançada em 1990, conforme vimos em capítulo anterior – conta atualmente com o trabalho constante de 24 membros do departamento na coordenação editorial, no conselho editorial, grupo administrativo, grupo de entrevistas e debates e grupo de resenhas, que viabilizam a sua publicação e garantem a sua assiduidade e reconhecida qualidade.

A *Percurso* traz artigos originais, traduções, entrevistas com analistas reconhecidos, debates e resenhas de outras publicações. *Percurso*, com 35 números editados, tem distribuição e circulação nacional e aceita trabalhos provenientes de todo o País, independentemente de o autor ser membro ou não do departamento que a edita. A *Percurso* promove, também, debates entre autores e leitores e os divulga através de seu site na internet. O fato de que quase 75% dos assinantes da revista são

Capa da revista
Percurso, número 14.



pessoas de fora do departamento é um indicador da veiculação da revista no campo psicanalítico além do departamento.

Área Clínica

O departamento tem discutido um entendimento da Área de Clínica de uma maneira mais ampla do que estritamente a atuação na clínica do instituto, definindo-se mais por um projeto de intervenção do que pelo local onde ela se dá. Neste sentido, inclui os diversos grupos do departamento que conduzem pesquisas, reflexões e apresentações da prática clínica psicanalítica, como os grupos de trabalhos e pesquisa ou a Comissão de Admissão.

Como destaca a atual articuladora da Área Clínica: “Certamente podemos reconhecer outras interseções entre nossos grupos de trabalho, que configurariam novos agrupamentos. Entretanto, o destaque do recorte clínico se impõe quando se trata de um Departamento de Psicanálise, tendo em vista a importância central que este campo tem na transmissão e na produção psicanalítica”.

A clínica psicanalítica não é um tema exclusivo deste ou daquele grupo, mas está presente e sendo produzida em todas as atividades desenvolvidas no departamento: nos trabalhos de supervisão e discussão clínica, no âmbito dos cursos e fora deles; nas intervenções institucionais; na participação nos equipamentos de saúde mental do governo; nos projetos que foram implantados na clínica do Instituto Sedes; nas pesquisas destinadas a pensar a clínica com crianças, com grupos, com os quadros psicopatológicos contemporâneos, etc.

Na avaliação de Mara Caffé, articuladora da área: “O próprio crescimento do departamento, com a expansão de seus trabalhos e pesquisas, coloca a necessidade de organizarmos uma área clínica, pensarmos as regularidades e as diversidades desta produção, identificarmos a prática discursiva clínica que estamos constituindo ao longo do tempo, ainda que composta por muitas diversidades e heterogeneidades. Por isso, a criação da área clínica pode ser entendida como expressão de uma demanda que vem se constituindo no departamento, porém cujos contornos claros estão ainda por se fazer, exigindo um trabalho coletivo de reflexão e tomadas de posição. A existência prolongada de algumas pesquisas exigem maior implementação e apoio do departamento. Além disso, o acúmulo do nosso repertório clínico coloca a necessidade e a

pertinência de sofisticarmos os dispositivos internos de trocas entre os vários grupos do departamento. Isto pode colaborar para a maior clareza acerca do que estamos produzindo na área e para o estabelecimento de novas políticas, dadas as demandas sociais que não cessam de colocar desafios e cobrar cada vez mais o nosso posicionamento ético e político frente a elas. Todas estas questões justificam a criação de uma área clínica, ao mesmo tempo em que nos interrogam acerca de que clínica ou clínicas estamos efetivamente produzindo no departamento”.

“Psicanálise: uma titulação, uma especialização, uma profissão?”

A Área de Relações Externas do departamento trabalha na interface com outras instituições psicanalíticas ou não, como é o caso da parceria entre o Departamento de Psicanálise e o Laboratório de Estudos sobre a Intolerância do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (LEI-USP), já em funcionamento, para estudos acerca da questão da intolerância. Em 2003, o Conselho do Departamento de Psicanálise indicou Marilucia Melo Meireles, membro do departamento, para ocupar a função de coordenadora científica do grupo de pesquisadores. A partir desses contatos, o LEI convidou o departamento para um convênio que tem por objetivo, mediante a conjugação de esforços e através de mútua cooperação técnico-científica, promover a criação de um projeto especial distinto para o desenvolvimento de pesquisas teórico-clínicas na área de psicanálise, vinculadas ao tema da tolerância-intolerância, sob a coordenação do Sedes e integrado na programação do LEI.¹⁴ O convênio de parceria foi firmado em 2004.

Atualmente, esta área vem trabalhando também junto com outras instituições psicanalíticas no Grupo Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras. Este grupo, formado por psicanalistas de vários estados do país de diferentes tendências e orientações, se formou para se opor a projetos de lei que tentam regulamentar o ofício do psicanalista, sem, no entanto, contemplar as singularidades históricas e epistemológicas próprias da psicanálise.

Como relata Sandra Navarro: “Dessas iniciativas, um prolongamento imediato se formou: voltamos a ocupar um lugar definido nas reuniões do Grupo

Articulação, que agora acontecem bimestralmente no Rio de Janeiro. O Departamento de Psicanálise hoje está representado por mim (articuladora da Área de Relações Externas) e por Ana Maria Sigal (membro eleito pelo Conselho para realizar esta tarefa)”.

A participação no Grupo Articulação, que tem se tornado um fórum de discussão e troca com as demais entidades psicanalíticas de peso no cenário brasileiro, incluiu também uma discussão interna no departamento, com membros e alunos, e a realização do evento “Psicanálise: Uma titulação, uma especialização, uma profissão?”, com apresentações de Nelson da Silva Jr., M^a Auxiliadora Arantes (Dodora) e Ana Maria Sigal. Os textos produzidos para este evento foram divulgados com o intuito de aprofundar e disseminar a discussão, o que resultou em um segundo encontro. Este encontro tratou de dois outros temas polêmicos: a psicanálise na universidade e cursos de pós-graduação e a questão do título de especialista reconhecido pelo Conselho Federal de Psicologia e Ministério da Educação.

Estes temas geraram muitas discussões dentro do instituto e do departamento, especialmente pelo momento vivido no Sedes. Como explica Maria Auxiliadora Arantes, a diretoria do Sedes deixou aos departamentos a decisão de credenciamento para título de especialista: “Esta decisão tem suas raízes na década de 1990, quando a então diretoria do Sedes enfrentou, mais especificamente em 1992, grave crise nas inscrições dos cursos, interpretada como fruto da multiplicação de empresas, universidades e de cursos semelhantes aos nossos. Decidiu-se, então, pela ampliação da oferta de cursos bem como sua diversificação, além de considerar que o Sedes pode estar presente em diferentes frentes e em diferentes modalidades de curso em sua área de concentração.”¹⁵

Novos cursos de aperfeiçoamento

O departamento oferece atualmente um curso de especialização, “Psicanálise – Teoria e Clínica”, e dois cursos de aperfeiçoamento: “Clínica Psicanalítica: Conflito e Sintoma” e “Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea”. O trabalho de articulação e de discussão entre os três cursos, entre seus coordenadores, supervisores e o departamento e entre os alunos e o departamento, é responsabilidade da área de cursos.

O curso “Clínica Psicanalítica: Conflito e Sintoma” foi criado em 1997 com o intuito de incorporar profissionais não atendidos pelo curso de especialização, tanto jovens profissionais, recém-saídos das faculdades, como profissionais de outras áreas de conhecimento, oferecendo uma ferramenta conceitual que poderia ajudar a agregar novas visões aos discursos com os quais já trabalhavam. Este curso respondia também ao interesse da diretoria do instituto em abrir novas possibilidades formativas.

O curso foi idealizado e vem sendo coordenado desde o início por Ana Maria Sigal e Lucia Barbero Fuks. Segundo suas organizadoras: “Não queríamos dar um curso de introdução, não queríamos simplificar conceitos, não queríamos vôos panorâmicos. Queríamos apresentar o pensamento psicanalítico na sua complexidade, no que ele tem de original, na sua abrangência e na sua dificuldade. Assim como queríamos colocar os participantes dos grupos em contato com aquilo que a psicanálise tem de mais instigante, ou seja, o reconhecimento da impossibilidade de se apropriar de algo completo, acabado e sem fendas, algo que poderíamos chamar de um saber constituído ou instituído. Nosso desejo era experimentar junto aos alunos o desafio e a relação com um conhecimento que fisga, que é por si instituinte, que nos deixa sempre à beira do que não se alcança. Para lidar com esse fim que nunca chega, era preciso fazer trabalhar o narcisismo, a castração, o descentramento que ataca as certezas do Eu como elementos constitutivos de um estudo e uma práxis encarnados na própria forma de transmitir”. Tendo como eixo a leitura da obra de Freud e sua relação com a clínica, foi escolhido como programa o estudo de conflito e sintoma como vias de acesso ao inconsciente.

Nestes nove anos, em torno de 500 profissionais – entre médicos, psicólogos, pedagogos, acompanhantes terapêuticos, advogados, jornalistas e outros profissionais – passaram pelo curso. Para atender a uma demanda formulada pelos alunos, que sentiam necessidade e desejo de aprofundar o conhecimento, foi criado um segundo ano optativo. Outra modificação introduzida com o passar do tempo, e em concordância com o projeto da clínica do Sedes, foi permitir que os alunos psicólogos e médicos se incorporassem a um estágio, para o qual foram criados espaços pertinentes de supervisão que acompanham o trabalho clínico. Esta oportunidade tem sido especialmente valorizada pelos alunos que passam por uma seleção específica para o estágio. A equipe atual considera que

as reuniões quinzenais de trabalho, nas quais são discutidos o andamento do trabalho dos grupos, os temas teóricos e as dificuldades que estes apresentam, transformaram-se em um espaço de encontro de formação permanente.

Curso de Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea

Também em 1997, o grupo que ministrava o Curso de Psicose reformulou a proposta e passou a oferecer um outro curso de aperfeiçoamento, com duração de um ano.¹⁶ A proposta é a de um curso que aborde as formas de sofrimento psíquico ligadas aos novos modos de subjetivação, recebendo o nome de “Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea”.

Em meados de 1995, o grupo de professores do Curso de Psicose tinha começado a interessar-se por uma problemática mais ampla, que associa as análises sobre subjetividade contemporânea, cultura pós-moderna e neoliberalismo com a ocorrência de certos tipos de patologias, de caráter por momentos epidêmico, e que são objeto de abordagens freqüentemente reducionistas e dessubjetivantes por parte de certas correntes vigentes atualmente dentro do campo psiquiátrico. Depois de três anos com o Curso de Psicose, tornaram-se patentes, através das mudanças do tipo de práticas nos serviços, a diminuição do número de alunos e a redução da motivação, os efeitos das políticas restritivas na administração municipal de Paulo Maluf, que levaram a um retrocesso com a implantação do PAS, e a necessidade de repensar os objetivos e as propostas do curso.

Na avaliação de Mario Fuks, coordenador do curso: “A abordagem das chamadas ‘patologias atuais’ trouxe um novo estímulo e desafio para o trabalho teórico em torno a modos de funcionamento psíquico que iam para além do paradigma das neuroses e que implicavam um trabalho de problematização que já havíamos começado a exercitar na abordagem das psicoses”.¹⁷ No final de 1997, o grupo lançou um novo curso de aperfeiçoamento de um ano de duração, com o nome de Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea, destinado a profissionais que, além de interesse pela temática proposta, tenham experiência clínica e percurso teórico prévio em psicanálise.

Para os professores deste curso: “As patologias contemporâneas são um desafio para a psicanálise. Exigem, metodologicamente, uma revalorização dos

trabalhos clássicos de psicopatologia psicanalítica elaborados já no começo do século 20. Eles permitem enriquecer a compreensão de manifestações sintomáticas revestidas hoje de uma aura de novidade que, à luz daqueles trabalhos, deve ser repensada, como se dá, por exemplo, em relação à famosa síndrome do pânico. Isso tem um efeito desmistificador. Mas, por outra parte, como aconteceu já com as psicoses, sua abordagem clínica, sim, é uma novidade. A neurose de angústia, quadro clínico cuja diferenciação foi proposta por Freud e que antecipa – com vantagem – as descrições atuais do pânico, era concebida como uma neurose atual, diferente de uma psicose, que, no máximo, devia ser tratada com conselhos, não com psicanálise. A entrada desses quadros na clínica psicanalítica, enriquecida com produções extra psicanalíticas (antropológicas, sociológicas, históricas e artísticas), traz uma nova luz e uma revalorização de conceitos teóricos que tinham sido deixados de lado, assim como a necessidade de elaborar conceitos novos. Ademais do narcisismo e da recusa, o conceito de laço social constituiu, também, um importante articulador teórico para o estudo da subjetividade contemporânea e dos elementos que tendem a estruturá-la. Fomos trabalhando algumas idéias nesse sentido”.

As questões levantadas neste curso acabaram inaugurando um espaço de troca entre pares – o Grupo de pesquisa em psicanálise e contemporaneidade –, no qual os professores e outros membros interessados se reúnem mensalmente em um grupo autogerido e com coordenação rotativa para aprofundar as discussões sobre o tema.¹⁸

Curso de Psicanálise – Teoria e Clínica

O curso de especialização em psicanálise, agora chamado de “Psicanálise – Teoria e Clínica”, conta hoje com um grupo de 25 professores e supervisores, que desenvolvem as atividades dos seminários teórico-clínicos, supervisão grupal e individual e atividade de aprimoramento clínico, atividade optativa com atendimento na clínica e supervisão semanal em pequenos grupos.

Também é promovido um evento, o Colóquio de Monografias, em que os alunos apresentam os trabalhos escritos que elaboraram para o curso. Como cada aluno trabalha sobre um tema que o mobiliza, nos colóquios se procura fazer mesas-redondas temáticas, com a apresentação dos trabalhos e debate

com alunos e professores. O acompanhamento das pesquisas e das elaborações teórico-clínicas das monografias revela um retrato do pensamento e das inquietações que circulam no departamento, servindo como convite ao aprofundamento destes temas.

Os colóquios vêm sendo realizados, a cada dois anos, desde 1998. O segundo, em 2000, deu origem à publicação: *Colóquio freudiano – Teoria e prática da psicanálise freudiana*, organizado por Ana Maria Sigal e Isabel de Vilutis, que teve por objetivo ampliar a interlocução com outros analistas que compartilham a necessidade de articular a compreensão dos conceitos teóricos com a clínica e de se apropriar da escrita como uma forma de transmissão.

Conforme texto elaborado pelo curso, ele é assim definido hoje: “Enquanto espaço de formação, continuamos processando, como sucedeu na sua origem, uma série de inquietações. Inquietações que são próprias de um ofício que insiste em resgatar o valor da palavra dirigida a uma escuta singular e de fazer valer o lugar do desejo. Inquietações com os destinos dados à psicanálise num mundo de crescente consumismo. Inquietações com o avanço de uma compreensão dessubjetivante do sofrimento humano feito pelas ciências médicas e pela expansão das terapêuticas medicamentosas. Inquietações com as dificuldades que são próprias à construção das grupalidades e do trabalho contínuo de lidar com as diferenças, com as rivalidades narcísicas e com a tentação ao fechamento nas homogeneidades do já conhecido e dos lugares já estabelecidos. Mas que também nos instigam a romper as estereotípias e a produzir novas relações, novos pensamentos, novas leituras e novas práticas”.

Os professores avaliam que: “Muitas coisas mudaram nestes 29 anos de existência, mas seguimos preservando certos postulados presentes já no movimento instituinte: acreditamos que a formação se baseia em condições necessárias e imprescindíveis: a análise pessoal, o estudo teórico e a prática e supervisão clínica; continuamos apostando na liberdade da escolha do analista; isto é, na importância de uma escolha que se funda na transferência e não em ditames institucionais burocráticos; partilhamos a idéia de que uma análise não se define por condições exteriores a ela. É na singularidade da transferência que o analista, respaldado pelo saber da teoria, do método e da técnica, constrói a melhor forma de acompanhar o analisante; priorizamos a leitura do texto freudiano e o estudamos considerando, sempre, a resignificação que os

novos escritos e as diferentes experiências clínicas têm produzido em nosso campo; acreditamos que a formação é permanente e se faz num movimento constante de discussão e de troca com outros saberes; preocupamo-nos com o momento histórico e reconhecemos que a psicanálise está incluída nos dispositivos de produção da subjetividade da modernidade. Enquanto analistas somos atravessados e constituídos pelas questões de nossa época e temos uma opção teórica que situa a psicanálise no campo da ética e da política. Gostamos da idéia de não professar adesões incondicionais. Não é fácil; às vezes temos dificuldades para, na diferença, poder transmitir um corpo teórico que ajude o futuro analista a encontrar o caminho pelo qual transitará seu desejo. Mas, a opção é clara; não queremos estar no lugar do ideal. A diferença não se constrói sem conflitos e ela se estabelece para além deles. Priorizamos a leitura do texto freudiano, mas o discutimos com os de Lacan, Winnicott, Ferenczi, Green, Fedida, Melanie Klein e de outros autores que possam abrir nosso pensamento e nossa escuta”.

Ao avaliarem estes 30 anos de trabalho no curso, os atuais docentes do curso de especialização fazem um balanço: “Depois de tantos anos no campo da formação, nossas marcas podem ser reconhecidas nos analistas que reencontramos trabalhando na prática privada, no serviço público, dirigindo CAPS, ensinando nas universidades, abrindo novos espaços de formação e transmissão, coordenando revistas especializadas e, também, trabalhando dentro do departamento na condução de pesquisas, na coordenação dos seminários e supervisões de nossos cursos e em outros cursos de psicanálise em outros lugares do País. O curso foi um celeiro. Por ele passaram e dele saíram numerosos analistas. A maioria dos professores teve sua formação neste espaço, mas também convidamos analistas que, tendo transitado por outros lugares, nos trazem referências diferentes e rompem o risco de endogamia. Estes analistas, depois de um tempo de inserção e de mostrar seu trabalho ao coletivo, tornam-se membros de nosso Departamento. Passaram por nosso curso psicanalistas das mais diversas escolas com os quais debatemos e aprendemos. Convidamos, também, para esses encontros, pensadores de outras áreas – filósofos, escritores, artistas, políticos... Laplanche, Fedida, Costas Axelos, Lefevre, Rosenfeld, Guattari, Conrad Stein, Monique Schneider, Luis Horstein deixaram em nós suas marcas.”

“Em todos estes anos permanecemos preocupados não só com a forma de condução das atividades de formação, mas também com as práticas clínicas nas diversas instituições da saúde mental e com a discussão das questões de nossa realidade política. Foram anos de construção de um lugar na história do movimento psicanalítico. Hoje, além de outras inserções, fazemos parte de um movimento que luta contra a regulamentação da psicanálise, pois pensamos que a psicanálise não é uma profissão; é uma prática, um método e uma terapia que ‘trabalha’ com o inconsciente e mantém sua independência com as intervenções que querem lhe impor regras e modos de funcionamento alheios à sua própria estrutura.”

“Nosso grupo tem analistas que estão desde sua fundação, outros foram chegando no decorrer do tempo. Todos vêm com suas histórias singulares, com suas diferenças e lutam para manter vivo um projeto no qual acreditamos.”

* * *

Este livro interrompe o seu relato 30 anos decorridos desde a criação do curso “Psicoterapia de Orientação Psicanalítica” e 20 anos passados desde a fundação do Departamento de Psicanálise, marcos de uma trajetória que certamente celebrará, no futuro, muitos outros marcos de uma história que permanece e continua.

Notas

1. ARANTES, Maria Auxiliadora. *Em busca de ‘cidades mais justas’*, apresentado na Câmara Municipal de São Paulo, 26/11/2004.
2. Livro de Atas da Comissão de Admissão, 1999.
3. “Projetos/propostas”, *Boletim*, n° 17, nov/dez 1994.
4. ALONSO, Sílvia “Apresentação”, in *Freud: Um Ciclo de Leituras*, São Paulo, Departamento de Psicanálise Inst. Sedes Sapientiae/Escuta, 1997.
5. Participaram das mesas e escreveram textos para *Freud: Um Ciclo de Leituras*: Renata Cromberg, Janete Frochtengarten, Ana Maria Sigal, Maria Aparecida Aidar, Lucia Barbero Fuks, Sílvia Alonso, Cleide Monteiro, Rubia Delorenzo, Anna Maria Amaral, Isabel Villutis, Mario Fuks, Miriam Chnaiderman, Alcimar S. Lima e Luis Carlos Menezes.
6. Apresentação no livro *A Clínica conta histórias*, 2005.
7. FUKS, Lucia & FERRAZ, Flávio. “Apresentação” in FUKS, Lucia Barbero & FERRAZ, Flávio Carvalho (orgs.). *Desafios para a psicanálise contemporânea*, São Paulo, Departamento de Psicanálise Inst. Sedes Sapientiae/Escuta, 2003.
8. Livro de Atas das Reuniões da Comissão de Coordenação Geral (1993 a 1998).
9. “Grupo Espaço de Trabalho”, *Boletim*, n° 23, jul/dez 1996.
10. *Boletim*, no 23, jun/dez 1996.
11. “Grupo Espaço de Trabalho”, *Boletim*, n° 23, jul/dez 1996.

12. O grupo inicial era formado por Sérgio Telles, Miriam Chnaiderman, David Calderoni, Giovanna Bartucci e Noni Kohn.
13. Texto de Paulo Jeronymo de Carvalho.
14. Minuta do contrato de convênio Sedes-LEI, 2004.
15. ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. “Raízes e interfaces” in *Psicanálise: Uma titulação, uma especialização, uma profissão?*, Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, 2004.
16. Alexandra Sterian, Eliane Berger, Márcia de Mello Franco, Mario Fuks, Nayra Cesaro Ganhito e Renata Caiaffa, que vinham trabalhando no curso, mais Beatriz Costa Carvalho.
17. FUKS, Mario Pablo. “Curso de Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea – a história de um grupo e seus projetos”, 2004.
18. FUKS, Mario Pablo. “Curso de Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea – a história de um grupo e seus projetos”, 2004.

Fontes de pesquisa e bibliografia

Referências Bibliográficas

- ALONSO, Sílvia & LEAL, Ana Maria (orgs.). *Freud: Um Ciclo de Leituras*, São Paulo, Departamento de Psicanálise Inst. Sedes Sapientiae/Escuta, 1997.
- ALONSO, Sílvia; GURFINKEL, Aline & BREYTON, Danielle. *Figuras clínicas do feminino no mal-estar contemporâneo*, São Paulo, Departamento de Psicanálise Inst. Sedes Sapientiae/Escuta, 2002.
- AMARANTE, Paulo. *Loucos pela Vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*, Rio de Janeiro, Fiocruz, 2ª ed., 1998.
- ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais*, Petrópolis, Vozes, 1985.
- BEOZZO, José Oscar. *Cristãos na Universidade e na Política*, Petrópolis, Vozes, 1984.
- BERLINCK, Manoel T. “Ortodoxia e Pluralismo na Psicanálise em São Paulo, Brasil”. In: *Psicanálise da Clínica Cotidiana*, São Paulo, Escuta, 1988.
- BOAVENTURA, Elias. *Universidade e Estado no Brasil*, Piracicaba, Unimep, 1989.
- BRASLAVSKY, Manuel e BERTOLO, Carlos. “Anotações para uma história atual do movimento psicanalítico argentino”. In: LANGER, Marie (org.). *Questionamos 2 – Psicanálise Institucional e Psicanálise sem Instituição*, Interlivros, Belo Horizonte, 1977.
- COIMBRA, Cecília. *Gerentes da Ordem: Algumas Práticas ‘Psi’ nos anos 70 no Brasil*, Tese de Doutorado, IPUSP, 1992.
- CYTRYNOWICZ, Monica M. *Criança – Enfance: Uma trajetória de Psiquiatria Infantil*, São Paulo, Narrativa Um, 2002.
- DEMARIA, Laura. “Crise social e situação analítica”. In: *Questionamos – A Psicanálise e suas Instituições*, Petrópolis, Vozes, 1973.
- FRANÇA, Mª Olympia. “Prefácio-História”. In: FRANÇA, THOMÉ & PETRIACCINI, *Transformações e Invariâncias: Bion-SBPSP*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2001.
- FUKS, Lucia Barbero & FERRAZ, Flávio Carvalho (orgs.). *A clínica conta histórias*, São Paulo, Departamento de Psicanálise Inst. Sedes Sapientiae/Escuta, 2003.

FUKS, Lucia Barbero & FERRAZ, Flávio Carvalho (orgs). *Desafios para a psicanálise contemporânea*, São Paulo, Departamento de Psicanálise Inst. Sedes Sapientiae/Escuta, 2003.

GALANO, Monica. “A Influência dos Psicanalistas Argentinos no Brasil na Década de 70”, *Insight-Psicoterapia*, Ano V, nº 54, agosto 1995, pp.14-17.

HERRMANN, Fabio. “Psicanálise em São Paulo”, *Folha de S. Paulo*, Folhetim, nº 488, 15/06/1986, pp. 8-9.

HERRMANN, Fabio. “Análise Didática: Uma análise feita de críticas”, In SLAVUTZKY, BRITO & SOUZA (org.). *História, Clínica e Perspectiva nos Cem Anos da Psicanálise*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.

KESSELMAN, Hernan. “Plataforma Internacional: Psicanálise e Anti-Imperialismo”. In: LANGER, M. (org.) *Questionamos – A Psicanálise e suas Instituições*, Petrópolis, Vozes, 1973.

LANGER, Marie. “Prefácio”. In: LANGER, M. (org.). *Questionamos – A Psicanálise e suas Instituições*, Petrópolis, Vozes, 1973.

LANGER, Marie. “Psicanálise e/ou Revolução Social”. In: LANGER, M. (org.) *Questionamos – A Psicanálise e suas Instituições*, Petrópolis, Vozes, 1973.

LANGER, Marie (org.). *Questionamos 2 – Psicanálise Institucional e Psicanálise sem Instituição*, Interlivros, Belo Horizonte, 1977.

MELO, Silvia Leser. *Psicologia e profissão em São Paulo*, São Paulo, Ática, 1975.

MEZAN, Renato. *A Vingança da Esfinge: Ensaio de Psicanálise*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2002, 3ª ed.

“NÓS OUTROS e a Psicanálise”, documentário em vídeo produzido pelo Núcleo de Psicanálise, Cinema e Vídeo (Cida Aidar, Heide Tabacof, Marta Assolini e Lucia Lima), Moisés Rodrigues da Silva Jr. e Eduardo Abramovay.

O *PERFIL do Psicólogo no Estado de São Paulo*, São Paulo, CRP-6ª região/ Sindicato dos Psicólogos/ Cortez, 1984.

OLIVEIRA, Fátima Bayma. *Pós-Graduação: Educação e Mercado de Trabalho*, Campinas, SP, Papirus, 1995.

ROCHA, Eduardo Boralli. *A Difusão do Movimento Psicanalítico em São Paulo e suas relações com a História da Psicanálise*, Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 1990.

ROSAS, P.; ROSAS, A.; XAVIER, I. “Quantos e quem somos”. In: *Quem é o psicólogo brasileiro?*, São Paulo, Conselho Federal de Psicologia /Educon, 1988.

RUSSO, Jane. *O Mundo Psi no Brasil*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.

SAGAWA, Roberto Y. *Os Inconscientes no Divã da História*, Dissertação de Mestrado, FFCH – Unicamp, 1989.

SAGAWA, Roberto Y. *A História da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo*, site oficial da SBPSP (www.sbpsp.org.br), fevereiro 2005.

SAMPAIO, Helena. *Ensino Superior no Brasil: O setor privado*, São Paulo, Hucitec, Fapesp, 2000.

SANTOS, M. Cecília Loschiavo (org.). *Maria Antonia: uma rua na contramão*, São Paulo, Nobel, 1988.

SANTOS, Roberto Figueira. “A Reforma Universitária – Condição atual de sua implantação”, *Revista da Universidade Católica de São Paulo*, vol. 43, nº 85-86, jan/dez 1973.

SIGAL, Ana Maria & VILLUTIS, Isabel (orgs.). *Colóquio freudiano: Teoria e prática da psicanálise freudiana*, São Paulo, Departamento de Psicanálise Inst. Sedes Sapientiae/Via Lettera, 2001.

SISTER, Bela e TAFFAREL, Marilsa. *Isaías Melsohn: a psicanálise e a vida*, São Paulo, Escuta, 1996.

VALE, Eliana Nogueira do. *Os Rumos da Psicanálise no Brasil*, Dissertação de Mestrado, IPUSP, 1986.

Textos sobre o Departamento de Psicanálise e o Instituto Sedes Sapientiae

ALONSO, Silvia Leonor. “A construção do analista” (entrevista), *Percurso*, nº 27, 2º sem., 2001.

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. *Homenagem à Madre Cristina*, site da Fundação Perseu Abramo (anistia/homenagens), www.fpa.org.br, 2005.

CHNAIDERMAN, Regina. “Políticas de formação em psicanálise: alinhavando algumas anotações de leitura”, *Percurso*, Ano 1, nº 1, 2º sem., 1988.

COLOGNESE JR., Armando. “Formação em Psicanálise”, *Histórias e Memórias do Instituto Sedes Sapientiae*, São Paulo, Sedes Sapientiae, 1997.

CRISTINA, Madre (Célia Sodré Dória). “Profissão do Psicólogo”, *Boletim de Psicologia*, Ano 5-6, nº 18-20, dez 1953-jun 1954.

CRISTINA, Madre (Célia Sodré Dória). “Personalidade e Família”, *Anuário da FFCL ‘Sedes Sapientiae’*, 1967-1968.

CRISTINA, Madre (Célia Sodré Dória). “Não é hora para festividades”, entrevista, *Jornal do CRP*, São Paulo, mai/ago 1981.

CRISTINA, Madre (Célia Sodré Dória). “Uma pioneira da psicologia”, entrevista, *Jornal do CRP*, São Paulo, jan/fev 1995.

CRUZ, A.; HIRCHZON, C.; VICENTE, F.; COLUCCI, V.L. “Apresentação” In: *Psicanálise e Instituição*, São Paulo, Departamento de Psicanálise, Sedes Sapientiae, 1986.

CRUZ, Maria Ângela Santa. “Psicanalistas...Para quê?” In: *A Reflexão do ‘já percorrido’ e o debate do ‘a percorrer’*, I Congresso Interno, Departamento de Psicanálise, Sedes Sapientiae, jun/set 1994.

DEPARTAMENTO de Psicanálise, “Psicanálise – 20 anos de Sedes Sapientiae”, *Histórias e Memórias do Instituto Sedes Sapientiae*, São Paulo, Sedes Sapientiae, 1997.

FROCHTENGARTEN, Janete. “A necessária inquietude de quem transmite”, *Percurso*, nº 12, 1º sem., 1994.

FUKS, Lucia Barbero. “Formação e Supervisão”, *Estados Gerais da Psicanálise*, 1999.

FUKS, Mario. “Sobre o Convênio Sedes–CMS”. In: *Psicanálise e Instituição*, São Paulo, Departamento de Psicanálise, Sedes Sapientiae, 1986.

FUKS, Mario. “Por uma história do curso de psicanálise”, *Percurso*, Ano 1, nº 1, 2º sem., 1988.

FUKS, Mario; SOUZA, Laurinda; BERGER, Eliane. “Psicanálise e Instituição: história e desafio de uma experiência” (entrevista), *Percurso*, nº 10, 1º sem., 1993.

GRINOVER, Helena Mange & DELORENZO, Rubia M. “Reflexões sobre a experiência com grupos de trabalhadores de Saúde Mental”. In: *Psicanálise e Instituição*, São Paulo, Departamento de Psicanálise, Sedes Sapientiae, 1986.

GRUPO DE SUPERVISORES do Setor de Saúde Mental e Instituição. “Sobre um projeto de formação na Rede Pública”, *Percurso*, nº 2, 1º sem., 1989.

HIRCHZON, Cecília Montag. “Instituição, Formação, Psicanálise”, *Percurso*, nº 9, 2º sem., 1992.

LANDO, Vivien. “Regina uniu cabeças e corações”, *Folha de S. Paulo*, Ilustrada, 30/01/1985, p.39.

MENEZES, Luis Carlos; MONTEIRO, Cleide; NASCIMENTO, Rubia & SIGAL, Ana Maria. “O departamento e o curso na formação de seus analistas”, *Percurso*, nº 12, 1º sem., 1994.

MENDES, Beatriz & HIRCHZON, Cecília M. “Reflexões sobre a experiência com grupos do convênio da Coordenadoria de Saúde Mental”. In: *Psicanálise e Instituição*, São Paulo, Departamento de Psicanálise, Sedes Sapientiae, 1986.

MEZAN, Renato. “Psicanálise e Psicoterapia”. In: *Psicanálise e Psicoterapia*, São Paulo, Departamento de Psicanálise, Sedes Sapientiae, 1982.

MEZAN, Renato. “Figura e Fundo: Notas sobre o campo psicanalítico no Brasil”, *Percurso*, nº 20, 1º sem., 1998.

MILAN, Betty. “Uma grande mãe e anfitriã nata”, *Folha de S.Paulo*, Ilustrada, 30/01/1985, p. 39.

MONTEIRO, Cleide; DEWEIK, Mania & COSTA, Maria de Lourdes. “Historicizando...” In: *A Reflexão do ‘já percorrido’ e o debate do ‘a percorrer’ – Anexo*, I Congresso Interno, Departamento de Psicanálise, Sedes Sapientiae, jun/set 1994.

PERSICANO, Maria Luisa. *Dos cursos de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica e de Psicopatologia e Psicoterapia Psicanalítica ao Departamento Formação em Psicanálise: Uma História*, Estados Gerais da Psicanálise, 1999.

SAMPAIO, Laura F. A. “Instituto Sedes Sapientiae: 20 anos de História”, *Histórias e Memórias do Instituto Sedes Sapientiae*, São Paulo, Sedes Sapientiae, 1997.

SAMPAIO, Laura F. A. “Festa dos 20 anos do Instituto Sedes Sapientiae”, *Histórias e Memórias do Instituto Sedes Sapientiae*, São Paulo, Sedes Sapientiae, 1997.

SCHMIDT, Maria Luisa S. “Madre Cristina: Um instrumento de transformação”, *Percurso*, ano 2, n° 4, 1° sem., 1990, pp. 54-58.

SIGAL, Ana Maria. “Psicanálise, grupos, instituição pública”, *Percurso*, ano 1, n° 2, 1° sem., 1989.

SOUZA, Maria Laurinda Ribeiro. “Festa dos 20 anos”, *Histórias e Memórias do Instituto Sedes Sapientiae*, São Paulo, Sedes Sapientiae, 1997.

TENNENBAUM, Renata e DELORENZO, Rubia Maria. “Psicanálise e Psicoterapia” In: *Psicanálise e Psicoterapia*, São Paulo, Departamento de Psicanálise, Sedes Sapientiae, 1982.

Pesquisa Documental em Fontes Primárias

I. ACERVOS DO INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE

Acervo do Departamento de Psicanálise

Caderno de “Atas das reuniões de Conselho, Professores e Departamento – 27/10/82 a 29/08/85”.

“Centro de Debates de Psicanálise” do Departamento de Psicanálise, listas de presenças, lista de avisos por telefone, controle financeiro dos eventos do Centro, 1982 e 1983.

“Centro de Debates de Psicanálise” do Departamento de Psicanálise, Conferência de Castoriadis (setembro de 1982).

“Algumas Idéias sobre o Departamento”, Corpo Docente do Curso de Psicanálise, 8 de novembro de 1984.

“Plano de Aplicação de Trabalhos e Recursos do Convênio entre a Coordenadoria de Saúde Mental da Secretaria de Saúde do Estado e a Associação Instrutora da Juventude Feminina – Curso de Psicanálise” 1984 (versão proposta e versão aprovada).

“JORNAL – órgão Informativo do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae”, números: Ano 1, n° 0, 1985; Ano 1, n° 1, dez 85; Ano 1, n° 2, jun 86; Ano 1, n° 3, out 86.

Carta da Comissão de Coordenação Geral aos membros do Departamento, 1° sem., 1986.

Ficha de Pedido de Pertinência ao Departamento de Psicanálise, 1° sem., 1987.

Circular DP/03/88, da Comissão de Coordenação do Departamento de Psicanálise, março de 1988.

Princípios e Finalidades do Departamento de Psicanálise, Crônica, *Percurso*, n° 1, 2° sem., 1988.

“Informe do Setor de Saúde Mental e Instituição”, outubro de 1989.

“Para Compreender a Atual Política Municipal de Saúde Mental do Governo Democrático e Popular

da Cidade de São Paulo”, Assessoria do Programa de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde, dezembro de 1989.

Correspondência do Setor Grupo de Estudos para os membros do Departamento, 3 de abril de 1990.

Acordo de Cooperação Científico-Cultural entre a Fundação Universidade Estadual de Londrina e a AIJF, setembro de 1990.

“Convocatória”, Setor de Saúde Mental e Instituição, 31/10/1990.

Edital de Licitação: Supervisão Clínica em Saúde Mental, Convite n° 116/91, ARS-7, Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, agosto 1991.

Edital de Licitação: Supervisão Clínica em Saúde Mental, Convite n° 227/91, ARS-3, Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, setembro 1991.

Memorando n° 020/91, Assessoria Jurídica, Administração Regional de Saúde-7, Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, 7/10/91.

Ofício s/n, Administração Regional de Saúde-7, Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, 7/11/91.

Carta-Convite do Setor Grupo de Estudos para os membros do Departamento, 2° sem., 1991.

Correspondência do Setor de Saúde Mental e Instituição, dezembro 1991.

Acordo de Cooperação Científico-Cultural entre Núcleo Psicanalítico de Taubaté (NPT) e o Setor de Grupo de Estudos do Departamento de Psicanálise, 17/2/1992.

Acordo de Cooperação Científico-Cultural entre o CEPYB, de Barretos, e o Setor de Grupo de Estudos do Departamento de Psicanálise, 12/6/1992.

Carta ao Secretário da Saúde do Governo do Estado de São Paulo, Departamento de Psicanálise, 13/10/1992.

Texto produzido pelo Setor de Eventos para a Jornada do Departamento, novembro de 1992.

Livro de Atas do Setor Grupo de Estudos, 1993 a 1996.

“História e Memória do Departamento de Psicanálise – Instituto Sedes Sapientiae” – documento preparatório para o I Congresso Interno, jun/set 1994.

“Curso de Psicanálise”, Grupo de professores do Curso de Psicanálise, Instituto Sedes Sapientiae” – documento preparatório para o I Congresso Interno, jun/set 1994.

“Existimos, a que será que se destina?”, Docentes do Curso de Psicose do Departamento de Psicanálise, novembro de 1994.

Ficha de Pedido de Pertinência ao Departamento de Psicanálise, 1995.

FUKS, Mario. “O Impacto das Políticas Públicas na Formação do Profissional em Saúde Mental”, trabalho apresentado no Seminário Sobre Políticas Públicas em Saúde Mental, São Paulo, 16 e 17 de agosto de 1996.

Livro de Atas do Setor Grupo de Estudos, 1997 a 1998.

Correspondência do Setor Grupo de Estudo com Grupo de Uberlândia, 10/12/1996 e 29/1/1997.

Correspondência da Universidade Estadual de Londrina ao Setor de Grupos de Estudos, 28/9/1998.

Boletim do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, números 1 (jun/jul de 1990) a 30 (mar/abr de 2000).

“Subsídios para discussão de políticas para o Departamento de Psicanálise, abril de 2000.

Acervo da Biblioteca Madre Cristina

Certidão de Nascimento de Célia Sodré Dória, Jaboticabal, 1916.

Diploma do Curso de Formação Profissional de Professor: Habilitação para Magistério Público do Estado de São Paulo, Jaboticabal, 1935.

Diploma de Licenciatura em Pedagogia com complementação em Filosofia, Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae, 1940.

Diploma de Aptidão ao exercício do Magistério Secundário de Religião, Curso Superior de Religião da FFCL “Sedes Sapientiae”, 1940.

Documento de Autoridade Eclesiástica: Cônega de Santo Agostinho, votos em 1942.

Diploma de Graduação em Ciências Religiosas, FFCL “Sedes Sapientiae”, 1946.

Diploma de Doutor em Pedagogia e Psicologia Educacional, FFCL “Sedes Sapientiae”, 1961.

“Medalha Centenário da Psicologia Científica”, Certificado do CRP/6ª região, 1979.

“Homenagem no 10º Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos”, 1988.

“Medalha Anchieta” e “Diploma de Gratidão”, Câmara Municipal de São Paulo, 1984.

“Prêmio Monográfico Madre Cristina”, folheto de divulgação do prêmio e carta da presidente do CFP, Conselho Federal de Psicologia, 1997.

“Prêmio Madre Cristina de Direitos Humanos”, projeto apresentado na Câmara dos Deputados, 1996.

Coleção de Homenagens Póstumas à Madre Cristina, com telegramas, cartas e manifestações (governador, deputados federais e estaduais, senadores, políticos, autoridades religiosas, Grupo Tortura Nunca Mais, direção nacional da CUT, escritório nacional do MST, Conselhos Regionais de Psicologia, reitores e diretores de faculdades, alunos, professores, amigos e admiradores), novembro de 1997.

Acervo da Secretaria de Cursos (Arquivo Morto)

Folheto de divulgação das atividades do Instituto Sedes Sapientiae, 1975.

Folheto de divulgação das atividades do Instituto Sedes Sapientiae, 1976.

Lista de alunos do 1º ano do Curso de Especialização de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica, 1976.

Lista de alunos (1º e 2º anos) do Curso de Especialização de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica, 1977.

Programa do Seminário Teórico (1º ano), Curso de Psicopatologia Geral (1º ano), Curso de Introdução à Psicanálise (1º ano), Curso de Psicoterapia Infantil I (1º ano) e do Seminário Teórico (2º ano), 1977.

Programa do Grupo de Estudos e Supervisão em Psicoterapia Infantil de Orientação Psicanalítica (1º e 2º anos), 1977.

Folheto de divulgação dos cursos de especialização para médicos e psicólogos do Instituto Sedes Sapientiae, 1977.

Folheto de divulgação dos cursos de aperfeiçoamento e expansão cultural, 2º semestre de 1977.

Programa do Curso Teórico de Psicanálise (2º ano), 1977 a 1979.

Lista de alunos (1º, 2º e 3º anos) do Curso de Especialização de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica, 1978.

Programa do Curso de Psicoterapia Infantil III (3º ano), 1978.

Psicanálise Infantil Frente às Propostas de Jacques Lacan, 1978.

Programa do Curso Teórico de Psicanálise (2º ano), 1978.

Programa do Seminário Teórico (2º ano), 1978 e 1979.

Folheto de divulgação dos cursos de especialização do Instituto Sedes Sapientiae, 1979.

Folheto de divulgação das conferências de Hebert Rosenfeld, 1979.

Lista de alunos (1º ao 4º ano) do Curso de Especialização de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica, 1979 a 1981.

Programação das Aulas Teóricas – 1º ao 4º ano, 1980 e 1981.

Acervo da Secretaria de Cursos

Lista de alunos (1º ao 4º ano) do Curso de Especialização em Psicanálise, 1982 a 1993.

Grade horária do curso de especialização do Departamento de Psicanálise – 1º a 4º ano, 1980 a 1993.

Caderno Informativo sobre os cursos de especialização e aperfeiçoamento do Instituto Sedes Sapientiae, 1980 a 2000.

Listagem dos anos de ocorrência dos cursos de especialização e aperfeiçoamento.

“Carta de Princípios do Instituto Sedes Sapientiae”, 1979.

Acervo Cepis

Convite de inauguração do Instituto Sedes Sapientiae, 30 de setembro de 1977.

Acervo da Diretoria

Diretorias do Instituto Sedes Sapientiae, gestões 1975-80; 1981-84; 1985-88; 1989-91; 1992-94; 1995-97; 1998-2000; 2001-03 e 2004-06.

Folheto de divulgação dos cursos do Centro de Psicoterapia, 1976.

Regulamento Interno do Instituto Sedes Sapientiae, 1977.

Programação dos Centros de Psicoterapia, Educação e Psicologia, 1978.

Convocação para a Reunião Geral da Discussão da Carta de Princípios, 28/2/1978.

Ata da Reunião Geral da Discussão da Carta de Princípios, 8/4/1978.

Proposta de redação da Carta de Princípios, 23/5/1978.

Boletim interno *Sedes Informa*: nº 1 (maio 1978), nº 2 (outubro 1978), nº 3 (abril 1979) e nº 4 (junho 1979).

“Uma Proposta de Caracterização do Sedes”, diretoria do Instituto Sedes Sapientiae, 1982.

“Apresentação – Formação dos Núcleos”, elaborada pelo conselho, 10/5/1988.

“Secretaria Geral – Contribuição para reestruturação das Secretarias de Cursos, Alunos e Departamentos do Instituto Sedes Sapientiae, elaborado por Analice C. Silva, Célia D. F. Scorvo, Beth Ferreira, Laércio C. Carrer, Malú D. F. Carvalho e Pedro Mathias, março de 1995.

Regulamentação dos Departamentos, 1996.

Regulamento do Conselho, 1996.

Regulamentação da Diretoria, 1996.

Regulamento do Núcleo de Funcionários, 1999.

Regulamentação dos Centros do Instituto, 2000.

Regulamento de Eleição de Diretoria do Instituto, anos 1997; 2003.

II. ACERVO DA BIBLIOTECA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Anuário da Faculdade de Filosofia do Instituto “Sedes Sapientiae”, anos 1945; 1946-47; 1948-49; 1949-50; 1951-52; 1952-53; 1953; 1954.

Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Sedes Sapientiae", anos 1955-56; 1956-57; 1957-58; 1959; 1960-61; 1962-63; 1963-64; 1964-65; 1965-66; 1967-1968.

"A Administração do Prof. Dr. Oswaldo Aranha Bandeira de Mello à Frente da Reitoria da PUC-SP, 1964-1972", *Revista da Universidade Católica de São Paulo*, vol. 42, n° 81-84, jan/dez 1972.

"Ato de designação n° 26/75", *Revista da Universidade Católica de São Paulo*, vol. 45, n° 89-90, jan/dez 1975.

"Breve Histórico da Universidade", *Anuário da Universidade Católica de São Paulo*, 1964-1965.

"Instituto de Psicologia", *Anuário da Universidade Católica de São Paulo*, 1962-63.

"Organização do Instituto de Psicologia", *Revista da Universidade Católica de São Paulo*, vol.1, n° 4, outubro de 1952.

"Portaria do Reitor n° 8/71 de 22 de março de 1971", *Revista da Universidade Católica de São Paulo*, vol. 41, n° 79-80, jul/dez 1971.

Regimento Interno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Sedes Sapientiae da Universidade Católica de São Paulo, aprovado pelo Conselho Universitário em sessão de 8 de abril de 1947.

"Relatório da Reitoria – 1972/1976", *Revista da Universidade Católica de São Paulo*, vol. 46, n° 91-92, jan/dez 1976.

"Vida Universitária – Crônica da Reitoria", *Revista da Universidade Católica de São Paulo*, vol.1, n° 1, janeiro 1952.

III. ACERVOS PESSOAIS

Acervo Pessoal de Ana Maria Sigal

Carta aos alunos do Curso de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica, assinada por um grupo de professores, 20 de outubro de 1979.

"Crise no Departamento de Psicanálise: Uma versão", *Sedes Informa*, Ano 2, n° 5, 22/11/1979.

Acervo Pessoal de Cleusa Pavan

Material referente ao "Projeto História e Memória do Curso e do Departamento" (desenvolvido por Adriana De Bona, Claudia J. M. Schonberger, Cleusa Abreu, Cleusa Pavan, David Calderoni, M^a Lucia Calderoni e Regina G. Almeida): texto "Um pouco de memória – uma história possível", relatório de trabalho (1994) e trabalho de sistematização do material das entrevistas.

Transcrição das entrevistas realizadas pelo "Projeto História e Memória do Curso e do Departamento" com: Alejandro Viviani, Ana Maria Sigal, Antonieta Watherly, Cleide Monteiro, Cristina Ocariz, Fátima Vicente, Isabel Vilutis, Janete Frochtengarten, Joana Helena Ferraz, Lucia Fuks, Luis Carlos Menezes, Madre Cristina, Mania Deweik, Márcia Arantes, M^a Lourdes C. Costa, Mario Fuks, Miriam Chnaiderman, Renata Cromberg, Renato Mezan, Roberto Azevedo, Rubia Delorenzo e Silvia Alonso.

Acervo Pessoal de Heidi Tabacof

Vídeo-documentário "Psychuba", 1986, direção de Heidi Tabacof e realização de: Cida Aidar, Heidi Tabacof, Lúcia Lima e Marta Assolini.

Vídeo-documentário "Nós Outros e a Psicanálise", 2000, realização de: Moisés Rodrigues da Silva Jr., Cida Aidar, Heidi Tabacof, Lúcia Lima, Marta Assolini e Eduardo Abramovay.

Acervo Pessoal de Mania Deweik

Balanço da Comissão Coordenadora Geral, gestão 1991/92.

Correspondência enviada pela tesoureira para CCG, 27/2/1991.

Regulamentação das Instâncias do Instituto Sedes Sapientiae: Diretoria e Conselho, 1989.

Cartas enviadas e recebidas de Jorge Forbes e Roberto Azevedo para CCG, abril/maio, 1991.

Correspondência da CCG para Diretoria do ISS, 17/4/1991.

Correspondência da CCG para Diretoria do ISS, 2/5/1991.

Acervo Pessoal de Maria Ângela Santa Cruz

"Regimento do Curso", 1981.

"Resumo das resoluções normativas do curso de Psicanálise, registrada nas atas do Conselho do Curso", 07/05/1981 a 04/11/1982.

"Informe da Comissão da Clínica", 4º trimestre 1983.

"Projeto da Clínica de Psicanálise", maio de 1984.

"Linhas Gerais do Nosso Projeto de Ensino", Corpo Docente do Curso de Psicanálise, 7 de novembro de 1984.

Atas manuscritas das reuniões da Comissão de Implantação, 1º semestre de 1985.

Versões originais manuscritas do documento "Projeto de Implantação do Departamento de Psicanálise", 1º semestre de 1985.

"Sobre a condição de ser membro", Comissão de Implantação do Departamento, 19 de setembro de 1985.

Ata da Jornada de 21 de setembro de 1985.

Original manuscrito da carta enviada aos membros do Departamento pela Comissão de Implantação, 28 de outubro de 1985.

"Proposta para discussão da Questão da Pertinência", anos 1980.

"Regulamento do Curso de Psicanálise", 1986.

"Resoluções da Assembléia Geral", Curso de Psicanálise, 12/04/1986.

Carta da CCG aos membros do Departamento, após a Jornada de 24/4/1986.

"Comunicado do Setor de Saúde Mental e Instituições", out/nov 1986.

"Regulamento do Curso de Psicanálise", 1987.

Carta do Setor de Saúde Mental e Instituições aos membros do Departamento, convidando para o II Encontro 'Psicanálise e Instituições', 19 de outubro de 1987.

Acervo Pessoal de Maria Cristina Ocariz

CALDERONI, M^a Lúcia; DEWEIK, Mania; MONTEIRO, Cleide; WATHELY, M^a Antonieta; "Introdução aos textos produzidos pelo Grupo do Adendo", 1999.

Acervo pessoal de Maria Laurinda R. de Souza

“Anteprojeto do Estatuto do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae”, 16 de outubro de 1980.

Ata manuscrita de reunião para discussão do Departamento, dezembro de 1983.

CHNAIDERMAN, Regina. “O que deverá ser o Departamento de Psicanálise?”, mimeo, 1984.

TENNEMBAUN, Renata. “Uma proposta de criação de um espaço coletivo”, mimeo, 1984.

“Carta aberta do 3º ano aos alunos do curso de Psicanálise do Sedes”, abril de 1984.

Ata manuscrita de reunião para discussão do Departamento, maio de 1984.

Ata manuscrita de reunião para discussão do Departamento, 6 de junho de 1984.

Ata manuscrita de reunião para discussão do Departamento, 19 de junho de 1984.

Ata manuscrita de reunião para discussão do Departamento, 25 de outubro de 1984.

“Projeto de Implantação do Departamento de Psicanálise”, 10 de agosto de 1985.

“Departamento de Psicanálise”, Comissão de Implantação do Departamento, 29 de agosto de 1985.

Carta aos colegas, Comissão de Implantação do Departamento, 28 de outubro de 1985.

“Departamento de Psicanálise”, Comissão de Implantação do Departamento, novembro de 1985.

“Proposta de Regulamento Interno do Departamento de Psicanálise”, Comissão de Implantação do Departamento, 7 de dezembro de 1985.

“Departamento de Psicanálise – regulamento interno”, Comissão Provisória, março de 1986.

Relatório das atividades, Comissão de Coordenação Geral, 27/3/1987.

Correspondência da Comissão Provisória para elaboração da política de inserção no Departamento, julho de 1995.

Relatório da Comissão Provisória de Pertinência, novembro de 1995.

Proposta da Comissão Provisória para elaboração da política de inserção no Departamento, novembro de 1995.

Esboço para um projeto de criação de um núcleo de pesquisas do Departamento de Psicanálise, Noni Kohn, Izabel Cristina Rios e Renata Cromberg, 1998.

Relatório da Comissão de Admissão – 1997/98, maio de 1998.

Acervo Pessoal de Mario Pablo Fuks

“Crise no Departamento de Psicanálise: outra versão”, *Sedes Informa*, Ano 2, nº 5, 22/11/1979.

“Falamos os alunos”, *Sedes Informa*, Ano 2, nº 5, 22/11/1979.

“Diretoria responde”, *Sedes Informa*, Ano 2, nº 5, 22/11/1979.

“Relatório de Avaliação das Atividades – Convênio Coordenadoria de Saúde Mental”, junho de 1985.

“Circular Informativa sobre os grupos de trabalho programados para 1986” Convênio Coordenadoria de Saúde Mental, 1985.

Carta da Diretoria do Instituto ao coordenador do curso de Psicoterapia de Crianças sobre a pesquisa realizada com o uso de Carbamazepina.

Carta pessoal endereçada à Comissão de Coordenação Geral do Departamento, 1/4/1996.

“Formação e Atividade Profissional, institucional e docente”, Memorial (currículo), Mario Fuks, fevereiro 2000.

FUKS, Mario. “Presentación del libro ‘Amor en los tiempos del odio’ de Nancy Caro Hollander, apresentado em Buenos Aires, 17/11/2000.

FUKS, Mario. “Curso de Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea – a história de um grupo e seus projetos”, 2004.

Acervo Pessoal de Renata Udler Cromberg

Atas das reuniões do Conselho Editorial da Revista *Percurso*, março de 1990 a maio de 1996.

Acervo Pessoal de Tera Leopoldi

Carta da “Comissão do Departamento” propondo Jornada, 1 de julho de 1985.

“Projeto de Implantação do Departamento de Psicanálise”, 10 de agosto de 1985 (1ª versão).

Documento sobre a Assembléia de 10/08/85, 29 de agosto de 1985.

“Departamento de Psicanálise – Comissão Coordenadora Geral”, 27 de abril de 1987.

FONTES ORAIS

Depoimentos realizados

Ana Maria Sigal, Fabio Herrmann, Janete Frochtengarten, Irmã Laura Sampaio, Lucia Barbero Fuks, Mario Pablo Fuks, Miriam Chnaiderman, Renato Mezan, Roberto Azevedo, Silvia Alonso

Encontros e relatos

Reunião coletiva com os participantes da Comissão de Implantação do Departamento em 1984: Ana Maria Rodrigues da Costa, Maria Ângela Santa Cruz, Maria Auxiliadora Vidigal (Pituca), Maria Cristina Ocariz, Maria de Fátima Vicente, Maria Laurinda R. Souza, Silvia Alonso, Tera Leopoldi e Renata Cromberg.

Encontro com Cleusa Pavan.

Encontro com Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes.

Depoimento escrito de Maria Laurinda R. Souza, realizado para este livro.

Depoimento escrito de Maria de Fátima Vicente, realizado para este livro.

Créditos de Fontes Iconográficas

Acervo da Biblioteca Madre Cristina do Instituto Sedes Sapientiae: páginas 32, 69, 74 e 93.
Acervo da Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: páginas 15, 16, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 29 e 37.
Acervo do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae: páginas 71, 78, 134, 162, 167, 168, 182, 188, 191, 201, 207, 208, 209, 214, 217, 220, 225, 226, 233, 234, 240, 245, 249 e 255.
Acervo da Diretoria do Instituto Sedes Sapientiae: páginas 38, 68, 73, 94, 97, 107, 117, 119, 121 e 123.
Acervo da Secretaria do Instituto Sedes Sapientiae: páginas 4, 5, 44, 45, 63, 77, 101, 112, 187, 213 e 230.
Livro de SISTER, Bela M. e TAFFAREL, Marilsa. *Isaias Melsohn. A Psicanálise e a Vida*, São Paulo, Escuta, 1996: página 49.
Acervo pessoal de Ana Maria Sigal: página 108.
Acervo pessoal de Iso Ghertman: páginas 129 e 139.
Acervo pessoal de Maria Ângela Santa Cruz: páginas 141 e 152.
Acervo pessoal de Maria Laurinda R. de Souza: páginas 64, 130, 146, 149, 159 e 184.
Acervo pessoal de Mario Fuks: páginas 88 e 113.
Acervo pessoal de Miriam Chnaiderman: páginas 52, 55, 145 e 157.

Lista de membros do Departamento de Psicanálise

Adalberto Lamerato Costa	Cecilia Carvalho Meirelles
Adriana Grosman	Cecilia Luiza Montag Hirschzon
Adriana Victorio Morettin	Celia Cristina Marcos Klouri
Alcimar Alves de Souza Lima	Claudia Figaro Garcia
Alessandra Monachesi Ribeiro	Claudia Justi Monti
Alessandra Sapoznik	Claudia Paula Santos
Aline Eugenia Camargo Gurfinkel	Cleide Monteiro
Ana Claudia Ayres Patitucci	Cleusa Maria Gomes de Abreu
Ana Cristina Delgado Lopergolo	Cleusa Pavan
Ana Lucia Amoratti	Cristiane Sammarone
Ana Lucia Panachão	Cristina A. J. Parada Franch
Ana Maria Sigal Rosemberg	Cristina Maria Cortezzi Reis
Ana Maria Siqueira Leal	Daisy Maria Ramos Lino
Andrea Carvalho Mendes de Almeida	Daniel Delouya
Anna Maria Alcantara do Amaral	Daniela Danesi
Anna Mehoudar	Danielle Melanie Breyton
Antonio Carlos Sousa Albergaria	Darcy Haddad Daccache
Beatriz Teixeira Mendes Coroa	David Calderoni
Bela Belinda M. Sister	Deborah Joan de Cardoso
Bernardo Tanis	Decio Gurfinkel
Camila Salles Goncalves	Denise da Cruz Gouveia
Catalina Pages Lamas	Denise Maria Cardoso Cardellini
Catarina Denise Rabello Osoegawa	Diana Goldberg

Djanira Amelia da Silva
Elaine Armenio
Eliana Borges Pereira Leite
Eliane Berger
Elisabeth Antonelli
Eloisa Tavares de Lacerda
Elvira Amelia Maciel
Eneida Albuquerque Muller
Eva Wongtschowski
Eveline Alperowitch
Flávio Roberto Carvalho Ferraz
Gesimary de Santi Azevedo
Gina Tamburrino
Giovanna Bartucci
Gislaine Varela Mayo de Dominicis
Heidi Tabacof
Helena Maria Freire M. Albuquerque
Heloisa Helena Alckmin Nogueira
Heloisa Lebrao
Henriette Abramides Bucaretychi
Isabel Castelo Branco Lima
Isabel Dora Mainetti de Vilutis
Ismênia Marsiglio C. de C. e Oliveira
Iso Alberto Ghertman
Jairo Idel Goldberg (Licenciado)
Janete Frochtengarten
Jassanan Amoroso Dias Pastore
João Sergio Siqueira Telles
José Atilio Bombana
Julia Katunda
Leda Maria Codeco Barone
Leliane Maria Aparecida Gliosce Moreira
Leonor A. Pereira Rufino de Souza
Leopoldo Pereira Fulgencio Junior
Lia Pitliuk
Lilian Carvalho Rochlitz Quintão
Lilian Sellmann Nazareth N. B. e Fogaça
Lucia Julieta Tonato Leite Bertolucci
Lucia Leonor Barbero Marcial de Fuks

Luciana Cartocci
Luciana Geyer Kolpelman Thalenberg
Luis Carlos Menezes
Luiz Alberto Hannz
Lygia Vampré Humberg
Mabel Lidia Casakin
Mania Scieuecca Deweik
Mara Cristina Sarti Dantas
Mara Lurdes Dias Caffé Alves
Mara Selaibe
Marcella Monteiro de Souza e Silva
Marcia de Camargo Oliva Gaia Solera
Marcia de Mello Franco
Maria Alessandra Welker Sapojkin Rossine
Maria Alipia de Salles Guimaraes
Maria Angela Santa Cruz
Maria Antonieta P. Whately
Maria Aparecida Kfoury Aidar
Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes
Maria Beatriz Costa Carvalho Vannuchi
Maria Cecilia Casagrande Tavoloni
Maria Cláudia Tedeschi Vieira
Maria Cristina Ocariz
Maria Cristina Pedroso Pittelli
Maria Cristina Petry Barros Martinha
Maria Cristina Surani Mora Capobianco
Maria Cristina T. Prandini
Maria de Fatima Milnitzky
Maria de Fatima Vicente
Maria de Lourdes Caleiro Costa
Maria do Carmo Vidigal Meyer Dittmar
Maria Elisa de Abreu Pessoa Labaki
Maria Francisca Oliveira Marinho Lutz
Maria Ines Giora
Maria Laurinda Ribeiro de Souza
Maria Lucia Carvalho Damy
Maria Lucia de Moraes Borges Calderoni
Maria Lucia Trezza Bersou
Maria Marta Assolini

Maria Salette Moreira
Maria Silvia de Mesquita Bolguese
Marilucia Mello Meireles
Marina Kon Bilenky
Mário Eduardo Costa Pereira
Mario Pablo Fuks
Marise Bartolozzi Bastos
Marli Ciriaco Vianna
Mauro Hegenberg
Miriam Iolanda Rejani
Miriam Schenkman Chnaiderman
Moises Rodrigues da Silva Jr.
Myriam Nanci Uchitel Tesch
Natalina M. R. Mutarelli
Nayra Cesaro Penha Ganhito
Nelson da Silva Junior
Nelson Luiz Magalhaes Carrozzo
Neusa Nogueira Mazzeo
Noemi Moritz Kon
Oswaldo de Vitto
Patricia V. Gentlinger
Paula Patricia S. N. Francisqueti
Paulo Cesar Lopes
Paulo Jeronymo Pessoa de Carvalho
Paulo Sergio Bergonzine Perez
Raquel Chilvarquer
Regina Celia Cavalcante A. de Carvalho
Renata de Azevedo Caiaffa
Renata Ferreira Puliti
Renata Udler Cromberg
Renato Mezan
Rita Cassia Cardeal
Roberta Bertone (Licenciada)

Roberto da Costa Moraes Villaboim
Rodrigo Gonçalves Blum
Rosa Evangelina M. Penido Dalla Vecchia
Ruben Abel Trucco
Rubia Mara Santos do Nascimento Zecchin
Rubia Maria Tavares Delorenzo
Sandra Mara Grisi
Sandra Navarro
Sebastião Carlos Coutinho
Sergio de Gouveia Franco
Sergio Marinho de Carvalho
Silvana Rabello
Silvia Leonor Alonso Esposito
Silvia Maria Goncalves Sinisgalli
Silvio Hotimsky
Solange Maria Santos Oliveira
Sonia Maria Rio Neves
Soraia Bento Gorgati
Soraya Aparecida de Oliveira
Tales Afonso Muxfeldt Ab Saber
Talya Saadia Candi
Tania Corrallo Hamoud
Tera Leopoldi
Terezinha Candido Pereira
Tiago Corbisier Matheus
Tiago da Silva Porto
Vera Lucia Zaher
Veridiana Fraguas
Verônica Mendes de Melo
Wilson Klain
Yone Maria Rafaeli
Zelia Temin
Zulmira Martinez Montiel

Membros aspirantes do Departamento de Psicanálise

Ana Maria Amorim de Farias	Maria Helena Dias Alves
Berenice Laus de Carvalho	Maria Jose Fonseca de Affonseca
Christiana Martins Ribeiro da Cunha Freire	Maria Teresa Goncalves Rebello
Deborah Ester Diament	Maria Zilda Armondi Di Giorgi
Deborah Sereno	Marta Cristina Trevisan
Elcio Goncalves de Oliveira Filho	Miriam Rosa dos Santos
Eliana Raposo Tenorio Mendes	Natalia Gola
Elide Puerta Ferreira	Paula Salvia Trindade
Glaucia Helena Franco Leal	Roberta Wanderley Kehdy
João Carlos de Araujo	Tania Guidão Cruz Ruggiero
Luciana Menin Lafraia	Tatiana Teixeira Inglez Mazzarella
Luiz Antonio Crecencio	Therezinha Prado de Andrade Gomes
Maria Auxiliadora Alves Cordaro Bichara	Vera Lucia Lyra Meirelles De Souza
Maria da Graça Barreto Baraldi	Vilma Arantes Carvalho
Maria das Graças Amorim da Hora	

Ficha Técnica do Departamento de Psicanálise

Conselho de Direção

Os integrantes do Conselho de Direção, designados articuladores de áreas, são eleitos pelos membros do Departamento de Psicanálise em Assembléia Geral para um mandato de dois anos. Como meta principal, o objetivo do Conselho é contribuir para a explicitação, descrição e análise das diversas questões e possibilidades que dizem respeito ao Departamento.

Cabe ainda ao Conselho estabelecer políticas, ou seja, prioridades e metas específicas para as diferentes áreas, bem como acolher demandas, moderar conflitos e fazer valer os acordos coletivos conforme os princípios éticos que norteiam a formação de analistas. Neste sentido, este modelo de gestão se fundamenta na articulação entre as diversas áreas, contemplando, sobretudo, uma política coletiva.

Integrantes atuais:

Na atual gestão 2004/2006, com a articulação de:

Relações Internas: Renata de Azevedo Caiaffa.

Relações Externas: Sandra Navarro.

Administração / Tesouraria: Daisy M. R. Lino.

Cursos: Heidi Tabacof.

Formação Contínua: Helena Maria F. M. Albuquerque.

Clínica: Mara Lurdes Dias Caffé Alves.

Publicações: Verônica Mendes de Melo.

Eventos: Cristina A. J. Parada Franch.

Comissão de Admissão: representante Rubia Mara Nascimento Zecchin (até 2005) e Cláudia Paula Santos (a partir de 2006).

Núcleo de Departamentos: representante Osvaldo De Vito.

Área de Relações Externas

Esta área cuida de implementar as políticas departamentais de estabelecimento de vínculos com outras instituições e com outros profissionais. A pauta de trabalho possível é ampla, podendo variar desde o intercâmbio de informações, publicações e trabalhos até convites e acordos mais complexos para a realização conjunta de eventos ou outras atividades afins.

Na atual gestão 2004/2006, com a articulação de Sandra Navarro.

Grupo de Trabalho e Pesquisa sobre a Intolerância

Este grupo se formou a partir de uma parceria entre o Departamento de Psicanálise e o Laboratório de Estudos sobre a Intolerância do Departamento de História da FFLCH -USP (LEI-USP). Por meio de mútua cooperação técnico-científica, tem por objetivo promover a criação de um projeto especial para o desenvolvimento de pesquisas teóricas-clínicas na área de psicanálise, vinculadas ao tema da tolerância-intolerância.

Coordenação: Mara Selaibe.

Integrantes atuais:

Membros: Maria Auxiliadora Cunha Arantes, Marilucia Melo Meireles, Miriam Chnaimer, Moisés Rodrigues da Silva Jr., Regina Célia Carvalho e Tiago da Silva Porto.

Membro aspirante: Susan Markuschower.

Outros: Cláudia Coriolano Cerqueira.

Área de Relações Internas

Esta área tem como objetivo pensar as relações internas ao Departamento de Psicanálise a partir da escuta das demandas atuais e pregressas dos membros. A atenção às questões levantadas em assembleias e por grupos de trabalho do Departamento são fontes importantes para fomentar as políticas dessa área. As relações entre o Departamento e o Instituto Sedes Sapientiae também competem a essa área, estabelecendo e desenvolvendo uma comunicação que oriente e torne clara as relações entre as políticas do Departamento e as políticas do Instituto.

Na atual gestão 2004/2006, com a articulação de Renata de Azevedo Caiaffa.

Administração / Tesouraria

Esta área se responsabiliza pela administração e pelo acompanhamento das outras articulações, produzindo um levantamento de políticas que possam servir de programa (meta das direções do Departamento), mantendo e buscando implantar os procedimentos que auxiliem o funcionamento departamental. Acompanha o fluxo do orçamento e é o elo do Departamento com a tesouraria do Instituto Sedes Sapientiae, a fim de cumprir as regulamentações instituídas e discutir ajustes para melhor atender às necessidades.

Na atual gestão 2004/2006, com a articulação de Daisy M. R. Lino.

Área de Cursos

A área de cursos do Departamento de Psicanálise trabalha visando articular e discutir permanentemente as relações entre os três cursos, entre seus coordenadores, supervisores e o Departamento e entre os alunos e o Departamento, tendo por objetivo a intersecção mais orgânica desses campos, aprofundando

as reflexões sobre o que acredita ser a transmissão da psicanálise e a formação de psicanalistas comprometidos com o seu tempo.

Na atual gestão 2004/2006, com a articulação de Heidi Tabacof.

Psicanálise – Teoria e Clínica

O curso de especialização “Psicanálise – Teoria e Clínica”, criado em 1976, é destinado a profissionais universitários que já tenham um percurso em sua análise pessoal, estudo teórico psicanalítico e prática clínica. Tem como objetivo oferecer um espaço de transmissão da psicanálise, com leitura aprofundada da obra de Freud e de autores pós-freudianos, trabalhando os conceitos e os operadores que fundamentam a clínica psicanalítica e visando acompanhar a formação do aluno analista. Tem duração de quatro anos.

Professores e supervisores atuais: Alcimar Alves De Souza Lima, Ana Maria Sigal, Anna Maria Amaral, Cleide Monteiro, Décio Gurfinkel, Flávio Carvalho Ferraz, Heide Tabacof, Isabel M. de Vilutis, Lucia Barbero Fuks, Mara Caffé, Maria Aparecida Kfoury Aidar, Maria Beatriz C Carvalho, Maria Cristina Ocariz, Maria de Fátima Vicente, Maria Laurinda Ribeiro de Souza, Maria Sílvia Bolguese, Mario Eduardo Costa Pereira, Mario Pablo Fuks, Moises Rodrigues da Silva Jr., Myrian Uchitel Teschi, Nelson da Silva Junior, Renato Mezan, Rubia Delorenzo e Sílvia Alonso.

Clínica Psicanalítica: Conflito e Sintoma

O curso de aperfeiçoamento “Clínica Psicanalítica: Conflito e Sintoma”, fundado em 1997, destina-se a profissionais com formação universitária que se interessem pela teoria psicanalítica como um instrumento para abordar a subjetividade. Este curso não requer experiência prévia em teoria e/ou clínica psicanalítica. Propõe-se a oferecer uma introdução aos estudos da psicanálise, tendo a obra de Freud como eixo teórico. O conceito psicanalítico de conflito e sintoma foi escolhido como via privilegiada para articular a psicanálise como método, teoria e prática. Tem duração de um ano, com um segundo ano opcional.

Coordenação: Lucia B. Fuks e Ana Maria Sigal.

Professores atuais: Sandra Navarro, Mara Caffé, Eliane Berger, Maria Marta Assolini, So-
raia Bento Gorgati, Noemi Moritz Kon e Daniela Danesi.

Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea

O curso de aperfeiçoamento “Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea”, oferecido desde 1997, é destinado a médicos, psicólogos, psicanalistas e profissionais da área de saúde que já possuam fundamentos teóricos da psicanálise e prática clínica. Este curso aborda as formas de sofrimento psíquico ligadas aos novos modos e/ou vicissitudes da subjetivação, tomando como ferramenta a teoria psicanalítica. O objetivo é a construção de uma metapsicologia dos quadros clínicos e se articula às grandes transformações que têm atravessado a vida social.

Coordenador: Mario Fuks.

Professores: Ana Maria Leal; Ana Lucia Amorati, Ana Lúcia Panachão, Luciana Cartocci, Márcia de Mello Franco, Maria Beatriz Costa Carvalho Vannuchi, Marli Viana, Nayra Ganhito e Renata Caiaffa.

Área de Formação Contínua

Esta área destina-se a acompanhar os grupos que se caracterizam como espaço de formação contínua para os membros do Departamento de Psicanálise que se dedicam a refletir, problematizar e pesquisar temas importantes da teoria e da clínica psicanalítica.

Na atual gestão 2004/2006, com a articulação de Helena Maria F. M. Albuquerque.

Grupos de Trabalhos e Pesquisa

Estes grupos organizam-se como um espaço de reflexão e de produção de seus integrantes. O Departamento conta com os seguintes grupos no momento:

O feminino e o imaginário cultural contemporâneo

Este grupo vem funcionando desde 1996 com propostas de trabalho e pesquisa das questões que a clínica psicanalítica suscita sobre o feminino no mundo contemporâneo. Pesquisa e debate, na própria obra psicanalítica, o que se pensa sobre o feminino, a feminilidade e a sexualidade feminina, a mulher e conceitos vizinhos.

Coordenação: Silvia Leonor Alonso.

Integrantes atuais:

Membros: Aline Camargo Gurfinkel, Ana Cecília Mesquita, Danielle Melanie Breyton, Elaine Armênio, Helena Albuquerque, Mabel Lidia Casakin, Maria Elisa Labacki, Renata Puliti, Roberto Villaboim, Rubia Mara do Nascimento Zecchin, Silvia Sinisgalli, Susana Batalhão e Verônica Melo.

Membros aspirantes: Berenice Laus Carvalho, Elide Puerta Ferreira, Marta Trevisan, Maria da Graça Baraldi, Miriam Rosa dos Santos, Maria Zilda Di Giorgi, Paula Salvia Gomes e Therezinha Prado Gomes.

Psicanálise com Crianças

Este grupo, que começou a se constituir em setembro de 1999, atualmente funciona de forma autogerida e reúne-se a cada 15 dias para discussão de temas ligados à psicanálise com crianças, bebês e adolescentes. O grupo trabalha tanto com material clínico trazido por seus participantes como com textos representativos das grandes escolas psicanalíticas, procurando um pensamento específico do departamento que caracterizaria a clínica com crianças.

Integrantes atuais:

Membros: Ana Claudia Patitucci, Daniela Danesi e Paulo Jeronymo de Carvalho.

Membros aspirantes: Eloísa Lacerda, Christiana Freire, Glaucia Leal, Karina Iguelka, Sandra Alquimim e Wilma Florêncio.

Outros: Pedro Monteiro.

Psicanálise e contemporaneidade

Este grupo de estudo e reflexão funciona, de forma autogerida, desde 2001, como espaço de debate, estudo e discussão. Os participantes se reúnem com o objetivo de ampliar sua reflexão sobre as demandas sociais a que estão submetidos os sujeitos na atualidade e as conseqüências destas sobre o processo de subjetivação e novas formas de apresentação do sofrimento psíquico. Além da discussão clínica, o trabalho deste grupo tem compreendido discussões sobre produções culturais, análise de filmes, obras literárias, peças de teatro, além do debate vigoroso sobre fatos sociais atuais veiculados pela mídia.

Integrantes atuais:

Membros: Alessandra Monachesi Ribeiro, Ana Lúcia Amoratti, Ana Lúcia Panachão, Ana Maria Siqueira Leal, Célia Klouri, Cleide Monteiro, Denise Maria Cardellini, Elaine Armênio, Lilian Fogaça, Luciana Cartocci, Mania S. Deweik, Márcia de Mello Franco, Maria Beatriz Carvalho, Maria Francisca Marinho Lutz, Mario Pablo Fuks, Marli Ciriaco Vianna, Nayra Cesaro Ganhito, Regina Célia Cavalcante A. de Carvalho (Chu), Renata de Azevedo Caiaffa e Wilson Klain.

Membros aspirantes: Ligia Vampré, Roberta Kehdy e Tânia Ruggiero.

Outros: Lisette Weissmann

Psicanálise e Cultura

O Grupo de Psicanálise e Cultura funciona desde 2002 de forma autogerida, promovendo reuniões mensais nas quais são discutidos um material clínico ou um texto previamente definido. O grupo reúne pessoas interessadas em deba-

ter, a partir dos pressupostos psicanalíticos, manifestações culturais, como as produções do cinema, teatro, artes plásticas, literatura e eventos da atualidade.

Integrantes atuais:

Membros: Daisy M. R. Lino e Sérgio Telles.

Membros aspirantes: João Carlos de Araújo e Paula Sálvia Trindade.

Dinâmicas Grupais

Com início em 2004, este grupo de trabalho e pesquisa, informalmente conhecido como ‘grupo de grupo’, mantém reuniões quinzenais nas quais são discutidas questões de psicanálise e grupo. Reúne psicanalistas que se interessam pelas questões grupais, pelo trabalho com grupos e institucional. É um espaço de reflexão da prática clínica de cada um e dos modelos psicanalíticos de trabalho.

Coordenação: Paulo Jeronimo Pessoa de Carvalho.

Integrantes atuais:

Membros: Mabel Casatin, Lucia Leite e Silvia Sinisgalli.

Membros aspirantes: Christiana Freire, Glaucia Leal e Maria Helena Caffé.

Outros: Fernando Silveira e Myriam Habib.

Patologias alimentares e sua inscrição contemporânea

Este grupo se organizou recentemente, em 2005, como desdobramento do “Projeto de investigação e intervenção na clínica da anorexia e da bulimia”, atividade que vem sendo desenvolvida na Clínica do Instituto Sedes Sapientiae desde o ano 2000. Além de um espaço de estudo e reflexão teórica, parte dos integrantes oferece atendimento psicanalítico individual, atendimento psiquiátrico e psicoterapia familiar. O grupo funciona sem coordenação fixa, tem reuniões mensais, trabalha e estuda as questões ligadas às patologias alimentares, como a anorexia e a bulimia.

Integrantes atuais:

Membros: Alessandra Sapoznik, Aline Camargo Gurfinkel, Luciana Kopelman Thalemborg, Mario Pablo Fuks e Soraia Bento Gorgati.

Outros: Alan de Paula, Denise Achoa Claudino, Letícia Gonçalves, Liliane Barros Vaz Mendonça e Susana Batalhão.

Integrantes atuais do “Projeto de Investigação e Intervenção na Clínica da Anorexia e Bulimia”: Alessandra Sapoznik, Denise Achoa Claudino, Issa Mercadante, Letícia Gonçalves, Liliane B.V. Mendonça, Luciana Kopelman Thalemborg, Magdalena Ramos, Mario Pablo Fuks, Soraia Bento Gorgati e Susana Batalhão.

Grupo Espaço de Trabalho

O Grupo Espaço de Trabalho é um grupo aberto que tem como objetivo principal fazer circular a clínica dos membros e no qual é discutida qual psicanálise se faz nos consultórios, instituições e outros trabalhos. Os encontros promovidos mensalmente, desde 1995, constituíram um espaço de apresentação de casos clínicos e de reflexões sobre aspectos da clínica psicanalítica.

Integrantes atuais:

Membros: Cristina Parada Franch, Roberto Villaboim e Tiago Corbisier Matheus.

Membros aspirantes: Roberta Khedy e Natália Gola.

Área de Transmissão, Pesquisa e Intervenções Externas

Esta área, recém criada na assembléia de outubro de 2004, inclui, até o momento, o GTEP – Grupo de Transmissão e Estudos de Psicanálise. O GTEP é um grupo autogerido que funciona desde 1990, encarregado da condução de projetos de transmissão de psicanálise – ministrando cursos, oferecendo grupos de estudos e supervisão – para entidades e grupos fora da cidade de São Paulo.

Integrantes atuais:

Membros: Ana Lúcia Panachão, Adriana Morettin, Cleide Monteiro, Elaine Armênio, Fátima Milnitzky, Helena M.F.M. Albuquerque, Iso Ghertman, Leonor Ruffino, Marli C. Vianna, Osvaldo De Vitto, Veridiana Fraguas e Yone Maria Rafaeli.

Área de Clínica

Diversos grupos do Departamento de Psicanálise conduzem pesquisas, reflexões e apresentações relativas à prática clínica psicanalítica, cujos resultados se acham dispersos no acontecer da vida departamental. Neste sentido, torna-se importante a organização e a estruturação de espaços que possam catalisar as experiências e questões da produção clínica e pensar políticas para ampliar os projetos terapêuticos cada vez mais comprometidos com a comunidade em que nos inserimos.

Na gestão atual – 2004/2006, com a articulação de Mara Lurdes Dias Caffé Alves.

Área de Publicações

O objetivo desta área é o de proporcionar análises e discussões que auxiliem a implementação de possíveis políticas do Departamento de Psicanálise para o campo editorial, tendo como foco as publicações atuais, como os diversos livros que vêm sendo publicados: *Freud: Um Ciclo de Leituras*; *A Clínica conta histórias*; *Colóquio freudiano – Teoria e prática da psicanálise freudiana*, *Figuras clínicas do feminino no mal-estar contemporâneo* e *Desafios para a psicanálise contemporânea*. É da responsabilidade desta área a produção do site do Departamento em articulação com Claudia Paula Santos e Deborah Joan Cardoso.

Na atual gestão 2004/2006, com a articulação de Verônica Mendes de Melo.

Revista Percurso

A revista *Percurso* é editada semestralmente, sem interrupção, desde 1988. Traz artigos originais, traduções, entrevistas com analistas e uma seção de resenhas. Com circulação nacional, *Percurso* aceita trabalhos provenientes de todo o país, independentemente de o autor ser membro do Departamento que a edita.

Coordenação Editorial: Renato Mezan.

Conselho Editorial: Camila Salles Gonçalves, Eliana Borges Pereira Leite, Leda Maria Codeço Barone, Lilian Quintão, Mania Deweik, Maria Elisa Pessoa Labaki e Noemi Moritz Kon.

Grupo Administrativo: Zulmira M. Montiel e Eva Wongtschowski.

Grupo de Entrevistas e Debates: Andréa de Carvalho, Bela M. Sister, Cristiane Sammarone, Mara Selaibe, Maria Cristina Ocariz, Silvio Hotimsky e Susan Markuschower.

Grupo de Resenhas: Camila Salles Gonçalves, Cecília Meirelles, Darcy Haddad Daccache, Mania Deweik, Maria de Lourdes Caleiro Costa (coordenadora), Rubia Delorenzo e Sergio Telles.

Área de Eventos

Esta área tem a intenção de funcionar como disparadora e consultora técnica dos eventos propostos pelos membros do Departamento de Psicanálise. Os projetos de eventos poderão ser apresentados ao Conselho de Direção, que avaliará sua viabilidade, levando em consideração critérios como: os princípios e diretrizes que regem a área de eventos, a disponibilidade de data, a disponibilidade de recursos financeiros e a antecedência necessária para realização do mesmo.

Na atual gestão 2004/2006, com a articulação de Cristina Parada Franch.

Comissão de Admissão

Na implementação de uma política de abertura do Departamento de Psicanálise, a Comissão de Admissão iniciou suas atividades em agosto de 1997 para atender psicanalistas cuja formação tenha se dado tanto dentro como fora dos cursos e das atividades formativas propostas e produzidas pelo Departamento. Neste trabalho, o analista solicitante é reconhecido em seu posicionamento analítico e poderá contar com os analistas da Comissão de Admissão e outros membros, iniciando seu percurso e aproximação aos princípios teóricos e éticos que movem o Departamento.

Na atual gestão 2004/2006, com a representação no Conselho de Direção de Rubia Mara do Nascimento Zecchin (2004/2005) e Cláudia Paula Santos (2006).

Integrantes atuais: Isabel Villutis, Rubia Nascimento Zecchin, Soraia Bento Gorgati, Luciana Kopelman Thalenberg, Denise Cardelini, Claudia Santos e Leonor Ruffino.

Núcleo de Departamentos

O Núcleo de Departamentos é um espaço de encontro em que membros indicados exercem a representação de cada um dos departamentos do instituto junto aos outros e frente à diretoria do Sedes Sapientiae. A função primordial do Núcleo é levantar e debater questões institucionais, pertinentes e comuns aos departamentos, com o objetivo de contribuir para a sua integração e para o aumento da eficiência das atividades neles envolvidas.

Na atual gestão 2004/2006, com a representação de Osvaldo De Vito.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, sp, Brasil)

Cytrynowicz, Monica Musatti
História do Departamento de Psicanálise do Instituto
Sedes Sapientiae / Monica Musatti Cytrynowicz, Roney
Cytrynowicz. – São Paulo : Narrativa Um, 2006.

ISBN 85-88065-10-x

1. Instituto Sedes Sapientiae. Departamento de Psicanálise
– História 1. Cytrynowicz, Roney. II. Título.

06-2566

CDD 150.1950609

Índices para catálogo sistemático:
1. Departamento de Psicanálise: Instituto Sedes Sapientiae:
História 150.1950609
2. Instituto Sedes Sapientiae: Departamento de Psicanálise:
História 150.1950609

